



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 4

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para "investigar, no prazo de 130 (cento e trinta) dias, com limite de despesas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades."

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli

RELATOR: Senador Marcio Bittar

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLÊNÁRIO Nº 6.

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Confúcio Moura, Marcio Bittar, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em atendimento ao requerimento 154/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 157 de 2023** que : "Convida a liderança indígena Marivelton, conhecido como Marivelton da FOIRN, a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de prestar informações." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/11/27>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e Oscips, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento da Exma. Sra. Ministra Marina Silva, conforme Requerimento nº 154, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Peço à Secretaria que conduza a Sra. Ministra para compor a mesa. *(Pausa.)*

Senadora Damares, Senador Jaques Wagner, obrigado pela presença.

Logo mais, outros Senadores estarão vindo, conforme vão se encerrando as reuniões das Comissões. E nós vamos realizar esta reunião da mesma forma que realizamos todas as outras. Mesmo considerando desnecessário – eu já conversei com a Ministra –, como digo a todos quando a gente abre a reunião, que a Ministra será tratada aqui com toda a civilidade. Não haverá agressões, não haverá dedos apontados, não haverá ameaça nenhuma. Claro que haverá contestações. Eu mesmo farei algumas contestações, mas sempre dentro da civilidade. Portanto, é mais uma reunião da CPI das ONGs que nós nos propusemos e nos comprometemos a fazer assim, que não tivesse, não fosse nunca baixando o nível.

Antes da exposição da Sra. Ministra... E a senhora terá o tempo de 30 minutos, 25, e, depois, para todas as perguntas, terá o tempo também que quiser. A gente não está marcando dois, três minutos, sempre para que... A finalidade aqui é esclarecer, não é acusar.

Mas eu peço só que mostrem o Vídeo nº 1, porque, como nós vamos falar, e muito... Como aqui, certamente, haverá o assunto mudanças climáticas, graus de aquecimento, isso e aquilo.

Eu queria mostrar aqui um estudo, publicado no mundo inteiro, mostrando os países responsáveis pelas emissões de carbono. Nesse gráfico, vocês vão ver qual é a participação do Brasil no todo. É bom para vocês, que estão aqui – muitos já conhecem –, e para os brasileiros e brasileiras que estão acompanhando agora, é bom que saibam, na realidade, as emissões de carbono. Isso é oficial! Está dito aí, está mostrado aí, para que você possa acompanhar quando a gente falar.

Vocês veem aí que China e Índia dominam. Aparece o Brasil lá naquela faixa que divide a tela. A participação do Brasil é de um vírgula alguma coisa por cento. Está bem pequeno aqui, reduziram muito isso aqui. Está ruim de ver. Eu pensei que fosse até melhor de enxergar aquilo ali.

Está aqui!

Então, vocês veem aí a China, responsável por 30,9% da emissão de carbono na atmosfera. A Índia, com 7,3%; o Irã, com 2%; o Japão, com 2,9%; os Estados Unidos, 13,5%. O resto do mundo tem 20,7%.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem 1%. Portanto, o Brasil é responsável pela emissão de carbono, de 100, em 1%. Aquilo que eu venho dizendo: longe de ser vilão. Se fosse em um filme, nós seríamos o mocinho.

Ministra, a senhora tem todo o tempo que quiser, da forma que quiser, para fazer a sua exposição.

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Tem um microfone de mão, por favor?

Por causa da minha cervical, esse aqui me deixa um pouco incomodada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – Mas, então, tudo bem! Enquanto ele consegue, para ganharmos tempo, eu vou falando.

Bom dia a todos e a todas!

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui; quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Plínio Valério; o Senador pelo Estado do Acre, Marcio Bittar; cumprimento o Líder do Governo, o amigo Senador Jaques Wagner, e todas as senhoras e senhores aqui presentes, assessores, membros da imprensa, enfim, todos que estão aqui participando desta Comissão.

Estou aqui acompanhada do Presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho; do Assessor Especial Fernando Lírio, que trabalhou nesta Casa até se aposentar – não é, Fernando? – como Consultor do Senado, que trabalha também no Ministério do Meio Ambiente; e do Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, que está aqui ao meu lado.

Devo dizer, Senador, que achei muito interessante que V. Exa. iniciasse, abrindo os trabalhos desta Comissão, falando da questão da mudança do clima.

Antes, se V. Exa. me permite, eu gostaria de fazer um esclarecimento. Quando fui convidada a comparecer a esta reunião, não houve uma recusa, como notifiquei a V. Exas. e notifiquei ao Líder do Governo, de que não se tratava de uma recusa. Como se tratava de um convite e eu tinha sido convocada na Comissão de Agricultura e tendo sido Senadora por 16 anos e compreendendo um pouco a dinâmica do Regimento Interno, eu sabia que, como convidada, eu podia mediar com V. Exas. para uma outra data, mas como convocada, eu não poderia me recusar. Como esta sessão ia começar às 11h e a Comissão de Agricultura ia começar às 14h, e pela minha experiência – já essa deve ser a quinta vez que estou sendo chamada, ou como convidada, ou como convocada, confesso que não importa –, eu sabia que poderia se prolongar. Então, pedi ao Senador Jaques Wagner que falasse consigo para que buscássemos uma outra data.

Como eu vou viajar amanhã para acompanhar todo o processo da COP 28, que fala da questão do clima, como V. Exa. muito bem colocou, e eu sou chefe da delegação, como chefe da delegação, eu tenho a obrigação de chegar antes para preparar, sobretudo porque dia 1º é a abertura dos trabalhos, e o Presidente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula, juntamente com provavelmente o Rei da Espanha, o anfitrião da COP, o Papa Francisco e uma outra liderança global que agora me fugiu o nome... Serão apenas cinco pessoas que falarão na abertura da COP 28 e nos sentimos muito honrados de que o Presidente Lula tenha sido um dos escolhidos para levar a mensagem do nosso continente ao mundo, não apenas do Brasil. Depois eu vou ter que ir com ele para a Alemanha, em função de agendas. Então, é claro que eu tenho que ir um pouco antes para poder preparar as questões. Eu sou a chefe da delegação. Como sou a chefe da delegação, diferentemente da minha querida amiga Ministra Soninha Guajajara, eu não tenho como voltar antes de terminar os trabalhos. Portanto, como os trabalhos da COP terminam apenas no dia 13, e pela experiência que eu tenho, Sr. Senador, geralmente isso vai até a madrugada, porque não se conseguem fechar as negociações, sobretudo em função dos embates, que às vezes são pesados, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Então, eu só vou conseguir sair de lá, torcendo para que assim o seja, pelo menos no dia 14 na parte da noite. É por isso que eu ofereci outras alternativas que estivessem dentro da margem de algum conforto de alguém que era convidado.

Bem, hoje eu cancelei algumas reuniões importantes. Nós estamos levando propostas que são importantes para o Brasil, para o mundo, para todas essas questões que V. Exa. mencionou, e seria um dia intenso de trabalho. Mas como V. Exas. entenderam convocar-me, entendendo o poder da convocação, aqui estou à inteira disposição para o diálogo, o debate, como V. Exa. mencionou.

Eu vou trocar de microfone.

Muito obrigada, porque me dá melhor conforto em função da cervical. Eu, quando era criança, trabalhava no seringal com meu pai e com minha mãe, e a gente carregava o saco de castanhas na cabeça. Infelizmente, naquela época, no regime de semiescravidão, as crianças não conseguiam ser crianças. A gente trabalhava para poder sobreviver naquele regime de semiescravidão. Então, eu fiquei com três hérnias de disco muito precocemente. Vocês podem verificar que, em todas as Comissões que eu vou, eu acabo pedindo esse recurso, porque tenho uma tendência a me debruçar e depois eu saio com muitas dores. Muito obrigada por terem me possibilitado esse recurso.

Então, só queria deixar claro que não houve nenhuma atitude de recusa a comparecer ao convite desta Comissão, e aqui estou, diante da convocação, porque aí eu me senti obrigada a cancelar algumas agendas que teria de trabalho, dentro do Governo e de interlocutores de outros países, porque se trata de uma COP que envolve 195 países.

Por que eu disse que foi importante V. Exa. começar a apresentação com o vídeo que fez aqui? Primeiro, porque de fato o Ministério do Meio Ambiente tem um papel fundamental no debate que está posto. Se hoje o Brasil tem apenas 1% das emissões, ainda que seja o sexto maior emissor, como V. Exa. disse, a China é o primeiro lugar, os Estados Unidos o segundo lugar e aí nós temos União Europeia, Japão, Canadá, outros países. Mas os grandes emissores estão aí, até o décimo grande emissor, e o Brasil está em sexto lugar no câmpito das emissões globais. O que faz com que o Brasil não esteja numa posição pior é o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fato de termos feito políticas públicas, a partir de 2003, que conseguiram debelar o maior vetor de emissão de CO₂ no Brasil, que é desmatamento, transformação de uso da terra pela agricultura. No caso, o desmatamento é, sem sombra de dúvida, a maior fonte de emissão. Só para os senhores saberem, a Floresta Amazônica detém um estoque de carbono equivalente a 10% das emissões globais... A dez anos das emissões globais. Se a Amazônia – que Deus o livre – fosse destruída, estaria lançando na atmosfera um estoque de carbono equivalente a dez anos de emissão do planeta inteiro.

Então, como nós conseguimos fazer um plano, em 2003, que foi implementado em 2004, começou a ter os primeiros resultados em 2005, evitamos lançar na atmosfera 5 bilhões de toneladas de CO₂ e conseguimos reduzir o desmatamento por quase uma década em 83%, e além disso mantivemos floresta, que é ao mesmo tempo estoque e sequestro de carbono, criando unidades de conservação que representaram 80% das unidades de conservação criadas no mundo, de 2003 a 2008, a gente pode dizer que o Brasil dá uma contribuição, ainda que seja o sexto maior emissor de CO₂. Esse resultado que alcançamos fez com que o Brasil conseguisse ser o primeiro país em desenvolvimento que assumiu metas voluntárias de redução de CO₂, sendo a vanguarda entre os países em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento são beneficiários do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. O que significa isso? Países com emissões históricas maiores têm maiores responsabilidades, porque começaram suas emissões bem antes. Países em desenvolvimento têm responsabilidades, porém têm menos emissões históricas.

Esse foi um processo e uma arquitetura com que o Brasil contribuiu muito, o famoso MDL, princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas; o que não significa que ter responsabilidades diferenciadas signifique não ter responsabilidades. Nós temos responsabilidades, e o Brasil começou a fazer o seu dever de casa não por imposição de quem nos pedia, mas porque temos um compromisso com a proteção da floresta, com a proteção da biodiversidade, com a proteção das populações tradicionais indígenas e porque temos compromisso com as bases naturais do nosso desenvolvimento.

O nosso desenvolvimento é produto de fatores exógenos e de fatores endógenos. Os fatores exógenos ou exossomáticos – enfim, não sei como falaria isso – advêm da tecnologia, das transformações feitas pelos humanos. No entanto, a natureza é provedora de serviços ecossistêmicos que são fundamentais para que sejamos aquilo que nós somos. Além de sermos um país industrializado, com uma base relativa de conhecimento, nós somos uma potência agrícola. Agora, só somos uma potência agrícola porque somos uma potência hídrica; só somos uma potência hídrica porque somos uma potência florestal; e só somos aqueles que são provedores de alimentos na magnitude que somos porque nós contamos com vantagens comparativas que outros países não têm.

Quais são as vantagens comparativas que temos? Nós temos uma grande área de insolação – somos a maior área de insolação do planeta –, chuva em abundância e quantidade de terras. Só para se ter uma ideia, na Amazônia, nós temos algo em torno de 17 milhões de hectares de área que foi desmatada e que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está abandonada ou semiabandonada. Desses 17 milhões, 7 milhões estão em repouso, se regenerando há mais de sete anos.

Quando o Presidente Lula diz que nós podemos dobrar a nossa capacidade de produzir alimentos para nós mesmos e para o mundo sem precisar derrubar mais uma árvore, é disto que ele está falando: aumento de produção por ganho de produtividade, e não por expansão predatória da fronteira agrícola. E, graças a Deus, além de sermos gigantes pela própria natureza, já começamos a nos agigantar pela natureza de algumas decisões que tomamos, quando, por exemplo, criamos a Embrapa para ser a base tecnológica que ajuda o Brasil a ter aumento de produção não por expansão predatória, mas por uso de tecnologia. Nós somos um país que domina, exclusivamente, a tecnologia metálica, a tecnologia biológica, para a produção de álcool e cana-de-açúcar, quando isso não era uma realidade no mundo. Então, o Brasil é o país que tem a obrigação de continuar liderando essa agenda.

Infelizmente, tivemos um período em que o avanço dessa agenda foi arrefecido, mas agora está sendo retomado no Governo do Presidente Lula. Por isso é que nos primeiros decretos apresentados pelo Presidente Lula, dos dez decretos que foram feitos, cinco eram da área ambiental, por entender a importância estratégica da integração economia e ecologia.

Teve um tempo em que se falava de compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento. Já não se trata mais de compatibilizar, é uma questão de integrar. Como integrar economia e ecologia numa mesma equação? Por exemplo, muitas vezes a gente olha para a floresta e imagina que, para que ela nos dê algum resultado econômico, tem que ser convertida em pastagem, extração de madeira ou qualquer outro uso. Isso também é uma forma, mas tem uma contribuição, *a priori*, que é dada, que a gente não percebe e que a ciência nos ajudou a perceber.

Todos aqui sabem a história dos rios voadores, eu não vou repetir, porque é de domínio público, ainda mais nesta douda Comissão. Todos sabem a história dos rios voadores. A Amazônia produz, por dia, 20 bilhões de toneladas de água, essa água é transformada em vapor e é lançada na atmosfera, que é responsável pelas chuvas que temos. O PIB da América do Sul, 75% dele, está relacionado às chuvas produzidas pela Amazônia. O que a ciência está dizendo? Que se ultrapassarmos os 25% de destruição, nós vamos perder essas chuvas. Nós vamos entrar num processo de savanização, e isso, segundo alguns cientistas, já começa a ocorrer, de forma que a floresta já começa a perder umidade. Neste ano, 37% dos incêndios ocorreram em floresta primária, algo que era impensável até algum tempo atrás, porque o fogo entrava, mas depois, como é uma floresta úmida, recuava. Agora, 37% se deram em floresta primária. É claro que a origem vem dos incêndios, seja em área desmatada, seja para renovação de pastagem, seja até mesmo de incêndios criminosos, mas conseguiu avançar sobre a floresta primária.

A destruição da floresta será a destruição do nosso regime de chuvas. Muita gente fala: "Ah, o El Niño é um fenômeno natural". É um fenômeno natural, mas ele está potencializado – segundo a ciência – pelas mudanças do clima, em intensidade e frequência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi o triste depoimento de uma família no Rio Grande do Sul – no qual nós começamos com seca, agora é cheia; na Amazônia, começamos com cheia, agora é seca –, uma família que já limpou e refez a sua casa três vezes no Vale do Taquari, três vezes, porque, inclusive, quando eu fui lá, muitos diziam assim: "Mas isso aqui aconteceu a 90 anos atrás; pode ter certeza que é um fenômeno natural e que só vai acontecer daqui a 90 anos". Três vezes já aconteceu neste ano.

Isso é já estarmos vivendo sob os efeitos da mudança do clima nos eventos extremos, e não há previsão de que isso possa arrefecer, a menos que tomemos a decisão de enfrentar os problemas que causam a mudança do clima: emissão de CO₂, que pode ser pela destruição de floresta e, sobretudo, pelo uso do carvão, pelo uso do petróleo e pelo uso do gás.

Esse é o debate que precisa ser enfrentado, e é neste debate que o Brasil tem dado a sua contribuição.

É nesse contexto que foram os cinco decretos do Presidente para retomar políticas públicas que foram abandonadas: o Fundo Amazônia – eu sei que V. Exas. vão perguntar –, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, a retomada de criação de unidades de conservação, a retomada da demarcação de terras indígenas, o fortalecimento da agenda de comando e controle e do Sistema Nacional de Meio Ambiente, a retomada dos conselhos.

Eu poderia falar de outras coisas, mas a minha agenda é essa. Eu trabalho com ela e eu não posso dizer diferente. É com essa agenda que eu trabalho, desde que nasci, sem consciência política, mas agindo e, a partir dos 17 anos, quando conheci o Chico Mendes e o Frei Colodovis Boff, adquiri consciência política de que o que eu fazia era a defesa da ecologia, desde sempre lutando para preservar a Floresta Amazônica e suas populações tradicionais.

Bem, o resultado da retomada dessas políticas... E eu vi que teve uma preocupação muito grande das duas Casas, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, em relação ao aumento das queimadas, em relação ao desmatamento.

O desmatamento, nos dez primeiros meses do Governo do Presidente Lula, caiu 49,5%, e, no mês de outubro, se não me falha a memória – o Secretário da Secretaria Extraordinária de Prevenção e Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial e Fundiário, André Lima, está ali –, no mês de outubro, já tínhamos ali o indício também de que continuava a queda em algo em torno de 50%, ou um pouco mais, 55%, ou seja, conseguimos incidir sobre a curva de alta, que vinha do Governo anterior, reduzindo o desmatamento a um nível abaixo dos últimos quatro anos com a retomada do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento.

Na tendência que vinha do Governo anterior, nós teríamos um aumento de algo em torno de 54% do desmatamento. Com as ações que tomamos, tivemos no Sistema Prodes, que é diferente do Sistema Deter... O Deter é um sistema de detecção do desmatamento em tempo real; quem faz a aferição da taxa de desmatamento é o Sistema Prodes, que faz toda a limpeza de nuvens, de tudo, e, ao final, dá qual é a taxa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de desmatamento daquele ano. Qual é a questão que se tem que observar? O desmatamento é medido pelo Sistema Prodes de agosto a julho, ou seja, quando nós entramos no Governo, já havia computado para este ano – de 2023 – o desmatamento do Governo anterior, que foi de 6 mil quilômetros quadrados, numa tendência de aumento de 54%. Como de janeiro a julho nós conseguimos uma redução de 42% do desmatamento, ele incide sobre a taxa geral, empurra para baixo a tendência de alta e conseguimos uma redução de 22% no desmatamento em 2023. Isso evitou lançar na atmosfera 133 milhões de toneladas de CO₂. É o resultado do trabalho. Então, se estivesse na mesma tendência de 2022, teríamos chegado a 13 mil quilômetros quadrados de desmatamento. Com as ações que tomamos, a taxa caiu para 9 mil quilômetros quadrados, porque já tinha 6 mil do Governo anterior. Se fosse pela tendência da nossa curva dos dez meses, teriam sido 6 mil quilômetros quadrados.

Eu estou dizendo isso pra dizer que nós estamos indo pra COP não é para ser cobrados, nem pra ser subservientes, é para altivamente cobrarmos que medidas sejam tomadas, porque é isso que o Brasil tem feito. Foi o Brasil que ajudou que se tivesse agora um mecanismo na convenção que se chama perdas e danos – reparação pelas perdas e os danos de países vulneráveis em função da mudança do clima produzida por países desenvolvidos. Como virá essa reparação? Terá que vir em forma de recurso, terá que vir em forma de cooperação tecnológica, terá que vir na forma de abertura de mercado, terá que vir de forma solidária, para que se tenha uma transição justa para países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Agora, o Ministério do Meio Ambiente não entende que a questão é só uma questão de comando e controle, muito pelo contrário. O Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento é concebido em quatro eixos estratégicos. Combate às práticas ilegais, porque sem tirar o ilegal não tem nem como firmar o legal, porque quem faz certo não pode competir com quem faz errado.

Outro eixo: ordenamento territorial e fundiário, porque é preciso fazer a correta destinação das áreas, sejam elas as áreas que ainda não foram destinadas ou aquelas que são ocupadas de boa-fé. E repito: de boa-fé. Fazer a correta destinação das áreas; ordenamento territorial e fundiário.

Um outro eixo é o eixo do desenvolvimento sustentável. Eu sempre digo, desde 2003, que não basta dizer o que não pode fazer. É preciso estabelecer o como pode. Não pode ter apenas uma cabeça de gado por hectare, mas, com tecnologia, com assistência técnica, com financiamento correto, poderá se ter três cabeças, duas cabeças, o que a tecnologia alcançar. Não precisa nem ser um sistema intensivo, basta ser semi-intensivo e a gente dobra a produção sem precisar avançar sobre os ativos ambientais do nosso país. Porque destruir as nossas florestas é destruir o nosso regime de chuva, que os senhores já estão vendo como está completamente desequilibrado.

A água que a Amazônia produz, esses 20 bilhões de toneladas de água na forma de vapor, se fôssemos criar um sistema artificial para bombear essa água, precisaríamos de 50 mil Itaipus bombeando água ininterruptamente. Alguém consegue imaginar um empreendimento de construção de 50 mil Itaipus produzindo energia só para bombear água para o Brasil e para a América do Sul? Isso é um empreendimento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inimaginável. Mas a floresta faz isso, o sol faz isso, o vento faz isso, e isso se chama serviços ecossistêmicos.

É por isso que, na liderança do G20, o Presidente Lula colocou a questão dos serviços ecossistêmicos como um ponto para que países desenvolvidos paguem para que os serviços ecossistêmicos que equilibram o planeta continuem a existir. É por isso que ele vai levar uma proposta, que só ele pode falar, de um mecanismo global para pagar por hectare de floresta em pé, uma quantia que quem tem floresta ainda haverá de agradecer cada unidade de conservação, cada terra indígena que foi criada. Se Deus quiser, nós haveremos de aprovar esse instrumento para que as florestas sejam remuneradas, protegidas. Porque os mais interessados em proteger a floresta, a biodiversidade, os povos originários e o nosso regime de chuvas somos nós.

Foi por isso que lá atrás nós começamos, em 2003, sem nenhum centavo. E o Fundo Amazônia não foi um fundo para a gente fazer, foi um fundo para compensar pelo resultado alcançado, pelo resultado já alcançado, e que é justo, porque nós alcançamos um resultado de evitar lançar na atmosfera 5 bilhões de toneladas de CO₂. E agora, nos primeiros meses, aquele 1 bilhão que nós tínhamos perdido do fundo de captar em função do aumento do desmatamento e de emissão de CO₂, nós já recuperamos porque nós evitamos lançar 133 milhões de toneladas de CO₂ para proteger o interesse do agronegócio, do pequeno, do grande, do médio, e para que o Brasil seja a potência que ele precisa ser no século XXI.

E eu vou concluir por aqui, Sr. Presidente. Eu tenho aqui todas as políticas que fizemos, mas eu foquei nessa porque eu gostei muito que V. Exa. começou pelo tema, que é o tema dos temas, o armagedon que a humanidade está enfrentando; senão, por que 195 países iriam se reunir agora, em 2029, e estão se reunindo desde 92 para se debruçar sobre um tema que foi identificado em 1896? O primeiro ensaio sobre mudança do clima em função de emissão de CO₂ foi feito pelo físico Svante Arrhenius, em 1896, e ele disse: "se continuarem convertendo os recursos naturais em CO₂, nós vamos interferir na temperatura da Terra".

Esse tempo chegou e nós já temos os efeitos dramáticos: no Cerrado, as chuvas já estão retardando 57 dias, nós já perdemos algo em torno de 25% do volume de vazão de água nos principais rios do Cerrado; a superfície hídrica do nosso país, nos últimos 50 anos, já diminuiu em 15%; e a ciência está nos alertando, e nós não podemos fazer vista grossa. É por isso que esse é um trabalho de parceria: é do Governo Federal, é do Congresso Nacional, é da sociedade civil, é da academia, é dos empresários; de todos aqueles que querem enfrentar o problema, considerando o princípio da realidade trazido pela ciência e pelo bom senso.

Eu me coloco à disposição das vossas perguntas. E podem ter certeza: fui eleita Deputada Federal por São Paulo e pelo Brasil – como era o meu *slogan* –, fui Senadora nesta Casa durante 16 anos, e tenho o maior apreço por esta Casa e por essas Comissões. E tanto é o apreço que fui a primeira pessoa a apresentar, no nosso continente, um projeto de lei sobre acesso a recursos genéticos para que a biotecnologia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudesse ser um dos meios de gerar riqueza, de gerar renda e qualidade de vida, e inclusive de proteger o conhecimento das populações indígenas e tradicionais.

Muito obrigada, Sr. Senador Valério, Senador Marcio Bittar e todos os senhores que me honram com vossas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Ministra Marina, pela sua exposição, sua aula, que está devidamente anotada no relatório da CPI, mas, como a CPI é para investigar as ONGs, eu vou mudar o rumo da prosa.

Me encanta muito, Ministra... Eu já vi aqui o Ibama, o ICMBio, ONGs falarem em proteção para o bem da humanidade futura; sempre falam isso, mesmo que se tenha que sacrificar a humanidade atual.

Eu vou mostrar aqui um vídeo lá de São Félix do Xingu, um vídeo dos ianomâmis e um vídeo da Transamazônica, 319; e eu vou perguntar no final se vale a pena sacrificar essa gente em prol do clima, dessa mudança de 1% que o Brasil emite.

Por favor, é o vídeo nº 2, o 8 e o 17.

São Félix do Xingu.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A mesma motosserra que, na mão de qualquer um, é criminosa, na mão deles é ato heroico; a mesma motosserra serve pra isso aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Esse aí é o vídeo de São Félix do Xingu.

Esse outro aqui é o vídeo dos ianomâmis; daquela nossa heroína, a mulher do ano, aquela cozinheira.

É o vídeo nº 7, por favor – é o vídeo nº 7.

Os ianomâmis...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E, por último, o 17 – por último, o 17, por favor –, que é bem curtinho, não tem nem um minuto.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para quem não está percebendo, esse caminhão aí levava oxigênio para Manaus. Esse oxigênio salvaria centenas de pessoas, e não salvou. Salvou algumas depois que chegou lá, depois de tantos milhares terem morrido. E nós ainda estamos contando os ossos – ninguém conta mais os corpos –, os ossos dos nossos mortos em Manaus. Tudo porque não tinha oxigênio. Estamos contando os ossos. A cada dia, eu descubro um amigo meu que morreu.

Na BR-319, tentando levar oxigênio na pandemia, e aí morreram centenas e centenas de pessoas.

É isso, Ministra, que eu queria perguntar: vale a pena salvar a humanidade do futuro, condenando essa gente aí à morte?

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Bem, achei bem interessante que V. Exa. tivesse exibido esse vídeo – que, pelo que pude observar, tem sido exibido para todas as pessoas que aqui comparecem –, primeiro porque me dá a oportunidade de tecer alguns comentários sobre a premissa com a qual V. Exa. fez a interpelação. V. Exa. falou: "Vale a pena sacrificar as vidas dos que estão aqui em função dos que ainda vão nascer?". Foi isso – não é? – que V. Exa. disse.

Imagine se Martin Luther King tivesse pensado assim: "Vale a pena lutar contra a discriminação racial? Porque provavelmente eu não vou ver o primeiro Presidente negro eleito nos Estados Unidos".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, então, vale a pena?

A SRA. MARINA SILVA – Eu estou desenvolvendo o meu raciocínio. Se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Claro que vou permitir. Eu só quero saber se vale a pena.

A SRA. MARINA SILVA – Como V. Exa. me disse que eu tinha o direito de falar, então agradeço se puder continuar o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

A SRA. MARINA SILVA – Obrigada.

O que nós estamos fazendo para proteger as florestas não pode ser colocado em oposição à vida dos que estão aqui agora, porque a Amazônia, em 1975, tinha apenas 0,5% de área desmatada.

De repente, chegou uma ideologia "integrar para não entregar" que estimulou que se desmatasse para poder desenvolver a região, e o que aconteceu? Nós diminuimos a pobreza na região? Não diminuimos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas o que era apenas 0,5% em 1975, Senador, agora já é 18% de área desmatada – isso é o tamanho da Itália e da Espanha juntos –, e continuamos tendo pobreza para muitos.

Para poucos é vantajoso porque se apropriam das riquezas de forma privada e deixam o rastro de destruição, de forma generalizada, não só para o Brasil, mas para o mundo. E, dessa forma, a gente tem uma situação em que não dá para se fazer esse tipo de interpelação. O custo da vida humana deve ser sempre respeitado. A vida humana deve ser sempre preservada. Eu, mais do que ninguém, sei disso – mais do que ninguém, sei disso. Na época em que eu vivi situação de violência por outros caminhos, não porque estavam querendo proteger a floresta, mas porque queriam destruir a floresta, infelizmente não tinha ninguém para filmar – não tinha –, mas eu sei de memória e posso relatar o que aconteceu dos meus 17 anos aos meus 28 anos, quando eu vi ser assassinado o Chico Mendes.

O que está se propondo é não sacrificar os recursos de milhares de anos pelo lucro de poucas décadas. E é possível fazer isso sem prejudicar o emprego. É possível fazer isso sem prejudicar o processo produtivo. É possível! É uma escolha. É um investimento. Dá para fazer num passe de mágica? Obviamente que não, mas tem que encarar essa transição.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sem violência.

A SRA. MARINA SILVA – Em relação à terra indígena, V. Exa. se referiu à Terra Indígena...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Yanomami.

A SRA. MARINA SILVA – ... Yanomami e Apyterewa – foram vários filmes que V. Exa. colocou.

No caso da Terra Indígena Apyterewa, essa terra indígena foi criada, e ela foi criada para cumprir com a função que está estabelecida dentro do marco regulatório brasileiro e da Constituição Federal. Ela é hoje a área mais desmatada, a terra indígena mais desmatada do Brasil: 319km² de floresta nativa entre 2019 e 2022, uma área quase igual à da cidade de Belo Horizonte.

V. Exas. sabem que as populações indígenas têm o direito sobre seus territórios originários, naqueles em que o Constituinte igualmente originário entendeu que deveriam ser demarcadas suas áreas. Ela foi demarcada. E aí nós temos que separar determinadas situações: pessoas humildes, pessoas simples que estão ocupando indevidamente essa área que pertence aos indígenas, porque ela foi homologada em 2007, e residem 730 indígenas nesse território. Essas pessoas podem ser alocadas em outro lugar. Temos que buscar uma alternativa para elas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É esse o ponto que eu lhe perguntei.

A SRA. MARINA SILVA – Podem ser alocadas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por que não obedecem à lei que diz que tem que arrumar lugar para essa gente, transporte para essa gente? Tem o caso de uma senhora que tomaram a moto dela...

A SRA. MARINA SILVA – Agora eu queria só esclarecer uma coisa, Senador, que eu imagino que o senhor não sabe.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ótimo, eu preciso aprender.

A SRA. MARINA SILVA – A Amazônia, durante esses anos últimos, foi tomada em grande parte pelo crime organizado. Facções que existiam no sul e no centro-sul do país hoje operam dentro das terras indígenas, dentro das unidades de conservação, dentro de assentamentos, em vários lugares, e as investigações estão chegando a uma conclusão: que às vezes as pessoas resistem não é porque elas querem descumprir a lei, porque a lei, por força de lei, por decisão da Justiça e pelo que é legal, na terra deve ser feita a desintrusão. Mas existem forças criminosas que tentam manipular as pessoas simples para que elas resistam em custo de sua vida. E aí muitas delas faziam um cálculo entre resistir ao crime organizado ou resistir ao Estado, porque sabem que o Estado vai ter responsabilidade. Mas o Estado não pode ser conivente com a ilegalidade. E é por isso que o Ministro Paulo Teixeira está trabalhando programas alternativos para os assentamentos, para aqueles que são de fato agricultores.

Mas a terra indígena tem que ser respeitada naquilo que é a função para a qual foi criada. Por que é que nós achamos que, quando o MST invade uma fazenda com trabalhadores rurais sem-terra, a Justiça deve dar a reintegração de posse para o proprietário? E quando alguém, mesmo sendo um trabalhador rural sem terra, invade a terra indígena, ele deve ficar? E, quando a Justiça determina, o Estado deve recuar diante da recusa? Não podemos ter dois pesos e duas medidas, sob pena de prevaricar. Se para o Estado, ao ser acionado para tirar um acampamento de sem-terra que ocupou uma terra produtiva, isso deve ser cumprido, por que numa área demarcada, homologada, com cerca de 730 indígenas morando lá, que têm um estilo de vida particular, aí nesse caso deve ser respeitado?

Vamos discutir para as pessoas, de fato, simples, que tenham alternativas. Mas a alternativa não é permitir que a lei seja descumprida, da mesma forma que, se alguém resolver invadir o assentamento do Incra, que foi demarcado, com todo o direito daqueles trabalhadores, igualmente não devemos permitir. Isso é o princípio da lei, sem dois pesos e duas medidas. É bato justo e efa justo. Não pode ter dois pesos e duas medidas.

Em relação ao povo ianomâmi, eu visitei, por duas vezes, a Terra Indígena Yanomami, só nesses últimos meses agora, e eu entendo que uma pessoa, com a simplicidade da senhora que falava no vídeo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se a senhora disser que ela é criminosa, eu estou adivinhando. Eu não estou discutindo o garimpeiro. Eu estou discutindo a falta de assistência aos ianomâmis.

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que não têm...

A SRA. MARINA SILVA – Eu vou chegar lá se V. Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu permito, Ministra, mas os Senadores vão querer fazer pergunta...

A SRA. MARINA SILVA – Eu sei, mas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu queria passar para eles, para não parecer que nós dois...

A SRA. MARINA SILVA – É que os vídeos são bem complexos, e a gente precisa debater.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas a pergunta foi simples.

A SRA. MARINA SILVA – Eu confesso a V. Exa. que eu tenho o dia inteiro para ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Também, mas, assim, eu queria...

A minha pergunta foi simples, se vale a pena...

A SRA. MARINA SILVA – Então vamos lá, a Terra Indígena Yanomami.

Durante quatro anos, o que nós tivemos foi o abandono das políticas para os povos indígenas.

O Presidente Lula foi lá em fevereiro.

Será que, em fevereiro, aquela situação já estaria daquele jeito, de 2023? Ou aquilo vem de antes? Será que toda a desestruturação da Terra Indígena Yanomami e a invasão de garimpeiros aconteceram em fevereiro? Não, aquilo já estava posto.

E aquela senhora quando diz que ela dá um pouco de leite e um pouco de arroz... O que os indígenas querem – e que nós temos a obrigação de prover – é que eles tenham seus rios não com mercúrio, que eles tenham seus rios com peixe; que eles tenham a sua mata com a caça, em que lhes é facultado o direito de tirar para o seu provimento; que eles possam viver de acordo com o seu estilo de vida. Por isso é que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Lula decretou emergência, e está sendo mobilizado um conjunto de ações, e, pela fiscalização do Ibama, da Polícia Federal, da PRF, todo mundo junto, a gente está enfrentando o problema, que não é de pequena monta.

Quando a gente sobrevoa e vê aquelas crateras, eu pergunto: aquele garimpo é legal? Não. É criminoso. O garimpo é criminoso e manipula pessoas inocentes, força de trabalho de pessoas simples.

Quanto de imposto aquelas crateras geraram para o Estado de Roraima? Absolutamente nada. O que nós temos ali é o uso indevido das riquezas do subsolo e a agressão àqueles povos. Mulheres, crianças e adolescentes foram estuprados ali dentro. Agora, eu não vou ficar aqui fazendo julgamento, *a priori*, de quem é criminoso ou não, porque quem faz isso é a Justiça. Na democracia, quem determina quem é criminoso e quem não criminoso não somos nós, é a Justiça. É um julgamento correto, com ampla defesa. Aí, sim, a gente vai saber quem é o criminoso, quem é culpado e quem deve pagar. Mas, uma vez a Justiça decidindo, recorrendo-se a todas as instâncias, a ordem da Justiça terá que ser cumprida.

Eu falo com ênfase porque, como eu disse, achei muito proveitoso verificar aquelas cenas, porque aquelas cenas não foram produzidas de janeiro a fevereiro. Aquilo já estava ali, agravado de uma forma assustadora como um crime de lesa-humanidade contra um povo e um estilo de vida que precisam ser respeitados e preservados.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por favor, mostre o vídeo nº 8, a cena que foi produzida por nós, Senadores da República.

O vídeo nº 8, para não ter esse negócio de que foi lá pelo Governo passado.

Essa cena nº 8 foi agora.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. MARINA SILVA – Não, eu estou dizendo...

Desculpe-me, Senador, só esclarecendo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É o regime de semiescravidão que a senhora falou. Essa senhora é uma semiescrava.

Fomos nós que produzimos...

Olhe o que ela contou...

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, é só o ICMBio, Ministra. É o ICMBio que não deixa; então, nós fomos lá. O Jaime está aqui, o Marcio está aqui, essa cena é nova. Ela não pode criar uma vaca.

A senhora falou...

Eu vou encerrar para não parecer que eu estou... Porque tem os outros Senadores.

A senhora falou que viveu num regime de semiescravidão no seringal. Perfeito, conseguiu sair disso e ser uma pessoa de sucesso que é hoje, mas esse pessoal está no regime de semiescravidão em 2023. Ele sai... O doente sai, Ministra, em rede. Rede, como saía lá no seringal, quando a senhora era criança.

E aquele cesto que a senhora carregava nas costas, com a mandioca para fazer farinha, eles estão carregando, os índios que a gente visita carregam ainda.

Era isso que a gente estava querendo, por isso é que eu perguntei se vale a pena.

Eu perguntei ao Agostinho do Ibama. Eu perguntei para ele: "Uma autoridade, quando vê desmandos, não pode denunciar e pedir para parar?". É o que está acontecendo em Apyterewa, é o que está acontecendo na reserva.

É disso que eu queria que a senhora tomasse conhecimento.

As mudanças climáticas aqui são importantes, mas não é o cerne da questão aqui. Aqui são as ONGs – aqui são as ONGs. Por exemplo, o Ipam, a gente vai perguntar sobre o Ipam, mas eu queria passar, se a senhora permitir, para os outros Senadores, para que não pareça que...

A SRA. MARINA SILVA – Isso, mas, V. Exa., como Presidente, pode ficar à vontade para perguntar. Como eu disse, eu estou aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

Mas eu vou passar a todos os Senadores.

A SRA. MARINA SILVA – Só pegando ali o que o senhor... o que V. Exa. me pediu.

Em relação ao que V. Exa. entendeu, que eu estava dizendo que o filme era... Eu não estava me referindo ao filme. Eu estava me referindo à realidade daquelas crianças em estado de inanição, daquelas crianças doentes, daquelas pessoas, daquele garimpo, dos peixes contaminados. É disso que eu estou falando, que não aconteceu de janeiro a fevereiro, aconteceu ao longo de muitos anos e que foi acelerado nos últimos quatro anos ao arrepio da lei. Era isso o que eu estava falando.

Em relação à autenticidade do vídeo, eu nem tenho meios técnicos para falar isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao ICMBio, nós do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, temos a Resex Chico Mendes, que tem cerca de 4,3 mil quilômetros de ramais abertos, uma distância maior que Rio Branco a Porto Alegre. Isso é o que tem dentro da Reserva Chico Mendes. O plano de manejo permite a criação de gado, a área máxima permitida para a criação de gado, por colocação, após cumprida todas as exigências que são estabelecidas pelo plano de manejo, porque a reserva extrativista é para uma determinada forma de usufruto da modalidade para a qual foi criada, da mesma forma que uma fazenda é para a modalidade para a qual está prevista no regime jurídico. Por que, quando se trata das modalidades de uns, deve ser cumprida, e, quando se trata da modalidade de outros, deve ser adulterada?

Então, o ICMBio tem a obrigação legal, constitucional, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de manter a Reserva Chico Mendes com as finalidades para a qual foi criada, para prestar os serviços ecossistêmicos que ela presta para o Estado do Acre, inclusive em benefício do setor produtivo, que poderá sofrer de escassez de água, e só já não está sofrendo mais em função da presença da reserva, que, infelizmente, já teve cerca de 70 mil hectares desmatados de forma ilegal.

O ICMBio tem meios para atuar de acordo com aquilo que é ilegal, mas quando dizem que não deixam botar luz elétrica, se a empresa entrar em contato, e parece que já está entrando em contato, vai poder botar, sim, luz para todos. Já estamos tratando disso, já teve reuniões, o problema é que, no passado, essas pessoas não eram enxergadas para ter políticas públicas.

A autorização para a construção de escola, com certeza. Chico Mendes foi pioneiro nas escolas no seringal, o Marcio sabe disso. O Projeto Seringueiro foi o Chico Mendes que criou, as escolas da floresta. O ex-Governador Binho Marques era o coordenador do Projeto Seringueiro para alfabetizar os filhos dos seringueiros que, como eu, as minhas sete irmãs e o meu irmão, não tinham escola. Mas dentro da reserva extrativista tem que ter, sim, escola, tem que ter o acesso permitido e tem que ser feito o uso de acordo com aquilo que está prescrito na lei.

Quando as autoridades agem para manter o estilo de vida dessas populações é porque foi uma escolha delas, foi uma escolha dessas pessoas.

Eu participei dessa luta, eu sei o que nós enfrentamos dentro da Reserva Bordon para poder criar a Reserva Chico Mendes, eu sei o que aconteceu quando fizemos um embate no Seringal Cachoeira para criar a Reserva Chico Mendes, eu sei que o peso disso foi a morte do Chico Mendes, eu sei que fizeram um churrasco para comemorar a morte dele. Eu sei de tudo isso, mas essa luta foi vitoriosa, e o que se precisa é implementar a reserva com escola, com internet, com acesso aos meios de...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Saúde, transporte.

A SRA. MARINA SILVA – ... saúde, educação, transporte. Agora, o que não pode é pessoas alheias estarem ameaçando as pessoas tradicionais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu levei até o Ministro Flávio Dino uma senhora que teve que abandonar sua colocação de seringa, sabe por quê? Porque ela é suspeita. Sabe qual é a suspeição? Porque a área dela não está desmatada. Ela deixou as cabeças de gado que, de acordo com a lei, são possíveis de ter para o leite, ela deixou os cachorros, um me parece que veio à morte, até que o vizinho foi resgatar os demais e o gado. E a denúncia é "porque ela era suspeita". Com certeza não são pessoas simples que, muitas vezes, são estimuladas a ocupar essas áreas, mas são aqueles criminosos que precisam ser investigados para não permitir que a reserva seja invadida. Agora, ter ramais, ter escola, ter posto de saúde sempre foi o sonho do Chico Mendes e tenho certeza de que é o de V. Exa. e de todos nós que estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não farei perguntas, só afirmações do que eu vi lá. O Prefeito de Epitaciolândia quer construiu escola há dois anos, não permitem. Os doentes saem em redes – é o que eu vi. Eles extraem borracha, e é R\$3 o quilo de borracha, tem um subsídio que demora muito. O cara, se ele for macho mesmo, ele produz cinco quilos por dia, ou seja, R\$15. Para quem não sabe, os países asiáticos dominam a borracha, eles têm estoque para a vida inteira. Portanto, insistir nessa coisa de produzir borracha é muito difícil para nós, não tem como. E, com todos que a gente conversou, Marcio, eles querem sair de lá correndo.

Eu passo a palavra para o nosso Relator, o Senador Marcio.

A SRA. MARINA SILVA – Marcio, só se você me permitir... Senador, desculpe-me. A escola já foi autorizada, já está dada a autorização, porque estava em processo, como V. Exa. disse, faz dois anos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente, porque, no Governo anterior, isso nunca foi uma prioridade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – O.k.

Eu quero cumprimentar a todos.

Com a licença da Ministra, eu não posso deixar de registrar, Líder Jaques Wagner, que o assunto não é este, mas é a primeira oportunidade e eu quero parabenizar o seu voto. Eu sei que o seu voto contrariou muitos que contigo estão numa mesma estrada. Já aconteceu isto comigo várias vezes de às vezes dar um voto que contraria aqueles parceiros de jornada, contraria amigos. Eu dizia, agora há pouco, no Acre, neste fim de semana, que os meus amigos, as pessoas que me acompanham ou mesmo que apenas observam têm todo o direito de não gostar de um voto meu ou de uma opinião, mas não se sentirão traídos, porque as minhas posições são muito claras. Agora mesmo, neste ano, eu já fiz alguns votos que contrariaram profundamente aqueles que comigo caminham no mesmo eixo. Eu entendo que o que votamos aqui na semana passada é tão e somente isto, um aperfeiçoamento legítimo, e o Congresso Nacional é feito para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, e não carecia de ter uma repercussão como a que acabou tendo. Eu quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo.

Ministra Marina, não pense que me alegra divergir da senhora. Eu conheço a história da Ministra Marina Silva. Aliás, ontem... anteontem, no avião da volta de Rio Branco, eu conheci uma moça. Ela é a chefe da equipe dos que atendem a gente no aeroporto. Começou uma conversa, e eu me surpreendi. Ela é de Assis Brasil, lá na nossa fronteira tríplice, com Bolívia e Peru. Comecei a conversar, e ela foi contando o esforço que fez para chegar aonde chegou, de ter que sair de Assis Brasil, que é uma cidade pequena, e eu disse a ela que a história dela era uma história inspiradora e que aquilo, com certeza, poderia – e até deveria – servir de inspiração para outras acrianas, outros acrianos tantos. Ela venceu, por que outras pessoas também não venceriam?

Eu estou dizendo isso porque a história da Ministra é uma história inspiradora. Não é qualquer hora que uma mulher sai de onde saiu, alfabetiza-se já na adolescência e dali voa alto a ponto de ser a pessoa do Brasil – acho eu – das mais conhecidas no mundo, se não a mais conhecida.

Eu até dizia, lá, muito tempo atrás, no primeiro mandato que a senhora teve, de Senadora... Eu até dizia, talvez uma frase que não fosse tão bonita, mas era verdadeira. Eu dizia que o Senador do Brasil mais conhecido no mundo usava saia, porque era a senhora, que era a pessoa mais conhecida no mundo.

Portanto, a mim... Diferentemente da senhora – que é acriana de nascimento –, eu optei pelo Acre, a minha família optou pelo Acre quando eu tinha dez anos de idade e estou lá até hoje. Eu também admiro essa trajetória, como a da Silvia. É a mesma história inspiradora. Quer dizer, hoje, qualquer mulher indígena que esteja na Amazônia tem o direito de olhar para você, Silvia, e se inspirar. Se você pôde, outras pessoas podem também.

Agora, com todo o respeito que eu tenho... E eu aprendi a respeitar as pessoas e principalmente a mulher pelo meu pai. Não foi partido político, não foi ideologia, foi meu pai. Para o meu pai, se você agredisse uma mulher, nem que fosse verbalmente, era um pecado imperdoável. Então, não foi partido político.

Mas eu não consigo, Ministra – e é a fonte da nossa divergência –, eu não consigo tirar o pé do Acre. Para onde eu vou, a poeira, a tabatinga, me acompanha, como a minha memória. E alguma coisa não bate.

Como é que o mundo está tão preocupado, há 50 anos, com a Amazônia, e ela está ficando mais pobre, mais violenta? Se Martin Luther King fosse acriano, fosse amazonense, fosse do Amazonas, é bem provável que ele fizesse uma cobrança dura, séria, daqueles que poluem muito mais o planeta do que o Brasil, e particularmente a Amazônia, 1% é do Brasil inteiro. O que seria a Amazônia? Porque quem está com fome, desempregado... O estupro no Acre aumentou, o feminicídio no Acre aumentou nos últimos 20, 30, 40 anos, a linha da pobreza aumentou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que é que não sai de mim? Algo não está batendo. Quer dizer, se a preocupação é também levada em conta para o ser humano, então isso não está batendo.

A discussão sobre a questão climática – eu acompanho, leio aquilo que eu posso, o tempo que eu tenho –, acho fascinante, mas, de fato, não é o foco da CPI. O que eu posso apenas pontuar é que hoje em dia existem pessoas que escolhem um grupo de cientistas e pronto: "Isso aqui é a lei, é uma coisa feita e acabada, e todo cientista que não for dessa linha é um negacionista". O que eu posso dizer é que existem cientistas respeitados de um lado e de outro, com visões diferentes.

No ano passado ganhou o Prêmio Nobel um cientista que assinou, com mais 1.800 cientistas, um documento dizendo que ação do homem... Ninguém discorda das mudanças climáticas, mas assinaram um documento dizendo que as ações do homem nada ou quase nada têm poder para alterar o clima do planeta. O microclima, sim.

Até porque o que é a ciência? Ela também não é imutável. Havia o tempo em que, se alguém dissesse que a Terra era redonda, podia ir para a fogueira. Se dissesse que a Terra é que girava em torno do Sol, também podia ser penalizado. Houve um tempo em que se achava que o átomo era a menor partícula, e depois descobriu-se que não é.

Esse cientista que hoje está sendo acusado de negacionista, a resposta dele foi a seguinte: "Não tem problema, eu passei 50 anos para ganhar esse Prêmio Nobel e defendi uma tese ao longo de 50 anos até que a academia reconheceu que eu estava certo". Então, é só fazer essa pontuação.

Antes de entrar na pergunta, quero só dizer, Ministra, que a turma que tem uma certa... Não é o mesmo peso. A turma que tem uma certa condescendência, até uma certa leniência com as invasões de propriedade privada do MST não somos nós. Quem recebe o MST, que para mim é um grupo de foras da lei, no Palácio da Alvorada, com festa, colocando boné, de certa forma... E aliás, agora nós temos um ministro na Suprema Corte que diz que, na invasão de terra, mesmo sendo produtiva, mesmo sendo propriedade privada, é preciso criar primeiro uma comissão antes de fazer a desapropriação. Quando eu acho que não, a lei é essa mesmo.

Enfim, então, Ministra, o foco da CPI é questionar, porque a pessoa pode ser quase uma unanimidade no mundo e nem por isso significa que esteja correta ou que não mereça ou que não deva fazer correções. A dúvida desta CPI – por isso o Senador Plínio passou quatro anos, quase quatro anos e meio para que ela exista – é assim: será que os países que financiam as ONGs que atuam na Amazônia de fato estão preocupados com a questão climática ou do meio ambiente? Será que não está por trás disso o interesse econômico aviltando o interesse nacional, por um lado?

Por outro lado, esses recursos todos que entram no Brasil sempre com essa pegada estão melhorando a vida do povo da Amazônia? Será que isso não constituiu na prática, diferente do discurso, a construção de um exército de militantes que entre outras coisas se une na hora que é para lutar contra estrada, contra



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponte, contra hidrelétrica, enfim, contra as obras de infraestrutura, sem as quais a Amazônia não tem como sair da pobreza, não tem como sair da miséria? E essa pelo menos é a minha preocupação, é o que não sai de dentro de mim.

Então, essas são as indagações que a CPI vai tentar elucidar ou, pelo menos, dar a uma parcela maior da opinião pública alguns dados e informações para que o Brasil possa pensar um pouco melhor sobre isso.

E, como eu disse, Ministra, só para entrar na pergunta, eu tenho hoje uma pessoa muito próxima a mim, muito, que é bióloga e ambientalista. Ela teve na senhora, quase que a vida inteira, a maior referência, de ir para a COP e pedir para tirar foto com a senhora. Mas, agora, que ela está conhecendo o Acre muito, talvez essas dúvidas que eu trouxe a vida inteira já estejam na cabeça dela também – ela estará na COP também, agora. Porque é um contraste. Quer dizer, é de uma região muito mais rica, quando conhece o Acre e vê a pobreza, o desalento, enfim, dados que eu já mencionei aqui, a pessoa, se tiver honestidade intelectual, começa a questionar o que é que tudo isso lá fora está trazendo de concreto para quem, de fato, mora e vive na Amazônia.

V. Exa. e vários de seus Secretários, como a Sra. Ana Toni e o Sr. Capobianco, que nos prestigia aqui com a sua presença, foram fundadores, participaram ou até mesmo ainda participam de ONGs ambientalistas. V. Exa. não vê nenhuma irregularidade, nenhum ato promíscuo nesse fato, considerando que o Ministério do Meio Ambiente é formulador e financiador de políticas ambientais? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Enquanto a Ministra pega os documentos, quero mostrar aqui a relação dos Senadores, por ordem de chegada: Senador Hamilton Mourão, Senador Jaques Wagner, Senador Dr. Hiran, Senador Jaime Bagattoli, Senador Zequinha está *on-line*, Senadora Tereza Cristina, Senador Sérgio Petecão, Senadora Damares, que deixou para se inscrever por último; e vamos ouvir também a Deputada Silva e o Deputado Puppio. O Petecão já está aqui. Citei. Só para saber que todos falarão à vontade.

Ministra...

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Obrigada.

Obrigada pelas suas palavras de respeito com a minha trajetória de vida, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – São verdadeiras.

A SRA. MARINA SILVA – Conheço V. Exa. desde que chegou, ainda muito jovem, ao Acre, como militante do PPS.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Isso mesmo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – Obviamente que as pessoas vão fazendo seus percursos, e isso é parte da trajetória de cada um de nós.

Em relação à questão da ênfase que eu dei na mudança do clima, é porque eu fui instada a fazê-lo. Eu sou Ministra do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Estou às vésperas de ir para a COP 28, e V. Exas. iniciaram com um vídeo sobre as emissões de CO₂. Então, não fui eu que puxei o assunto para outro lugar. Eu imaginei que esse era um dos assuntos, porque o vídeo, o primeiro que foi apresentado, foi exatamente para falar da questão das emissões. Depois, vieram os vídeos com as realidades históricas das desigualdades terríveis no Brasil.

Em relação à questão da fome, da pobreza, ninguém aqui nesta sala defende que tenha a fome, que tenha a pobreza, que tenha a miséria. Talvez uma das pessoas que mais tenha lutado para ajudar a resolver esse grave problema tenha sido o Presidente Lula. Desconheço quem tenha dedicado uma vida tanto quanto em ação prática – porque, em formulação, em teoria, com certeza, é o Suplicy. Mas, na aplicação dos princípios do combate à desigualdade, o Presidente Lula...

Durante os Governos do Presidente Lula, e graças ao seu legado, nós saímos do Mapa da Fome. Mas essa fome que essa pessoa próxima, a que V. Exa. se referiu, que eu tive a oportunidade de conhecer no meu gabinete quando V. Exa. lá foi, que é bióloga – e que bom que vai estar na COP –, diz que está conhecendo a realidade do Acre... Com certeza, as políticas sociais abandonadas que fizeram com que o Brasil retornasse ao Mapa da Fome agravaram a situação do Acre.

Nós tínhamos saído do Mapa da Fome. Voltamos. Nós tínhamos conseguido reduzir o desmatamento em 83%, saindo de 27 mil quilômetros quadrados para 4,6 mil quilômetros quadrados. Voltamos para uma curva ascendente de 54%. E, se não fosse o Presidente Lula ter voltado, graças à defesa da democracia, nós teríamos chegado agora a 13 mil quilômetros quadrados de desmatamento. O Brasil, que tinha saído do Mapa da Fome, para ele voltou. O Brasil, que tinha enfrentado o desmatamento... E duas coisas, Senadora Tereza Cristina: o desmatamento caía e o agronegócio crescia. E aí a gente fazia um grande favor para o nosso país, que era mostrar que é possível ser grande produtor de grãos de alimento sem precisar destruir floresta.

E eu tenho muita alegria de ter dado essa parcela de contribuição e de, pela segunda vez, dá-la de novo, porque, quando a União Europeia debate a questão do Acordo do Mercosul, com eles, quem fala para defender que o Brasil não é só criminalidade e que tem produtores sérios... Quer saber quantos por cento são responsáveis por mais de 80% do desmatamento ilegal? Dois por cento. Os demais não estão nessa lista. Agora, eu não posso, em nome dos 2%, tismar o nome de todos aqueles que estão se esforçando para fazer certo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou eu que digo isso. E posso dizer que digo com uma certa dose de credibilidade, porque não é só um discurso. É uma prática. É a prática de ter reduzido o desmatamento em 83% durante quase uma década, e é pegar esse *know-how* e trazê-lo de novo e reduzir desmatamento em 49,5% em dois meses.

Para isso, é preciso um governo republicano que deixe o Ibama trabalhar, o ICMBio trabalhar, que favoreça para que se tenha, além de comando e controle, um plano, agora com o dinheiro do Fundo Amazônia, com os 70 municípios que mais desmatam, para atividades produtivas sustentáveis, porque, como eu disse, o plano tem vários eixos.

Então, essa é uma questão que o senhor colocou, Senador Marcio Bittar, e pode ter certeza: a fome foi agravada por termos voltado ao Mapa da Fome. Em relação a V. Exa. perguntar se não há incompatibilidade entre o meu Secretário, querido amigo, biólogo, competentíssimo João Paulo Capobianco ter vindo da SOS Mata Atlântica e ser Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente? Não.

Imagine se eu fosse colocar suspeição em alguém que vem do sistema financeiro e está no Banco Central, ou em alguém como o Ministro Paulo Roberto Nunes Guedes, que ocupou fundações, teve vinculações prévias ao exercício do cargo como fundador do Banco Pactual, ou como sócio-fundador do grupo financeiro BR Investimentos, listado na Bolsa de Valores com uma série de atributos, e assim por diante.

Eu tinha divergências com o Ministro Paulo Guedes, porque ele era uma pessoa que defendia uma visão liberal que não tem mais nem nada a ver com a escola de Chicago – é o liberalismo primitivo, selvagem, esse que devolveu o Brasil para o mapa da fome –, não porque ele veio da origem que ele tem. Ninguém espera que alguém que é do setor financeiro não possa ter um cargo público. O que se espera é que, uma vez no cargo público, esteja a serviço do público e não do privado. E eu tenho certeza de que V. Exa. sabe, e todos nós aqui sabemos, que existem pessoas que sabem fazer essa separação. Imagine se eu fosse alguém do setor industrial e fosse convidada para ser Ministra da Indústria e Comércio, se eu ia ficar em suspeição. Em absoluto. Não é assim que as coisas acontecem. Existe uma coisa chamada ética dos valores, e não ética de circunstâncias. Quem tem ética dos valores aprende a separar as coisas.

A Ana Toni é uma pessoa altamente competente, que atuou nas organizações da sociedade civil, atuou em empresa, como ela mesma disse aqui, e na academia. Hoje é Secretária Nacional da Secretaria de Mudança do Clima. Agora, eu quero dizer uma coisa. Onde é que a gente recruta os quadros para o Ministério da Educação? Onde a gente recruta os quadros para o Ministério da Economia? Onde a gente recruta os quadros para o Ministério da Agricultura? Eu citei só o Paulo Guedes aqui porque eu tenho uma lista de todos que vêm de diferentes setores, e nem por isso eu coloco em suspeição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, a questão ambiental não foi uma prioridade nos nossos partidos. Eu sei o que eu e o Chico Mendes tivemos que enfrentar dentro do PT até que se tornasse uma questão majoritária. Eu sei o que significa a luta ambiental no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra, a senhora me permite?

A SRA. MARINA SILVA – Eu permito, mas só concluindo meu raciocínio. V. Exa... Eu agradeço, porque V. Exa. colocou em suspeição o meu Secretário Executivo aqui. Ele está do meu lado, eu o convidei e eu não posso não falar o que eu estou falando. Imagine se eu fosse pegar alguém do Ministério da Agricultura, que veio do setor produtivo, e colocasse em suspeição? Ou colocasse suspeição em relação ao Ministro competente e comprometido, Fávoro? Ou qualquer outro que venha de um setor. Os quadros são recrutados no lugar de competência.

As organizações da sociedade civil, a academia, foram que forjaram esses quadros, apesar dos partidos, apesar dos governos. E são eles que têm competência para nos ajudar a sair dessa crise. E que bom que no Brasil nunca se teve uma visão de ambientalismo *stricto sensu*, sempre foi de socioambientalismo, que foi forjado no Acre, graças à luta do Chico Mendes, da qual eu também participei. E que custou muito caro para muita gente. Custou a vida do Chico Mendes, custou a vida do Calado, custou a vida do Ivair Igino, custou a vida do Wilson Ribeiro, custou a vida do João Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra...

A SRA. MARINA SILVA – ... custou a vida do Elias, de todas as pessoas que eu vi morrerem, dos 18 aos 28 anos, para que se tivesse o que nós temos hoje, um país que é respeitado na agenda ambiental.

Eu tenho a felicidade de estar aqui, como Ministra, como Senadora, como Deputada, respeitando V. Exas., mas as pessoas que eu convidei são pessoas competentes, corretas e honestas. Eu não posso admitir que lancem suspeição sobre as figuras que estão comigo hoje no Ministério do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mais do que suspeição, nós vamos dizer por que estamos suspeitando.

Mas eu quero, antes... Se eu soubesse que era para contar os mortos, eu teria trazido a relação de milhares que morreram por falta de oxigênio, porque a Ministra não permite a BR-319.

Eu quero discutir, aqui com vocês, o tempo. A Ministra está à vontade.

A SRA. MARINA SILVA – Isso. V. Exa. que disse que eu tinha todo o tempo que eu quisesse.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Lógico, até aqui sim. Porque eu estou vendo os Senadores e todo mundo se coçando já e a gente precisa estabelecer um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo. A senhora acha razoável três minutos para responder a cada pergunta? Ou cinco minutos? Só para a gente estabelecer.

A SRA. MARINA SILVA – Vamos só... Assim, depende da pergunta também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque eu preciso colocar os outros Senadores.

A SRA. MARINA SILVA – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senão, vai ficar parecendo que... Da próxima vez, eu vou... Não vou não. Não vou fazer isso comigo, com a população amazonense: trazer a relação das pessoas que morreram por falta de oxigênio porque nós não temos o direito de ir e vir por terra. Morreram milhares. Hoje, a gente ainda conta os ossos dos nossos mortos.

Marcio, com a palavra.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Ministra, com todo o... E Deus sabe disso. Mais do que ninguém, Deus sabe disso, é o mais importante. Apesar do respeito que tenho, não é a senhora que vai determinar a minha suspeição ou não. Então, respeito a sua resposta, mas eu quero dizer que eu acho promíscuo. Pessoas vão para os Ministérios, como também para os Governos dos Estados, fundadores de ONGs vão para lá e ajudam a elaborar políticas públicas e as ONGs captam recursos daquilo que ajudaram a elaborar. Então, eu acho promiscuidade. Mas, enfim, é apenas a minha opinião.

Como eu não quis polemizar, porque não é o objetivo da CPI, a questão das mudanças climáticas e quem é que tem responsabilidade sobre isso, do ponto de vista planetário, eu também não vim polemizar sobre o Governo, o Governo atual, o Governo passado. É a senhora que está insistindo nisso. Porque eu posso dizer que, na minha opinião, quem mais combateu a fome no Brasil foi o Plano Real. Que, inclusive, muitos votaram contra. Aquele choque na economia, acabar com a inflação, muitos escritores, muitos livros, muitos artigos, dizem que aquilo ali, que aquele movimento foi o que mais combateu a pobreza no Brasil em todos os tempos. Também vou apenas passar rapidamente. A maior crise econômica desse país, que colocou muitas pessoas, que rebaixou muitas pessoas para a linha da pobreza foi a crise econômica provocada pelo Governo da ex-Presidente Dilma Rousseff que, em dois anos, voltou o Brasil em quase dez, do ponto de vista do PIB.

Mas, enfim, a senhora, claro, vai sempre responder do jeito que quiser, dando os exemplos que quiser, quem sou eu para... O direito ao contraditório é o do outro, não é o meu.

As investigações da CPI constataram que apenas cinco delas, que passaram por aqui, somaram mais de R\$2,5 bilhões em poucos anos, enquanto isso, mais ou menos 4 milhões de famílias em toda a Amazônia, aí inclui parte do Mato Grosso, parte do Amazonas, da Amazônia Legal, dependem do Bolsa Família. Se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

you multiply this by four people, the Amazonia has 28 million Brazilians, you will have an account of almost 16 million or even more people that, directly or indirectly, depend on Bolsa Família to have a minimum of food security. V. Exa. considers that they, these NGOs... Because it is not today, this movement has 50 years, 40 years, it comes from decades. V. Exa. considers that they did a good job for indigenous, riverine and peoples in the Amazonian Region, any work on a scale? Because, Minister, every NGO that comes here, clearly, at least to be able to capture and capture more, it always shows some thing, but it is always a niche.

For those who know Amazonia, the lady knows more than I do, I know well the Acre, but the military and the lady walk through Amazonia whole, much more than I do, but I know the size that is Amazonia, and what the NGOs present here, in what respects Amazonia, is always a niche, it is the bank of a river generally that has some solar panels, has some thing there, but it does not have a scale. Any work on a scale considerable was done for the population, like sewage treatment, drinking water, which is an environmental issue too, besides public health? In the Ministry of the Environment there is a fiscalization for these works to verify efficiency, if this helps to improve the indices of poverty in Amazonia?

The lady even mentioned the question of drug trafficking. I just cannot let it pass in white, I am one of those who think that the one who rapes or kills should rot in prison, but I cannot close my eyes over a very harsh reality: thousands of young people in Amazonia, in our state, for example, the state of origin of the lady, many young people end up going to organized crime for lack of absolute option, economic option, they do not have what to do. They are young people of 18, 19, 20 years who want to progress, want to create a family and do not have option, and they end up joining the crime.

And to not stay, Minister, in this thing of that everything, this picture of Amazonia, almost that is responsibility only of the last government, the lady knows that in Acre we have the experience of five governments on the same line, from Jorge Viana, Binho Marques and Tião Viana. And these governments, refined even with the Federal Government, with Fernando Henrique Cardoso, then with President Lula, with President Dilma, with the ONU, finally, with the international organisms, in the end, it is clear that there are other elements, but Acre had the experience of giving all the power to a group, and hunger did not decrease, unemployment did not decrease, violence did not decrease, on the contrary, it exploded in the last years. Therefore, it is not... If the past government has some responsibility, but this responsibility of the failure, of the poverty in Amazonia comes from long before and other people had the opportunity to show that they could and decrease these indices, and they did not manage.

Saying this, for example, just as a title of example, look at Acre. We have 132 thousand families, a little more, in Bolsa Família; in Amazonas, 637 thousand families; in Amapá, 121 thousand; in Pará, 1,371 thousand; in Rondônia, 128 thousand; in Roraima, 74 thousand; in Tocantins, 163 thousand; in Maranhão, 1,230 thousand; in Mato Grosso, 256 thousand. Then, the question, Minister, is this: these resources all, in terms of scale, for the



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, estão ajudando a melhorar os índices terríveis que a gente tem na Amazônia? De todos, não escapa ninguém, ribeirinho, índio, colono, moradores das cidades... Aliás, não se plantou uma árvore – que eu saiba – nas capitais da Amazônia inteira, que são desabastecidas. Rio Branco é considerada uma das capitais menos arborizadas do país, então, tem problemas...

Então, se isso... Se a senhora verifica alguma efetividade concreta na ação dessas ONGs para o povo pobre da Amazônia e se há algum tipo de fiscalização do Ministério para aferir esses resultados.

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Obrigada, Senador Marcio.

Primeiro, o seguinte, quando a gente pensa no Fundo Amazônia, a primeira coisa que se deve evitar é pensá-lo como se fosse uma panaceia. Não é. É um fundo privado, dentro de um banco público, operado por um banco público, com recursos que foram captados para serem usados a fundo ganho, porque eu não gosto de chamar "a fundo perdido" aquilo que é usado em benefício dos mais vulneráveis.

Esse fundo tem, hoje, algo em torno de R\$3 bilhões e, depois que o Presidente Lula voltou e reativou o fundo, depois de ter ficado parado durante quatro anos, temos compromissos de captação de mais R\$3 bilhões, para o fundo, graças ao trabalho que fizemos, no Governo passado e agora, que credencia o Brasil para fazer novas captações de recurso, porque, durante o Governo anterior – não temos como não falar –, com o desmatamento aumentando e as emissões, nós tivemos foi uma subtração naquilo que teríamos direito de captar, que era algo em torno de R\$22 bilhões, se tivesse quem quisesse doar, mas, com o aumento do desmatamento e das emissões, isso caiu para algo em torno de R\$20 bilhões, mais ou menos isso. Nós já recuperamos, porque reduzimos o desmatamento, então, podemos captar, pelo saldo que temos de resultado alcançado. Então, o Fundo Amazônia não é panaceia.

Quando a gente olha... Aí V. Exa. perguntou se tem uma experiência, em escala, das organizações da sociedade civil que tomaram esses recursos do Fundo Amazônia para ser apresentada, e aí V. Exa. citou várias áreas, mas uma que V. Exa. falou foi de saneamento básico. Nós temos, no Brasil, cerca de 33 milhões sem água tratada. E o Fundo Amazônia tem apenas R\$3 bilhões. Se alguém for verificar a quantidade de dinheiro que precisa para dar escala a uma demanda de 33 milhões de pessoas – não é nem esgoto tratado, é água tratada –, seria impossível. Eu sei que V. Exa. usou apenas como força retórica, porque V. Exa. sabe que com R\$3 bilhões não tem como ter uma política de saneamento em escala.

(Soa a campainha.)

A SRA. MARINA SILVA – Pode ter projetos demonstrativos, eles existem e, com certeza, são processos transparentes, que já foram até auditados pelo Tribunal de Contas a pedido do Governo anterior, em que o Tribunal de Contas atestou o uso correto dos recursos de acordo com as finalidades que foram estabelecidas pelo comitê coordenador do Fundo Amazônia, o Cofa. Então não sou eu que estou dizendo. Quem está dizendo isso é o Tribunal de Contas. É só pegar o acórdão que foi feito pelo Tribunal de Contas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando instado a investigar o fundo, os projetos do fundo, e deu o seu veredito. Ele deu dizendo que há lisura, uso correto.

(Soa a campanha.)

A SRA. MARINA SILVA – E ainda mais: que essas organizações, com seus projetos demonstrativos, porque não tem como ser diferente, porque R\$3 bilhões não resolvem o problema social, o problema econômico, o problema do saneamento básico do Brasil. Eu sei que V. Exas. sabem disso.

(Soa a campanha.)

A SRA. MARINA SILVA – Eu estou apenas pedagogizando em respeito ao telespectador que provavelmente pode estar nos assistindo. Então, os recursos do Fundo Amazônia são utilizados de forma transparente. Eles são utilizados e podem ser auditados não só pelo acompanhamento do banco, mas pelo Ministério Público, pela CGU, por entidades autônomas que queiram pedir auditorias, exatamente porque ele precisa ser transparente.

Eu prezo muito pela transparência. Quando eu fui Ministra pela primeira vez, fui eu que propus que se criasse um sistema de detecção do desmatamento em tempo real e que se colocasse os dados abertos para o Brasil e o mundo inteiro, porque eu queria transparência de onde estava acontecendo o desmatamento. Não iria fazer o contrário em relação ao Fundo Amazônia, cuja arquitetura foi feita durante a minha gestão, mas que passou a funcionar somente depois que eu saí do Governo. Eu saí do Governo no dia 13 de maio de 2008. O fundo foi institucionalizado em agosto de 2008. Portanto, eu já havia saído e fiquei durante 15 anos fora do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra, oito minutos. A gente vai ter muita pergunta.

Mas se me permite interromper, irmão, a ONG Ipam... A Ministra é conselheira honorária do Ipam. Eu vou dar só um dado aqui do relatório do TCU. Balanço do Ipam mostra que, em 2022, as receitas dos projetos foram de R\$35,9 milhões. Desse total, aplicados em salários e encargos sociais, R\$18,2 milhões. Em consultorias, que já ficou provado aqui várias vezes, se for obrigado, de novo, eu vou mostrar, foram mais 2,480 milhões. Em viagens, 3,5 milhões. Em parcerias técnicas, mais 4,409 milhões. Ou seja, as atividades meio somaram 28,67 milhões, o que corresponde a 79,86% do total de receita, só desse dinheiro que o Ipam recebeu.

É transparente, sim. Nós temos o relatório. Isto aqui é transparência, tá? É transparência.

Assim como está na transparência, Ministra, das cinco ONGs que aqui estiveram, que já receberam R\$2,1 bilhões. Claro, que não é para um homem, para o ser humano, a gente sabe disso. O que a gente está querendo, Ministra, é, no final, apresentar projetos de lei que permitam que o Fundo Amazônia olhe também para essa gente. É só isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui... Eu não a estou acusando de nada. Aqui ninguém levanta o dedo...

A SRA. MARINA SILVA – Nem poderia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Assim como a senhora também não pode pensar que a gente...

A SRA. MARINA SILVA – Mas eu não estou acusando ninguém aqui. Nem poderia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, mas está pensando que a gente não conhece a Amazônia. Está pensando que a gente não conhece a Amazônia. Eu sou de beira de rio também. Eu sou do tempo... Eu não cortei seringa, nem fui humilhado, mas sou do tempo dos seringais, dos coronéis...

A SRA. MARINA SILVA – Olhando a vossa mão dá para perceber.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, eu não cortei seringa. A minha mão é de escritor. A minha mão é delicada. A minha mão oferece. A minha mão não pune.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas vamos combinar... Mas vamos combinar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A minha mão sempre oferece algo. A minha mão não pune. É mão de escritor.

Então, Marcio, por favor, e a gente passa em seguida para o Senador...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Vamos combinar que hoje está todo mundo com a mão lisa. Ninguém é mais... Eu já rachei estaca. Cheguei ao ponto de ter as minhas mãos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É. Agora não faço mais.

Mas eu acho, Ministra, que 3 bilhões, diferentemente de quem acha que todo dinheiro que vem de fora é bem-vindo, eu não acho isso. Quando percebo, é um direito meu, acho que isso vem junto com perda de soberania nacional, ele não é bem-vindo para mim. É uma questão de segurança nacional. E 3 bi do Fundo Amazônia não podem ser suficientes, claro que não são suficientes para levar água e esgoto para a Amazônia brasileira, mas também não pode significar que elas tenham esse poder de influenciar a vida de quase 30 milhões de pessoas na Amazônia, que hoje influenciam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje as ONGs, como o ISA e outras fazem, têm uma influência muito maior do que governos estaduais – todos juntos, somados –, Câmaras Municipais, e até o Governo Federal, porque acabam sendo eleitos e comandam um pedaço da Amazônia. Não comandam a Amazônia inteira.

A outra coisa é que o fato de que um recurso seja auditado, fiscalizado, que não haja irregularidade, isso é um ponto importante, mas não significa que seja moral. Eu posso achar que ele está servindo a causas imorais. Eu acho que parte desse dinheiro que vem de fora acaba comprando a soberania nacional.

Agora só uma correção. Os quase 3 bilhões não são... Por questão de... Está tudo gravado aqui... Não são apenas do Fundo Amazônia. São captações diversas. Não é só essa soma de algumas ONGs que passaram por aqui e que amealharam de 2,5 a 3 bi... Não é só... Para ser justo, para esclarecer, não é só do Fundo Amazônia.

A Ministra Sonia Guajajara, que a senhora aqui chamou, carinhosamente, de Soninha, fez o que eu considero um atentado inominável, na minha opinião, um atentado à soberania nacional, quando ela faz um apelo para a pressão internacional, para que os países, os movimentos internacionais pressionem o Congresso Nacional para que nós não derrubemos o veto que o Presidente da República, no seu direito, vetou.

Ela também diz – já disse, além desse episódio – que o ministério que ela hoje ocupa é um ministério internacional. V. Exa. considera que o Ministério do Meio Ambiente também é um ministério internacional? A indagação é: a Sra. Ministra é favorável a que a gestão territorial brasileira, com ênfase na Amazônia, passe a ser submetida, a exemplo de... Hoje, questões sanitárias, por exemplo, a ONU pensa e tem propostas pra serem aprovadas que relativizam o poder dos países quando há uma epidemia, como foi o caso da covid.

E eu vejo pessoas dizerem claramente e é fato, a questão ambiental... Eu aprendi isso com o meu pai, se você polui o igarapé, o olho d'água que passa na sua área, aquilo não é seu, ele vai desaguar em outro, que vai desaguar em outro, etc. Então, é claro que a questão ambiental ultrapassa fronteiras, mas há quem ache que, mesmo assim... Todos os seminários, simpósios são importantes, mas, ao fim e ao cabo, a decisão é do país; mas eu vejo muitas pessoas relativizando quando a questão é ambiental.

Então, a senhora.... Então, a pergunta: a senhora é favorável a que a gestão territorial brasileira, com ênfase na Amazônia, passe a ser submetida a um ordenamento internacional, que, a meu ver, obviamente, prioriza os interesses globais, mesmo que isso signifique, na minha opinião, como vem sendo regra, o trancamento das potencialidades regionais e a evidente manutenção da pobreza na Amazônia brasileira?

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Bem, eu queria pedir *data venia*, Sr. Presidente, para duas questões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma é que V. Exa. sempre se refere à BR-319 e à tragédia pela incompetência e a incapacidade de lidar com a saúde pública, que, num dos piores momentos da nossa história, levou às mortes a que V. Exa. se refere no Estado do Amazonas.

A ausência da BR-319... V. Exa. imputa a mim não ter feito a estrada. Eu saí do Ministério do Meio Ambiente em 2008. Eu estou voltando para o Ministério do Meio Ambiente em 2023. Portanto, 15 anos depois. Por que não fizeram a estrada? Eu saí em 2008, e V. Exa. vem dizer para mim que as mortes devem ser imputadas a mim porque não deixei fazer a estrada? A estrada ficou na mão do Governo Bolsonaro durante quatro anos. No último ano, ele deu a licença prévia e, até hoje, não tem pedido, pelo que eu saiba, de licença de instalação; e isso é obrigação do Dnit.

Um projeto tem que ser avaliado do ponto de vista econômico, do ponto de vista social e do ponto de vista ambiental. O Estado do Amazonas teve Ministro dos Transportes; o Estado do Amazonas tem Senadores, Deputados Federais; o Estado do Amazonas teve até um Vice-Presidente, e, durante esses 15 anos, a estrada não foi feita.

Então, eu não vou permitir – e aí é a minha fala, não é que o senhor não tenha o direito de dizer, V. Exa. diz aquilo que vossa consciência determina –, mas, depois de 15 anos, dizer que a estrada não foi feita porque fui eu que não dei a licença? A estrada não foi feita porque é uma estrada difícil de provar a viabilidade econômica. A viabilidade social... Não tenho dúvida de que as pessoas querem ter o direito de ir e vir, mas a viabilidade econômica e ambiental, a não ser que seja para converter as áreas de mais de 400km de floresta virgem em outro tipo de atividade, não tem viabilidade. Socialmente, até a gente entende; agora, ambientalmente e economicamente, não se faz uma estrada de 400km, no meio de floresta virgem, apenas para passear de carro, se não estiver associada a um projeto produtivo. A BR-163...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – Não estou dizendo que tem só animais, eu estou dizendo que tem viabilidade social, porque é um direito das pessoas. Agora, as três coisas têm que ser respondidas, e, durante esses 15 anos, se não responderam, eu não tinha sequer mandato público, era uma cidadã comum, a Profa. Marina, vivendo na minha casa, com a minha família, sem nenhuma interferência, em nenhum dos Governos.

Então, a estrada não foi feita porque é complexo, e, ainda que as pessoas – eu entendo o drama delas – tenham o direito de reivindicar a estrada, ela precisa ser viável do ponto de vista econômico, do ponto de vista ambiental e social, e o Presidente Lula, sabiamente, mandou para estudos.

A BR-163 era igualmente difícil. Quem deu a licença da 163 fui eu. Quem deu a licença de um trecho, em 2007, para asfaltar a área da 319 que tem tráfico – acho que é do lado amazonense –, que tem tráfico de pessoas e de carro, fui eu, em 2007!

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – Até hoje, não foi asfaltado o trecho! Tem a licença, mas não foi asfaltado. Por que não foi asfaltado? Eu não sei! Tem a licença para esse trecho. Da mesma forma, nós temos outros casos parecidos.

Então, isso... V. Exa. tinha falado uma vez, a segunda vez, em relação às mortes, e eu me solidarizo com a população do Estado do Amazonas.

A outra coisa, em relação ao relatório do TCU, Senador Marcio Bittar.

O relatório final do TCU conclui, abro aspas:

[...] as supostas irregularidades na gestão dos recursos do Fundo Amazônia desempenhadas pelo BNDES, apontadas em auditoria do Ministério do Meio Ambiente, não se comprovaram a partir das análises realizadas ponto a ponto nesta inspeção.

É o Tribunal de Contas que está falando.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – Não, acho que foi o Senador que falou que... Leu um trecho do... Aí abro aspas de novo. O Tribunal de Contas.

[...] a fiscalização exercida no BNDES pelo [...] [Ministério do Meio Ambiente] sem que houvesse qualquer *expertise* para realizar o trabalho, teve como consequência a ausência de princípios fundamentais aplicáveis a processos de fiscalização do setor público, ou seja, nos documentos encaminhados pelo [...] Ministério do Meio Ambiente [da época] não foi possível identificar: a metodologia utilizada para a análise; os critérios para a definição da amostra analisada; as causas das falhas vislumbradas; e as referências documentais quanto às possíveis fragilidades. Há muitas informações incompletas produzidas no trabalho realizado pelo [...] Ministério do Meio Ambiente no BNDES; [...] a equipe de auditoria, em busca da verdade material, realizou análise dos achados do trabalho do Ministério do Meio Ambiente [da gestão anterior] no BNDES, confrontando com as evidências apresentadas pelo banco. As análises realizadas a seguir apontam que o resultado dos exames realizados corrobora as colocações do banco sobre a atuação inadequada do referido ministério em relação ao Fundo Amazônia [...].

Houve uma denúncia que foi encaminhada de forma tendenciosa e que... A auditoria, se se a ler de ponta a ponta, está dizendo que os recursos foram utilizados de forma correta, que os projetos chegaram à ponta, que cumpriram com as finalidades para que foram criadas.

Eu poderia simplesmente não ficar falando disso, senhores, e não tomem a minha veemência como qualquer outra coisa que não seja o meu compromisso e o respeito com esta Casa e com quem está nos acompanhando. Eu poderia não falar dessas coisas. Eu não era Ministra quando os recursos foram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovados, nem quando o banco foi criado... o fundo foi criado, institucionalmente falando. Eu não era. A arquitetura foi feita por mim e a minha equipe. A data de aprovação do programa do Ipam foi no dia 29/11/2011; eu saí em 2008, foi três anos após. Quanto à Fundação Amazônia Sustentável, a aprovação foi feita no dia 05/04/2016, oito anos após a minha saída. O Bolsa Floresta foi aprovado no dia 24/11/2009, três anos após... um ano após a minha saída. E eu poderia falar cada um aqui. Eu não aprovei nenhum desses projetos. Mas eu faço que nem a Rainha Ester quando ela foi instada a ajudar o povo judeu, que estava sendo perseguido pelo Hamã. E ela até pensou que talvez não fosse o caso de defendê-los; eu não tive dúvida. Acho que Ester teve dúvida, mas eu não tive.

Eu vim aqui pra dizer que esses recursos, segundo o Tribunal de Contas, foram usados da forma correta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Perfeito.

A SRA. MARINA SILVA – Porque eu não posso cometer injustiça com as pessoas que trabalham, que fazem suas entregas daquilo que se comprometem.

Então, eu agradeço a V. Exas. por terem me chamado aqui. Eu viria como convidada, se tivesse sido feito o acordo pra minha vinda após a COP, como foi feito com a Ministra Sonia Guajajara, mas eu entendo. Havia o desejo de que viesse como convocada. Estou aqui, respeitosamente. Mas eu devo dizer que no que eu tenho aqui, estudando estas pastas todas, coisa por coisa, eu não vejo nada que desabone, do ponto de vista ético, esses projetos que foram auditados pelo TCU.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Portanto... Deixa eu pedir desculpa só a vocês, Marcio, Mourão, Hiran e Jaime, mas eu preciso falar aqui sobre o relatório do TCU.

A SRA. MARINA SILVA – Em relação a... Ah, desculpe, Senador, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, pode... É que esse relatório que a senhora tem é posterior a este relatório. Olha só o que ele fala sobre o Ipam, sobre aquilo que eu citei, do dinheiro usado...

A SRA. MARINA SILVA – Acho que V. Exa. está é com o relatório do Ministério do Meio Ambiente, esse que o TCU está desqualificando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aquele que desqualifica aqui que foi usado esse percentual...

A SRA. MARINA SILVA – Isso. O TCU está desqualificando esse relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Duas coisas. Uma característica geral, todos eles acham normal isso, então ficou patente que não... Quanto a imputar à senhora as mortes, eu citei que, pela falta da BR, morreram muitos conterrâneos nossos.

A SRA. MARINA SILVA – Isso. Mas 15 anos depois da minha saída, V. Exa. vem dizer que sou eu a responsável? Sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, pelas mortes não, não falei isso. Eu coloco...

A SRA. MARINA SILVA – V. Exa. falou e eu não posso admitir que diga...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não coloque palavras...

A SRA. MARINA SILVA – Não, mas está gravado, está gravado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então a gente vai aqui ter que ouvir as notas...

A SRA. MARINA SILVA – Desculpa, eu só queria pedir, *data venia*, nós somos, eu fui Senadora, V. Exa. é Senador, sabe que nessas coisas a gente não pode deixar em branco. Olha só...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Claro, a senhora ficou...

A SRA. MARINA SILVA – V. Exa. falou que eu sou conselheira honorária do Ipam.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É o que está no portal.

A SRA. MARINA SILVA – Isso, e de fato eu sou, sou conselheira honorária, porque um título honorário não me gera nenhum tipo de responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não foi acusação, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA – ... administrativa ou qualquer que seja, mas isso tem sido...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só citando que a senhora é conselheira e citei, como a senhora é conselheira honorária, e citei lá os dados, agora...

A SRA. MARINA SILVA – Conselheira honorária, o que não gera nenhum tipo de responsabilização ou de influência em relação à instituição. E mais ainda: não aprovei nenhum projeto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu não estava mais no poder público. E mais ainda: eu tenho aqui uma lista, que eu posso apresentar para os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu preciso voltar para o...

A SRA. MARINA SILVA – ... de cerca de 120, 130 honrarias que eu recebi dentro do Brasil, inclusive, com muita honra, do Ministério da Marinha...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu preciso voltar para o...

A SRA. MARINA SILVA – Certo? Só colocando rapidinho, Senador: 130 honrarias, uma delas do Ministério da Marinha, várias do Brasil inteiro, e cerca de 29 internacionais, 37. O fato de ter essas honrarias não me dá o direito de interferir nas instituições que me homenagearam. Eu recebi o título de doutor *honoris causa* da Faculdade de Silvicultura da China, isso não me torna membro do corpo docente da Faculdade de Silvicultura da China; eu recebi o título de doutor *honoris causa* da Universidade Federal da Bahia e isso não me dá o título de professora da Universidade Federal da Bahia; eu recebi o título de 25 Mulheres em Ação pelo Clima e Campeões da Terra pelas Nações Unidas, isso não me torna parte do corpo de funcionários ou dos dirigentes das Nações Unidas. Então tudo que tem sido dito em função de um título honorário que eu recebi é a velha prática da *fake news*.

Mais, eu estou com 65 anos, eu comecei esta luta, como eu disse, aos 17 anos. De lá para cá, é resistência e é resistência pura. Eu já fiquei, Senador Marcio Bittar, durante quatro anos, sem poder andar no Vale do Acre, porque eu era contra fazer a estrada sem licenciamento e sem licitação, como queria o Governador Orleir Cameli...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Preciso...

A SRA. MARINA SILVA – Eu fui contra e fiquei quatro anos sendo atacada. Inclusive o Governador Orleir Cameli fez uma portaria me proibindo de dar entrevistas, algo inconstitucional, mas tinha emissoras que obedeciam, porque aqueles que não têm visão de democracia é assim que procedem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

Eu vou passar para o Marcio.

Eu fui receber a comenda de Comendador do Meio Ambiente, quando eu era do Partido Verde. Aí eu aceitei, porque é legal, porque quando eu morrer já pode ter uma rua Comendador Plínio Valério, lá era perto do meu município.

Marcio, eu peço para a gente dar uma agilidade para a gente passar para os Senadores. Eu não vou mais... Eu vou me limitar a não falar mais, não responder mais, para que a gente possa dar uma dinâmica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Quero dizer aos colegas que eu cortei um monte de perguntas, nós estamos dando toda a liberdade para a Ministra falar o tempo que ela quer falar, enfim.

Mas eu quero insistir, Ministra, é que o fato de o TCU considerar que a contabilidade está correta, não significa que eu ache moral o que o Fundo Amazônia faz.

Como a senhora deixa claro...

A SRA. MARINA SILVA – Por exemplo?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, eu vou deixar claro.

Para mim, o Fundo Amazônia banca ONGs do Brasil contra o interesse nacional.

Mas cada um acha o que quiser achar, e é livre para isso e para defender. Eu acho uma coisa errada pessoas irem para o Governo criando ONGs, ajudam a estabelecer a política pública, ajudam a estabelecer a entrada de recursos no Brasil e captam ao mesmo tempo, mas isso é um direito de cada um achar o que quer.

Eu queria dar um exemplo para a senhora. Vou dizer de uma área que a senhora conhece tão bem quanto eu.

Este final de semana... Não, final de semana passado, no caso, agora, já, então, atrasado, eu estive lá no Juruá. Um exemplo do dinheiro do Fundo Amazônia.

A senhora esteve em Mâncio Lima levando uma notícia auspiciosa para qualquer região pobre do nosso estado, de R\$34 milhões. Ocorre que essa ONG beneficiada, assim como anos antes, eu não sei precisar, mas algo em torno de 10 ou 15 anos, uma outra ONG lá do Alto Juruá, lá do Município de Thaumaturgo, recebeu algo em torno de R\$17 milhões. Recebeu um dinheiro também.

Você vai a Thaumaturgo, como eu fui agora neste final de semana, e Thaumaturgo está ilhada. A sede do município, onde se concentra a maior parte das pessoas, em qualquer direção que elas forem, elas vão se esbarrar em uma área indígena, em uma reserva extrativista ou coisa que o valha. E para fazer estrada ligando Thaumaturgo a Porto Walter, um caso, como tem vários na Amazônia, para ligar Thaumaturgo a Porto Walter e Porto Walter a Cruzeiro do Sul, dando a essas pessoas o direito de ir, vir, produzir, levar mercadoria mais barata...

Imaginem vocês, eu agora atravesssei, Ministra, o rio Amônia a pé. Está tão seco que está a pé. Imagina quanto custa... Estavam me dizendo que algumas embarcações estão chegando a levar 12 dias para sair de Cruzeiro do Sul e chegar lá na sede de Thaumaturgo, que é a segunda, já lá na divisa, e a última já faz divisa com o Peru.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A legítima dúvida, Ministra, é se esse recurso é um prêmio para aqueles que trabalham contra as obras de reestrutura do Estado?

A senhora mesmo acabou de dizer, eu acompanhei essa história toda, a época da estrada, do trancamento da BR, sei muito bem o que a senhora passou. Nunca fiz parte desse movimento, que chegou a ter exageros contra a senhora, nunca participei disso. Participei, sim, dizia claramente, inclusive peguei abaixo-assinado na Assembleia dos Deputados, pedindo para... O Ministério Público fez, à época, um bloqueio, proibiu, porque não tinha licenciamento ambiental e tal. Mas, claro, um ano depois a senhora voltou a ser eleita Senadora da República, inclusive ganhando a eleição até mesmo no Vale do Juruá, a nossa população soube, enfim, reconhecer o seu valor. A desconfiança é... Mas de qualquer modo, a senhora disse: "olha, não tinha o licenciamento adequado e tal de uma estrada que já existia, como a 319". E, portanto, eu fui contra. Parabéns. A senhora, assim como eu, também é muito transparente. Eu também sou.

Essas ONGs, ao fim e ao cabo, não sei se por coincidência, eu acredito que não, elas sempre acabam trabalhando para dificultar muito. Claro que sempre com argumento ambiental, da licença, etc. e tal. Em obras que muitas delas já até existem, às vezes é só uma questão de pavimentar porque na época do inverno, que a senhora conhece tão bem quanto eu, ninguém transita.

Como lá no Chico Mendes, esses mil e poucos quilômetros de ramal nós sabemos que é absolutamente precaríssimo. As pontes são quase todas, senão todas, de madeira, que todo ano tem um percentual delas que apodrece. Enfim, as pessoas ficam... Eu lamento informar, acho que a senhora sabe disso, hoje no Acre e inclusive na Reserva Chico Mendes, muitas crianças continuam executando o trabalho que a senhora executou quando estava lá no seringal.

Então, por que essa fala, Ministra? Essa ONG que recebeu agora R\$34 milhões é a mesma, junto com outras, que entraram na Justiça e por enquanto o Ministério Público Federal... Ele não tem o poder de mandar parar, mas ele sugere e aquilo acaba virando uma lei. Mandou parar até mesmo o único dinheiro que tinha no Orçamento, que fui eu que coloquei antes de ser Relator, que era o dinheiro para o projeto executivo da ponte e da possível continuidade da BR-364.

A senhora sabe que, mesmo quando foi criado o Parque Nacional Serra do Divisor, constava lá no decreto de criação que iria passar a continuidade da BR-364. A senhora não acha que com esse tipo de exemplo é possível que pessoas como eu desconfiem que, senão todos os recursos, mas que boa parte deles acaba alimentando ONGs que trabalham na prática contra as obras de infraestrutura na Amazônia?

Lembrando, se nós não pudermos realizar as nossas obras de infraestrutura, pontes, estradas, ferrovias, se nós não pudermos acessar os recursos naturais que existem na Amazônia, eu considero impossível combater a pobreza na Amazônia. Quer dizer, não tem como.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar um exemplo. Fala-se muito da Reserva Yanomami e infelizmente parece que este ano infelizmente já morreram mais crianças e de fome, mas como você viabiliza uma atividade econômica numa região como a Reserva Yanomami se não tem estrada? Uma região que tem uma área maior do que Portugal.

Então, Ministra, a pergunta. Esse recurso, além da minha suspeita de que parte desses recursos sempre vão para ONGs que ajudam, sob argumentos ambientais, mas ajudam a travar a região amazônica, a demorar para ter licença ou às vezes colocando contra mesmo... Que benefício a senhora acha que esses R\$34 milhões vai levar para aquela região tão pobre do Acre lá no Juruá?

A SRA. MARINA SILVA – Primeiro, um esclarecimento, 60% dos recursos do Fundo da Amazônia foram para o setor público.

Veja que interessante. É um fundo por um resultado alcançado e o objetivo, quando nós pensamos o fundo, era exatamente para ter projetos de desenvolvimento sustentável. Mas, infelizmente, como o setor público ainda é muito precário, 60% do fundo vai para o setor público.

Uma outra coisa. Agora mesmo tivemos o problema das queimadas, que todos vocês acompanharam. Ainda que neste Governo tenha havido uma redução de 14% dos focos de calor, ainda foi grande o processo.

Uma outra coisa. Agora mesmo tivemos o problema das queimadas, que todos vocês acompanharam. Ainda que neste Governo tenha havido uma redução de 14% dos focos de calor, ainda foi grande o processo. O Estado do Amazonas, desde 2018, tinha 34 milhões pré-aprovados para fazer projetos de fortalecimento, de treinamento, de criação de brigadas e fortalecimento do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil. Infelizmente, não foi apresentado nenhum projeto. Nós conseguimos aumentar agora, já no Governo do Presidente Lula, para algo um pouco mais de 400 milhões para essas ações de apoio aos estados, e esse recurso está disponível, em torno de 34 milhões, para todos os estados da Amazônia. São 46 milhões, aumentou na última reunião do Cofa, para cada um dos estados da Amazônia fortalecerem o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e ajudar os estados que não põem dinheiro do orçamento para as ações de combate a incêndio, de fiscalização possam contar com esse dinheiro. Ainda estamos disponibilizando agora cerca de 600 milhões num programa com prefeituras para atividades de desenvolvimento sustentável.

Então, quando V. Exa. fala que pode ser legal, que não tem desonestidade, aí, Senador Marcio Bittar, nós vamos ter que entrar numa questão mais de profundidade. Eu entendi o que V. Exa. disse. V. Exa. não está dizendo que o recurso foi utilizado de forma desonesta, a prestação de contas está correta, não é isso?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Correto.

A SRA. MARINA SILVA – O Tribunal de Contas atestou isso, não é isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. MARINA SILVA – Obrigada.

Então, o que V. Exa. está dizendo é sobre a finalidade, o objetivo que V. Exa. não considera moral. E V. Exa. me perguntou se eu sou a favor de internacionalizar a Amazônia. V. Exa., que me conhece há muito tempo, com certeza sabe...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não foi bem essa a pergunta.

A SRA. MARINA SILVA – Que a Amazônia seja... Está gravado. Que tenha uma gestão internacional. Se existem pessoas que lutam pela soberania da Amazônia, são aqueles que estão no Ministério do Meio Ambiente no Governo do Presidente Lula, porque o maior risco à soberania da Amazônia é destruí-la, é deixar os povos indígenas sofrerem crime de lesa-humanidade. Isso, sim, é uma ameaça à soberania da Amazônia. Quem tem soberania, tem responsabilidade. Ser soberano em relação a um território significa responsabilidade. Essa responsabilidade está sendo exercida. A Amazônia é de soberania 100% dos países que a detêm, tanto é que o Fundo Amazônia não tem uma vírgula de interferência dos doadores. Quem decide do dinheiro, as finalidades é totalmente aqueles que compõem o Cofa. Eu vou ler aqui quais são os critérios para aprovar projetos no Fundo Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra, por favor, eu queria...

A SRA. MARINA SILVA – Ele fez a pergunta, Senador, eu tenho que responder.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você perguntou quem comanda o Fundo Amazônia? Quem é a banca que decide?

A SRA. MARINA SILVA – Ele falou da finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, da finalidade.

A SRA. MARINA SILVA – Mas eu tenho que falar de acordo com o que Senador falou, em respeito ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aproveite e fale da composição da banca.

A SRA. MARINA SILVA –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- [...] promover investimentos em modelos econômicos sustentáveis que viabilizam a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares, povos indígenas, assentados e populações tradicionais [...];
- investimentos nas cadeias do manejo [...] [de] restauração agroflorestal em escala [...] [em] fortalecimento das cadeias de valor correspondentes, estimulando a inovação e o desenvolvimento de negócios associados à bioeconomia;
- fortalecimento da governança ambiental no nível regional [...] local [e] com a promoção de regularização fundiária e ambiental nos termos da lei vigente em áreas consideradas críticas pelo governo federal e cujos poderes locais e regionais assumam compromissos formais com as metas [...] [do Plano de Combate ao Desmatamento] PPCDAm;
- a destinação de florestas públicas para conservação e uso sustentável;
- o aprimoramento das capacidades de prevenção e controle do desmatamento e incêndios na vegetação nativa e responsabilização por crimes e infrações ambientais;
- [...] aprimoramento da capacidade de avaliação e análise de investimentos em obras e iniciativas de impacto ambiental, bem como para o planejamento de infraestrutura necessária [...] [e] desenvolvimento sustentável;
- elaboração de análises e propostas de desenvolvimento e aprimoramento de instrumentos normativos e econômicos para a transição ecológica;
- investimentos estratégicos [...].

É a base para admitir um plano, um projeto, que é apresentado no Fundo Amazônia. A responsabilidade do conselho, do Cofa, termina quando ele faz essas diretrizes. O processo de avaliação é do BNDES, com os mesmos critérios que o BNDES usa para qualquer investimento. E, depois, os processos de acompanhamento e fiscalização, que devem ser feitos por qualquer ente público interessado, pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público, por esta Casa, que pode pedir qualquer tipo de auditoria sobre as finalidades. Mas eu gostei que V. Exa. disse, Senador Marcio Bittar, que o recurso está sendo usado corretamente, de acordo com o Tribunal de Contas, mas é a finalidade.

Eu não quero colocar palavras na boca de V. Exa., eu só quero tomar o cuidado de que a finalidade é proteger as populações indígenas. A finalidade é promover um novo modelo de desenvolvimento. A finalidade é combater desmatamento. A finalidade é criar novas cadeias de valor. A finalidade é fortalecer a gestão pública no Sistema Nacional de Meio Ambiente. A finalidade é desenvolver pesquisa técnico-científica para ajudar a fazer política pública na Amazônia com base em evidência, como nós fazemos com o PPCDAm. A finalidade é dar meios para que aqueles – como diz Dom Mauro Morelli – possam ter seus modos de vida preservados. E, se há uma divergência em relação a essas finalidades, é uma questão de natureza política, de visão de mundo.

Eu sempre estive ao lado da visão de mundo que sonhou em ter um modelo que combata a desigualdade. Aí é dito: "Bem, mas, sem fazer a ponte, não vai ter". As pontes podem ser feitas, desde que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo da forma correta. O Ministério do Meio Ambiente, o Ibama e o ICMBio não dificultam nem facilitam; eles buscam cumprir a lei. Essa é a finalidade. E eu não quero aqui fazer nenhum tipo de interpretação de que essas finalidades aqui não sejam válidas para qualquer pessoa comprometida em melhorar a vida daqueles que historicamente foram marginalizados na nossa região.

Quando V. Ex. diz que tem pessoas que ainda fazem o que V. Ex. fazia, quando era criança, é completamente diferente. A reserva extrativista tem o usufruto. Na reserva extrativista, ninguém é obrigado, como meu pai, a ter que dar conta de x quilos de borracha com o desconto de uma tara, pelo valor da unidade de 17%, que às vezes era de 30%. Ninguém tinha a obrigação de vender com exclusividade para um patrão e comprar com exclusividade de um patrão, vivendo um sistema de endividamento que era *ad infinitum*. Ninguém! Então, é completamente diferente.

A reserva extrativista é uma modalidade de unidade de conservação para populações tradicionais que querem preservar seu estilo de vida, e ela tem um efeito secundário. Se pegar os estudos que estão sendo feitos pela Universidade Federal do Acre, o Acre só não está em maior crise hídrica em função do equilíbrio produzido para o regime de chuva da Reserva Chico Mendes. Então, ela não é apenas para garantir aquele modo de vida das populações tradicionais, que são os herdeiros do legado de Chico Mendes, de...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Ministra. Deixa... Permita-me, só para a gente continuar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só vou fazer mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Marcio encerra, o Dr. Hiran fala.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, primeiro, Ministra, eu acho, com sinceridade, que a senhora está desatualizada sobre a Reserva Chico Mendes. Eu vou lhe garantir que muitas pessoas, eu não vou dizer percentual, se consideram perseguidas, isoladas, tuteladas. E para elas a imagem do antigo patrão do seringal foi substituída pelo ICMBio. Elas se sentem assim.

A SRA. MARINA SILVA – É uma versão, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, pois é, como a senhora tem uma versão, eu tenho outra. Eles se sentem assim.

E é interessante que, na hora de criar reserva, se utiliza o argumento da autodeterminação dos moradores. E, se eles agora fizerem um plebiscito lá dentro e aprovarem modificações, porque a realidade lhes impõe, eles também serão respeitados? A reserva será diminuída? Ela será transformada? Eu acho que não é bem assim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas veja, eu havia feito a pergunta e dito, como é da minha natureza, a minha suspeição, a minha suspeição, e não é só minha, é de que muito desses recursos que vêm de fora compram a soberania nacional. Lá na mesma região do Juruá, você tem uma ONG que não está legalizada. Ela existe, vamos dizer assim, do ponto de vista formal, existe, está lá e tal, não é legalizada, que defende a ponte e a estrada. A chance de uma ONG dessa captar recursos para essa campanha é zero. Captam-se recursos com uma agenda preestabelecida. E essa ONG captou agora R\$34 milhões e é a mesma que entrou na Justiça contra a ponte e a estrada, a continuidade da BR-364.

Ministra, Capobianco, assessores, Presidente do Ibama, ICMBio, irmãos, se nós não tivermos obras de infraestrutura, o discurso de que quer bem ao povo morre. É impossível. E, na prática, há uma ação claríssima de ONGs que recebem dinheiro de fora, que trabalham contra as obras de infraestrutura e contra o acesso aos recursos naturais que Deus nos deu. Quer dizer, como enfrentar a miséria, como enfrentar a fome, que aumentou, Ministra? E não foi no Governo passado, mas há 20 anos, há 30 anos. Tem dados imensos sobre isso.

E, quando a gente vai estudar o projeto – e eu já li vários e um deles é esse dos 34 milhões –, a primeira etapa é para reformar a sede da ONG. Como isso ajuda os indígenas? Mais do que isso, depois desse texto, sempre vem acompanhando que esse recurso vai fazer curso, preparação para projetos de economia sustentável.

Ministra, mais uma vez, eu estou falando uma coisa: daqui a 500 anos, se um professor de história for dizer a um aluno, de qualquer lugar do mundo, da dificuldade de fazer uma estrada, o aluno não vai entender, porque, com qualquer que seja o viés, se você não tem as obras de infraestrutura, não tem como gerar riqueza. Painéis e mais painéis serão feitos e não vão chegar a nada, porque esbarram... Eu acabei de falar aqui, a senhora conhece. Hoje, uma canoa, para chegar de Cruzeiro do Sul a Thaumaturgo chega a gastar 12 dias. Que atividade econômica vai ser rentável? Nenhuma.

Eu não tenho paixão por gado, por soja, por milho, por arroz; eu tenho paixão por pessoas. Eu sou cristão também. E com o que não me conformo nunca é sobre tudo o que se fala sobre a Amazônia. Muitas pessoas vivem hoje com acessos de primeiro mundo em torno de um tema que é a Amazônia, que cada vez fica mais pobre.

A última pergunta, Ministra. Quando a senhora virou Ministra a primeira vez – e como sempre eu estou falando aqui de algo que, na época, comentei com muitas pessoas –, eu imaginava que a senhora ia trabalhar na linha que está trabalhando, que trabalhou a vida inteira e tal, mas eu imaginava que a senhora utilizaria a sua inserção no mundo inteiro, com países, com organizações muito poderosas, enfim, economicamente muito poderosas, o primeiro mundo, a Europa Ocidental, a América do Norte, para captar recursos para uma coisa que eu acho que é, vamos dizer assim, uma pauta comum, de que ninguém vai duvidar, que ninguém vai ser contra. Vamos lá, vou dar um exemplo. O que eu achava que a senhora faria? Nós sabemos que fora a queimada ilegal... Aliás, Ministra, eu acho que o Governo deveria tomar cuidado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao começar a cantar vitória, talvez, antes do tempo. A queimada, este ano, tem alguns estudos que dizem, foi a maior dos últimos 15 anos – tomara que eles estejam errados –, mas, quando se buscam soluções, elas não existem. Então, tira a queimada ilegal. Como a senhora disse, queimada ilegal é infrator, é lei, é Justiça.

Tem pessoas que adoram – não afirmam – deixar passar a impressão de que quem põe fogo na Amazônia é o grande proprietário e tal. Eu acho difícil, porque o grande proprietário, aquele que está com a terra regularizada e titulada tem medo, ele sabe que ele vai ser fiscalizado. Ele sabe que se fizer uma derrubada sem licença, se tocar o fogo sem licença, vai pegar multa. Ele pode, inclusive, ser preso. Quem é que coloca fogo na Amazônia por uma atividade econômica? A senhora sabe disso. É a coivara, que a senhora conhece muito bem. Quem é que faz isso? O pequeno produtor rural. E tem mais de 1 milhão de pequenos produtores rurais na Amazônia brasileira. Enfim, e por que ele faz isso? Ele faz isso, porque não tem economia. Quer dizer, como é que ele vai recuperar o solo degradado? Com que estrutura? Com que maquinário? Com que calcário? É impossível, absolutamente impossível.

Ou seja, se o mundo fala seriamente em conter queimada na Amazônia, o mundo, para mostrar que é séria a intenção, deveria ajudar a financiar a recuperação do solo degradado para o pequeno produtor, porque ele não tem a menor possibilidade de fazer essa recuperação. E eu achava que a senhora utilizaria o prestígio, a inserção mundial para criar um programa, uma captação, para alguns programas – recuperação de igarapés nas capitais, pelo menos, da Região Amazônica e tal.

Isso infelizmente não foi feito, Ministra.

Amanhã, a senhora vai chegar num lugar em que a senhora é a maior estrela, e isso é orgulho para o acriano, no mundo inteiro. Como eu falei, não é o Jaques Wagner, não é o Pacheco. Não é. Quem é mais conhecido, respeitado no mundo ocidental é a senhora.

Eu estive em Nova York, na Semana do Clima, e o que eu vi, Ministra, me chocou demais. Constatei as minhas intuições. Eu vi a senhora, inclusive, na abertura, e, é claro, o tratamento que a senhora sempre recebe. Assisti a uma alemã naquela abertura, falando da preocupação ambiental com o mundo. E termina a fala... E eu tive o privilégio de ter uma tradutora do meu lado, porque eu não sei falar inglês. Aliás, a senhora também tem uma dificuldade. Eu até lembro quando a senhora disse que entende um pouco, não sabe falar, mas entende um pouco. Eu não entendo quase nada, mas eu tive o privilégio de ter uma tradutora ao meu lado. E a autoridade do clima da Alemanha, naquela abertura, falou da questão ambiental do planeta e terminou a fala dela sem falar da Alemanha, que está queimando o carvão, como a senhora sabe.

Eu assisti, num outro painel, a um canadense, falando também do problema ambiental do planeta, e o Canadá, que ciclicamente tem queimadas devastadoras... Neste ano, atingiram mais de 100 milhões de pessoas, cidades dos Estados Unidos – Washington, Nova York. A fumaça foi tão grande que atravessou o oceano. E, por incrível que pareça, eu imaginei que o canadense, que é do epicentro, da região lá do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

epicentro do fogo, fosse dizer alguma coisa a respeito do país dele – "Estamos fazendo isso, aquilo" e tal. E terminou a fala dele e ele não mencionou nada.

Na mesma semana, sai a notícia da Inglaterra, que agora, nesse novo governo, há pouco tempo, mandou mais 100 novas licenças para perfuração de petróleo. E disse, naquela semana em que nós estávamos em Nova York, que a Inglaterra, assim como a França anunciou lá atrás que não cumpriria o Acordo de Paris, a Inglaterra, naquela semana nossa lá, anunciou que também não cumpriria o Acordo. E a Ministra do Interior chegou a dizer que a Inglaterra não poderia ajudar a salvar o planeta à custa da economia inglesa.

Vi outro painel com o John Kerry – é mais ou menos essa a pronúncia –, falando e se esquivando da cobrança que fez o Ministro Haddad, muito educado, professor da universidade. O Governador do Pará já fez uma cobrança um pouco mais contundente e ele, se desviando, não se comprometeu com nada. E o Presidente do país dele, que é o Joe Biden, mandou tirar petróleo no Alasca agora, de novo, como fez o Barack Obama. E a Noruega, que é a maior financiadora do Fundo Amazônia, que também mandou tirar petróleo agora no Mar do Norte.

Então, eu identifico nisso uma imensa hipocrisia, quer dizer, eles exigem de nós... E a senhora, na mesma semana, fez um artigo de que eu gostei, em que a senhora diz: "Olha, o mundo cobra muito [e o Lula, de vez em quando, o Presidente Lula também fala isso], cobra muito, mas não dá as promessas". Havia quantos anos havia uma promessa de 100 bilhões? E a senhora menciona isso. Não sei se foi um artigo ou uma postagem que a senhora fez. Mas, enfim, o fato é que a senhora, na mesma semana ou um, ou dois dias depois, se posicionou assim, no que eu compreendo que está absolutamente correta.

Então, nessa ida, agora, para a COP, o Brasil vai tomar uma atitude mais contundente com os países que emitem muito mais CO₂ do que o Brasil? A campeã de tudo, a China; mas, aí, vêm Estados Unidos, América do Norte, Europa. Se for colocar *per capita*, então, é mais ainda do que o Brasil. O Brasil cai ao sexto lugar se for colocar *per capita*. Ou seja, Ministra, a delegação brasileira vai fazer uma crítica a esses países? E, se vai fazer, isso está documentado? Isso está escrito? E o Brasil vai ter uma atitude mais incisiva para que os recursos venham verdadeiramente, que não sejam... Para a Amazônia, é migalha. Para quem recebe, não, mas para a Amazônia é migalha, 28 milhões de pessoas continuam na pobreza. Para, por exemplo, um programa que ajude o pequeno produtor rural, na Amazônia, a não usar do fósforo como a sua solução?

Eu encerro a minha participação, Presidente Plínio – eu tirei aqui várias perguntas para dar oportunidade aos colegas que estão presentes e os que estão *on-line* –, mas eu termino por onde comecei, Ministra. Eu acho que não tem nenhum acriano que não tenha respeito e que não mostre a sua trajetória como a trajetória de alguém como o caso Sílvia, por exemplo, inspiradora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurei aqui demonstrar, no meu comportamento e nas minhas perguntas, o respeito, como eu entendo que são trajetórias inspiradoras, mas, ao mesmo tempo, eu tenho muitas dúvidas e algumas convicções. A dúvida é se tudo isso é, de fato, preocupação com o meio ambiente – eu não falo da senhora, eu falo de quem financia. Se, de fato, a preocupação de quem financia é mesmo ambiental; e a certeza é a de que, 50 anos depois, fala-se muito de Amazônia, eu vejo pessoas que, hoje, ganham, por ONG, o que elas querem, têm o padrão de vida que elas querem, em cima de um tema, que é a Amazônia, que, a cada dia, está mais pobre. E é isso com o que eu não me conformo.

No mais, muito obrigado pela presença. E, Ministra, na verdade, nós tivemos que fazer a convocação não é porque nós queríamos que fosse convocada. Eu não quero ninguém sendo convocado aqui. Nós temos um acordo, inclusive, com os colegas da Comissão. O problema é que, se a gente fosse esperar a volta da senhora da COP, já teria passado o prazo da CPI. Nós estamos estabelecendo aqui a leitura no dia 5 para ter uma margem para, caso aconteça um problema, no dia 12, que, aí, seria o último prazo, porque tem que dar vista. Então, não teria como. Assim, a volta ao final da COP inviabilizaria que o relatório pudesse ser enriquecido com a sua presença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A Ministra responde e, em seguida, a Senadora já pode vir com as perguntas.

O SR. MARINA SILVA (Para depor.) – Isso! As perguntas dos colegas.

Bem, Senador Marcio Bittar, eu me dei ao trabalho de assistir à parte da sessão em que se aprovou o requerimento da minha presença aqui hoje. Vi as manifestações de V. Exa., do Presidente e de outros Srs. Senadores. Então, eu assisti ao contexto e ao que foi argumentado aqui.

O Brasil não é o quarto maior emissor de CO₂; ele está ali como o sexto emissor de CO₂.

Em relação aos países que são grandes emissores, a gente tem que, a gente tem que olhar também o tamanho das economias deles. Isso é um ponto que leva em conta em relação à *per capita* de emissão de cada país, em função do tamanho da população e em função do tamanho do PIB deste país.

Por exemplo, no caso da Amazônia, como eu disse, em 1975, 0,5% de área desmatada. Em 2021, 18% de área desmatada, representando no PIB cerca de 9% do PIB, com uma população que eu acho que quadruplicou durante esse período. Então, a situação de pobreza é inegável porque ela existe no nosso país.

Obviamente que precisamos de infraestrutura, e por isso que estamos discutindo no âmbito do PAC o plano de infraestrutura para o desenvolvimento sustentável, e o Ministério fica feliz de ver que tem 22 ministérios, 23 ministérios trabalhando a agenda da sustentabilidade, e nós estamos ajudando a viabilizar um novo ciclo de prosperidade para o país, inclusive com a infraestrutura adequada ao contexto dos eventos extremos das mudanças climáticas e que não cause mais emissão de CO₂ para não agravar o problema.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, se a gente pegar a questão da infraestrutura como sendo ela um fim em si mesma, que resolve o problema da pobreza, estradas e pontes – eu acho que o Estado de Minas Gerais é o estado que mais tem estradas e pontes; visitem o Vale do Jequitinhonha para ver como é que é o Vale do Jequitinhonha –, então, não vamos usar o argumento – depende da região –, não vamos usar o argumento de que basta ter estrada. E não basta usar o argumento de que basta transformar a floresta em atividade econômica que resolve o problema da floresta. Pode até gerar riqueza da pobreza, pode até gerar prosperidade, mas não resolve.

O estado de que eu tenho a honra de agora ser representante como Deputada Federal, porque eu tive dois mandatos como Senadora, trabalhando pelo Brasil e pelo equilíbrio do planeta e pelo meu Estado do Acre, o Estado do Acre já me deu tudo que eu nem mereço na vida, desde ter me possibilitado essa origem, de que eu me orgulho muito. Mas trabalhei muito em São Paulo, reconhecendo esse trabalho, porque também eu tenho uma relação com São Paulo – meu marido é paulista, é de Santos –, e toda uma trajetória, depois de ter sido candidata à Presidência da República por três vezes, eu me sinto como se fosse de cada estado deste país. Portanto, eu não faço essa discriminação, nós somos povo brasileiro, V. Exa. foi muito bem recebido no Estado do Acre e eu fui muito bem recebida no Estado de São Paulo. Qual é o problema? Só V. Exa. que pode ser recebido por nós, não, eu também posso...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – Não, eu sei, eu entendi, V. Exa. disse: "Eu fui muito bem recebido". Eu também, muito bem recebida. O Acre elegeu V. Exa., São Paulo me elegeu. O Estado de Rondônia não tem nenhuma pessoa autóctone, que seja do Estado de Rondônia; todas são pessoas... a maioria veio de fora.

(Soa a campainha.)

A SRA. MARINA SILVA – Então, esse não é o critério. O critério é a proposta, é o projeto – por isso que eu falei, sem tergiversar. Para São Paulo, eu vou ser Deputada Federal por São Paulo e pelo Brasil, porque a luta que eu faço não tem fronteira.

A questão climática não tem fronteira, a questão hídrica não tem fronteira, a questão da pobreza no nosso país e no planeta também não. Essas são as minhas causas.

Então, com muito orgulho, sou Deputada pelo Estado de São Paulo e com muito orgulho da minha origem acriana. V. Exa. falou "pensei que fosse usar o mandato para captar recursos..."

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quer falar, Dr. Hiran?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se me permitir interromper a Ministra, com todo respeito, eu estou aqui ouvindo atentamente desde que cheguei e eu fui instado também a abrir a sessão agora às 14h, e o nosso Líder Jaques Wagner me pediu para fazer suas considerações antes de mim.

Então, eu queria, até com muito respeito à senhora...

O SR. MARINA SILVA – Obrigada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, correto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ...pedir a V. Exa. para passar a palavra para o Jaques, para o Senador Jaques, e, em seguida, eu faço minhas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k., com a palavra o Senador Jaques.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou abrir a sessão, depois volto para cá.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Eu prometo não me estender e eu pedi só isso, Presidente, porque eu estava com o Presidente da República, que vai viajar em breve, e eu saí para exatamente estar participando da CPI e eu preciso voltar para lá antes do embarque dele. Então, só por isso que eu estou fazendo...

Eu primeiro queria começar assumindo, meu querido Relator e Presidente, não a culpa, mas uma ponta ou a responsabilidade pelo episódio que acabou se transformando na convocação, porque realmente eu conversei com a V. Exa., V. Exa. me transmitiu que gostaria que a Ministra mandasse uma data em aberto. Eu fui dialogar com ela. Ela me explicou que tinha a ida para a COP. Eu confesso que não caiu a ficha que pode ter parecido quase uma afronta, porque a data oferecida já era quase no final da CPI.

O SR. MARINA SILVA – Não foi a intenção, viu, Senador?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu sei, por isso que eu estou dizendo... Eu sei que não foi a intenção, por isso que eu estou assumindo, porque eu poderia ter-lhe transmitido exatamente o texto que o Presidente me pediu para mandar a carta, a sua ponderação de que ia para a COP eu estava... Então, por isso que eu estou explicando para saber que não foi uma afronta. Eu próprio, não minto, não tinha caído a ficha de que era que V. Exa. ia terminar dia 5, dia 12, algo...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, então, é só para explicar isso, para não ficar nenhuma dúvida. Então, as minhas responsabilidades eu tenho por hábito assumir.

Segundo, dizer que me alegra a postura do Senador Marcio – a sua também, mas estou dizendo a do Marcio – quando ele fala do meu voto na questão do Supremo. E eu vou continuar militando nisso. Eu acho que o Brasil vive uma falsa dicotomia, uma bipolarização que acaba cegando a nós todos de um lado e de outro. De repente, qualquer tema... "é de fulano, é de ciclano, é preto ou é vermelho; passa o risco no chão... de que lado você está?" Eu não estou de um lado dogmático, eu estou para raciocinar, porque democracia se trata disso.

Então, eu acho que nesse tema – eu já falei várias vezes quando era Presidente da Comissão de Meio Ambiente –, não vejo dicotomia entre preservação e desenvolvimento. Vejo legitimidade tanto em V. Exa. quanto em V. Exa., que são mais do que eu conhecedores da área por habitarem lá, como na Ministra Marina, cuja trajetória inteira foi construída lá.

E eu penso que o melhor serviço que a gente pode fazer aqui... É porque várias dúvidas que são levantadas podem corresponder à realidade, e, se eventualmente o fundo ou os fundos que vêm para cá puderem ter uma otimização de uso, eu acho que isso não ofende ninguém. Qualquer um pode melhorar.

É óbvio, Presidente Plínio, que V. Exa. colocou: vale o sacrifício dessas pessoas pela preservação? Eu peço a *maxima venia*, que não estou fazendo isso como nenhuma forma de afronta, mas, por exemplo, eu perguntaria: vale a preservação dos que morreram nas enchentes ou que perderam sua forma de sobrevivência por conta da seca? Porque é isto que eu estou dizendo: sempre tem dois lados a história; a história não é feita de um lado só.

Eu me orgulho de, em todo lugar que eu vou fazer palestra, dizer que tudo começou com o Presidente Fernando Henrique e que, se o controle fiscal e a moeda não tivessem sido consertados ao tempo dele, seguramente o Presidente Lula não conseguiria fazer a revolução social que ele fez. Essa que é a realidade. Então, não adianta, não tem um lado só que é verdade.

Eu, quando votei ali, não foi para afrontar o Supremo Tribunal Federal. Alguns entenderam assim. A esses, eu já disse, peço desculpas, e sei reconhecer a minha culpa, porque o meu voto foi muito ao contrário disso, foi até para distensionar essa coisa que se colocou de ser contra ou a favor do Supremo.

Então eu só quero dizer, respeitando completamente a trajetória da Ministra Marina, que eu acho que a bipolarização nessa matéria não nos ajuda.

Evidentemente, terão pareceres científicos assim ou assados; jurídicos, talvez mais ainda, porque evidentemente a interpretação da norma legal é muito extensa. Então, para mim, eu sempre olho na tentativa de tirar uma coisa produtiva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disse a V. Exa., ao ver aquele outro filme que V. Exa. passou dos índios carregando sua canoa – evidente que não é agradável a gente saber que pessoas estão ali, como não é agradável você ver pessoas sem energia... Portanto, eu acho que é sempre possível compor. Há coisas que são intocáveis, essas são intocáveis, e há coisas a que, ao invés de dizer, "não pode", como acho que a própria Ministra falou aqui, é melhor dizer "como pode".

Eu fui Governador de Estado e não obstruí investimentos que chegaram lá. Eu fui o primeiro a fazer autolicensing – evidentemente, para investimentos de baixo impacto. Não posso, para uma siderúrgica, dizer que é autolicensing, mas muitas vezes, para um hotel seis estrelas que vai viver da propaganda de que ele é um preservacionista, eu não imagino que ele vá fazer uma aberração para fazer um hotel desse. Então tudo depende um pouco.

Eu quero, primeiro, agradecer, também, como Líder do Governo, a presença da Ministra Marina; assumir, Presidente, minha parte de culpa nessa história, porque poderia ter sido mais rigoroso ao transmitir, mas não foi essa a minha opção, muito menos a da Ministra Marina, que, depois, quando foi alertado aqui, acabamos negociando e ela vindo na data de hoje.

De resto, eu espero, e acho que o sentimento é esse do Senador Márcio, a gente sempre fazer um relatório – não sou eu que vou fazer –, mas olhando para frente, encontrando soluções. Se a gente ficar só no apontar problema, nós vamos continuar... E às vezes essa briga do apontar problema não resolve a vida de ninguém, nem de um lado nem do outro.

Como minha vida foi sempre tentar a conciliação, porque eu acho que a democracia vive disso, eu vou continuar dando eventualmente votos estranhos, mas absolutamente conscientes. E acho que alguns talvez, passado um pouco mais de tempo, irão agradecer, ao invés de condenar o voto dado, que eu dei com absoluta consciência, sem falar, em hipótese nenhuma, com o Presidente da República, porque não era meu papel envolvê-lo, até porque, se eu fosse falar com ele, e ele me dissesse "não faça esse voto", eu não o faria. E, como eu achei que tinha que fazê-lo, eu preferi assumir o risco sozinho.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador.

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Só vou concluir.

Obrigada, Senador Jaques Wagner, pela sua manifestação, pelo esforço e empenho, que eu testemunho que V. Exa. fez de mediar.

Obviamente, essa é uma Casa política. Como eu disse, eu assisti *a posteriori* à sessão em que se aprovou o requerimento, então eu estou devidamente informada de como foi o debate nesta Casa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só em relação ao projeto de R\$34 milhões, Senador Marcio, para os povos indígenas do Estado do Acre...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você perguntou isso? Ainda está em questão isso?

A SRA. MARINA SILVA – Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora não quer deixar para depois?

A SRA. MARINA SILVA – Não, mas eu não respondi, Senador.

V. Exa. botou a sua versão e a sua visão, e eu preciso colocar a minha.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A do Ipam?

A SRA. MARINA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que a senhora é conselheira honorária do Ipam? É sobre isso?

A SRA. MARINA SILVA – V. Exa. está querendo repetir isso como um ato retórico de política...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora é que está repetindo...

A SRA. MARINA SILVA – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... que é um ato retórico, a senhora é que está repetindo.

A SRA. MARINA SILVA – E soa como ato retórico de política.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Jaques Wagner acabou de falar...

A SRA. MARINA SILVA – Não, ele falou...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... e a gente tem que conversar do que ele partiu, de onde ele falou.

A SRA. MARINA SILVA – Não, o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora é que está voltando, Ministra;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – Não, o Senador Marcio Bittar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora é que está voltando.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

A SRA. MARINA SILVA – ...em relação a ser conselheira honorária, eu já havia respondido.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então pronto.

A SRA. MARINA SILVA – Então, em relação ao que ele falou...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já chega. Jaques, Ministra...

A SRA. MARINA SILVA – ... R\$34 milhões para os povos indígenas. O dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra, desculpa. Isso aqui não é a COP.

A SRA. MARINA SILVA – O dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aqui é a CPI das ONGs.

A SRA. MARINA SILVA – Eu sei que é a CPI das ONGs, mas foi feita uma interpelação...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o Dr. Hiran.

A SRA. MARINA SILVA – ... e eu gostaria de responder.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora já respondeu.

A SRA. MARINA SILVA – O projeto, ele foi... vai beneficiar 13 povos indígenas...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

A SRA. MARINA SILVA – ... 11 mil pessoas.

E o Francisco não é nenhuma pessoa desonesta, é um indígena que eu e o Marcio conhecemos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

A SRA. MARINA SILVA – O Francisco Piyãko...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Perfeito.

A SRA. MARINA SILVA – ... é a pessoa responsável pelo projeto...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Beleza.

A SRA. MARINA SILVA – ... e eu desconheço se ele entrou com um processo contra a ponte.

O problema é que a estrada passa dentro da Serra do Divisor, e aí tem um problema complexo, porque é um parque; e parque é uma outra forma de fazer determinados investimentos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está respondido, Marcio?

A SRA. MARINA SILVA – Aliás, nem pode.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Marcio está satisfeito.

Só me permite...

A SRA. MARINA SILVA – Obrigada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É só...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não está satisfeito?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É só para dizer o seguinte: está tudo bem. Cada um acredita e professa a sua fé.

Eu só estou dizendo que a minha suspeita é de que parte desse dinheirão todo que vem de fora ajuda a travar a atividade econômica da Amazônia.

Como exemplo...

A SRA. MARINA SILVA – Como V. Exa. disse, é apenas uma suspeita.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas com vários exemplos.

Como exemplo, ONGs que recebem dinheiro do Fundo Amazônia entram na Justiça – se a senhora não sabe, eu estou informando –, entram na Justiça contra a ponte.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora há pouco estive lá, até ia passar o vídeo, mas deixa pra lá...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se a gente for falar do potássio em Autazes, vamos levar aqui o dia todo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vídeo de uma ambulância indo pegar pessoas num lugar...

A SRA. MARINA SILVA – É organização dos povos indígenas. Não é ONG, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que que é? A gente já viu, mas está claro...

A SRA. MARINA SILVA – Não é ONG, é uma organização dos povos indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O ICMBio passou aqui, Ibama passou aqui...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É uma organização não governamental.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... FAS passou aqui. São dois mundos diferentes, está claro.

É um mundo em que a Senadora Marina vive...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... que é o mesmo do Ibama, da Funai, e o mundo em que nós vivemos.

Então, cada um com a sua opinião.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Marina...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por favor, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... com todo o respeito...

A SRA. MARINA SILVA – É que é diferente opinião de acusação.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Não estou acusando, estou dizendo que é uma entidade que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora vai ter...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – ... e que aí recebe dinheiro, mas...

A SRA. MARINA SILVA – É organização dos povos indígenas, não é uma ONG.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – Senador Marcio, você sabe que é diferente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Marina...

A SRA. MARINA SILVA – Você sabe que é diferente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Marina, com todo o respeito que lhe tenho...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – Não, não é.

Você sabe que é diferente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Não, não sei, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora, Ministra e Deputada Marina, eu tenho muito respeito pela senhora também...

A SRA. MARINA SILVA – Muito obrigada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Eu também fiquei escutando, bem quietinho aqui, desde que cheguei; mas agora chegou a minha vez. Deixa eu falar um pouquinho, porque eu queria abrir a sessão lá, às 14h.

Primeiro, Ministra, eu já tenho... Claro, tenho todo o respeito pela senhora, mas tenho uma opinião formada a respeito da sua atuação no mundo. Eu acho que a sua atuação no mundo é uma atuação meritória,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas as potências internacionais utilizam a sua credibilidade para atrapalhar o Brasil. Essa é a minha posição. Eu não estou aqui fazendo um questionamento, estou fazendo uma fala em relação à minha convicção.

Veja bem que contradição: eu vi, agora, na imprensa, que o Brasil vai levar a maior delegação à COP, uma delegação gigantesca. Ora, e vão para um país, Ministra, que é um país que, além de queimar muito hidrocarboneto, é um dos maiores exportadores do mundo de hidrocarbonetos, de petróleo. É um país onde não há democracia, é um país onde há trabalho análogo à escravidão. Se a senhora tiver um tempinho e der uma voltinha nos lugares – eu já fui lá –, nos lugares onde vivem os trabalhadores daquelas imensas obras em que a senhora vai, certamente, ficar hospedada em uma delas, aquelas pessoas vivem lá em trabalho análogo à escravidão, além do que são grandes agressores do meio ambiente.

Se senhora também tiver um tempinho para ir a um lugar chamado Jumeirah, que é aquela palmeira, aquilo ali foi uma agressão ambiental impressionante; se entrou no mar e se construiu aquela estrutura que a gente não conseguiria construir aqui no nosso país, porque toda estrutura ambientalista seria contrária aqui, e a gente não conseguiria construir.

Mas para mim ficou claro, no decorrer dessas oitivas aqui, dos convidados e convocados, ficou claro que os recursos que são oriundos do exterior para cá são utilizados pela maioria das ONGs – cerca de 80% deles – em gastos com passagem, com assessoramento, com contrato de assessoramento e, claro, a grande maioria desses recursos... Não há nenhum tipo de ilegalidade nisso, é uma questão de gestão, mas, como se falou aqui, é estranho que se gastem 80% desses recursos na atividade administrativa dessas ONGs e que não cheguem à ponta, porque...

Eu não me apresentei, mas eu sou médico e nasci lá no meio do Amazonas, viu, Ministra? Eu nasci lá em Tefé, e eu conheço a Amazônia. Quer dizer, a ação dessas ONGs impactou muito, muito pouco, desde quando eu... Sou um pouco mais velho que a senhora, e vivi muito tempo, ainda vivo lá; diferentemente da grande maioria dos gestores dessas ONGs, que moram em São Paulo, no Rio, em Brasília, eu continuo morando lá em Roraima, e sou médico lá, e atendo... Aliás, sou médico do nosso Líder Jaques Wagner.

Mas eu queria dizer à senhora que há muita contradição em relação a essa política ambiental. Essa relação das ONGs com o poder público é uma relação que a gente precisa aperfeiçoar através do nosso relatório – e vamos aperfeiçoar –, com muita tranquilidade, sem agredir ninguém, o que, aliás, não é do meu feitio.

Também quero, finalmente, dizer à senhora que esses três decretos que foram assinados pelo Presidente Lula de ampliação de nossas áreas de conservação foram um sinal de muita preocupação para o nosso Estado de Roraima, que só tem, Ministra, senhoras e senhores, 9% do total do seu território apto a atividades agropecuárias, que é a nossa principal vocação, de forma que toda essa política que a senhora coordena tem sido extremamente nefasta ao desenvolvimento de Roraima, que é o estado em que eu vivo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe, a gente ter toda aquela imensidão de lavrados, muito adequados pra plantação de grãos... Porque a gente não desmata lá, os lavrados já estão lá, as savanas estão lá. A gente tem só 9% da nossa capacidade agropecuária, por conta de que nós temos lá 33 reservas indígenas demarcadas, e nós temos, além das reservas indígenas, as áreas de conservação, que há pouco tempo foram ampliadas, sob a alegação de que elas serviriam para ampliar um cordão de proteção à Reserva Yanomami. Ora, só quem não conhece Roraima fala uma coisa dessas, porque o acesso à Reserva Yanomami é feito através do Rio Uraricoera, do Rio Mucajaí, Couto de Magalhães, que são rios extremamente acessíveis à reserva indígena.

E, como as pessoas lá do estado conhecem o potencial mineral da reserva – tem muito ouro, muita cassiterita, nióbio, estanho, quer dizer, há a maior reserva do mundo de urânio na Serra de Surucucu, e a senhora sabe disso –, as pessoas são retiradas. Desde que eu cheguei lá, Ministra, já tivemos desintrusões inúmeras. Elas são "desintrusadas". O poder público não consegue vigiar, e essas pessoas terminam voltando pra reserva, porque, como foi dito aqui, é pouco inteligente se criar uma reserva maior que Portugal, com 9,6 milhões de hectares – Portugal tem 9,2 milhões de hectares –, com pouco mais de 20 mil pessoas, e a gente vigiar isso. A senhora conhece bem, a senhora voou lá, e a senhora sabe que a atividade garimpeira fica na margem principalmente do Rio Mucajaí, do Rio Couto de Magalhães; e a gente, olhando, quando vai de Boa Vista à direção noroeste, pro lado direito da reserva, a gente vê que a reserva está absolutamente preservada. Nós só temos atividade garimpeira na margem do rio, meu Presidente. Então, nós precisamos encarar de frente essa problemática.

E eu quero aqui pedir a V. Exa., porque a senhora gosta do país; à senhora, que gosta do Brasil, gosta das pessoas, tem essa história de vida belíssima: eu espero que a senhora se comprometa a não criar mais demarcação de terra indígena no nosso estado e também expandir cada vez mais áreas de conservação. Nós já temos tudo o que nós precisamos lá, e respeitamos muito. O nosso estado é um dos estados que menos desmata no país, até porque nós temos lá os campos naturais, nós não precisamos desmatar pra plantar grãos – e somos hoje o maior produtor de grão do Norte do país, sendo maiores em produção do que sete estados brasileiros já.

Então, essa aqui é a minha colocação que eu tenho de fazer. Não vou perguntar a respeito de relações de ONGs com o poder público, porque já ficou muito claro aqui que essa relação precisa, sim, ser aperfeiçoada, e nós vamos tentar aperfeiçoá-la no relatório final do nosso Relator, Marcio Bittar.

Muito obrigado pela sua presença. Que a senhora tenha uma excelente viagem e que, realmente, a senhora conteste tudo o que eu lhe coloquei aqui, porque a senhora vai pra um lugar que é um exemplo de agressão à natureza, agressão ao ser humano, agressão ao meio ambiente, e que exporta – ele não queima, ele exporta – hidrocarboneto pro mundo todo; e aquela suntuosidade que a senhora vai ver lá é fruto de queima e de produção de CO₂ no meio ambiente.

Muito obrigado a todos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Aliás, V. Exa. levantou um grande tema. Começamos, aliás, esta sessão falando de mudança do clima, que é o tema da emissão de CO₂, em que o mundo terá que se debruçar.

E eu fico feliz que V. Exa. tenha uma crítica tão radical à questão da exploração de petróleo, pensando na matriz energética global, que não pode ser tratada isoladamente por um país.

Veja que o Senador Jaques Wagner tem razão, tem divergências, mas V. Exa. colocou um ponto de convergência, que é a sua crítica à questão da exploração de petróleo e do mal que isso está fazendo ao equilíbrio do planeta, pela grande quantidade de emissão de CO₂.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora desculpa, para uma questão de ordem. A senhora colocou palavras na minha boca.

A SRA. MARINA SILVA – Não, foi o que eu entendi. V. Exa. tem a chance de explicar melhor agora.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então eu vou só explicar muito claramente, porque, a senhora vai me desculpar, eu tenho o compromisso de abrir a sessão, mas o que eu coloquei é se a senhora não se sente constrangida de ir para um lugar que é um exemplo de agressão ao meio ambiente, à dignidade humana e um grande produtor de CO₂ e exportador de CO₂ para o mundo todo, quer dizer, eu acho que ninguém lá vai se revoltar com aquilo que acontece em Dubai, nos Emirados Árabes como um todo e no Golfo Pérsico, que é um grande produtor de petróleo e vive disso. Eu acho que a gente devia fazer essas COPs lá no Acre, lá em Roraima, e aí ninguém iria, até porque ninguém gosta de fazer turismo nos nossos estados. Todo mundo gosta de ir para Nova York, gosta de ir para Dubai, gosta de ir para os Emirados, porque é muito bacana, agora, que vocês tenham na cabeça que aquilo ali é um exemplo de agressão à dignidade, porque não é uma democracia, aquilo tudo que a senhora for ver lá pertence a um rei, à dinastia Al Maktoum, e são péssimos exemplos de...

A SRA. MARINA SILVA – V. Exa. conhece de ter visitado, é isso que V. Exa...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É porque eu conheço o mundo quase todo, eu viajei muito.

A SRA. MARINA SILVA – Então V. Exa. já foi lá?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já passei lá.

A SRA. MARINA SILVA – E V. Exa. se sentiu constrangido de ter ido lá?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não fiquei lá, fiquei um dia só, porque é muito calor, não gosto muito de calor, calor eu já tenho no meu estado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – Mas V. Exa. foi.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu não sou contra petróleo...

A SRA. MARINA SILVA – Mas V. Exa. criticou o petróleo e o CO₂, é por isso que eu falei que tinha uma convergência...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Estou dizendo para a senhora se a senhora vai contestar tudo isso lá...

A SRA. MARINA SILVA – Claro, claro que vai ser contestado. Isso é porque, para quem não entende a geopolítica das COPs, elas são decididas, qual país vai fazer a sede, mas, na hora em que ela se instala, Senador, aquilo vira um território das Nações Unidas. O Egito, por exemplo, não pode ter manifestação política, mas, dentro do espaço da COP, as pessoas podiam fazer manifestação, porque vira um território neutro, um território da ONU.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Engraçado...

A SRA. MARINA SILVA – Certo, naqueles dias em que a COP vai ficar lá, vira um território neutro.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ministra...

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente para que cada um possa manifestar suas opiniões.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora falou do Egito. Sabe onde é que escolheram para ir no Egito? Sharm el-Sheikh, o lugar mais elegante, o balneário mais bonito lá do Egito... É por isso que... Muito obrigado, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA – Pode ser que tenham alguns que, quando vão para essas viagens, vão para passear, tem muitos que vão para trabalhar, Senador, e eu me incluo entre os que trabalham, mas como V. Exa. é médico e eu tenho certeza de que V. Exa. está preocupado com a saúde do povo do Estado de Roraima, eu tenho certeza de que aqueles pontos de convergência que o Senador Jaques Wagner acabou de mencionar vão estar refletidos nas emendas que V. Exa. apresentou para a saúde do povo ianomâmi. E de antemão já quero agradecer pela quantidade de recursos que V. Exa. pode ter destinado para o Ministério da Saúde.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não é questão de encaminhar recursos, já encaminhei, já levei um hospital de câncer para lá, que atende ianomâmis, estou colocando agora recursos na ordem de 30 milhões para fazer...

A SRA. MARINA SILVA – Mas, nesse caso do povo ianomâmi, quanto de emenda foi para o povo ianomâmi?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E sou o médico que mais operou indígena na história do meu estado.

A SRA. MARINA SILVA – Mas essa questão do recurso?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Continuo operando.

A SRA. MARINA SILVA – Nessa questão do recurso, especificamente...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Continuo operando.

A SRA. MARINA SILVA – ... que o Senador valorizou tanto, de que temos que olhar para a saúde indígena, da escala...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ministra, é porque a senhora não conhece...

É porque eu fiz, na minha vida...

A SRA. MARINA SILVA – ... existem as emendas parlamentares.

Eu conheço porque fui Senadora, eu sei, eu priorizava as emendas de acordo com aquilo que eu discursava.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olhe...

A SRA. MARINA SILVA – Por exemplo, o Senador perguntou. Eu, quando fui Ministra...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ministra...

A SRA. MARINA SILVA – ... eu fiz o programa junto com a Dra. Ruth, da Amazônia Solidária.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ministra, me desculpe.

A SRA. MARINA SILVA – Eu só estou perguntando porque eu quero dar a oportunidade a V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou responder.

Quando... A senhora sabe que o SUS tem um tripé pétreo, da universalidade, da equidade, da integralidade. Quando eu levo um hospital do câncer para lá, eu estou levando para branco, preto, caboclo, índio, tudo – eu não faço distinção – ianomâmi. Só existe uma raça lá que a gente cuida, é a raça humana.

Quando a gente leva um hospital de ortopedia para lá, em que nós temos 25 acidentes de trânsito de moto por dia, a gente não vai cuidar só de roraimense; a gente vai cuidar de roraimense, de paraense, de acriano, de ianomâmi, de patamona, de ingaricó, o que quer que seja. Assim é o SUS, assim é a lei do SUS, Ministra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando eu estou levando o recurso para lá... E lá, na minha clínica, Ministra, a gente opera...

Hoje mesmo a gente está fazendo um mutirão de cirurgia de catarata lá, a gente opera a metade de gente que vem da Venezuela, que, aliás, é um Governo tirano, que a gente recebe aqui com pompas e circunstâncias, a gente atende lá também. Então, eu tenho esse compromisso e falo com autoridade, porque lá as pessoas conhecem o meu trabalho, Ministra, desde quando eu tinha 24 anos e cheguei lá.

Diferentemente da senhora que saiu do Acre para ir para São Paulo, eu saí do Rio de Janeiro, onde eu fiz residência, lá do Amazonas, e fui lá para Roraima, quando tinham lá 80 mil pessoas. E, agora, já estou aqui, com cabelos brancos, com cinco netos, e continuo lá trabalhando.

Quando não estou aqui, porque eu opero aqui também, as pessoas sabem, mas eu estou lá operando e cuidando das pessoas.

A SRA. MARINA SILVA – Mas teve emenda ou não teve?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Teve, está lá...

A SRA. MARINA SILVA – Para os ianomâmis? Para os povos indígenas?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O que a senhora quer que eu...

A SRA. MARINA SILVA – Tudo bem, eu já entendi, eu já entendi.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para que a senhora quer que eu dê dinheiro para ianomâmi? Eu tenho que cuidar da saúde do ianomâmi.

E olhe só...

A SRA. MARINA SILVA – Hã-hã.

Não, para a saúde, para a saúde mesmo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Quem criou...

Eu acho que a senhora não sabe.

Quem criou o parque nacional... Lá, esse modelo que existe até hoje de saúde indígena, que são os distritos sanitários especiais indígenas... O primeiro Distrito Sanitário Especial Indígena que foi criado, na década de 80, foi na minha gestão frente à Funasa, cuja atribuição era também a atenção aos indígenas. Procure!

E lá, na Casai, tem o meu nome. Foi na época do Fernando Henrique Cardoso que eu consegui recurso para fazer a Casai lá do Estado. Está lá o meu nome mesmo, Ministra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a senhora mandar...

A SRA. MARINA SILVA – Aliás, V. Exa. me dá uma lembrança aqui boa da Dra. Ruth Cardoso...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pronto.

A SRA. MARINA SILVA – ... que defendeu muito os povos indígenas e que criou o programa Amazônia Solidária...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, não se pode dizer que eu não gosto de indígena.

A SRA. MARINA SILVA – ... e que foi no Governo do Fernando Henrique Cardoso que foi regulamentada a relação do Estado com a sociedade civil. Não foi nos governos do PT.

Obrigada, Senador, pelos seus esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Jaime, eu passo já para o senhor, mas deixa eu só falar da...

Obrigado, obrigado, Hiran, obrigado pela sua participação, isso só engrandece a gente.

Eu estava lá em Manacapuru, um município perto de Manaus, Ministra, e a gente foi entregar...

A SRA. MARINA SILVA – É um município pra onde... Acho que...

Você já foi alguma vez, Marcio, pra Manacapuru em eleições?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Disseram que eu fui várias vezes, porque eu perdi eleição...

A SRA. MARINA SILVA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, mas Manacapuru, no Amazonas.

A SRA. MARINA SILVA – Tem uma história interessante de Manacapuru, em que eu e o Amâncio já fomos, porque perdemos algumas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – No Amazonas? Manacapuru?

Aí eu estava levando umas emendas...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – CPI também a cultura, explica aí pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra, eu vou explicar sobre a emenda, a senhora falou de emendas.

Olha só a descoberta da pólvora, que as ONGs não descobrem. O Prefeito Beto estava entregando a patrulha mecanizada, lá os tratores, para cinco comunidades produtoras – laranja, limão –, no meio da fala dele, ele disse assim para aqueles agricultores: "Agora, vocês pequenos agricultores não vão mais queimar, não vão mais provocar queimada porque o trator vai lá remover a terra de vocês".

Simples assim, a pólvora, a roda; ou seja, se você tiver, acabar com essa hipocrisia de que o mundo vai acabar, de que nós somos bandidos. A Amazônia não é responsável pelo mundo. Essa responsabilidade jogaram nos nossos ombros.

Cada município tiver, por exemplo, Ministra... Vai ter queimada para o ano no Amazonas. Em Autazes não vai ter o avião para apagar os fogos que começaram. O Corpo de Bombeiros vai estar com a mesma deficiência. É isso que a gente quer trabalhar no Fundo da Amazônia, para que permita isso também...

A SRA. MARINA SILVA – Então, por isso que já temos R\$34 milhões desde 2017. Agora R\$46 que o Governo apresentou o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra, olhe só. Eu, como Senador, já destinei emendas no valor de seis milhões e pouco para as comunidades indígenas. E elas não vão só para a saúde porque aí tem a Sesai, Dsei, é muito dinheiro.

Tanto que a Foirn, no alto do Rio Negro, ela só anda de helicóptero, os presidentes dele, R\$17 mil a hora do aluguel. Tem dinheiro, sim. Então, o dinheiro que me vai, por exemplo, olha só a alegria de toda uma comunidade baníua quando a gente mandou um gerador de luz que custa uma merreca, que custa uma merreca.

Vale a alegria dessa gente. Olha aqui, é toda a comunidade baníua.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Os índios recebendo o gerador. Rio Içana. Toda a comunidade inteira foi buscar um gerador, que é uma coisa simples porque eles têm direito à energia, mas as ONGs não deixam porque não faz parte da cultura indígena. Não é da cultura ter luz.

Quando eu levei internet para essa gente, a senhora precisava ver a alegria dessa gente. E todas as outras sete comunidades querem um gerador e querem internet. Eu já levei seis geradores com o dinheiro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vocês, que estão me ouvindo aqui, porque as emendas são fruto do dinheiro de vocês, que o Estado arrecada.

Então, Ministra, a gente não pode ser responsável por uma área indígena que vocês incentivaram a demarcar. Área indígena que vocês propuseram laudos antropológicos duvidosos, aí querem que a gente tome conta. Várias áreas, abandonam vocês, duas indígenas aqui, e querem que nós tomemos conta.

Eu atuo em outra área: barco, internet, gerador, dinheiro para custeio de saúde. Então, nós temos um lado. A senhora quer privatizar, quer privilegiar o clima e a gente quer privilegiar o ser humano. Então, a nossa questão desde o começo é esta: a gente quer o ser humano.

E o Fundo da Amazônia vai sim, é a única garantia que a gente tem dado, o Relator, eu, o Jaime, que o Fundo da Amazônia nós vamos tentar aprimorá-lo para que ele também expanda, para que os municípios digam: "Eu quero um avião que vai jogar água no primeiro foco que tiver aqui".

Porque eu estive lá em 2019, os focos, Jaime, começam ali no entorno, naquele capim. Quando o capim acaba, eles invadem os campos. Tem alguém que aproveita? Tem, mas olha eu sei que vai ter, sei qual é o mês até que vai ter. Se eu tiver condições, eu vou na origem acabar com isso.

É isso, Ministra, que a gente quer do Fundo da Amazônia também. Daí a nossa divergência do que é natural e o que é plenamente normal, mas as emendas a gente está cumprindo. Agora, para a saúde não vou não. A saúde tem Dsei, tem Sesai. Não falta dinheiro para a saúde neste país.

Não falta. O que há é excesso de desvio, é excesso de corrupção neste país. Não é de agora não, é de décadas e décadas atrás. Este país não tem problema de falta de dinheiro. É claro que 3 bilhões, 4 bilhões não dão para sanear ou resolver o saneamento. É claro que não dá, mas dá para levar... A gente sempre resiste, eu, outro dia, disse para o... Dá para levar um gerador desse que não custa nada, cara. Com 300 mil de emenda, eu mandei seis geradores para São Gabriel da Cachoeira para índios, para índios que se recusam a aceitar o que o ISA provocou lá dentro. O que o Isa provocou...

Mas essa não é a questão principal, Ministra. A senhora foi chamada aqui porque a senhora é a Ministra do Meio Ambiente, é uma pessoa respeitável, mas que tem sob a sua asa o Ibama, a Funai e o ICMBio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Também não, não é? Nada tem, nunca tem nada, não é? Nunca tem nada. Eles não mandam na Funai, não. Está bom, então tire a Funai.

Então, veja, é isso que a gente está... Porque nós temos muita queixa contra o Ibama, muita queixa com o ICMBio e a gente esperava, a gente espera que a senhora diga que aquela violência não vai mais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer. "Ah, mas é a Força Nacional", quem provocou? Quem chamou a Força Nacional para lá? E que merda de agente público sou eu que vejo um erro, um desmando, uma injustiça e não reajo? Eu tenho capacidade, tenho autoridade para agir e não denuncio, eu concordo, porque, em lares de Autazes, a pessoa está me assistindo agora, com título de 1904 foi expulso agora da área – 1904 – e a Justiça Federal não quis saber.

Então, entenda, Ministra: às vezes, a indignação da gente não é com a senhora, não, é com a situação toda que nós vivemos, que nós sentimos. Deus me concedeu a graça e a benção de me tornar Senador. Assim como a senhora, eu vim de beira de rio – vim de beira de rio – e cheguei aqui também. Então, jamais, jamais eu vou trocar o clima pelo ser humano. É uma escolha, nós somos responsáveis pela nossa escolha. A senhora pela da senhora e eu pelas minhas, e a minha é por isso aí. Sesai... Coisas que se danem, eles que cuidem da saúde do indígena, porque eu vou cuidar do que eles precisam, mais do que saúde que eles têm lá do Sesai gastando esse dinheiro. Vocês viram aí, vocês viram aí. É um gerador, gente! A comunidade inteira, baníua inteira... Agora um barco para eles que vai ser dado para eles escoarem a produção deles. Então, permitirem a eles criar galinha caipira.

A SRA. MARINA SILVA – Senador, só para... Como eu levantei a questão das emendas, nós fizemos uma emenda, o Ministério do Meio Ambiente ajudou, através do Secretário André, uma emenda de Comissão, com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, de 150 milhões para o Ministério da Agricultura implementar sistemas agroflorestais em mais de 3 mil unidades demonstrativas dos municípios prioritários – aqueles 70 municípios que mais desmatam –, para não ser só ação de comando e controle, levar os incentivos produtivos também, porque, como eu disse, não é apenas dizer o que não pode, é estabelecer o novo como pode. É a primeira vez na história que o Ministério do Meio Ambiente propõe emenda de Comissão para o Mapa e com um valor substancial. É a agenda do desenvolvimento sustentável, da transformação ecológica acontecendo no Governo.

Eu tenho total clareza de que precisamos criar um novo ciclo de prosperidade para gerar emprego, para gerar renda, para tirar os 33 milhões de pessoas da fome, porque é injusto o país maior produtor de grãos ter 33 milhões de brasileiros e brasileiras que passam fome. Além dos 150 milhões do Fundo Amazônia, que serão executados pela Anater, agência ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, para os pequenos, porque eu vi que a maior preocupação aqui é com os pequenos... Então, nós fizemos essa emenda, pelo menos é o que foi verbalizado; mais de 300 milhões da área ambiental para a regularização fundiária ambiental e o aumento de produtividade do agronegócio.

E eu quero dizer para V. Exa. que o Ministério do Meio Ambiente vai fazer as ações de comando e controle enquanto existirem ilegalidades. Quando não existirem mais, não tem nem razão pelo que... É por isso que a Secretaria Extraordinária de Combate ao Desmatamento e Desenvolvimento Rural Sustentável é extraordinária, Senador, porque, na hora em que a gente chegar ao desmatamento zero – se Deus quiser –, não se precisará mais da Secretaria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu trabalho... E muita gente até dizia, Senador Marcio: "Mas a senhora não está perdendo espaço para 23 ministérios cuidando da agenda da sustentabilidade, com o Ministro da Fazenda coordenando o Plano de Transformação Ecológica?". E eu digo: "Isso foi o meu sonho. Há 20 anos, eu disse que a política ambiental não deveria ser setorial, deveria ser transversal, estar no transporte, na agricultura, no setor de energia, dentro do Ministério da Fazenda, da Saúde, da Educação, em todos os setores, para a gente poder mudar o modelo de desenvolvimento".

E aí, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero agradecer profundamente a oportunidade, porque eu vejo que vocês dizem que são percepções diferentes do mundo, e de fato são. Existia um grupo que queria demarcar a Raposa Serra do Sol em ilhas. Os indígenas estão lá há milhares de anos, mas os produtores de arroz – ainda não fazia nem uma década – já tinham ocupado a terra indígena dos indígenas uapixanas e, no entanto, queriam demarcar a ilha para salvaguardar a área ilegalmente ocupada, o que eu acho que são visões diferentes mesmo: uma visão que acha que os indígenas têm que ser assimilados culturalmente e uma outra que acha que deve ser respeitado o seu modo de vida.

Nesse sentido, eu agradeço por essas visões ficarem tão claras aqui nesta CPI. Em 1996, eu acho, teve uma CPI das ONGs também. Eu era Senadora, eu estava sentada ali e eu acho que eu era a única pessoa que defendia os indígenas. Era o Senador Mozarildo Cavalcanti e, se eu colocasse o discurso que foi feito pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, o da Senadora Marluce Pinto e os discursos que eu estou ouvindo agora são exatamente os mesmos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, não...

Não, não, não...

A SRA. MARINA SILVA – Mas o meu é exatamente o mesmo também.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... não vou permitir que a senhora faça isso comigo, não. O meu sempre é a preocupação do ser humano, da pobreza e da miséria que os índios colocam. E nós não falamos pelos índios aqui, não. Nunca falei. Nós deixamos que eles falassem por eles.

Eu tenho aqui um vídeo, já até esqueci o número aqui. Os índios vieram aqui, está ali uma que veio falar por ela. Coloquei alguma coisa na sua boca? Todos que vieram aqui disseram...

A SRA. MARINA SILVA – Mas o senhor acha que com os outros alguém coloca alguma coisa na boca deles?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Acho que o ISA faz isso...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – Então, são visões de mundo diferentes mesmo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... acho que o ICMBio faz isso. Claro que são...

A SRA. MARINA SILVA – Claro, são totalmente diferentes...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Lógico. Lógico que são visões diferentes.

A SRA. MARINA SILVA – V. Exa. acha que uma parte é manipulada, e a parte que concorda com o senhor não é.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora não me vê defender grandes... Está aqui o nosso Senador que vai falar agora. A senhora não me vê defender grande agricultor, a senhora me vê sempre... Cadê aquele vídeo do Beto, qual é o número que você botou agora? Que número é?

E aqui ninguém fala pelos índios, aqui foi feito para dar voz aos invisíveis, fala aos mudos, foi para isso. Olha só o que um índio disse aqui. A gente coloca... Eu podia colocar, Ministra, vários. Eles falando por eles.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone.*) – Fique à vontade, Senador. Eu vim para ficar aqui o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eles. E nunca...

Olha o que o Beto diz, que é um líder ianomâmi, não é cacique, não é nada. Olha o que ele diz, veja se é o que eu digo, se eu coloco a palavra na boca dele; o índio Beto aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – ... dele, do Beto, só mais uma vez, nas emendas, é Santa Isabel do Rio Negro, no Alto Rio Negro. Tem lá uma casa de acolhimento dos ianomâmis...

A SRA. MARINA SILVA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... com uma verba nossa para construí-la.

A SRA. MARINA SILVA – Senador Plínio, eu gostaria que, se tiver algum vídeo com o depoimento do Davi Yanomami, eu gostaria que também passasse.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não me lembro de ter sido procurado por Davi. Nós fomos procurados, minha assessoria, Davi Yanomami nos procurou?

A SRA. MARINA SILVA – V. Exa. fez uma busca ativa pela posição dele, para fazer um contraponto?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não busquei, todos eles me buscaram. Todos eles viram na CPI um alento. O pessoal, os coripacos, no Alto Rio Negro, Ministra, levaram 14 dias para falar conosco na CPI das ONGs, e, se eu lhe mostrasse o que eles dizem aqui...

O que eu quero dizer é o seguinte, Ministra: eu não coloco palavra na boca dos índios. No entanto, eu defendo o que sai da boca deles. E a senhora está vendo aí.

A SRA. MARINA SILVA – Eu vi, eu vi!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, por favor, agora ficou claro que a senhora não pode me comparar com quem defende grandes produtores, com quem defende garimpo...

A SRA. MARINA SILVA – Não, é que...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por favor, é uma gentileza que eu lhe peço.

A SRA. MARINA SILVA – Claro, eu não conheço o trabalho de V. Exa. em profundidade, mas, se fizer a análise do discurso pode ter certeza de que o discurso de V. Exa., que o discurso que foi feito aqui... Eu vi o filme em 1996, na CPI das ONGs. É só isso o que eu falei. É claro que o contexto tem que ser colocado, porque o discurso pode ser o mesmo. E aí vamos ver como é que isso se realiza na prática.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só prova que a situação perdura, que vem de tempo em tempo, que continua a mesma. Olha a hipocrisia aonde chega! O Amazonas é o Estado que menos desmata. No Amazonas, nós preservamos 97% da nossa floresta.

A SRA. MARINA SILVA – V. Exa. sabia que, só de anunciar a BR-319, o desmatamento aumentou ali 110%?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Onde, no entorno?

A SRA. MARINA SILVA – E agora, o trabalho que nós fizemos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quando a senhora passa, parece que a 319 vai desmatar. Se derrubar uma árvore, no trajeto...

A SRA. MARINA SILVA – Não é uma árvore. Foi um aumento de 110%.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... eu largo o meu mandato. Se derrubarem uma árvore no trajeto que existe. A estrada já está pronta. Brasil, a estrada está pronta. Agora, no verão, estão passando mais de cem ônibus diariamente, lá no Castanho, que é o caminho, agora que o verão permite. Então: "Ah, vai derrubar". É o Estado declarando a sua incompetência e inoperância. "Ah, vai desmatar no entorno." Quem é responsável por não deixar desmatar no entorno? Hoje tem lá um desmatamento, no inverno. Ninguém chega lá para coibir uma queimada. Sabem por quê? Porque não chega. Se houvesse asfalto, chegaria; carros, aviões pousariam lá. Então, é tudo isso...

Mas eu falava da hipocrisia, não é sua, não.

A SRA. MARINA SILVA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não vá colocar palavra na minha boca. É a hipocrisia dessa política que existe e o financiamento das ONGs.

O Amazonas, com 97% da sua floresta preservada, tem 56% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. Alguém diz que a gente merece manter a Zona Franca intacta? Quando vai brigar pela Zona Franca... É o ar que respiramos. É errado, mas ainda é. Ninguém nos ajuda, ninguém nos ajuda, sem imaginar que, sem a Zona Franca, todo mundo vai para o extrativismo, porque não tem outra opção. Aí, vai criar peixe, vai desmatar. Então, quando eu falo da hipocrisia global, é exatamente isso.

Nós merecíamos o quê? Sermos condecorados por esses institutos que condecoram esse e aquele, que empoderam essa, aquela, esse e aquele, mas não, o que a gente recebe é que todo Governo que entra, seja ele o passado, o futuro, o presente... Todos eles querem acabar com a Zona Franca. E a gente preserva 97%, ou seja, vale a pena preservar desse jeito? Sabe o que é não ter R\$11 por dia, Ministra? Cinquenta por cento não têm R\$11 por dia, mas eu não vim aqui para lamentar. Deus concedeu essa bênção, e a gente está aqui exatamente para cobrar, perguntar e chegar a uma convergência que é exatamente essa, a de melhorar o Fundo Amazônia, de reconhecer que o homem também é parte desse meio ambiente. E a gente diverge, sim, Ministra. A divergência é com todo o respeito.

A SRA. MARINA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos continuar em mundos diferentes, com todo o respeito: a senhora no seu mundo, e eu no meu mundo; a senhora com a sua missão internacional, global, e eu com a minha missão regional, extrapolando para o ...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas só para dizer-lhe, também, que eu penso na República. Eu sou o autor do que deu autonomia ao Banco Central. Viu, Ministra? Também colaborei com a República.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – Não, eu acho que agora já pode passar para os demais ministros, como V. Exa. citou, para os demais Senadores. Estou profetizando aqui.

Pode falar, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Plínio; o Relator, Marcio; a Exma. Ministra do Meio Ambiente, a Exma. Ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

Quero fazer diversas colocações. Primeiramente, eu quero falar para a senhora que nós temos que, primeiramente, parar de só olhar no retrovisor, de nós só olharmos o que Governo, para trás, fez. Quero dizer para vocês que o que aconteceu em 1975, como a senhora expôs aqui, sobre a situação de que só havia 0,6% desmatado da Amazônia, o projeto que deu certo de reforma agrária foi feito, então, no território de Rondônia, hoje Estado.

Marcio, ouça o que eu vou te falar agora: não é só a questão que ele falou ali sobre que o Estado de Rondônia é o único Estado que tem o dobro de carteira assinada contra o Bolsa Família. O Estado de Rondônia é o que tem o maior PIB *per capita*, são quase R\$37 mil por ano de todo o Norte e de todo o Nordeste. E isso se deve, sim, àquilo que foi feito em 1975 – se deve, sim!

Digo mais: aquilo lá, quando foi feito, não foi feito...

A SRA. MARINA SILVA – Aquilo o quê, Senador?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A reforma agrária que foi feita em 1975. A senhora começou a criticar aqui. A Exma. Ministra criticou que foi o que evoluiu o desmatamento. Depois nós vamos falar sobre isso. E não há 18% na Amazônia, como a senhora fala, não existem os 18%. Está aqui o Presidente do Ibama, que fala em 60 milhões de hectares, que é o que tem desmatado na Amazônia. Então, esse é um dos pontos em que eu quero mostrar o quanto que é, o quanto que evoluiu e o tanto que nós somos responsáveis também pela preservação, os produtores rurais.

Outro fator. O que aconteceu... A senhora foi eu acho que um pouquinho... Não sei se eu não entendi ou se a senhora talvez se equivocou um pouco na colocação. O desmatamento, por exemplo, no nosso Estado de Rondônia, o desmatamento veio causado pela não regularização fundiária. E eu digo mais para vocês, a quem estiver nos acompanhando pela TV Senado: quem mais está sofrendo com isso é o nosso pequeno produtor rural – o nosso pequeno produtor rural!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rondônia hoje tem... Mais de 80% vem da agricultura familiar, e essas pessoas estão de joelho no campo, sem a regularização fundiária. Desmataram depois de 2008. Se tivessem feito a regularização no momento em que era para terem feito, isso não teria causado mais desmatamento. E isso vai ter que se fazer. Não tem como não fazer, porque senão nós vamos ter que tirar, realmente, essas pessoas lá do campo, que é o que vocês estão vendo, o que está acontecendo no dia a dia.

Sobre a BR-319, Ministra, eu conheço aquela rodovia. Eu andei de carro logo que ela... No final dos anos 70, início dos anos 80, eu andei nela. A estrada existe. Quando a senhora fala também, Exma. Ministra, que tem que se ver realmente se dá viabilidade econômica, concordo. Não se faz nenhuma obra sem dar viabilidade econômica. Tem que ter viabilidade econômica, mas a BR-319 dá viabilidade econômica, sim. Ela favorece.

Eu conheço sobre o segmento de infraestrutura e de transporte. Eu sei como é que funciona, porque até eu sou empresário. Eu cheguei aqui como político pela primeira vez. É a primeira vez em que eu exerço um cargo público e eu preciso e tenho o compromisso de ajudar os mais pobres, sim, principalmente os da Amazônia, os mais fracos. Eu tenho esse compromisso.

E justamente o meu maior compromisso é com o pequeno produtor.

Mas, sobre a BR-319, por que ela dá viabilidade econômica? Porque se nós tivéssemos ela... nós não estamos falando que a BR-319, Senador Plínio Valério, que é para transportar soja, que é para transportar minério de ferro, que é para nós transportarmos milho, não. Para isso aí nós temos o rio, Deus abençoou, deu uma estrada de graça para nós, que agora ainda esse Governo aí parece que quer privatizar aquilo também, eu até estou indo lá para uma reunião... porque só falta esse absurdo, privatizar o rio, porque eu ouvi falar, não quero acreditar sobre isso que está acontecendo no rio. Agora, a 319 onde que ela vai beneficiar? Hortifrutigranjeiro do seu Estado do Acre e, principalmente, de Rondônia, hortifrutigranjeiro, produto industrializado bovino, suíno, aves, e esse mesmo caminhão, Ministra, está trazendo produto industrializado da Zona Franca de Manaus, chegando mais rápido aos centros consumidores. Então, é que ela dá.... E a última: a senhora já imaginou o que vai avançar o turismo? Quanta gente... o nosso povo é um povo pobre, o povo brasileiro; o nosso povo não tem recurso. O Bagattoli pode pegar um avião e ir a Manaus a hora que ele quiser – sem ser Senador, na condição de empresário –, eu posso, quantos outros empresários podem, quantas pessoas podem, quantos funcionários liberais, mas é a minoria, Senadora; é a minoria, Ministra. Quanta gente vai utilizar essa estrada para conhecer, Plínio Valério, o que é Manaus, o que é a Zona Franca, como é aquilo lá, de que forma funciona a preservação.

Outra coisa que a senhora está na contramão, mas a senhora está certa e, ao mesmo tempo, na contramão. Veja bem, a senhora falou que o Governo Lula falou que sem desmatamento, Agostinho, nós podemos dobrar a produção. Eu não falo para vocês "dobrar", mas aumenta e muito. Mas, agora, eu quero perguntar – está aqui o nosso Presidente do Ibama, está aqui a Ministra do Meio Ambiente –, porque o Brasil... como é que nós vamos aumentar a produção, Senador Marcio Bittar? Eu sou do setor produtivo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós importamos hoje... o país, todas as terras brasileiras – para quem não conhece – são deficitárias de potássio e de fósforo.

Aí, nós temos essa situação de Autazes, já foi investido... a Potássio do Brasil – em uma audiência da semana passada –, já investiu mais de US\$200 milhões lá, já investiu. Isso é mais de R\$1 bilhão. Aí, quer dizer o seguinte, aí você tem um entrave de licença ambiental; nada funciona neste Brasil, onde é a maior jazida do mundo. Agora, eu pergunto para vocês: como é que nós vamos diminuir o desmatamento se nós não temos os insumos? Nós somos reféns da Rússia, que está em conflito; do Golfo, que está em conflito, e do Canadá.

Ministra, nós temos que parar com isso, nós temos que chegar a um consenso de nós olharmos para frente, e a produção de larga escala, a produção da agricultura familiar só vai poder progredir se nós diminuirmos esses custos dos insumos, dos defensivos. E como que nós vamos fazer isso? Diga-me como é que nós vamos aumentar a nossa produção do Brasil se nós somos reféns de fertilizante? E tendo as jazidas aqui, nós temos as jazidas.

As jazidas, são nossas e temos dentro de reservas indígenas também, que também devem ser exploradas. Também tem que ter a licença dentro da... obedecendo todas as normas, até porque as questões ambientais, até porque se tiver uma jazida dessa dentro das reservas indígenas, eles vão receber *royalty* e eles vão ter uma vida digna, com pouca devastação, com muito pouco prejuízo ambiental, quase que nada.

Agora, vocês barram tudo no Brasil. Aí, por exemplo, eu sou transportador até de multinacional da Shell Brasil, que transporta o álcool para Porto Velho, boa parte do álcool que sai do Mato Grosso para Porto Velho, eu conheço de logística.

Aí vocês olham a Ferrogrão – está aqui, Agostinho, você que é Presidente do Ibama. A Ferrogrão, para quem não sabe, duas locomotivas daquelas tiram 150, 180 caminhões de circulação. Aí chega lá, para isso no Supremo, para isso no Supremo, em qualquer lugar, qualquer Deputado, qualquer Senador, pede e para por uma questão ambiental. Meu Deus, meu Deus, se tiver que cruzar uma ferrovia, passar 20, 30, 40km dentro de uma reserva ecológica, não vai ser o fim do mundo, só vai ser o trem passando ali. Mas quantos caminhões que nós vamos tirar de circulação? Como que nós vamos diminuir a pobreza deste país, se nós não melhorarmos a nossa infraestrutura? Como é que nós vamos ser grandes exportadores, porque nós só somos exportadores de *commodities* – para quem não sabe –, de matéria-prima, nós industrializamos muito pouco. Então, o que acontece? Nós sabemos que precisamos preservar o meio ambiente.

E eu quero finalizar minhas palavras dizendo para a senhora o seguinte: a senhora vai para a COP – é COP, não é? –, e a senhora está indo lá e eu ouvi a senhora falando aqui, um negócio muito bonito, só que isso funciona só no papel, na prática não funciona, porque eu já tentei fazer. E olha, não estou vindo aqui para pedir para legalizar a terra para mim, não, nada, nada; eu só fico triste com o nosso pequeno agricultor, com o agricultor da agricultura familiar. E digo mais, Ministra, eu ter que escutar naquele Senado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da República ali, no dia da votação, da PEC, desculpa, da reforma tributária, eu ter que escutar Senadores falando, dizendo o seguinte: "Olha, a cesta básica não vai ser tributada; cesta básica não vai ser tributada". Vocês ouviram falar sobre isso. Ora, gente, quem produz a cesta básica não é o supermercado, é o pequeno produtor, Ministra, é a pessoa da agricultura familiar. O feijão, o arroz, a batata, o café, o leite, vêm 90% da agricultura familiar. Então, o que nós queremos, e quando a senhora – só para terminar minhas palavras –, a senhora falou: "Fala para eles, para eles pagarem pra esse produtor rural, pequeno, médio, grande, agricultura familiar, terras da União, para eles pagarem, esses países lá fora". A senhora fala que tem países aí em que há uma população grande, realmente, e eles devastaram tudo. Realmente eles têm uma vida muito melhor, nem se compara com a do povo brasileiro, agora, eles têm que pagar. Nós não podemos pagar com as nossas matas sem receber nada.

Inclusive, fala para eles: os povos indígenas têm que receber, sim! Eles estão preservando praticamente 14% do território nacional, e eles não podem desfrutar de nada das suas propriedades. Por que o mundo não paga eles? Qual o sentido que faz eles ficarem... terem que morrer na miséria, terem que ficar lá dentro, igual está a situação dos ianomâmis, todos os indígenas Brasil afora?

E digo mais, não tem mais direito jurídico no campo, não tem! Eu, quando foi julgado o marco temporal – que é a última coisa que eu quero falar –, foi julgado onde eu nasci. Onde eu nasci, Senador Plínio Valério, lá em Santa Catarina, dois Municípios, José Boiteux e Vitor Meireles. Existe uma reserva lá de 14,5 mil hectares, querem levar para 38 mil hectares. Sabe para fazer o quê? Tirar 860 famílias do campo, todos da agricultura familiar, 90% com escritura centenária. Aonde nós vamos chegar com esse Brasil? Isso que eu pergunto para vocês. Aonde nós vamos chegar com esse país?

Então, eu digo para a senhora: nós sabemos da nossa responsabilidade na Amazônia – conheço todos os estados da Amazônia. Se continuarmos da forma que está, sem nada feito, sem vir dinheiro que atinja direto as pessoas que moram lá... Não dinheiro para as ONGs, porque o dinheiro para as ONGs não está chegando na ponta, não está refletindo em nada, nem em infraestrutura para a cidade, não está refletindo em nada. Eu moro, eu conheço, eu vim ontem da capital Porto Velho. Se vocês andarem dentro de uma cidade daquela, que tem mais de cem anos, dá dó das pessoas, porque o que acontece? Não tem rede de saneamento básico e não tem nada.

É isso que eu queria falar. Nós ficamos tristes e sabemos que nós precisamos... A senhora está hipercorreta. Não podemos desmatar 100% da Amazônia, não; e nem a metade. Não queremos desmatar nem a metade também, não. Eu acho que a única coisa que as pessoas que moram lá têm que ter é dignidade de sobreviver da Amazônia.

Obrigado.

O SR. MARINA SILVA (Para depor.) – Posso falar, Senador? (*Pausa.*)

Muito obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o depoimento de V. Exa. reflete o pensamento de V. Exa., como V. Exa. interpreta o mundo, como V. Exa. traduz isso que V. Exa. está dizendo, que é a preocupação com os pequenos.

A minha preocupação com os pequenos, e nesse caso agindo em causa própria, começou muito cedo lá na frente do Basa, quando a gente fazia acampamento com mais ou menos 700 pessoas para conseguir a anistia do crédito do Basa. Quando eu fui Senadora, uma das primeiras coisas que eu fiz foi criar a primeira linha de crédito para os pequenos, os extrativistas, que, durante muitos anos, foram os responsáveis pelo equilíbrio da balança comercial do Brasil, e que, infelizmente, quando a empresa seringalista foi à falência, o que fizeram foi vender os antigos seringais com a gente lá dentro. E aí chegaram as pessoas do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste, compraram esses seringais e começaram a nos expulsar.

Então, quando eu tive a oportunidade de ser Senadora, eu trabalhei para criar uma linha de crédito para o extrativista; trabalhei para criar uma taxa de equalização; trabalhei para criar uma taxa de equalização da borracha, que estava perdendo competitividade para a Malásia, porque nós não tivemos visão estratégica para investir e preservar, numa vantagem comparativa que era só nossa. E talvez a gente continue cometendo o mesmo erro, reivindicando o direito de cometer os erros cometidos no passado.

Uma outra coisa que foi importante, quando eu fui Senadora, foi uma grande mulher, Dra. Ruth Cardoso, que era do PSDB, não necessariamente filiada, mas referenciada, que teve a coragem de discutir como a sociedade civil deveria participar do Governo. E aí foi feito todo o processo de regulação da relação com a sociedade civil, e foi a lei feita no Governo do PSDB, o partido do nosso Presidente aqui. E a Dra. Ruth pensou o Programa Comunidade Solidária.

Naquela época, eu, pensando que o Comunidade Solidária tinha um formato que não alcançava a diferença do Brasil, pedi uma conversa com a Dra. Ruth e sugeri a ela que criássemos um programa chamado Amazônia Solidária para customizar o Programa Comunidade Solidária. E, a partir dali, uma série de projetos, desenvolvidos com representantes da sociedade civil, para poder chegar lá na ponta, porque, em boa parte das ações que precisam do Estado, o Estado nem está lá...

E nós, quando tentamos ampliar a capacidade de alcance do Estado, a primeira coisa que se ouve é que se está querendo aumentar o gasto público. E o Presidente Lula disse que não é aumentar, não é gasto público, é investimento público, porque existem muitas pessoas que sequer têm a presença do Estado.

Eu posso falar da minha experiência. Às vezes as pessoas dizem: Não, não vamos olhar para o passado, vamos olhar para o presente! Eu gosto de olhar para os dois lados, a partir do presente, para o passado e para o futuro. Mas eu fico pensando... Eu imagino que, se não fosse a Comissão Pastoral da Terra, na época em que nos expulsaram daqueles seringais, o que teria acontecido conosco? Eu imagino, se não fosse o trabalho do Bispo D. Moacyr Grechi, que o Senador Marcio Bittar conhece muito bem, que teve a coragem de criar o Cimi para defender os direitos dos povos indígenas do Acre, nós não teríamos talvez hoje as terras indígenas demarcadas, como temos no Estado do Acre, que é o lugar em que há mais terra demarcada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes as pessoas dizem: Não; ficam inventando terra indígena... Terra indígena a gente não inventa. É feito um laudo antropológico. É feito uma série de estudos e, a partir dali, se estabelece os direitos originários sobre aquele território, que é muito mais que um território. Então, de fato, são visões de mundo diferentes, mas eu celebro que aqui tem um ponto em comum, que é a preocupação com os pobres.

Dom Mauro Morelli dizia que aqueles que não podem, aqueles que não sabem, aqueles que não têm, precisam de pessoas que façam políticas públicas para que um dia possam, saibam e tenham.

Os povos indígenas sabem o que querem. Quando eles querem manter sua cultura, manter sua espiritualidade, manter sua cosmovisão, manter seu território, seu modo de vida, sabem o que querem. Por que somente aqueles que pensam diferente desses é que não são manipulados? Quem honra a sua ancestralidade de milhares de anos está sendo manipulado. Quem tem outro ponto de vista, esse tem pensamento independente.

Eu acho que nós estamos aqui para encontrar caminhos e novas maneiras de caminhar, para buscar alternativas para o Brasil. Agora, se, como apenas a filha de um seringueiro, mesmo com toda a pressão, mesmo com tudo que passei, nunca tive que arrear pé da defesa da floresta, da justiça social, dos direitos humanos, de educação de qualidade, para que ninguém tenha que passar pelo que eu passei, sendo alfabetizada aos 16 anos, fazendo Mobral, supletivo de primeiro e segundo grau, trabalhando em condições muito difíceis... Eu sei que ainda temos problemas em relação à educação, mas nunca vou arrear pé desses princípios.

Portanto, eu não vim aqui para negar o que eu acredito, muito menos aquilo que eu defendo. E eu sei que ninguém está me pedindo isso, mas eu poderia simplesmente falar de uma forma tangencial sobre as coisas. Eu não posso fazer isso.

Eu tenho 65 anos de idade, acreditando que é possível desenvolver este país e, ao mesmo tempo, com justiça social, preservando a Amazônia, porque destruir a Amazônia é ter o rio em que não passa mais o barco; destruir a Amazônia é não ter mais a agricultura que dá duas safras no nosso país; destruir a Amazônia é destruir as raízes mais profundas da nossa identidade.

Portanto, eu estou aqui, com todo o respeito por aqueles que pensam diferente, que agem de forma diferente, que concretizam esse pensamento de forma diferente, mas afirmando que ou nós vamos enfrentar o problema do desmatamento, da mudança do clima ou isso que nós estamos vendo agora é apenas o começo de ver as pessoas dos 62 municípios do estado de V. Exa., 48 em situação de emergência...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Hã-hã.

A SRA. MARINA SILVA – Isso não vai mudar, é o que a ciência diz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concluo dizendo: existe pensamento divergente na ciência? Claro, 95% do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas dizem que há mudança climática. Há uma parte que não diz.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Hã-hã.

A SRA. MARINA SILVA – Só que a ciência diz que tem determinadas coisas em que não se pode chegar ao ponto de não retorno, porque não teríamos mais o que fazer.

Então, agradeço, porque aqui ficou claro que, de fato, tem diferença; ficou claro que não tem corrupção no Fundo Amazônia; ficou claro que o que há é a diferença entre uma visão de modelo de desenvolvimento que quer combater a desigualdade, quer democracia e sustentabilidade, que é preservar as bases naturais do nosso desenvolvimento e buscar os meios necessários para isso.

Pode ter certeza de que o apelo de ter um fundo global para a floresta já está atendido. Eu só não posso é antecipar, porque quem vai falar sobre ele é o Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA – Pode ter certeza – e desculpe, Senador Presidente – de que a autonomia de pensamento para cobrar, pedir compromisso e se comprometer o Brasil já vai fazendo isso, liderando pelo exemplo. Se nós chegássemos lá com 54% de aumento do desmatamento, como seria na lógica e na trajetória do Governo anterior, aí iríamos de cabeça baixa. Se chegássemos lá sem nenhuma ação para proteger o povo ianomâmi da violência, do estupro, de tudo o que acontece dentro daquela terra indígena pelo garimpo criminoso, aí, sim, iríamos de cabeça baixa, mas vamos de cabeça alta, com uma visão diferente, respeitando os que pensam diferente de nós, e eu posso dizer que isso não é de agora, começou, há muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

A SRA. MARINA SILVA – E eu agradeço a Deus pela oportunidade de poder reafirmar aquilo que aos 17 anos comecei a fazer com consciência política.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Ministra. É a Ministra...

Pois não, Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Presidente, pela ordem.

Só queria que a Exma. Ministra respondesse no final; não precisa responder agora, responda no final.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui o Presidente do Ibama... Só queremos saber se vocês vão, pelo menos, estudar e vão ser favoráveis? Nós colocamos todos os argumentos sobre a BR-319, porque ela é viável, porque nós, o povo brasileiro quer saber se a senhora é favorável ou não é, entendeu? De que maneira que for...

E quanto àquilo que eu expus, eu coloquei, sobre essas jazidas de potássio, jazidas de calcário, eu quero saber se vocês vão ser favoráveis. Isso é emergência, isso é urgente, é urgentíssimo, é para ontem, era para o ano passado, para dez anos atrás, e nós não conseguimos.

E outra, eu só quero, para terminar, eu quero só dizer para a senhora que eu estive com o Senador Plínio Valério, com o Marcio, com o Styvenson, nós estivemos lá na Reserva Chico Mendes. Eu os acompanhei lá e eu entendo de mato, eu sei como é que é andar dentro do mato, sou neto de madeireiro, conheço floresta e tudo. Aquilo que eu falei para a senhora lá atrás e a única coisa que eu quero dizer para a senhora é o seguinte: eu não tenho dúvida, na condição de empresário, não tenho dúvida, se a Reserva Chico Mendes fosse administrada por um administrador que tivesse ganhado uma licitação, administrada por um administrador da maneira, da forma, do jeito que aquelas pessoas vivem... Aquilo não é digno de sobrevivência, aquilo, nem de escola e nem de nada, nem de infraestrutura e nem de nada, muito menos de trabalho... Eu tenho certeza de que, se o Ministério do Trabalho fizesse uma fiscalização, esse empresário que tivesse ganhado a licitação sairia de lá algemado!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra, ele pediu para a senhora responder no final, e eu vou pedir também, porque a gente tem o Senador Zequinha, tem a Senadora Damares ainda, e eu só quero também aproveitar, Ministra, para ir colocando as coisas: são duas visões diferentes, mas, por nenhum minuto aqui, o Senador Plínio Valério defende o desmatamento, de forma alguma, está bom? Eu não estou nesse balaio, não estou nesse balaio.

O que eu continuo achando eu vou dizer também no final. Ela falou que é uma nação democrática. Eu continuo dizendo que o que as ONGs defendem é uma nação colonizada, e o que nós defendemos é uma nação independente.

Só para falar do potássio, Ministra, sobre o que ele falou, lá em Autazes, os Mura, mesmo hoje, o projeto não está dentro da área indígena, mesmo eles pedindo a ampliação, não está na reserva indígena a mina que eles vão explorar.

O potássio de Autazes, hoje, supriria de 23% a 25% do que o Brasil precisa. Em seguida, você tem silvinita em Itacoatiara – vai mais 50 – que daria mais de 100% do que o Brasil precisa. A gente pode afirmar, sobre esse projeto daí, eu não conheço ninguém do potássio da Amazônia, Ministra? Eu conheço a pobreza de Autazes, a imobilização do pessoal de Autazes com o movimento das ONGs, e nós vamos provar, vai ficar provado, no relatório. A senhora vai ver que teve manipulação para transformar mestiços e padres em indígenas naquela área. Foi manipulado por ONGs. Isso vai ficar no relatório, a gente já conseguiu isso, e vai ficar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria lhe pedir, Ministra: a senhora não está do lado de quem defende desmatamento, a Amazônia desmatada, não. Eu estou defendendo o que os índios querem. Eu sempre faço isso. É o que a pessoa quer. O sindicato quer, as associações querem, eles chegam e me dizem, e eu faço isso. Eu tenho transmitido, está bom? Só pra que a gente não fique...

E o Marcio me chamou atenção, Senadora Damares, olha só: o Senador Jaime estava falando de Rondônia, que é o estado mais próspero, não é? É o que mais produz, é mais próspero. O Amazonas é o mais pobre e é o que menos produz. A gente preserva tudo e é pobre; eles preservam pouco e são ricos, assim como os parecis. Os parecis, no Mato Grosso... Nós fomos lá nos parecis. Nós mostramos os banúas, os barés, os tucanos, nós mostramos várias comunidades de ianomâmis pobres – pobre beirando a miséria. Mostramos, nós fomos lá; nós fomos lá, mostramos. Mas fomos também ao Mato Grosso mostrar os parecis. E ficou claro, claro: tutelado pelas ONGs, é uma comunidade paupérrima; não tutelado pelas ONGs, é comunidade rica. Os parecis deram esse exemplo. E sabe quanto os parecis desmatam, Ministra, da área toda? Desmatam 1,8% – são ricos; 1,8% da área que demarcaram pra eles, que dizem que é deles. É uma falácia dizer que a terra é do índio, que ele manda. Tivemos um cacique que disse assim, palavra do Cacique Adriel: "Balela. Se a terra fosse nossa, eu podia plantar, eu podia colher, eu podia vender, eu podia sobreviver vivendo à custa do meu suor" – dito por um cacique aqui.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone.*) – V. Exa. gostaria que fosse assim?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu gostaria de o ser humano viver como ele quer. Eu gosto de autonomia dos povos. Autonomia. Lá em casa, minhas filhas sempre tiveram autonomia. Eu só dou o conselho, e elas seguem a vida delas. Têm autonomia. Não são os senhores e as senhoras, muito menos os grandes fundos internacionais é que vão dizer como o povo da Silvia, como o povo da Luciene vai viver. Eles é que têm que dizer se querem, Ministra; se querem. É muita petulância eu achar que eu posso chegar e dizer como que é.

As emendas parlamentares, Ministra. Das minhas emendas parlamentares, já foram pagos R\$250 milhões. Eu não disse em nem uma só o que é que o Prefeito deve fazer; em nenhuma. Eles é que me pedem: "Eu quero fazer isso". Lá vai. "Eu quero fazer aquilo". Nunca eu disse: "Não, eu vou dar, mas eu quero que vocês façam isso. Eu vou dar...". Então, eu defendo a autonomia dos povos. Eles querem. Agora, sem aquela manipulação de fundar uma Foirn, por exemplo, manipulada, uma social manipulada, que eles não defendem os índios, não falam em nome dos índios; falam o nome daqueles povos que... Nós estamos chamando a Foirn aqui também pra explicar como é que eles percorrem... Se fosse de voadeira, levaria uns 50 minutos, mas eles vão de helicóptero.

Então, há muitas distorções, muitas coisas. Mas, por favor, Ministra, a senhora não está olhando pra um desmatador, pra um empresário não. Eu tenho a rara felicidade, Ministra, de ter sido Vereador e diretamente Senador, porque eu não deixei rastro no caminho, não deu tempo. Eu não fui ministro, não fui secretário, não fui Prefeito, então não deixei rastro. Rastro mesmo, eu não estou dizendo os desonestos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas rastros normais de quem está na gestão. Eu tive essa felicidade. E um dos compromissos que eu tive foi assumir isto aqui. Eu prometi um dia realizar a CPI das ONGs pra gente abrir a caixa-preta. Mas o nosso grande trabalho, Ministra, vai ser abrir a caixa-preta, mas colaborar com um projeto de lei, com que a senhora também pode colaborar. Então, se no final a senhora reconhecer que não está 100% certa, e eu reconhecer que não estou 100%, a gente converge e, quem sabe, saiam do nosso relatório boas ideias. Esse é o nosso objetivo. A senhora não tem ninguém aqui com objetivos escusos, inimigos do clima, nenhum...

Mas, olha, para o ano vai ter queimada de novo no Amazonas, e, daqui a pouco, daqui a dois, três meses, vai ter a cheia de novo. E sabe por que é que vai ser problema? Porque não antecipam os problemas. Ninguém antecipa os problemas.

Então, se eu sei que a cheia vai perturbar, se eu sei que, lá em setembro, outubro, a seca vai perturbar, eu preciso, pra combater as queimadas, de um avião que jogue água ou espuma, eu preciso de carros-pipa, e ninguém tem isso. É isso que a gente quer para a nossa região pobre. Então a gente vai tentar fazer com que o Fundo Amazônia também olhe para o ser humano. A senhora tem razão quando diz que o dinheiro não é para ser... Não é mesmo não. O dinheiro do Fundo Amazônia é só para promover estudos que contribuam para diminuir o CO₂ na atmosfera e colaborem para combater as mudanças climáticas. Esse é o objetivo do Fundo Amazônia, e aqui a gente quer que ele amplie, que ele vá além, está bom, Ministra? Então a senhora vê que a gente está conversando, que a gente não é inimigo da floresta, pelo contrário...

A SRA. MARINA SILVA – A Senadora Damares vai falar?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É só pela ordem, é para a senhora inclusive.

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Só uma questão, Senadora Damares. É que o Senador perguntou muito diretamente se eu seria a favor da 319. Então, como eu não quero deixar nenhuma coisa sem responder, eu vou responder dizendo o seguinte: não basta ser a favor, é preciso viabilizar economicamente, socialmente e ambientalmente. Porque, se bastasse ser a favor, nos 15 anos em que eu não fui Ministra do Meio Ambiente, a estrada teria sido feita. Foram 15 anos com Vice-Presidente, com Ministro de Transporte, com Senador, Deputado, todo mundo a favor. Então não basta ser a favor, é preciso provar a viabilidade do empreendimento. Então já respondi ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A palavra final, a palavra final, que diz que não pode, que não complementou, que não atende às exigências, quem dá é o Ibama?

A SRA. MARINA SILVA – Mas V. Exa. teve um Governo de quatro anos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quem dá a palavra final, Ministra, é o Ibama?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – ... em que o Ibama foi perseguido, as pessoas foram exoneradas, foram postos policiais nos lugares de técnicos e uma série de atrocidades que foram cometidas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra, eu prometi ser delicado e vou continuar sendo...

A SRA. MARINA SILVA – Não basta, eu estou sendo delicada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... mas, quem manda no Ibama...

A SRA. MARINA SILVA – Não é manda, quem manda é a lei...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, são as ONGs.

A SRA. MARINA SILVA – ... quem manda é a Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – São os criadores...

A SRA. MARINA SILVA – Não, Senador, me desculpe, é a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como o Sr. Capobianco, que está aqui... Não, senhora.

A SRA. MARINA SILVA – O Sr. Capobianco obedece estritamente à Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, senhora, quem manda no Ibama, quem manda no ICMBio são as ONGs. Isso vai constar no relatório.

A SRA. MARINA SILVA – Não, não manda, Senador. Agora, no Ibama, quem manda não é quem chega lá achando que vai fazer do jeito que entende.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas ele só é nomeado se passar no crivo de vocês.

A SRA. MARINA SILVA – Não só é nomeado se passar no crivo, não. O Ministério do Meio Ambiente tem 92% de funcionários de carreira...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damares, a senhora quer fazer pergunta agora?

A SRA. MARINA SILVA – As diretorias do Ibama são 100% funcionários de carreira, Senador. Isso não existe na gestão pública...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Existe e nós vamos provar.

A SRA. MARINA SILVA – Isso é o princípio da legalidade, da transparência, da probidade e da legalidade, Ministra Damares.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra, está aqui a minha assessoria, quando a senhora publicou um edital, que chama, que ia selecionar as organizações tal para tratar do...

A SRA. MARINA SILVA – Do ICMBio?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, de um negócio aqui de clima, de vegetação, não sei o que que tem mais lá. Eu estava com o nome aqui, vou já ver. Eu escrevi, eu botei: lá vai estar ISA e WWF. E acertei. Eu vou já dizer aqui qual é o teor. Vocês publicaram um edital para selecionar organizações preparadas para isso e para aquilo. Eu escrevi lá WWF e ISA vão estar nisso, e estão nisso sim. Se a senhora não está lembrada, eu vou já pedir que a minha assessoria mande para lembrar exatamente o que é.

Senadora Damares, deixa eu chamar o Senador Zequinha, que já está há três horas esperando.

Então a senhora, por favor, que está aqui.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – É só uma questão de mulher para mulher.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, fique à vontade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Ministra está sentada há horas. Ela não quer cinco minutinhos – meu gabinete é aqui do lado, Ministra – para tomar um chá, alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora, só para aclarar, foi oferecido para ela por duas vezes.

A SRA. MARINA SILVA – Foi oferecido, eu agradeço à Senadora Damares, mas eu estou tranquila. Eu já vi um Senador aqui, numa votação do Congresso, que ficou bem mais tempo do que eu. Então eu estou tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu já vi o Senador Girão ficar o dia inteiro discutindo acupuntura. O Senador Girão é admirável, invejável o comportamento dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha está aí? Senador Zequinha está esperando há três... Nosso anfitrião da nossa viagem a São Félix do Xingu.

Zequinha, você está por aí? Se não tiver, nós vamos passar... Ah, o Zequinha. O.k.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Por videoconferência.*) – O.k.? Está me ouvindo bem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pode falar, irmão. Muito bem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Para interpelar. Por videoconferência.*) – Boa tarde a todo mundo. Boa tarde, Ministra. Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Relator. Senadora Damares, Senador Jaime, se ainda estiver.

Serei muito rápido porque eu tenho que ir para o aeroporto, senão eu perco o avião. Eu queria só tocar num assunto com a Ministra. Ela falou sobre crédito de carbono ainda cedo.

O modelo atual, Ministra, é muito complicado e excludente. Por exemplo, as certificadoras têm um padrão a que a gente tem que se submeter. Projeto mínimo, 30 mil hectares, e 30 mil hectares é uma coisa fantástica, não é? Para poder aproveitar e fazer um trabalho com 20% disso, que seriam 6 mil hectares. Quer dizer, para poder começar a dar viabilidades.

E o projeto foi feito exatamente em cima desses 6 mil porque os 24 mil, que correspondem a 80% de reserva, eles já dizem que não podem trabalhar com isso porque já é obrigação do proprietário manter aquilo. Então, eles trabalham com aquele percentual de 20%, que seria o que o proprietário poderia utilizar, matar para empreender algum projeto de produção.

Então, isso é muito difícil, muito complicado. A gente precisa botar isso num patamar acessível a todo mundo. Terras indígenas, por exemplo, não estão dentro dessas possibilidades. Reservas ambientais, muito pior. Temos que mudar muita coisa no Brasil, mas muita coisa mesmo, para poder participar e ter a floresta remunerada de alguma forma. As certificadoras estão duras na queda e não dão muita chance não.

Mas o problema aqui chama-se ONGs, organizações não governamentais que prejudicam o país, especialmente aqui dentro da Amazônia, recebem dinheiro lá fora para trabalhar contra aqui dentro. E um outro probleminha, como a senhora é uma pessoa muito inteligente, muito capaz, seria muito importante que o Governo brasileiro tivesse a sua própria política ambiental para a Amazônia e para o resto do Brasil, aliás, para todos os biomas, que seria o mais certo de falar. E a gente não tinha necessidade de aproveitar aquilo que é pensamento de organização não governamental para ser absorvido pelas organizações governamentais, como aí o ministério, o Ibama e assim vai.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu fico chateado com isso? Porque a ONG tem uma característica diferente; primeiro, ela age sem responsabilidade social – é cruel isso.

O ser humano, para a ONG, é um intruso. É complicado isso. Não adianta você ter uma natureza e extinguir a raça humana para preservar o bicho. Vamos preservar os bichos, mas vamos também preservar as pessoas. O jacaré não é a coroa da criação. A coroa da criação é o homem, é a mulher, são criaturas feitas à imagem e semelhança de Deus. Correto?

Mas em que ponto a ONG não tem responsabilidade social? Eu sou amazônida nato e convivo com isso há muito tempo. Quer dizer, a gente não vê nenhuma demonstração, nenhum gesto da ONG trabalhando com responsabilidade social. Lá cedo ainda foi tocado na questão Apyterewa, uma terra indígena aqui em São Félix do Xingu.

Como eu conheço mais do que a senhora, mais do que o meu Presidente, mais do que o meu Relator, e nós vamos estar aqui, nesta semana, discutindo isso, então nós vamos explicar aqui detalhadamente... Foi criada uma reserva de 266 mil hectares, não tinha índio, mas trouxeram alguns índios aqui da outra reserva dos paracanãs, e houve lá um certo conflito, se desentenderam, então vieram cento e poucos índios, 142 índios para essa região. A senhora falou um número de 731 indígenas, não existem esses índios, lamentavelmente quem falou isso para a senhora não está falando a verdade, não é? Nada aqui, mas não posso engolir isso, porque isso não é verdade, então a senhora mande consertar essa informação.

Vamos lá: 266 mil hectares, a reserva original está lá intacta, só que as ONGs que comandam esse processo de expansão de terra indígena aqui, no Pará e na Amazônia, puxaram uma expansão de 507 mil hectares. Pense bem, você tem uma reserva original de 266 e aí puxa-se uma expansão. É essa área que é a área do debate, Ministra, não é a reserva original. E aí o que acontece? É exatamente aquilo que as ONGs, a Funai municiam à imprensa, assim como também o Governo, numa narrativa mentirosa dizendo que essas pessoas invadiram a área indígena. Não é verdade, Ministra, a gente não pode falar essas coisas. Como é que é o começo dessa conversa? A expansão foi que invadiu essas pessoas que estavam morando lá. O Incra esteve lá para implantar um projeto de assentamento, passou lá um tempão, não consolidou, e depois começaram a surgir rumores de que aquilo seria, no futuro, uma terra indígena, e aconteceu a expansão. Então, paciência. Ninguém invadiu terra indígena, mas a expansão da terra indígena é que invadiu o produtor. Essa é a verdade, pelo amor de Deus. Será que é difícil falar a verdade?

Vamos lá. Outra conversa fiada: as ONGs e a Funai passam para a AGU, e a AGU passa para o Supremo que passa para a Justiça... Passa para todo mundo. "As pessoas foram indenizadas", etc., não sei o quê, não sei o quê. Tem uma primeira etapa de pessoas, que tem em torno de quatrocentas e poucas famílias, e nem todas foram contatadas, avaliadas e indenizadas... Ontem à noite mesmo, aqui em Belém, eu estava numa convenção das nossas igrejas aqui, e apareceu um grupinho de irmãos, de obreiros – e a senhora sabe do que eu estou falando, a senhora conhece este linguajar – me perguntando sobre isso. E aí um pegou, abriu o celular e disse: "Está aqui o meu processo, eu sou de 2001". Essa primeira etapa de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento, de boa-fé vai até 2001. Ele era de 2000, aliás. Então, você tem uma etapa até 2001, chamada de boa-fé. E eu disse: "E aí? Quanto é que o senhor recebeu?". Ele disse assim: "Nunca me chamaram para a indenização". Foi isso. Quer dizer, então estão vendendo uma coisa lá.

E vem um segundo marco temporal, ganhado na Justiça e vai para 2004. Nesse espaço, entre 2001 e 2004, 793 famílias são habilitadas e estão debaixo do guarda-chuva, da posse de boa-fé. Vá lá e pergunte se alguém foi avaliado por suas benfeitorias e indenizado. Nenhum. Mas o que a Funai está falando aí? O que o Ibama, que é o líder da expulsão dessas pessoas de lá... o Ibama. Por isso que eu estou falando para a senhora: o Ibama é o braço principal do Ministério.

O Ibama está lá fazendo aquilo que foi mostrado no vídeo, derrubando casa, acabando com infraestrutura, etc. Ele que é o chefe, porque é uma terra federal, não sei o quê ambiental, e o Ibama, então, comanda o processo. Dessas pessoas, 793 famílias, nenhuma foi visitada para se avaliarem as suas benfeitorias e, por tabela, nenhuma foi indenizada.

O que a lei e o que o Supremo Tribunal Federal dizem? Reafirmado recentemente, até num parecer sobre a ordem de desintrusão que está lá... Na verdade, não é desintrusão, porque uma desintrusão tem um processo legal bem focado; lá é uma forma de expulsar, chega e corre atrás, derruba a casa, põe fogo e manda embora. Isso não é desintrusão, isso é expulsão, e é isso que está acontecendo lá.

Queridos, se eu tenho gente da primeira leva que não foi indenizada, tem processo, se eu tenho mais quase 800 famílias da segunda leva, que está dentro do guarda-chuva da boa-fé, que não foram visitadas, como é que eu chego mentindo, porcaria? Que coisa chata! Mentindo descaradamente.

Por que não se fala a verdade? Não vai lá e faz aquilo que tem que fazer? Pelo amor de Deus! Em cima de mentiras, não se constrói nada com justiça.

Já apelei à Justiça, ao Ministério Público. Queria apelar, Presidente do Ibama está aí: manda uma equipezinha lá, tranquiliza, fazer isso. Olha esse povo, reúne, está facinho de fazer isso. Não fica construindo narrativa mentirosa para levar o Governo a errar.

O Governo está cometendo um erro porque está sendo abastecido, municiado, por informação errada e mentirosa. Entendeu?

Por isso que eu digo: ONG não trabalha, nem usa responsabilidade social. Governo não pode embarcar nisso, governo tem que ter responsabilidade social. Não é o Governo atual, é qualquer governo. Quando eu falo de governo, é pessoal. É isso que eu queria dizer a todo mundo.

Se as ONGs trabalhassem de forma correta, eu não teria problema nenhum com ONG.

Vamos para um segundo item sobre ONG.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ONG vai lá fora, capta recurso para trabalhar contra o Brasil. Exemplo direto, Ministra, é uma parceira do ISA, o nome é *Gordon and Betty Moore Foundation* – é mais ou menos isso em inglês. Essa fundação doou ao ISA, isto está no *site* da Fundação, US\$1,872 milhão. Isso é mais do que R\$9,300 milhões. Para quê? Para trabalhar as audiências públicas contra a Ferrogrão. O que é a Ferrogrão? O mais importante projeto de infraestrutura do Norte, que liga Sinop, no Mato Grosso, a Itaituba no Pará, os Portos de Miritituba. Só isso.

Quer dizer, a ONG tem essa desgraça. Ela mora aqui, trabalha aqui, pega dinheiro lá fora, os caras têm interesse de segurar o desenvolvimento, a produção, financiam aqui esse tipo de coisa indecente, está certo?

Nos dois casos, eu estou provando para a senhora. O caso da Apyterewa, do trabalho sem responsabilidade social; no caso da infraestrutura, recebe dinheiro lá fora para atrapalhar projetos e também a produção aqui dentro.

Por isso que eu acho que ONG tem uma relação ruim com o Governo. Esse povo que trabalha na ONG uma hora e no Governo depois de amanhã e fica para lá e para cá, não se pode ter nele um parceiro ou um servidor público leal à sua nação e à sociedade, correto?

Nós queremos aqui encerrar, só fazendo uma reclamaçãozinha. Eu ouvia quando a senhora dizia que "Eu dei a licença da BR-163". É verdade, mas lá no meu estado, o Pará, vou citar só duas unidades de conservação que foram criadas no tempo da licença. A reserva biológica, ali no começo, na entrada pela BR-163, na hora em que você entra no Pará, à direita de quem vem do Mato Grosso e entra no Pará, eu esqueço aqui o nome dela neste momento, é uma reserva biológica. A senhora mandou criar essa reserva em cima de *n* fazendas que estavam lá, Ministra. Reserva biológica não se cria em cima de braquiário. Braquiário é uma gramínea, capim, para gado comer. A senhora prejudicou violentamente aqueles produtores. E aí, eu não sei como é que se faz reserva biológica em cima de braquiário. Reserva biológica é em cima de floresta, não é? Floresta. Então pega aquilo que é floresta, transforma em reserva, para que o cara que plantou o capim, se quiser continuar usando, continue usando ali, porque ao longo dos anos, ele está ali trabalhando e produzindo, num chamado do Governo que não é tão remoto.

Dois, uma reclamação também, que eu acho que foi um erro que a senhora fez naquele tempo da licença da BR-163: a Flona Jamanxim, em cima de uma coisa maluca de fazendas. Claro que a flona é muito grande, parece que ela chega a 1,301 milhão de hectares. Mas para que criar flona? Flona é de floresta. Não tem floresta de capim braquiário. Então pega a floresta, mas deixa o pasto. E, aí, a senhora criou um caos social e econômico naqueles municípios por onde a flona passa. Horrível isso. Houve propostas, houve debates, mas ninguém escutou nada. Quando saiu no *Diário Oficial*, a flona saiu na beira da estrada. E aí, até hoje – até hoje –, os fazendeiros não foram indenizados e agora estão lá, tentando expulsar também, expulsar... Para que isso? Não dá para fazer alguma coisa correta, decente, inteligente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socialmente e economicamente responsável? Eu acho que dá. Por que a gente não faz assim? Então, é importante fazer esse negócio.

E agora eu encerro. Quero lhe parabenizar pela preocupação com o desmatamento, porque eu me somo a isso! Aqui, por exemplo, no meu estado, não precisa derrubar uma árvore. A gente só tem que melhorar a tecnologia de produção para poder produzir mais no espaço que já se tem consolidado. E o Pará está de parabéns, porque são quase 80% de floresta em pé. E a gente tem espaço aqui para crescer muito. Mas a gente precisa abrir um pouco mais os olhos. Essa questão ligada ao meio ambiente precisa-se levar em conta também – e aí não é só o Brasil, é todo mundo. É o continente, ou os continentes –, mas vamos lá, saneamento básico. Uma coisa é a floresta. Ela tem seus fenômenos, ligados à floresta, mas o mar também é responsável por 90% do problema.

A América do Sul tem mais ou menos 380 milhões de habitantes. A América Central, uns 75, 80 milhões. Então, você tem aí 460, 470 milhões neste continente. Todo mundo jogando sujeira no rio, e isso vai para o mar. Outros jogam diretamente no mar, e os mares estão poluídos. A pergunta é: o que o Governo brasileiro, naquilo que lhe compete aqui no Brasil e na Amazônia, tem para a gente fazer um enfrentamento pelo saneamento básico de todas essas cidades que estão ligadas ao mar ou aos rios, jogando bilhões de toneladas de esgoto sem tratamento, contaminando as águas e fazendo o que estão fazendo?

O El Niño deste ano talvez seja um dos piores que a gente tenha visto ao longo da vida. É claro que, quando é El Niño, o Norte seca e enche o Sul. Quando é La Niña, aí inverte. O Sul tem seca e aqui tem cheia demais. Mas esse El Niño deste ano está terrível. Está terrível tanto na seca para o Norte quanto na cheia para o Sul. Mas a gente precisa, então, começar a cuidar e a se preocupar também com os oceanos. E aí a preocupação é a política forte de saneamento básico. Nós não podemos continuar jogando na água, no rio, ou no mar, aquilo que nós estamos jogando hoje. Vamos trabalhar a floresta em pé, viabilizá-la para que ela fique em pé, mas vamos também cuidar do outro lado, porque, senão, nós estamos ferrados do mesmo jeito.

Muito obrigado pela atenção. Desculpa aqui a franqueza e o desabafo que aqui e acolá a gente tem que colocar. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha, pela sua participação e a paciência em esperar.

Quero agradecer a presença da Deputada Federal Silvia Cristina Chagas, de Rondônia. Obrigado pela sua presença.

Ministra.

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Bem, eu queria começar, primeiro, fazendo aqui a reparação de um dado equivocado que o Senador acabou de passar. Um deles é em relação à questão dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povos indígenas na Terra Apyterewa. Ele diz que são apenas duzentos e poucos. O dado oficial da Sesai é de que são 840 indígenas dentro da Terra Apyterewa. Esse é o dado oficial.

A outra questão é o que o Senador colocou aqui – fez, como ele mesmo disse, um desabafo –, a questão da escuta que é feita às populações, que não foram ouvidas as populações locais, que estavam ocupando a terra indígena. É engraçado que os que estão, há milhares de anos... Eu não vejo, pelo menos nos discursos aqui postos, um advoga-se de que eles também sejam ouvidos. E eu vejo que, quando são aqueles que têm uma posição diferente dos que querem manter, e é a maioria, as suas tradições, a sua cosmovisão, o seu modo de vida, esses são manipulados. Os que têm uma posição contrária, é dito que esses têm um pensamento autêntico, têm autonomia de pensamento. São dois pesos e duas medidas.

Eu acho que se a gente ler o livro – um livro muito interessante – chamado *Espelho Índio*, a gente vai encontrar um pouco da explicação do por que o debate se dá nesse nível, porque aqueles que querem continuar sendo o que historicamente são, eles foram tratados, quando este país foi ocupado pelo colonizador, como se fossem ninguém.

Tem um artigo do Darcy Ribeiro, chamado "ninguentude", em que ele vai mostrando como os indígenas foram tratados como se fossem um rio, como se fossem uma árvore, como se fossem um peixe, como se não tivessem vontade própria, não tivessem história, não tivessem cultura. É por isso que até hoje permanece essa ideia de que, quando você quer manter essa cultura, esse olhar, esse pensamento, esse pensamento não existe, só existe o pensamento do colonizador. É o que o Darcy Ribeiro chamou de "ninguentude". Ler esse artigo vai ajudar a gente a perceber o que é colocado, quando alguém acha que os povos indígenas, no começo, pelo colonizador, eram para ser aniquilados e depois eram para ser assimilados, e os que não querem ser assimilados são tratados como se não tivessem vontade própria, como se estivessem sendo manipulados. E nós sabemos que isso não é verdade, tanto é que a maioria são aqueles que querem manter a sua forma e o seu modo tradicional de vida.

A outra coisa é em relação às pessoas serem excluídas da terra indígena. O Senador fez até uma audiência com alguns agricultores, pedindo para fazer a desafetação da área em que eles estão. Nós do Ministério do Meio Ambiente não tratamos da demarcação das terras indígenas, mas eu concordo e respeito o trabalho feito pela Funai e feito pelo Ministério dos Povos Indígenas, e somos solidários a que se encontre alternativa para os que chegaram depois e se mantenham os territórios originários daqueles que já estavam lá. Essa é a nossa posição.

Em relação ao que foi dito sobre como nós vamos fazer para ter desmatamento zero e, ao mesmo tempo, desenvolver o estado e fazer o saneamento básico, tudo isso eu encaro não como uma pergunta, obviamente, porque é como uma manifestação, mas o saneamento básico é um déficit histórico no Brasil. Eu posso aqui dar um testemunho de que o Ministro das Cidades está trabalhando para dar um encaminhamento a essa questão. Obviamente, em quatro anos, não vamos resolver todo o problema, sobretudo quando tivemos um apagão de quatro anos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à composição do conselho do Fundo Amazônia – eu estou vendo aqui –, o Capobianco me passou a composição. Veja...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – A da Conaveg, exatamente. É, que foi a fala do Senador Plínio. O conselho é composto por sete pessoas do Governo Federal, cinco pessoas dos Governos estaduais e municipais somados e apenas quatro pessoas da sociedade civil, ou seja, nós temos doze pessoas do poder público e apenas quatro pessoas da sociedade civil.

Se, mesmo com essa composição majoritariamente do poder público, alguém acha que o poder público vai ser manipulado pelos quatro que estão representando a sociedade civil, é também achar que os gestores públicos do Governo Federal, do Governo estadual e do Governo municipal não têm vontade própria. Ainda mais, quando se trata de uma composição em que os que vêm, por parte dos estados, não são necessariamente do mesmo Governo Federal, são pessoas que pensam diferente e que são de partidos diferentes. Então, fique tranquilo, Senador, porque a composição do conselho da Conaveg já foi pensada exatamente para que o gestor público tenha a prerrogativa da responsabilidade com a política pública, já que se constitui numa maioria que é o dobro da representação da sociedade civil. O Governo do Estado do Pará tem tido medidas em parceria junto conosco, temos trabalhado juntos, e eu espero que a gente amplie, cada vez mais, essa parceria.

Em relação às áreas que foram criadas ao longo da BR-163 a que o Senador se referiu, trata-se da Serra do Cachimbo, área pública em que alguém estava tendo ali alguma atividade produtiva, mas que nem se compara ao tamanho do que ficou, depois, pela ocupação e invasão, na expectativa de que fosse haver uma desafetação ou na expectativa de que haveria uma indenização; a terra é pública. Hoje nós temos na Amazônia cerca de 57 milhões de área de floresta que não foram destinados. O Governo vai fazer a destinação para terra indígena, unidade de conservação, área de uso sustentável e não mais, porque, como todos concordamos aqui, ninguém quer desmatamento e todos somos favoráveis a que a Amazônia seja preservada e que dê meios de vida para as pessoas.

Os esforços que estão sendo feitos pelo Governo Federal, por alguns governos estaduais, pela comunidade científica, pelas organizações da sociedade civil, por empresários, por todo mundo e pelo Parlamento, em maior parte, é um esforço para que o Brasil faça jus à potência ambiental que é, à potência econômica que pode ser, com os cuidados de não permitir que o novo ciclo de prosperidade se dê com imensas desigualdades.

A floresta, a Mata Atlântica foi destruída. Hoje temos apenas 9% a 10% de Mata Atlântica, já foi 1,3 milhão de hectares de Mata Atlântica, em quilômetros quadrados. Nós sabemos que gerou riquezas, gerou uma série de benefícios, mas também não dá para dizer que, em função da destruição quase que completa da Mata Atlântica, se acabou com o problema da desigualdade. O problema da desigualdade não é o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema das terras indígenas nem das unidades de conservação. O problema da desigualdade é um modelo injusto de desenvolvimento, que faz com que poucos se apropriem dos recursos financeiros, enquanto os prejuízos sociais e ambientais ficam para os mais vulneráveis.

Acaba de sair um estudo de que as áreas com mais incidência de calor em São Paulo são exatamente a periferia, o que as pessoas chamam de racismo ambiental. É feita a destruição, mas quem paga o preço são os que morreram soterrados lá em São Sebastião. É feita a destruição, mas quem paga o preço é quem fica nas ondas de calor. É feita a destruição, mas quem paga o preço são os indígenas que ficam sem seus peixes, que morreram em quantidade assustadora no Estado do Amazonas.

Então, Srs. Senadores e Senadoras, Srs. Deputados, eu acho que o que a gente está fazendo aqui é um debate do que deve ser o Brasil daqui para frente, concordo, mas sem nos esquivar de aprender com os erros que foram cometidos para trás e, a partir daí, como dizia o poeta Thiago de Mello, do Estado do Amazonas, em algumas situações, talvez nem precise de um novo caminho, basta tão somente uma nova maneira de caminhar. E é acreditando em novos caminhos e em novas maneiras de caminhar que nós estamos aqui fazendo este debate, V. Exas. defendendo o ponto de vista e a práxis que têm, e eu aqui defendendo o ponto de vista e a práxis que tenho.

Talvez não seja escritora nem tenha feito a história escrevendo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas tem as mãos calejadas.

A SRA. MARINA SILVA – ... mas resolvi que deveria fazer a história escrevendo-a com a própria vida.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k., obrigado.

Só para clarear para os brasileiros e brasileiras que estão vendo e até para quem está aqui, foi uma seleção que o Ministério do Meio Ambiente fez, que é o resultado de seleção dos integrantes da sociedade civil na Comissão Nacional para a Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg), do Ministério do Meio Ambiente. E eu, no exercício assim, até brincando, acho que foi com a Maria, falei: "Maria, eu vou colocar duas entidades que estarão lá". Aí coloquei ISA e WWF.

Olha quem foi selecionado aqui: Instituto Socioambiental, como titular, tem iniciantes lá e membros; Instituto Florestar; e WWF Brasil.

Então, vejam bem, estou dizendo, isso mostra sabe o quê, Ministra? Que a gente nesse dia a dia da CPI está realmente sabendo como se atua, como se faz nessas questões de nomeações e de tudo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é muito interessante. Olha, a gente só fala, olha só, em nome dos antepassados, então, em nome dos passados você não mexe na terra, resgata, é porque é nossa e tal... E, em nome do futuro, você preserva, então, o presente que se exploda. E acho que a gente está dizendo isso, a gente quer o presente, a gente quer discutir o presente.

Em nome dos antepassados são laudos antropológicos que requerem para os índios, e usam muito os antepassados, e, em nome das futuras gerações, também a gente pode fazer a mesma coisa. E a gente está discutindo o presente, eu acho que sem presente não existe o amanhã, na verdade. Então, são essas questões. Nem a filosofia, uma questão que a gente, sabe... são essas incoerências que a gente vê.

Eu só mostrei isso aqui, Ministra, para saber, para que o senhor e a senhora saibam que a gente sabe o que está acontecendo. Eu sei o que foi feito no verão passado.

A senhora quer falar, Senadora Damares? *(Pausa.)*

Por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.)
– A Silvia falaria antes, mas eu estou precisando sair mesmo.

Eu vou ser muito breve.

Inclusive, as perguntas que eu tinha para fazer, eu vou mandar para o gabinete da Ministra. Se ela se sentir à vontade em responder ou se me orientar, eu posso fazer via LAI mesmo.

Mas só antes de fazer, eu só vou fazer uma pergunta para a senhora agora, Ministra, mas eu queria lhe fazer uma informação também, trazer uma informação.

Esta CPI aqui não está endemonizando ONGs. A gente reconhece, Ministra, a força do terceiro setor e a gente sabe que tem lugar, que a instituição chega onde o Estado não vai chegar. O Estado não vai ter braço para chegar em todos os lugares. A parceria com o terceiro setor é necessária, todos nós reconhecemos isso. Por exemplo... Mas a gente sabe que em todos os segmentos... No meu, eu trabalho com criança, tem ONGs excelentes, mas tem algumas que são ali realmente de fachada, para enganar, usando a dor, o sofrimento da criança, com certeza na sua área também, na sua área ambiental. Tem muita ONG fazendo coisas espetaculares, mas tem ONGs que chegam lá de fachada e que não estão, de fato, preocupados com o meio ambiente, querem participar do bolo, dos convênios, se inscrevem em chamamentos públicos às vezes, e a gente só vai ver lá na hora do impedimento técnico, as falsas ONGs. Sei como funciona, isso nos preocupa e é o que esta CPI está se dispondo a fazer.

Com relação aos ianomâmis, a informação que eu queria lhe trazer é que a gente vai precisar realmente encontrar a resposta para aquele povo, Ministra, e a senhora vai poder ajudar muito. Os números de mortes estão absurdos agora em 2023. Segundo o relatório do Ministério da Saúde, até 4/10, já foram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

215 óbitos, sendo 29 crianças por desnutrição. A malária que, em 2022 inteiro, eram 15.561, o que era um horror, já está, até outubro, 18.667.

Nós vamos ter que, juntos, Parlamento, Executivo, encontrar a resposta para o povo ianomâmi, porque são problemas que vêm de muitos e muitos anos, e a gente está aqui à sua disposição para ajudar e ouvir as suas contribuições para o povo ianomâmi.

Mas a minha pergunta específica com relação a esta CPI é só uma, Ministra. A senhora tem alguma ONG que a senhora processou nos últimos anos, de que a senhora desconfia? Alguma ONG que a senhora acha que não está trabalhando sério? A senhora gostaria de compartilhar essa informação com esta CPI para que a gente, em nosso relatório também, estivesse citando nesta CPI ou a gente também se debruçasse na investigação dessa ONG?

Então, a minha pergunta é só esta: tem alguma ou algum grupo de ONG... A senhora tem um controle no seu ministério de olhar qual ONG é séria e qual não é? Tem alguma preocupação com alguma ONG que a senhora gostaria de compartilhar com esta CPI para a gente também se debruçar na investigação?

O SR. MARINA SILVA (Para depor.) – Obrigada, Senadora Damares.

O Senador Zequinha Marinho falou que o homem é a joia da coroa. E eu ia até falar sobre isso, mas depois me esqueci de falar. É engraçado que a joia da coroa foi introduzida na criação após toda a criação, sem a qual ela não existiria. E a conclusão a que eu chego é que, se destruímos a criação, não terá onde repousar a coroa, muito menos a joia da coroa. Eu vi o Senador dizendo isso, e eu sei que há uma visão de que Deus criou o homem e disse: ide e dominai a terra e tudo que nela há – como está no Gênesis, 1, 28 –, mas, lá na frente, no Gênesis, 1, 16 – ou é 15? –, ele diz que Deus colocou o homem no jardim para cultivar e guardar, ou seja, se você vai usar aquilo que você não sabe como é que é feito, pode até ter a informação, mas você não tem condição de criar, de repetir; então cultive, mas guarde. E o que nós estamos debatendo aqui é a possibilidade de cultivar e guardar. Como se não bastasse, Eclesiastes, no capítulo 4, versículo 6, diz: "Melhor é a mão cheia com descanso do que [as duas mãos cheias] com [muito] trabalho e aflição de espírito". Isso é o desenvolvimento sustentável. E mais ainda, se você vai lendo os vários livros do Pentateuco, eles dizem: se você achar uma ave com os filhotes, não mate a mãe com o filhote. E ainda dizem: se você atear fogo na sua seara, faça um aceiro para não passar para queimar o bosque e, se você dominar uma cidade, preserve o seu bosque. Eu gosto muito de poder trazer isso, porque ele falou que é a joia da coroa, mas é a joia da coroa, mas é preciso ter onde repousar a coroa. A coroa repousa na criação. E, às vezes, eu acho que é incoerente dizer que ama ao Criador e não proteger a criação.

Agora, agradeço por V. Exa. encaminhar as perguntas. Por favor, Senadora, pode encaminhar. E, quando V. Exa. diz se eu conheço, me relaciono com alguma ONG que eu quero que seja investigada, graças a Deus não tenho relacionamento com esse tipo de ONG. As que eu tenho são essas que foram investigadas pelo Tribunal de Contas e que o Tribunal de Contas disse que estão fazendo um trabalho



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decente, usando corretamente, chegando em regiões que o Estado não alcança, levando programas de desenvolvimento, aumentando significativamente, em mais de 100%, a capacidade produtiva nos lugares em que fazem esses projetos de assistência técnica, trabalhando, inclusive, para programas de segurança alimentar para o povo ianomâmi, porque esse povo não tem mais o seu rio para pescar como tinha antigamente.

Alguém fala "é muito grande, são 400 comunidades dentro da Terra Indígena Yanomami, falando várias línguas, não apenas uma língua, com uma complexidade muito grande.". E como V. Exa. disse, esse problema vem de longe, mas ele está sendo encarado, e o desdobramento do que está acontecendo é daquele garimpo a céu aberto, com aquelas poças horrorosas, cheias de muriçoca, cheio de mosquito da dengue, de tudo quanto é ruim que ataca a comunidade ianomâmi, seja pela malária, seja pela dengue, seja pela contaminação com o garimpo.

Eu tive uma contaminação com metal pesado. Não foi mercúrio, porque no Acre, graças a Deus, não tem garimpo, não é? E eu rezo a Deus para que não tenha. No Acre, não tem garimpo, mas eu tive leishmaniose. Essa marca que tem no meu nariz foi leishmaniose, uma ferrada de um parasita, que é colocado pela ferrada de um inseto, que, se você não cuidar numa cartilagem, em 15 dias, você tem o rosto completamente deformado. Eu tive que tomar um remédio à base de antimônio, 45 injeções. Eu ia fazer cinco anos de idade. E, com os estudos que eu fui fazendo...

A medicina mostra que a consequência foi cobrada lá na frente, exatamente quando eu tinha 33 anos, grávida da minha primeira filha, Maiara, que hoje tem 31 anos. Eu fiquei um ano e oito meses numa cama, com um diagnóstico que só foi possível reverter porque eu me elegi Senadora e pude fazer o tratamento, que antes eu não podia fazer, mas o povo ianomâmi não pode, o povo mundurucu não pode, o povo da Terra Indígena Apytereua não pode. E quatro de cada dez crianças ianomâmi está contaminada pelo garimpo.

Eu não estou falando de teoria, eu fui lá a Minamata, fui visitar Minamata, porque isso me marcou tanto. Eu levava meia hora para ler a página de um livro. Meia hora, porque as imagens iam se fundindo. Até hoje se fundem. Tudo para mim é aumentado por causa dessa contaminação com mercúrio. Vai virando um fantasma e vão fundindo as letras. Era incomparavelmente pior. Mas o povo ianomâmi não vai ter como ir ao Massachusetts General Hospital. E essas crianças, quatro de cada dez, 40% estão contaminadas com mercúrio, e esse mercúrio é o combate, sim, aos garimpeiros.

É por isso que lá no Mato Grosso nós fomos à terra indígena – agora perdi aqui o meu papel – Sararé e destruímos 20 dragas – 20 dragas – a 1 milhão cada uma. Depois de 20 dias, o Ibama voltou lá e tinham colocado 40. É muito dinheiro, é muito dinheiro em prejuízo da vida, da saúde, da visão do futuro.

Eu estou aqui porque eu acredito que é possível, Senador, graças a Deus. No meu coração, não tem ódio. Eu não me esqueço, Marcio, de que eu te conheço há muito tempo, há muito tempo. E não vim aqui



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para polemizar, para brigar. Eu vim aqui para afirmar os pontos de vista em que eu acredito – o povo brasileiro sabe que é assim desde que eu me coloquei na vida pública –, e vou continuar lutando por eles. E não poderia vir aqui e dizer que eu conheço ou me relaciono, Senadora – porque eu não me relaciono –, com ONG. Não tenho nenhuma informação, daquelas que eu conheço, de que tenha qualquer coisa que as desabone, inclusive segundo o Tribunal de Contas. Mas, no Ministério do Meio Ambiente, os processos são feitos ressalvado o devido processo legal. Nada é feito como se fosse um clube de amigos; muito pelo contrário. Se alguma organização do setor agrícola ganhar um edital uma, duas vezes, três vezes – pode ter certeza que existe –, não vou colocar sob suspeição, ele tão-somente apresentou o projeto em conformidade com a lei e foi aprovado.

Eu não gosto de dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

Pode concluir, só peço para concluir.

A SRA. MARINA SILVA – Já conclui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque vai ter mais...

Eu não sei se é bíblico também: "Dai a comer de quem tem fome, beber a quem tem sede". É bíblico também?

A SRA. MARINA SILVA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que é o que eu tento fazer aqui. Os famintos, os necessitados e os invisíveis estão tendo voz aqui.

Eu queria mostrar, mas não está preparado, Ministra, algumas dragas, e não são essas a que a senhora se refere, não, são as dos garimpos familiares, que nós chamamos lá em Lábrea, Apuí. São garimpos familiares, as pessoas moram ali no flutuante e elas garimpam ali. Aí eles destroem, os helicópteros vêm, destroem, tocam fogo, fica tudo dentro do rio – tudo dentro do rio! –, poluindo o rio. E a gente tem depoimento aí da comunidade mostrando peixe, surubim, pacu, piau, tudo morrendo, porque, quando se toca fogo nas dragas, fica o óleo espalhado, o resto de ferro, e fica tudo lá, no rio ou no lago, poluindo também.

O que a gente está defendendo aqui é método, modo de atender a lei, modo de fazer o que a lei quer e exige. Eu acho que você destruir dragas, beleza, mas o que fazer com esses restos? Deixar no rio?

Se prepararem o vídeo, depois eu mostro, o da comunidade reclamando que os peixes morrem...

A SRA. MARINA SILVA – Exigir que os criminosos façam a reparação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, perfeito.

A SRA. MARINA SILVA – É isso que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Correto.

A Deputada Silva sempre participa conosco, a gente sempre abre pra ela, que é, também, uma história muito bonita, uma indígena que se tornou Deputada Federal.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) –

(Pronunciamento em língua indígena.)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Esse é um ato de respeito ao senhor, Senador – ao senhor, Senador, e aos demais Senadores que aqui se fizeram presentes e que representam o Norte brasileiro, o povo do Norte que geme e que clama por justiça, e que não quer mais ser sacrificado em nome de comunidades internacionais.

Mas vamos lá.

Por que desse ato? – eu quero me justificar. Quando o nobre Senador falou que nasceu na beira de um rio, eu vi um comentário meio que jocoso – pelo menos foi o que transpareceu – sobre o aspecto da sua mão, pelo fato da sua mão estar bem nutrida. Então, eu resolvi nutrir a minha mão na frente de todos para dizer: o que isso me desmerece enquanto uma mulher do Norte ou o que isso me desmerece como uma mulher nascida na Amazônia brasileira? Não me desmerece.

Mas eu vejo aqui tantas e tantas coisas e eu apenas vou me prender àquilo que foi debatido aqui.

Falam tanto em ancestralidade, mas eu vou dizer uma coisa muito, muito, muito importante, porque um povo que não preserva a sua identidade nem guarda a memória dos seus mortos não sabe de onde veio e nem sabe para onde vai. Foi dito aqui, tantas e tantas palavras falaram sobre textos, como *O Espelho Índio*, mas uma coisa eu vou deixar clara para a maior parte da sociedade que hoje nos assiste e vocês aqui: nós somos obrigados a respeitar a nossa ancestralidade. Sabe por quê? Porque nos foi negado o direito de ser igual a outra sociedade; nos foi negado e nos é negado todos os dias, sabe por quê? Veja, eu uso óculos, eu estou de salto alto. "Oh, como assim? Uma indígena pode estar usando um salto alto? Ela deve estar traindo a sua ancestralidade". Sabe, aqueles que não galgaram, que não venceram a adversidade e a diferença só têm isso, nada mais.

Eu vi indígenas se matarem por um pedaço de roupa velha, enquanto nos forçavam a não os ajudar. Sabe por quê? Porque era tradição eles se matarem. "Ah, faz parte da ancestralidade estupro coletivo? Ah, faz parte da ancestralidade sacrificar crianças?". Não. Não pode fazer parte. Nós ainda continuamos em 1500, mas eu avancei para vir para o século XXI. Esta mulher indígena é formada em Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear. Ah, eu deixei de ser indígena? No meu sangue corre o sangue indígena,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim como corre sangue em todos vocês e nem por isso eu vou desmerecê-los. Mas esse ambiente se tornou mais um embate, com piadas jocosas.

Eu vou falar sobre a crítica que a senhora fez, Sra. Ministra Marina Silva, à política nacional de integração, que dizia o seguinte: "Integrar para não entregar". E a senhora falou mal disso, pesou dizendo que, com isso, o ambiente foi desmatado, etc. Não zombe daqueles que tombaram para que este território fosse uma nação constituída e que hoje a senhora representa. Nós somos uma nação. Homens e mulheres tombaram por conta deste território. E o integrar para não entregar significa honrar o sangue desses vultos heroicos do passado. Não podemos menosprezá-los.

Mas eu vou mais além. A senhora vai representar o Brasil, a senhora vai ser a chefe da grande delegação que vai representar o Brasil na COP 28. Então, a senhora vai dizer para eles que nós somos responsáveis por apenas 1% das emissões de gás carbônico na atmosfera. Eu... (*Palmas.*)

... vou parabenizar, mas eu também quero que a senhora fale para eles, já que a senhora é a líder, mas conte para eles a verdade, a nossa verdade, porque a sua verdade hoje não é igual à nossa, daqueles que vivem no Norte brasileiro. Não, não é.

Se eu tiver que ir para a minha aldeia, o Itapé, que fica a oito horas de barco do Aramirã, eu já vou levar mais seis horas de carro para poder chegar ao polo principal. Eu estou lá. Avise à Europa, a todos os países no mundo que eu faço cocô na água porque eu não tenho saneamento.

Sabe porque eu não tenho saneamento? Porque nos foi imputado que nós temos que manter a nossa cultura, enquanto a senhora vai ao banheiro – a senhora vai ao banheiro. Eu tive a oportunidade de ir ao banheiro aqui, e a melhor coisa é ter dignidade para fazer suas necessidades.

E sabe por que lá, na minha terra, nos povos waiãpi, nós fazemos cocô na natureza? Como eu já disse, nós somos obrigados a manter a nossa cultura. Nós fazemos cocô na água. Nós fazemos cocô na água, e eu espero que a senhora conte isso para eles, a verdade. E sabe por que nós não podemos fazer no chão ou cavar um burquinho para poder colocar as nossas fezes? Porque, senão, a onça sente o cheiro e ela vem nos comer. Mas sabe por que ela vem nos comer? Porque nós temos que viver em 1500. Nós não podemos, Senador Hiran, ter sequer uma arma para nos defender, porque nós somos obrigados a viver com arco e flecha, domina quem domina.

Esta nação, este país começou a ser formado por pessoas que chegaram aqui dominando ciência e tecnologia. Dominavam a bússola, dominavam a arma de fogo, dominavam a navegação e, com essa ciência e essa tecnologia, nos subjugaram, nos dominaram, nos mataram e nos segregaram, mas eu não posso viver no passado, porque eu não posso mudar fatos históricos. Realmente, eu não posso. Agora, condenar um povo a continuar em 1500, enquanto toda a sociedade avança com o seu potencial tecnológico, não seria nos manter alvo de uma nova colonização?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que tem que ser falada a verdade mesmo, na COP 28: que nós, povos do Norte, queremos crescimento econômico, que nós queremos nos desenvolver. Quer ver um exemplo? A Amazônia está entre os piores territórios no *ranking* de falta de saneamento. A Amazônia tem exatamente – o Norte brasileiro – 14% de saneamento, contra o Sudeste. São Paulo, por exemplo, que a senhora representa: 82%. Então, a senhora está fazendo suas necessidades fisiológicas melhor do que nós, filhos do Norte. Ah, mas a senhora é uma filha do Norte.

Esses homens foram eleitos no Norte brasileiro, como a senhora também um dia foi eleita. E eu também fui. Mas sabe o que é que dói, quando há um entendimento talvez jocoso sobre o fato de a mão do Senador estar bem nutrida? Em dizer para ele que, pela sua mão, nota-se. Está gravado, como a senhora mesma disse.

A senhora virou as costas pra nós. A senhora nos abandonou, em nome de uma política de preservação de uma natureza, enquanto nós morremos de fome.

Nós falamos em estrada, nós falamos em acesso, nós falamos em desenvolvimento econômico, e é isto que vocês estão deixando pra gente: absolutamente nada! Em nome de quem? "Ah, o aquecimento global... Nós precisamos controlar o aquecimento global".

Sra. Ministra Marina Silva, nós queremos que o nosso povo coma. De verdade. Que tenha dignidade, que possa plantar...

Quando nós falamos sobre Norte, sobre Roraima, Rondônia, sobre povos desenvolvidos... Eu duvido, eu duvido que a senhora não goste de água gelada. Eu duvido que a senhora não goste de um bom arroz, feijão, mandioca também. Hoje, no meu estado, nem isso nós podemos ter. Nem mandioca nós temos. Sabe por quê? Porque 77% do Estado do Amapá estão bloqueados em reservas, e aqueles lugares que não estão em reservas – podem pesquisar, por favor, quem nos assiste...

Um Promotor publicou um texto chamado "Plante que o Amapá te prende". Sabe por quê? Em nome dos interesses internacionais, o meu estado foi condenado. E hoje, por falar nisso, nós não podemos sequer explorar petróleo na foz do Amazonas.

"Ah, essa política não pode permitir que os povos do Norte possam crescer economicamente. Pra quê? Para serem independentes?". Por quê? Porque nós não podemos? Porque os povos do Norte não podem se desenvolver economicamente como São Paulo, que a senhora representa? Porque, até para eu concorrer, eu também tive que voltar para a minha terra, porque não seria digno, com todo o conhecimento que eu tive, eu aprendi, no Sul, no Sudeste, maravilha, eu virar as costas para o meu povo e deixá-los à míngua, ainda fazendo cocô no meio d'água, ainda sem poder sequer ter luz elétrica. Ah, porque eu sou obrigada a manter a minha cultura e a minha identidade...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É tudo que nós temos. Sabe por quê? Porque é tudo que nos resta, porque vocês não nos dão a oportunidade do desenvolvimento econômico, mas tudo aquilo que eu tenho eu quero que o meu povo também tenha: dignidade. E que coma e beba tudo aquilo que a senhora também come e bebe e que todos os Senadores aqui também comem e bebem.

Então, que a senhora seja líder de uma delegação e que ela seja exemplo mesmo, como a senhora disse, de que todas as atividades aqui, no nosso país, no Brasil, todas as atividades de proteção à natureza e ao meio ambiente foram desenvolvidas de forma voluntária. Voluntária? Não, senhora. Foram organizações não governamentais que, recebendo dinheiro internacional, publicaram as suas pesquisas impondo a fragmentação deste país e impondo sobre nós a responsabilidade de salvar o mundo, perdendo a nossa própria dignidade.

Os povos do Norte, da Amazônia brasileira não devem mais continuar a pagar essa conta em nome de interesses internacionais. E que esta CPI das ONGs seja eternizada, para que o povo brasileiro saiba o que realmente acontece na Amazônia brasileira, a qual vocês fingem defender, porque não defendem, porque nós estamos morrendo sem dignidade.

E, quando se fala em estupro, não podemos falar apenas do estupro ianomâmi. Nós temos que falar das meninas ribeirinhas, que são doadas também pelas próprias mães, porque elas não têm o que comer. Em nome do desenvolvimento e manutenção do clima para outros países. Eu não posso condenar o povo do Norte em nome de interesses internacionais.

E, assim como a senhora defende esta pauta, eu defendo a integridade do povo brasileiro e do povo do Norte, o qual eu não abandonei.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Deputada.

Ministra.

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Bem, eu acho que... O Senador Plínio de Arruda Sampaio tinha uma coisa que ele brincava comigo, em que ele dizia que eu tinha síndrome de Poliana, que é de tentar encontrar algum ponto de contato, algum ponto comum, mesmo nas situações mais adversas. E eu tento fazer isso o tempo todo na minha vida.

E eu consegui já de antemão, Senadora Silvia Waiãpi, Deputada... Estou profetizando que V. Exa. possa vir a ser Senadora, porque eu tenho alegria, mesmo tendo uma visão diferente da de V. Exa., de ver que temos, em 500 anos de história, pelo menos quatro ou cinco mulheres indígenas ou de origem indígena. V. Exa. é indígena, Soninha Guajajara é indígena, Joenia Wapichana já foi indígena... E é indígena, já foi Deputada, desculpe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – Isso. É que eu vou corrigir para evitar as edições.

Isso. Deputada Joenia Wapichana já foi Deputada, a primeira Deputada indígena eleita em 500 anos de história do nosso país. E eu celebro isso. É importante ter os indígenas sendo eleitos Deputados, Senadores, até Prefeito, Governador, quem sabe um dia, como Obama, Presidente do Brasil.

O primeiro Deputado foi o Juruna. E o Juruna foi muito folclorizado, porque o Juruna gravava tudo o que dizia. Mas tinha uma razão por que ele fez isso, é porque tinha muita gente mentirosa do lado dele, e ele pegava lá o gravador dele e gravava. Mas sabe o que fizeram com o Juruna? Em lugar de denunciar os mentirosos que ele gravava para provar que tinha dito uma coisa, que depois dizia outra – não é? –, folclorizaram o Juruna.

Qual é o ponto em comum? V. Exa. começou dizendo: eu uso salto, eu uso óculos, eu uso, enfim, as coisas da cultura ocidental. Quem disse que quem usa essas coisas não é indígena não sou eu nem as pessoas que estão sendo trazidas aqui como se elas fossem inimigas do Brasil. Quem diz isso são aqueles que, para desqualificar pessoas, como Soninha Guajajara, que igualmente, como V. Exa., estudou e é uma mulher competente; como Joenia Wapichana, que igualmente, como V. Exa., estudou e é uma pessoa competente, formada em Direito, a primeira mulher a ir à Suprema Corte para defender a causa do seu povo da Terra Indígena Terra do Sol; e eu poderia citar outros exemplos, a Célia Xakriabá, lá do Estado de Minas Gerais, esse estado que tem muita estrada, mas também tem muita pessoa pobre, inclusive no Vale do Jequitinhonha... Essas pessoas dizem isso, usam isso para dizer quem não é mais indígena: fala português, não é mais indígena; usa celular, não é mais indígena; está andando de salto, não é mais indígena. Eu não concordo com isso.

Temos um ponto de convergência. V. Exa. é uma autêntica indígena que teve a oportunidade de estudar. E eu peço a Deus que o seu conhecimento em tantos títulos seja colocado, como V. Exa. diz que assim o deseja, a serviço do seu povo e do povo brasileiro, porque os Parlamentares indígenas não defendem só a causa indígena. Eles defendem saúde, educação, desenvolvimento para todo mundo. Mas tem a maioria que quer manter seu estilo de vida, quer manter a sua forma de ser e estar no mundo, e esses devem ser igualmente respeitados – igualmente respeitados. E eles assim o desejam não é porque as ONGs fazem a cabeça deles, é porque eles pensam assim, agem assim, vivem assim, têm uma cosmovisão diferente da nossa, da nossa de povo que tem a cosmovisão judaico-cristã com a ajuda da cosmovisão grega sobretudo.

Eu tenho profundo respeito pelas conquistas de V. Exa., agora, o que eu vou dizer na COP é que nós vamos continuar trabalhando para que não tenha desmatamento; o que eu vou dizer na COP é que eu vou continuar lutando para que os povos indígenas tenham o direito de preservar seu modo de vida; o que eu vou defender na COP é que a história do Brasil não começou quando os portugueses chegaram aqui com a sua tecnologia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A tecnologia dos portugueses civilizatoriamente não pode ser comparada com a tecnologia dos povos indígenas. Civilizações não se comparam, não dá para comparar. Agora, eram 12 mil portugueses que vieram nas caravelas. Aqui tínhamos mais de 5 milhões de indígenas. Em 500 anos, foram eliminados, 1 milhão a cada século. E isso parou graças à resistência do próprio povo, graças ao trabalho de pessoas como Dom Moacyr Grechi, graças ao trabalho de pessoas como Chico Mendes, que fez a Aliança dos Povos da Floresta, graças ao trabalho de Joenia, de Soninha Guajajara, de pessoas como Ailton Krenak, como Beto Baniwa, como Davi Yanomami, como a indígena Kayapó, que colocou, simbolicamente, o facão no pescoço do Presidente da Eletrobras. Foi graças a pessoas como Tuíra e tantas outras que esse povo mantém a resistência e tem suas terras demarcadas.

É um direito de quem acha que não precisa demarcar a terra, mas é um direito dos que acham que precisa. E é obrigação do Estado cumprir o art. 225 da Constituição Federal.

As leis não foram inventadas pelas ONGs; elas foram pelo Constituinte originário, que estabeleceu que todos os brasileiros têm direito a um ambiente saudável.

Eu agradeço a V. Exa. por vossa intervenção. Divergimos, mas tenho profundo respeito por vossa história.

Por último, o fato de ter sido eleita pelo Estado de São Paulo me enche de muito orgulho, porque o trabalho que eu faço é pela humanidade. O trabalho dessas pessoas que estão aqui tendo a sua honra tisnada é feito em benefício da humanidade. Agora, a derrota ou a vitória só se medem na história. A verdade se mede na história. E eu fico muito tranquila em relação a isso, porque ninguém é dono da verdade.

Um esclarecimento. Eu não sei se o Senador se sentiu ofendido. Eu fiz uma brincadeira – foi uma brincadeira –, porque ele disse... Eu disse que tinha trabalhado na seringa. Ele disse: "Eu nunca trabalhei na seringa como a senhora". E eu disse: "Pelas vossas mãos, dá para perceber", porque quem trabalha não foi porque as mãos estão bem nutridas, com creme; é o que foi, é calo mesmo. Quem trabalha na roça, quando o trabalho é duro, fica com calo. V. Exa. sabe disso. Quem é trabalhador rural sabe disso. Eu trabalhei. Obviamente que as marcas estão na minha mão, estão no meu corpo, estão em tudo que me diz respeito. Fiz uma brincadeira com o Senador.

Ele poderia ter dito o mesmo, quando eu disse: "Eu cortei seringa, eu coletei castanha, eu coletei sernambi, eu fui para o mato coletar cacau-de-macaco, eu fui para o mato coletar abiu, guariúba, copaíba". Tudo que eu conheço da mata aprendi com o povo de V. Exa., com os povos indígenas. Tenho muito orgulho desse aprendizado. O Senador poderia ter dito... Quando eu falei isso, ele poderia ter dito: "Pela sua mão, se percebe", porque a minha mão trabalhou duro, mas eu agradeço a Deus a oportunidade que ele me deu, e não foi a mesma coisa para as minhas sete irmãs e meus irmãos, mas, por alguma razão, eu estou aqui. E estou aqui para honrar esse compromisso. Se, quando eu tinha 17 anos... quando eu tinha 26 anos, saí Deputada Federal constituinte, defendendo esses princípios e valores, provavelmente diferente de muito do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está aqui, eu mantinha essa posição, mesmo na situação mais adversa, agora, com 65 anos, depois de ter vivido, de ser uma avó, eu não vou negar aquilo que é a essência da minha vida: lutar para proteger, sim, o meio ambiente, enfrentar o problema da mudança do clima, cobrar de quem pode mais que faça mais, mas que também façamos a nossa parte.

Muito obrigada, Deputada. Parabéns por todos os seus títulos. E quem fala que deixa de ser índio quem usa celular, salto alto, creme de hidratar as mãos não sou eu. Isso é um discurso falacioso daqueles que querem desrespeitar a condição étnica de um indígena. Alguém não deixa de ser italiano por morar no Brasil. Eu não vou deixar de ser quem eu sou em função de me mudar para um outro país. Por que os indígenas têm que deixar de ser quem são porque vão para a faculdade, porque usam óculos, porque usam celular? Acho que V. Ex. deu um testemunho favorável a que não tenhamos preconceitos contra estilo de vida.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

A SRA. MARINA SILVA – E é uma escolha, é uma escolha que tem a ver com uma visão de mundo, uma forma de ser e estar no mundo. Existem aqueles que estão identificados com essa forma de ser e estar no mundo, existem aqueles que se desidentificam. Os processos de desidentificação são irreversíveis, mas a sociedade, a humanidade funciona dessa forma. Os que continuam identificados com essa cosmovisão não é porque são manipulados, é porque não têm como ser diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Ministra. Obrigado.

Só para eu colocar a questão... Quer me derrubar, Marcio? (*Risos.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A questão da mão... Eu entendi e brinquei. A minha mão é mão de escritor, não é? Escritor não pode ter calo na mão. A minha mão é a que aprendeu a doar, não é a que pune. Então, a que doa é sempre assim.

Não me ofendeu, não, Ministra, viu? Eu falei aqui no depoimento do ISA que me ofende muito mais eu estar onde estou, imaginando como é a vida lá dos meus amigos ribeirinhos, porque não têm roupa. Hoje o político não dá mais camisa, quando dava eles tinham. Então, me ofende muito esse tratamento...

A SRA. MARINA SILVA – Já deram espelho também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Lá atrás, é.

Esse sentimento que a gente tem... Viu, Ministra? Eu queria pedir: visite a Reserva Chico Mendes, não avise que vá, não. Por favor, faça isso. E me diga...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, Ministra, vá agora.

A SRA. MARINA SILVA *(Fora do microfone.)* – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vá agora. Por favor, vá agora e veja a ponte que o agente do ICMBio derrubou com motosserra pra não deixar as crianças evitarem 20km para ir pra a escola, em que só cabem 70 pessoas. Vá lá e veja que o seringueiro está tirando 5kg de seringa por dia a R\$3 o quilo. Vá lá. Eu sei que a senhora é sensível a isso, vá lá, faça como a gente, veja. Eu sei que a senhora ouve, e nem pode... Quem está no cargo ouve muito dos assessores, mas vá lá para a senhora ver e depois a senhora me diga.

Eu sinto que a senhora é uma pessoa que se sensibiliza com isso, que vê, assim como a gente vê. Faça uma visita à Reserva Chico Mendes, depois a senhora me diz. Faça, mas não avise para o seu estafe, não. Vá só com um segurança, vá lá e percorra aquela coisa em que a gente foi, aquela estrada de seringa em que a gente foi. Nós percorremos a estrada, é como antigamente ainda, Ministra, com a tigela, ele vai até o final, sangra a seringueira e vem colhendo. O Brasil, 1% de borracha o Brasil produz.

A SRA. MARINA SILVA – O senhor sabe por que os seringueiros são considerados populações tradicionais?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu conversei, eles dizem que não é porque eles querem, não. Eles são obrigados a fazer isso.

A SRA. MARINA SILVA – Mas V. Exa. conversou com alguém que é ligado à família de Raimundo de Barros?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, mas...

A SRA. MARINA SILVA – De Júlio Barbosa? De D. Maria Lino? De D. Antônia da Pimenteira?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas eu conversei com a D. Rosângela...

A SRA. MARINA SILVA – V. Exa. conversou com alguém que vem...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Bota aquele vídeo do Vereador, em que eu conversei com o Vereador.

A SRA. MARINA SILVA – ... da ancestralidade da luta dos povos tradicionais da reserva?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ancestralidade, Ministra... Não, da ancestralidade, vocês nos imobilizam...

A SRA. MARINA SILVA – Se V. Exa. conversou com quem invadiu a reserva, é uma outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não. É de associação, não são invasores, não.

A SRA. MARINA SILVA – Ser de associação não significa que vem... Eu sei exatamente quem são as pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pra nós. Quando é associação pra vocês, vale a pena.

A SRA. MARINA SILVA – Não, não é isso, não. É que a reserva foi criada com uma finalidade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Todos na reserva são pobres.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra, é escravidão aquilo.

A SRA. MARINA SILVA – Não é o critério, Senador Marcio. Não é o critério ser pobre. É ser das comunidades tradicionais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O critério é que vocês apostam que lá teve invasores. Isso é uma discussão longa, mas eu quero dizer que esses que vocês consideram invasores e que já estavam lá quando foi criada a reserva é tudo gente pobre. Quando vocês falam, parece que é o pessoal capitalista, malvado, com grande fazenda, com latifúndio. Não, não é nada disso.

A SRA. MARINA SILVA – Não, porque esses não chegam nem perto da reserva.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Todos os que estão lá dentro são pobres. E eu ousou dizer que, se fosse feito um plebiscito, eles iam querer mudar de reserva extrativista para outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com certeza. Com certeza.

Olhe só, e saiu um Vereador representante da população.

Bote esse vídeo do Vereador. É Vereador, não é?

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente conversou com esse pessoal aí.

Agora falava sobre a poluição, já que você tem tanta paciência... É o vídeo quando ele destrói as dragas. Eu não sou a favor de draga, não, está bom? Só pra dizer isso. Quando eles destroem as dragas, olhe só o estrago que fica no rio. Tem aí?

O que eu digo é isto, Ministra: vão lá em nome de manter o meio ambiente, estragam com o meio ambiente, cagam com o meio ambiente. E é o que fica lá – fica lá. Aí o pessoal que vive... Aí não é indígena. Aí não tem problema, não é? O ribeirinho... Pode o peixe morrer, pode o rio poluir, e eles não têm problema nenhum, mas, se fosse dos indígenas, teria. Então, a gente quer... Acaba sendo...

Pode mostrar aquele vídeo? Pode mostrar, Renata, por favor? E aí a gente encerra essa fase de vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu acho que é suficiente, sim. Isso mostra, Ministra, que em nome de preservar o meio ambiente, eles estragam o meio ambiente de famílias inteiras que vivem ali na beira. Não são indígenas, são ribeirinhos. Aí a senhora diz que vai punir, que a lei pune, e eles, os punidos, sejam responsáveis por fazer... Eles vão embora, Ministra, já foram embora, e os ribeirinhos que se explodam, que fiquem aí. É em nome deles que a gente está aqui.

Senador Hiran, é para a gente encerrar, depois que a Ministra falar.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Bom, Ministra, a senhora me desculpe, porque eu tive que sair para ir à sessão, mas terminamos lá. Mas a senhora falou aí de duas personalidades do meu estado: da Joenia Wapichana e do Davi Kopenawa. Ministra, a senhora sabia que lá na terra do Davi... A senhora sabe que o Davi é da Reserva Yanomami, mas ele viveu basicamente, quando era criança, muito tempo atrás, na Região de Demini, Tototobi e Balauaú. E ele vai muito pouco lá. Aliás, o Davi gosta muito mais de estar na Europa, nos Estados Unidos do que nós. E muito financiado pelo Cimi, financiado por ONGs internacionais e fazendo um desserviço ao nosso país. A Joenia realmente fez um trabalho na questão da demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, mas a Joenia também vai tão pouco lá que não foi reeleita Deputada Federal. A gente até gostaria que ela fosse eleita, até porque ela representa povos indígenas.

Então, lá na reserva onde nasceu o Davi, nós temos lá uma doença que muitas pessoas aqui não conhecem, que se chama oncocercose. É a maior área endêmica de oncocercose, uma filariose que a gente conhece como doença dos rios e que causa lesões na pele e cegueira nos índios. Eu nunca vi o Davi falar sobre isso em lugar nenhum. Onde ele nasceu é a maior área endêmica do mundo de oncocercose, e uma das únicas. Temos na Guatemala um pouquinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para a senhora ver que ele, coitado, é utilizado como uma *commodity*, para vender narrativas para atrapalhar o desenvolvimento do nosso estado e do nosso país. É isso que eu penso do Davi. E ele me encontra toda hora lá na rua, viu? Eu quero saber como ele pode me questionar sobre isso. Eu sei da vida dele. Criou-se lá, Ministra, e eu tenho daqui...

Desafiei o Márcio Santilli, que também é outro que vive lá em São Paulo a determinar políticas que atrapalham a gente... Lá na época do massacre ianomâmi, o Massacre de Haximu, eu desafiei a que ele me mostrasse algum cadáver daquele massacre, uma foto. Tem muitas imagens, porque a TV italiana estava lá, a TV japonesa estava lá, a Globo estava lá, Marcos Losekann estava lá. E eu fui chamado para ser... Eu sou legista também, e eu fui chamado para fazer a perícia dos eventuais corpos que foram assassinados lá. Não tinha nenhum corpo, Ministra. Se criou ali uma narrativa que, inclusive, o Supremo Tribunal Federal considera o único evento caracterizado como um genocídio no nosso país – olha só.

E aonde a gente vai, no mundo, quando eu digo que sou de Roraima, ao invés de conhecerem lá o Tepequém, de falarem sobre pesca esportiva, sobre Pacaraima, se fala de Massacre de Haximu, um massacre que não existiu. Isso é um exemplo de narrativa que atrapalhou o nosso desenvolvimento. E demarcou-se uma reserva de 1,7 milhão de hectares, que é a reserva Raposa Serra do Sol, que juntou várias etnias numa reserva só – lá nos temos ingaricó, patamona, uapixana; nós temos várias etnias. E a gente poderia ter demarcado essa reserva em áreas menores, porque seria muito mais fácil nós fazermos atenção e política pública para ajudar essas pessoas, e nós isolamos esses povos lá.

E olhe só: aquilo que estava nas margens do Rio Branco, que era a nossa maior produtividade, que era o arroz irrigado na várzea; toda aquela estrutura ficou para os indígenas. Seria bom a senhora ir lá para ver. Não se aproveitou nada, nem a estrutura que foi montada por aquelas pessoas que tinham posse de mais de cem anos ali, de forma que é isso o que eu penso dessa política.

Eu respeito as opiniões, respeito muito a senhora. A senhora tem convicção, mas eu volto a dizer: a senhora é utilizada por forças internacionais para atrapalhar o desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Responda e já pode fazer as suas considerações, está bom?

A SRA. MARINA SILVA (Para depor.) – Bem, primeiro, eu quero repelir veementemente a desqualificação que está sendo feita do Davi Yanomami, da Joenia Wapichana e de todos os indígenas que pensam diferente de V. Exa.

Eu não sei se V. Exa. escutou a intervenção da Deputada Silvia, mas ela começou dizendo que ela usa salto alto, que ela usa óculos, que ela usa creme de hidratar a mão e que ela tem vários títulos acadêmicos, e que, mesmo assim, isso não a torna menos indígena. E eu concordo inteiramente com ela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Davi Yanomami aplica-se o mesmo. O Davi Yanomami é o porta-voz do povo ianomâmi. Ele prestou um grande serviço, e continua prestando, ao seu povo. O vosso estado ainda vai agradecer aquela Terra Indígena Yanomami.

E eu... Eu fico muito preocupada quando ouço depoimentos de que as ONGs deveriam ter evitado a catástrofe de saúde, de falta de perspectiva nas comunidades, que isso deveria ter sido resolvido pelas ONGs. Quem deveria ter resolvido isso era o Estado brasileiro, que historicamente não resolveu, com a sua ideologia de...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ministra, me desculpe, mas...

A SRA. MARINA SILVA – ... de "Integrar para não Entregar".

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... a senhora está botando palavras na minha boca. Eu não falei nem em ONGs aqui.

A SRA. MARINA SILVA – Não, eu estou aqui falando no conjunto da obra, que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu falei que o Davi Yanomami é financiado pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário)...

A SRA. MARINA SILVA – Desculpa, Senador, mas estou respondendo no atacado. V. Exa. saiu corretamente para vossas atividades...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, eu fui abrir, abrir a sessão do Senado.

A SRA. MARINA SILVA – Isso, isso, V. Exa. tinha dito, eu entendi, eu vi, correto, eu fui Senadora, eu sei que é assim. E teve outras intervenções. Então, estou pegando aqui o conjunto da obra.

Então, quem tem que resolver isso não são as ONGs, quem tem que resolver isso é o Estado; quem tem que resolver uma coisa dessa magnitude não são os 3 bilhões do Fundo Amazônia, são os bilhões dos impostos brasileiros que devem ser usados para indígenas, não indígenas, preto, branco, todos os brasileiros e brasileiras. É nesse sentido que há uma diferença, há uma diferença de pensamento, isso se explicitou aqui. Temos perspectivas diferentes em relação à questão do enfrentamento...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora me dá licença um momento, por favor? A senhora falou desde cedo, eu ouvi com muita atenção. É que, na sua pergunta feita antes de eu sair daqui, a senhora me perguntou o que eu fiz pelos ianomâmis...

A SRA. MARINA SILVA – Não, não perguntei; perguntei se V. Exa. tinha colocado alguma emenda, não foi o que o senhor fez, se o senhor tinha colocado alguma emenda agora, no orçamento agora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu volto a lhe dizer, a Casai, aquela Casai que tem lá, não sei se a senhora acompanhou o Presidente Lula, que foi lá. Aliás, ele foi lá no estado exatamente falar sobre a questão dos índios, infelizmente, porque lá nós temos uma crise humanitária, um êxodo humano, o maior êxodo humano deste século, que é o êxodo humano que vem da Venezuela, esse Governo tirano da Venezuela, que hoje inclusive, esse Governo, Ministra, na próxima semana, está fazendo um referendo para ver se o povo aprova que esse Governo venezuelano invada a Guiana. Olha só que coisa grave, que coisa grave! O mundo todo sabe.

Então, lá no nosso estado, em que estava toda aquela celeuma de entrada de cerca de 500 a 800 venezuelanos por dia, tudo bem, se priorizou a questão indígena, questão de opção, mas volto a lhe dizer que aquela estrutura que eventualmente vocês tiveram ali foi construída na minha gestão. Eu consegui o recurso com o Governador, o Presidente – como é que é o nome dele lá, que estou esquecendo aqui? – Fernando Henrique Cardoso, e fizemos aquela Casai. Também ali, Ministra, os antropólogos diziam que a gente tinha que deixar aquilo de taipa, na lama, que era para as pessoas, os indígenas que vinham das comunidades indígenas...

A SRA. MARINA SILVA – V. Exa. pode citar o nome de algum desses antropólogos?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... doentes. Vou já lhe citar.

A SRA. MARINA SILVA – Cite, por favor.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bruce Albert é um deles, Bruce Albert a senhora conhece, franco-marroquino, que foi um dos que criou essa narrativa desse massacre ianomâmi.

Mas, ali, quando eu comecei a construir, Senador Marcio Bittar, eu fui atacado, eu fui muito atacado lá, porque diziam que eu queria tirar as características culturais dos povos indígenas que vinham se tratar na cidade. E a gente não tinha nenhuma estrutura para receber com dignidade aquelas pessoas, que ficavam ali num ambiente extremamente sub-humano, com condições sanitárias indignas. Então, desde ali, Ministra, eu tenho uma postura de realmente, efetivamente, ajudar as comunidades indígenas, porque essas pessoas que vêm lá da comunidade indígena com problemas de uveíte, de catarata, por questões de oncocercose são tratadas por nós. E eu não vejo ninguém, ninguém, daquelas comunidades, nem o Padre Carlos Aquino, que a senhora conhece, nem o Davi Yanomami falar sobre isso. É isso que me chama atenção, mas que vivem por esse mundo afora. E, aliás, eu nunca vejo ninguém de cocar bonito lá no meu estado. Eu só vejo quando eu viajo ou quando estão aqui fazendo manifestação. Lá eu não vejo. Todo mundo se veste como nós, anda como nós. Agora, quando sai, se cria toda uma imagem para reforçar narrativas. É esse é que é o meu pensamento. Eu respeito muito a sua posição. Aliás, lhe respeito muito a história. Nós saímos de lugares muito parecidos. Eu nasci lá em Tefé, no Médio Amazonas. E eu cheguei aqui com muito trabalho, muita dignidade, defendendo e ajudando as pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas lá no meu estado movimentações foram feitas que eu tenho certeza de que aqueles que estão me escutando lá sabem e aquiescem com o que eu tenho narrado aqui. Houve uma tentativa de tornar o nosso estado absolutamente subdesenvolvido. Imagine a gente só ter 8% da nossa terra...

A SRA. MARINA SILVA – É 8 ou é 12? Porque disseram que era 12.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, a distância é pequena de tamanho. Vamos colocar aí na metade, 10, para a gente não brigar. Mas é muito pouco, é muito pouco para um estado que tem como a sua principal atividade a agricultura familiar e o agronegócio.

Eu acho que a gente precisa realmente mudar esse modelo. E eu volto aqui a dizer que, no decorrer de todas essas oitivas que tiveram aqui, o que me foi muito, muito claro é que a grande maioria das ONGs utilizam seus recursos, que são muitas vezes oriundos de capital internacional, para coisas que não têm assim um direcionamento efetivo. Não chegam na ponta, não melhoram realmente a vida daquelas pessoas. Você está me dizendo que o Davi é pai de Dário Yanomami, dono da associação que vendia cogumelo junto com o ISA. Eu não tenho conhecimento disso. Ela está me falando, eu não tenho conhecimento. Então, eu volto a dizer à senhora que, no meu estado, fica muito claro e aqui também nessas oitivas que a maioria das ONGs utilizam esses recursos, que a senhora já falou aí que a senhora acha muito natural e que são avaliadas pelo TCU, enfim, mas eu acho que não é muito ético a gente utilizar recursos para passagem, para contratar assessoramento, para contratar *papers* em detrimento de uma aplicação lá na ponta para as pessoas pobres e que mais precisam desses recursos, que são muito pequenos em relação à magnitude do que a gente preserva para o mundo, porque aquilo ali está se preservando para o mundo, não está se preservando para o Brasil e atrapalhando o nosso país.

A SRA. MARINA SILVA – Senador Plínio Valério, Senador Marcio Bittar, Srs. Senadores que participaram desta audiência, Sras. Deputadas, em primeiro lugar eu quero agradecer, mais uma vez, pela oportunidade de poder colocar aqui o meu ponto de vista, o que eu entendo como a política pública correta para o desenvolvimento sustentável do Brasil, a preservação dos nossos ativos ambientais e de evitar que o Brasil sepulte as grandes oportunidades que ele tem em várias frentes, em várias dimensões: na dimensão econômica, na dimensão social e na dimensão da sua diversidade cultural.

Nós temos mais de 300 povos que falam mais de 200 línguas. Eu considero essa a maior riqueza do Brasil. Uma vez eu fui criticada porque eu disse que a maior riqueza do Brasil não era o pré-sal; era termos, em pleno século XXI, pessoas que nunca foram contatadas pela civilização ocidental. Isso é uma riqueza que não existe em outros lugares do mundo. Os povos tradicionais protegem 80% das áreas com florestas do mundo.

Eu até poderia colocar um vídeo também, de uma análise que foi feita, de dez anos de imagem de satélite, mostrando o que significam as florestas para o equilíbrio do planeta e dos oceanos. É como se fosse um coração pulsando, e onde elas vão sendo destruídas, é como se o coração parasse de pulsar. É uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

animação muito interessante para que a gente possa pensar o que está sendo feito com esse lugar tão maravilhoso que Deus nos deu para ter a vida.

O que está acontecendo no mundo é que nós não estamos só prejudicando, ameaçando a vida, a nossa e das outras formas de vida. Nós estamos ameaçando é as condições em que a vida nos foi dada, como diz a filósofa Hannah Arendt. Destruir as condições em que a vida nos foi dada é a eliminação da vida.

Quando alguém fala: "Não, mas por que se preocupar com os que ainda não nasceram?". Ora, nós temos que nos preocupar com os que estão aqui e com os que vão nascer. Isso se chama laço social. Nós somos seres humanos porque formamos laços sociais. O laço social é a capacidade de me importar com o meu passado, de agir no meu presente para construir o meu futuro. E um laço social e o presente nada mais são do que... O futuro nada mais é do que um pretexto para fazer as coisas agora.

E, obviamente, nós vamos ser crivados pela nossa visão de mundo, pela ética que nos atravessa, por todos os valores que compõem a nossa forma de ser e estar no mundo. Nós temos um Estado democrático de direito que assegurou, na Constituição, que deve ser respeitado o meio ambiente, que os brasileiros têm direito a um ambiente saudável. Nós somos signatários de uma convenção que se soma aos esforços de evitar que a temperatura da Terra vá acima de 1,5 graus, porque seria o fim, inclusive um processo de savanização da própria Amazônia.

Nós estamos alinhados com o pensamento que considera a democracia, a ciência e o bom senso. Obviamente, não temos a pretensão de querer que todas as pessoas pensem igual. Este país é um país que é democrático, e fizemos um esforço enorme para ele se manter democrático. Graças ao Presidente Lula, nós agora podemos restaurar políticas para o povo preto, políticas para as mulheres, políticas para os indígenas, políticas para a população LGBTQIA+, políticas para a defesa dos direitos humanos, políticas para os trabalhadores rurais, políticas para os empresários, políticas para o cientista, políticas para o povo brasileiro. É isso que está sendo feito.

Eu vou pra COP, e foi muito importante ter feito essa participação antes de viajar. Talvez, se eu tivesse vindo depois, eu não fosse com a motivação que eu vou, com a certeza absoluta de que o Brasil tem um papel importante a desempenhar para ajudar o mundo a sair dessa crise.

Em vez de ficarmos retardando o processo, vamos usar a energia limpa que tem pra produzir hidrogênio verde; em vez de produzir uma vaca por hectare, vamos aumentar a produção por ganho de produtividade; em lugar de termos cenas atrozadas como aquelas que levaram ao assassinato do Bruno e do Dom, vamos mostrar que este país tem responsabilidade com o cumprimento das leis e das instituições; em lugar de termos uma situação em que aqueles que fazem o seu trabalho por pensar diferente o tempo todo são tismados por uma outra visão, uma visão que é contrária.

Eu, como disse, tenho a alegria de, pela terceira vez, ser Ministra do Meio Ambiente do Governo do Presidente Lula e eu nunca me programei para voltar aqui pela terceira vez, mas talvez... Vou terminar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando como disse a Rainha Ester: talvez para esse momento Deus tenha me tirado daquele seringal bagaço aos 16 anos, porque eu não vim aqui para negar aquilo que a ciência, o bom senso, a ética e os valores que não são de ética e de circunstância apontam.

V. Exas. estão no seu papel, defendendo os seus pontos de vista e inquirindo a quem querem inquirir nesta CPI, mas eu reitero que, em 1996, eu vi uma CPI igualzinha a esta, e aqui estavam duas pessoas que foram massacradas nessa CPI. Só tinha eu pra defender esses pontos de vista que eu estou defendendo aqui agora, mas eu saio daqui com a convicção da frase do sábio Gilberto Gil: " O povo sabe o que quer, mas também quer o que não sabe", e aquilo que o povo quer e não sabe que quer nós é que temos obrigação de fazer.

Eu saio agradecida por todas as perguntas que foram feitas, até mesmo da forma apimentada ou até, às vezes, um pouco mais jocosa, mas isso é parte do debate democrático. Só numa democracia é possível isso. Se tivesse prevalecido aquela cena terrível de invasão do Congresso, de invasão do Supremo, de invasão do Palácio do Planalto, hoje, com certeza, talvez não fosse possível este debate, com essa liberdade de expressão.

Eu tenho certeza de que V. Exas. não se somam àquilo que aconteceu no dia 8 de janeiro. Não é isso, Senador? Tenho certeza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARINA SILVA – Isso. Tenho certeza de que não se somam. E eu agradeço a Deus, ao povo brasileiro e ao Presidente Lula, porque a barbárie não inviabilizou o futuro do Brasil. Mais quatro anos naquela concepção, e o Brasil iria à ruína.

O Brasil é um país soberano, mas responsável. Ser soberano requer responsabilidade. Aquilo foi o ato mais irresponsável que eu já vi na minha vida com a nossa Constituição, com o povo brasileiro, a nossa democracia e os interesses econômicos e geopolíticos do Brasil.

Muito obrigada, Senador Plínio Valério. Muito obrigada, Senador Marcio Bittar. Quando V. Exa. visitou o meu gabinete, eu me lembro que eu disse uma frase para a V. Exa. Eu procuro ser muito cuidadosa quando eu me relaciono com as pessoas, porque a gente nunca sabe o que pode acontecer. E eu preservo, em primeiro lugar, a condição humana e procuro fazer sempre aquilo... Quando eu estou falando sem a presença da pessoa, eu sou incomparavelmente mais cuidadosa. Quando eu estou na presença, aí eu procuro ser veemente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Ministra.

Senador Marcio, para considerações finais, nosso Relator, o grande responsável pelo relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, ao defender o atual Governo, Ministra, eu lhe peço que tenha calma. A gente vai fazer as conferências daqui a mais alguns anos.

Com relação ao dia 8, eu fico impressionado, acho que não tem ninguém que defendeu a baderna, mas eu também fico impressionado como, em nome de salvar a democracia, cometeram tantas arbitrariedades. Processos em lotes, um monte de pessoas presas, mulheres que estão sendo condenadas a 17 anos de cadeia, cuja arma era a Bíblia. E essa narrativa não corresponde à verdade. Tentaram fazer um golpe de Estado sem arma na mão, sem coordenação, não existe isso. Mas a história e o tempo, nada mais importante do que isso para esclarecer alguns fatos.

Mas eu quero terminar dizendo que eu falei para a mulher que eu amo, quando estivemos juntos em Nova York, que havia uma diferença gritante entre dois mundos. O mundo das COPs, das conversas de vocês, das ONGs, o mundo das pessoas que hoje praticamente comandam, com a presença da senhora ou não, o corpo de funcionários, de servidores do Ibama, ICMBio, Ministério do Meio Ambiente. Há uma mistura muito grande e há uma sintonia finíssima com as ONGs, financiamentos externos. Há esse mundo.

O mundo das ONGs que passam por aqui é um mundo ilimitado financeiramente. As ONGs recebem 30 milhões, 40 milhões, 50, 100, 500 milhões. Claro que para essas pessoas o céu é o limite. Elas vão utilizar o médico que quiserem, onde quiserem, não tem limite. Qual é o dinheiro que tem? É o que quiserem. E esse mundo é um contraste com o meu, com o mundo que, um pedacinho dele, eu tento representar com dignidade, que é o Acre. Eu vejo ali a pobreza, a fome, o estupro aumentar, e não é de agora. Essa narrativa de que foi no Governo passado, isso não corresponde à verdade – não corresponde à verdade. O Acre teve 20 quase... A partir de 90, com a ascensão do Jorge Viana para o segundo turno, teve 28 anos de ascensão, com o apoio do Governo Federal. E o Acre que essa corrente entregou é mais pobre, mais violento.

Então, esses dois mundos, é incrível como eles caminham paralelos, mas não se tocam.

Então, assim, eu admiro a firmeza da sua defesa, daquilo que pensa, acabou de dizer aqui que desde 96 defendia e continua defendendo. E eu posso dizer que eu também.

Eu não me conformo, não entra em mim como é que a Amazônia, pobre – a região mais pobre do Brasil hoje é a Região Amazônica –, como é que convive ali, atua ali com um poder muito grande de influenciar uma Constituição brasileira, como teve essa influência, e eu acho até uma loucura. Às vezes, na época da Constituição, você tinha reuniões na Embaixada do Canadá, dividindo, inclusive, recursos, estabelecendo recursos para atuarem na nossa Constituição. Então criam, ajudam a criar, pressionam uma série de leis. E a maior parte das pessoas que moram na Amazônia, pobres, todos pobres. E pobre não é um desejo, foi uma condição imposta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, ao mesmo tempo, eu li o relatório do ISA sobre as reservas lá da Serra do Cachorro, não é isso?, Cabeça do Cachorro. A agenda internacional impõe restrições gravíssimas a estrada, ponte, hidrelétrica, enfim, ao acesso às condições de proporcionar riqueza. E aí, na hora em que ele constata, o relatório do ISA constata, que há pobreza, que tem problema de lixo, aí, quem tem que resolver? O Estado brasileiro. Mas é o mesmo Estado de que esse movimento tirou poder. Os Governadores não mandam na Amazônia, mandam no pedacinho que sobrou. E, no pedacinho que sobrou, se quiserem fazer uma obra de infraestrutura, ainda vão ter dificuldades monumentais, e muitas vezes não conseguem fazer.

Então, eu só não consigo entender se, de fato, a preocupação não é econômica – eu falo dos países financiadores –, se de fato o Canadá não está... Eu tenho dúvidas: o Canadá está interessado mesmo na questão ambiental da Amazônia ou ele está preocupado em defender o fato de que ele vende potássio para o Brasil? Os países que produzem petróleo, que são os maiores produtores, como a Noruega, em que 51% do PIB é de petróleo, eles estão de fato preocupados com a emissão do CO₂ ou preocupados com o Brasil não ser concorrente? Os Estados Unidos, quando financiam corporações muito ricas, muito famosas, eles, de fato, estão preocupados com o nosso povo, as pessoas que moram na Amazônia, a questão ambiental ou estão preocupados em diminuir a capacidade brasileira de concorrer com eles no mercado internacional de alimentos?

Então, assim, eu admiro, mas lamento, porque, para mim, eu já disse e repito: eu não tenho paixão por gado, por soja, por milho, por arroz, não. O que eu tenho... E não me conformo que essa história toda já tem mais de 50 anos, e as pessoas da Amazônia continuam pobres. E eu não vejo como a gente combater a pobreza – não vejo, é impossível – sem as pontes, sem as estradas, sem as condições de acessar a potencialidade local e dar àquela população a infraestrutura necessária para que ela possa progredir.

Eu saio de Nova York, venho para cá e vou para o Acre. E o que eu vejo é um contraste abissal entre esses dois mundos, e tal.

Mas quero lhe cumprimentar. Eu acho que, em nenhum momento aqui, eu lhe faltei com o respeito que a senhora merece, enfim, acho que em nenhum momento.

Agora eu também tenho uma persistência grande, uma tenacidade muito grande. Eu também comecei a trabalhar aos 14 anos de idade. Hoje eu tenho algumas hérnias também, não sei se foi por carregar peso na área do meu pai esses anos todos e tal, só que muitas pessoas, milhares de pessoas na Amazônia ainda vivem assim, numa condição quase – boa parte dela – sub-humana.

Mas, de qualquer forma, muito obrigado pela presença.

Eu espero – mas espero mesmo, de verdade – que, dessa vez, na COP em Dubai, o Brasil, de fato, receba não tantas promessas que, muitas vezes, não se configuram – e, das promessas, acabam, até agora, vindo pedaços dela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que, de fato, a delegação brasileira faça com que esses países ricos, milionários que tanto falam da Amazônia ajudem, de fato, a melhorar a qualidade de vida de quem mora na Amazônia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como Presidente, cabe a mim fazer o encerramento.

Eu vou aqui me apropriar de uma frase do nosso amigo Senador Esperidião Amin.

Ele falou que esses países que financiam a gente – a Europa, a América, esses países que dão dinheiro para a gente fazer isso, aquilo, principalmente no meio ambiente – terceirizaram o remorso: destruíram o que tinham que destruir, atingiram alto índice de riqueza, vivem bem, mas têm remorso. Terceirizaram o remorso para a Amazônia. Dão dinheiro, fornecem dinheiro, para que a gente assuma a culpa e cuide do remorso deles. Colocam sobre nossos ombros.

E eu estou falando, Ministra, só que olhando para cá, evitando olhar para a senhora, para que não penso que é com a senhora; eu estou generalizando mesmo.

Eles acham, eles definem o que a gente deve fazer. Escolher o que nos oferecem: a gente tem que escolher aquilo que nos oferecem e preferir aquilo que nos probem.

Ficou claro isso quando se cita que os mais sábios têm que cuidar dos burros, que não sabem nada.

Vou repetir: as ONGs, as organizações, as ONGs ambientalistas que a gente está investigando só nos deixam escolher entre aquilo que nos oferecem e preferir o que nos probem. Aí tudo bonitinho. Então, nós só temos esse direito agora. Ficou claro aqui nos exemplos.

Nós fomos à Reserva Chico Mendes e vimos o que vimos. A Ministra disse que foi também e viu o que viu. Nem ela mudou e nem nós vamos mudar. Eu também sou teimoso, Ministra. Eu participei de 14 eleições, só ganhei quatro.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone.*) – Persistência, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Também, também... Eu participei... Persistência. Então, eu vou me colocar também aí. Eu participei de 14 eleições, perdi dez – dez. Só ganhei quatro: três para Senador e uma para Senador da República. Também sou persistente. Persistente, muito persistente.

Então, a gente está aqui, ninguém vai mudar, o relatório será feito, aqui ninguém vai criminalizar. Aquilo que eu lhe disse: não tem dedo na cara, não tem grito, aqueles momentos nossos são momentos da política e de CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalizando, esta CPI não é igual às outras não – tá, Ministra? Esta CPI conseguiu abrir a caixa-preta.

A narrativa...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone.*) – Caixa-preta, não, Senador. Isso é uma forma pejorativa de se dirigir às pessoas pretas.

Preta sou eu, que estou aqui do seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, caixa de Pandora. Agora eu sou...

A SRA. MARINA SILVA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que eu sou agora? Então, não é mais caixa-preta; é caixa de Pandora.

Então, nós abrimos a caixa de Pandora, porque caixa-preta é o que existe nos aviões, não é? Só descubrem os acidentes quando você consegue... Mudou, agora é caixa...

A SRA. MARINA SILVA – Mudou, porque coisa ruim não pode ser associada a preto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como é que é o nome agora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com laranja pode esculhambar. Então, é caixa... Mas eu prefiro caixa de Pandora.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone.*) – É que não existem pessoas laranja.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E nem mais mestiço.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Só tem amarelo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Acabaram com os mestiços. O IBGE acabou com os mestiços, o ministério lá acabou com os mestiços. Eles não existem mais, nem na pesquisa do IBGE e nem mais para as cotas. Acabaram com os mestiços.

Então, a gente conseguiu abrir a caixa de Pandora, e a população tomou conhecimento, a rede social tomou conhecimento, sabe que essa narrativa do império do bem... Eles são do império do bem, só que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem se alimenta do mal. O bem sem o mal não existe. Então, eles precisam do mal, e o mal somos nós, que não cuidamos do meio ambiente, que somos irresponsáveis, que queremos destruir tudo e tal. Eu não assumo essa responsabilidade. Eu não tenho essa nódoa política. Eu não sou um criminoso ambiental. Criminoso ambiental é quem destruiu seus bens e agora quer nos impor regras.

CPI veio pra isso, abrir a caixa de Pandora e, no final, apresentar sugestões para que a gente coloque luz sobre essa escuridão chamada Fundo Amazônia.

Nós queremos dinheiro dos estrangeiros, sim; nós não queremos esmolas. Nós não queremos que aqueles que nos dão dinheiro tomem as rédeas do nosso destino. O destino é nosso, e nós temos que ir ao encontro do nosso destino, como brasileiros, e como brasileiros eu sei que vocês pensam assim. Esta CPI foi feita pra isso e conseguiu fazer isso.

Então, nós vamos sair daqui, ela pensando o que ela pensa, e nós pensando o que nós pensamos. Nós continuamos pensando a mesma coisa que eu disse aqui, continuo pensando a mesma coisa. Essa CPI, sonhei tanto com ela, quis tanto, não foi pra defender os felizes. Não foi pra trazer quem está feliz aqui, não. "Ah, eu estou feliz!". Parabéns. Um a menos pra eu defender, porque o nosso compromisso é defender aquele que precisa da nossa defesa, não de lições. Eles precisam de exemplo.

Muito se falou aqui em Bíblia, mas Cristo cuidava dos pobres, dos necessitados, dos que tinham sede e dos que tinham fome, e assim essa CPI vai fazer e vai continuar fazendo.

Coloco o requerimento...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós tratamos e vamos continuar tratando disso.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

Requerimento Nº 157/2023

Convida a liderança indígena Marivelton, conhecido como Marivelton da FOIRN, a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de prestar informações.

Autoria: Senador Plínio Valério

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação do requerimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o requerimento. Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Coloco em votação a Ata da 28ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Amanhã não terá sessão; a nossa sessão foi longa.

A Ministra Guajajara, a gente conversou com ela, vai viajar, e a gente vai depois que ela chegar de viagem. Aí, infelizmente, já não pode constar do relatório, mas a gente... Ela esteve conosco, conversou de forma gentil e educada.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a sessão.

Muito obrigado a todos vocês, e Paz de Cristo.

(Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, SÃO FÉLIX DO XINGU (PA).

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, no São Félix do Xingu (PA), sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto, Eduardo Gomes e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Wilder Moraes e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimentos. Finalidade:** Depoimentos. **Resultado:** Diligência realizada. Foram ouvidos: 1. João Cléber de Souza Torres, Prefeito do Município de São Félix do Xingu; 2. Delegado Toni Cunha, Deputado Estadual do Pará; 3. Jucelino Santos Menezes, jornalista; 4. Marcilene Frutuoso de Oliveira Lima, da Terra Apyterewa; 5. Antônio Borges Belfort, presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto Paredao – APARPP; 6. Horácio Ferreira do Val, presidente da Associação dos Agricultores Familiares de Transiriri; 7. Vicente Paulo Terêncio Lima, presidente da Associação Vale dos Cedros; 8. Cacique Karê Parakanã; 9. Osias Albernaz da Silveira, presidente da Associação do Vale de São José; 10. Marcele Duarte, presidente da Associação Agropecuária dos Produtores Rurais das Terras do Meio (Xinguri); 11. Arnaldo Ferreira dos Santos; 12. Cacique Awaeté Parakanã; 13. Adriana Torres, presidente da Câmara Municipal de São Félix do Xingu; 14. Abadia Aparecida Lima de Mendonça, produtora agrícola da Região de Apyterewa; 15. Vinícius Borba, advogado; 16. Gesmone Godoy; 17. José Coelho de Carvalho Filho, vereador do município de São Félix do Xingu; 18. Alex Rodrigues Silveira, advogado na Terra Apyterewa; 19. Juscelino Dias Moreira, produtor na Terra Apyterewa; 20. Irismar Lôbo; 21. Vilmar Baldini, Associação dos Produtores Rurais do Iriri e Moradores do Igarape do Bala (Aprimiba); 22. Fernando Freitas, da Abropaxy; 23. Elione Gonçalves, presidente da Associação Ribeirinho do Porto São Pedro do Rio Iriri; 24. Delson Cecílio de Souza Júnior, advogado; e 25. Diogo Franco, advogado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/11/29>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Para cumprir o protocolo, havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher depoimentos das lideranças que nós vamos combinar de ouvir em seguida.

Mas, antes, um recado: nós viemos dizer a vocês que vocês não estão sós. Nós estamos ao lado de vocês! (*Palmas.*)

Não viemos para comandar; viemos para somar-nos a esse exército injustiçado: o General Mourão, os Senadores Marcio, Plínio Valério, Zequinha, Senador Jaime, Senador Styvenson, a Deputada Silvia e o nosso Prefeito daqui.

O recado é o seguinte: nós trocamos Dubai por São Félix do Xingu. (*Palmas.*)

Não queremos estar em Dubai para discutir o destino e o futuro de vocês!

Nós não fomos a Dubai nem vamos; estamos aqui para ouvi-los. E é o que vamos começar a fazer.

Obrigado pela recepção.

Vamos começar a trabalhar. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES (Para expor.) – Primeiramente, eu quero desejar boas-vindas, Senadores, em uma causa tão nobre que vocês vêm discutir hoje, aqui.

Quero aqui cumprimentar o Delegado Caveira, cumprimentar a Deputada Silvia, cumprimentar o Senador Mourão, cumprimentar o Senador Marcio, cumprimentar o Presidente da CPI, Plínio, cumprimentar o Senador Zequinha Marinho, que está aqui comandando essa caravana, cumprimentar o nosso Senador Jaime, cumprimentar o meu conterrâneo Styvenson, que está aqui, cumprimentar o Toni Cunha, cumprimentar o Vereador de São Félix, o meu Vice-Prefeito, cumprimentar as autoridades de Tucumã que estão aqui – Vice-Prefeito, Vereadores –, cumprimentar as pessoas de Ourilândia que estão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui também – estou vendo o Walto aqui: em seu nome, Walto, eu cumprimento todas as autoridades de Ourilândia que estão aqui –, cumprimentar o pessoal de Água Azul que veio aqui também prestigiar a caravana dos Senadores, cumprimentar os presidentes de associações que estão aqui, os nossos secretários, o Procurador do município, enfim, cumprimentar toda a população do meu querido São Félix do Xingu!

E dizer para vocês que hoje realmente, Zequinha, amanheci com a alma mais aliviada. Eu fui dormir mais cedo ontem e, quando acordei hoje e vi a decisão do Ministro Nunes Marques, suspendendo a desintrusão da Apyterewa, e que todos poderiam ficar em paz... (*Palmas.*)

Eu acordo cedo. Acordei às 5h da manhã, Jaime, comecei a olhar e vi o seguinte: que ali o Ministro estava corrigindo uma situação em que a população que mora ali na Apyterewa e a população de São Félix, que sofria, compartilhava o sofrimento também... Estava corrigindo ali aquela injustiça que estava sendo cometida ali por forças nacionais, por forças federais, que eram a Polícia Federal, o Ibama, a Funai, a Força Nacional. Aquilo doía. Eu parei até de assistir aos vídeos que estavam passando para mim porque eu não aguentava mais ver.

Infelizmente, eu tinha parado mais porque eu fui proibido de postar qualquer coisa pela Justiça, senão eu ia ser cassado ou multado. E eu estava proibido pela força de uma decisão judicial, e decisão judicial a gente tem que cumprir, embora muita gente...

Eu tinha o relato de pessoas que estavam acompanhando aquelas pessoas lá dentro daquele programa e também estavam sofrendo, porque não queriam, Zequinha... Muita gente da Polícia Federal e da Força Nacional estava ali porque era uma decisão judicial, eles estavam contando, através da Funai e através do Ibama, fazendo um absurdo, uma arbitrariedade, queimando casas, matando... Quantos animais a gente viu mortos ali? Porco, galinha, gado, e aquilo ali doía no coração! Felizmente, ontem, às 10h da noite, a gente recebeu essa boa notícia e a gente tem só de comemorar. E, logo mais – não quero me estender muito aqui –, hoje, a festa aqui só... Porque aqui, realmente, tem a palavra o Presidente e os Senadores que vão aqui prestar... A gente tem Zequinha, a gente tem, Presidente, que acabar com essa questão em que a Funai, uma ONG fazem simulado antropológico, a Funai dá entrada no Ministério da Justiça, homologa e virou área indígena! Tem que acabar com isso aí. (*Palmas.*)

Porque é muito fácil você criar uma área indígena hoje. Só precisa do laudo antropológico, só precisa a Funai pedir a homologação, o Ministério da Justiça homologa e acabou, aquilo ali vira uma área indígena. Então, a gente não pode aceitar, como também não pode aceitar também... Só venho falar que a Funai está requerendo um horror de áreas aqui para virar área indígena. Eu, como Prefeito aqui, Zequinha, jamais eu vou aceitar isso aqui! (*Palmas.*)

Aqui, Chico, nós temos, em São Félix do Xingu, 51% de área indígena e 22% de área de preservação ambiental. Só de área indígena e área de preservação ambiental, dá 73% do município. Mesmo assim, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa população do nosso município... É o maior rebanho *per capita* bovino do país. Sabe por quê? Porque aqui tem gente trabalhadora e luta para sobreviver! (*Palmas.*)

Eu venho – eu venho – muito de longe, Zequinha. Eu venho do Rio Grande do Norte, a mais de 2,5 mil quilômetros. Eu vim aqui. Cheguei na década de 80. As coisas aqui eram muito mais difíceis (*Falha no áudio.*)... sujeito a pium.

Agora, quando a gente chegou na hora de a gente colher nossos frutos, a gente ser impedido, isso aí, jamais, a gente (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, Zequinha... O Senador vai anunciar o nome de quem vai falar. Mas vamos rigidamente. Está bom, Zequinha?

Como anfitrião e como um Senador que verdadeiramente luta por vocês, eu tenho que fazer esse gesto de passar, no anúncio dos convidados, ao meu amigo Senador Zequinha. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É só para informar a passada pela mesa, para cada um se identificar e cumprimentar o público. Depois, a gente começa imediatamente com o primeiro depoimento. Eu gostaria de pedir aqui a lista para passar ao nosso Presidente e assim vamos.

Evanilza, e você que vai anunciar? Vamos lá. Quem começa?

A SRA. EVANILZA MARINHO – Vamos convidar, com muita alegria, o Deputado Estadual Toni Cunha. (*Palmas.*)

O SR. TONI CUNHA (Para expor.) – Bom dia, São Félix do Xingu!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. TONI CUNHA – Inicialmente, cumprimento o Presidente da CPI das ONGs, Senador Plínio Valério; em seguida, o nosso Senador Zequinha Marinho, um lutador desta região, provocador, certamente, desta audiência pública em São Félix do Xingu. Cumprimento também o Senador Jaime, o Senador Styvenson, o Senador Marcio Bittar, o Senador Mourão, a Deputada Federal Silvia Waiãpi, o Deputado Federal, meu parceiro de luta, Delegado Caveira. Cumprimento todos os amigos que estão aqui, o Sílvio e tantos outros, o Ezequiel Cazuza, a nossa querida Marcely, a nossa Evanilza Marinho, enfim, várias lideranças dessa luta eterna contra a perseguição que esses esquerdistas que tomaram o Governo Federal têm feito.

A CPI é das ONGs e, às vezes, as pessoas se perguntam por que estamos falando também das desintruções. Porque tem tudo a ver com desintruções, supostas desintruções.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos, Senadores, saber – e levar para todo o país – quais os reais interesses dessas ONGs que ninguém viu, que ninguém conhece, que ninguém sabe quem dirige. O que está por trás disso?

E nós sabemos, Senador, da destruição do agronegócio, que já atinge 30% da balança comercial brasileira. Sabemos que alguns políticos utilizam-se das ONGs para simular proteção ao que quer que seja, para angariar recursos internacionais, que vão se esvair pelo ralo da corrupção.

Eu estive pessoalmente na Vila Renascer, estive lá no interior da Apyterewa e vi de perto a tragédia humanitária que estão causando. Muitos estão presos, Senador Styvenson, supostamente por 8 de janeiro, por exercitarem a sua opinião, mas terrorismo nós estamos vendo, Senador Zequinha, em Apyterewa, massacre humanitário (*Palmas.*), animais morrendo a esmo, sem água, sem o mínimo. Uma tragédia também animal. Onde estão os defensores dos animais?

E depois, Senador Zequinha, se essas pessoas saírem, ainda que com uma indenização, Senador Jayme, que é produtor rural, o que restará, Prefeito João Cleber, da econômico desta região? Não é só indenizar, Caveira. O que restará da economia desta região?

Contem com este Deputado Estadual, que é delegado federal e está emprestado para a política. Onde tiver um produtor rural, um homem, uma mulher trabalhadora, oprimido, eu vou estar lá para lutar e defender vocês.

Forte abraço e até a próxima oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu.

Evanilde, só um minuto.

Chegamos a um consenso aqui de que, política e microfone, os caras não se gostam; quando pega, demora muito. E nós somos muitos.

Vamos priorizar os senhores. Quem concorda?

Tudo bem? Bem.

Nosso Presidente está aqui atento, nosso Relator está aqui, e eu vou começar... Agora vai: bora começar ouvindo a primeira liderança.

Quantos minutos, Presidente?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quatro.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quatro minutos, com tolerância de mais um.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero chamar aqui, está aqui uma estruturazinha, uma cadeira, um microfone, eu peço que alguém desça e ajude a gente ali.

Quero chamar o Juscelino Santos Menezes, lá da Apyterewa. Cadê o Juscelino? Veio ou não veio?

Não é.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É tu mesmo? Então troca.

O SR. JUSCELINO SANTOS MENEZES (Para expor.) – Se não for, agora pode ser. *(Risos.)*

Juscelino Santos Menezes, Juscelino Show, de Tucumã, de toda a região.

É muito emocionante para mim... *(Pausa.) (Palmas.)*

Como eu dizia, para mim é muito emocionante... *(Pausa.)*

... 3h, 1h da madrugada, eu e minha esposa, Neia, e mais um amigo e mais um casal de amigos.

A gente saiu de Tucumã por volta das 18h30. Chegamos lá 1h da madrugada, e a nossa recepção, como eu disse, não foi nada boa. Ao chegarmos, duas viaturas da Força Nacional já foram ao nosso encontro, um *drone* também foi fazer a nossa recepção, e a gente foi obrigado a sair do carro, tirar todos os pertences de dentro do carro. Bolsas de equipamentos foram reviradas, e, só a partir disso, a gente teve autorização de entrar na Vila Renascer. Chegamos 1h da madrugada na Vila Renascer, do dia 3 de outubro.

A partir daí, a gente começou a narrar fatos extraordinários de violências psicológicas, violências físicas, violências emocionais dos trabalhadores que ali estavam. Muitos trabalhadores que vieram de 70, 40km de distância para a Vila Renascer porque não queriam ficar nas suas propriedades só com a esposa e dois filhos, temendo as arbitrariedades da abordagem dos policiais, dos agentes.

Segundo eles relatam, quando tem só a família, só o casal, o tratamento não é nada cordial dessas operações. E eles, temendo, iam para a Vila Renascer, ficavam abrigados sem mantimentos. E o povo que estava na Vila Renascer estava ajudando e os conduzindo eles com alimentação, com água, com hospedagem.

E a gente começou a narrar fatos de idosos de 66 anos de idade sendo chamados de vagabundos. Mulher de 60 anos de idade sendo virada as costas com a ponta de um fuzil. A gente narrou também a situação de várias violências que ocorreram dentro da Vila Renascer, como a questão após a morte do Oseias Ribeiro dos Santos, de 37 anos de idade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente soube que o Oseias tinha sido atirado, a gente correu para lá. Chegamos lá, ele estava dando os últimos suspiros. A viatura da Força Nacional havia acabado de passar por nós, muito embalada, e a gente não sabia o que estava se passando. Quando chegamos no local, começamos a narrar, as pessoas começaram a acusar o coronel que havia esquecido o rádio transmissor, a gente ficou realmente emocionado, a gente ficou realmente muito chocado com a situação. Fora outros casos de omissão de socorro.

Eu estava lá com uma *pick-up* e, por volta das 4h30 da madrugada, soaram uns foguetes da vila. O foguete é um pedido de ajuda, e eu cheguei, fui lá com o meu carro. Quando eu cheguei, tinha um jovem com nove facadas pelo corpo. Ele havia brigado com alguém lá, e alguém o tinha esfaqueado. Eu o levei no meu carro para a porta da base. Chamei o Exército com a viatura, com os paramédicos, e eles disseram que não tinham estrutura para atender.

O Comandante da Força Nacional disse: "Por que o senhor não leva ele para o T, daqui a 40km?". Eu falei: "Eu também não tenho estrutura. Se o Exército não tem, com essa ambulância toda equipada, eu não vou ter". Ele disse: "Eu te arrumo o colchão". Ele arrumou o colchão, coloquei o rapaz embaixo, levei para o T. Cheguei lá, a viatura estava quebrada, a ambulância.

Tivemos que trazer para Tucumã, 180km. Nós tiramos em três horas e vinte e cinco minutos em uma picape Saveiro esse rapaz. Está aí contando a história, sobreviveu, graças a Deus, é um lutador também, um trabalhador da extensão Apyterewa. (*Palmas.*)

E fora outra omissão de socorro que a gente viu com aquele jovem, que o vídeo dele circulou e correu o mundo. Ele quebrou a perna e também aconteceu da mesma forma. Levaram-no lá, pediram socorro, mas o Exército, mais uma vez, disse que não tinha estrutura para atender.

Então, se aquele aparato todo de guerra que estava lá não era para atender ao povo, era para atender a quem?

Então, o meu muito obrigado. Nós estamos juntos nessa luta, nessa batalha.

E contem com o Juscelino Show e com a Neia, que a gente continua na luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Juscelino.

Bem rapidinho aqui, para fazer o seu depoimento, rapidamente, em quatro minutos, a Marcilene, de Apyterewa. (*Palmas.*)

A SRA. MARCILENE APYTEREWA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Hoje podemos dizer bom dia e respirar um pouco mais aliviados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui cumprimentar vocês e dizer que hoje eu comecei a conhecer a cara da justiça. Eu precisava conhecer a tal da justiça.

Eu, nesses 49 anos, ainda não tinha conhecido a cara da justiça, mas, pela primeira vez, quero aqui representar as mulheres, as mulheres da roça, as mães, as avós, as mulheres trabalhadeiras, as mulheres que lutam e que dão o sangue para criar a família dignamente. (*Palmas.*)

Aqui vocês conhecem uma mulher de um metro e pouquinho que tem coragem de dar a vida e o sangue pela justiça, porque eu nunca conheci o que era justiça.

Fico eu perguntando: num país tão grande, tão rico, tão cheio de autoridades, de que serve o meu país?

Olho para a minha bandeira e vejo escrito "Ordem e Progresso". Preciso conhecer a ordem e o progresso nesta região, porque ainda não conheci.

Vejo pessoas que vêm de longe, vêm ONGs, vem a Força Nacional, vem a Funai e dizem que aquilo que nós construímos em tantos anos não é nosso, que não temos direitos.

Olhei para aquele soldado do Exército e ele disse: "O que vem para vocês aí? Alguma coisa boa?". Eu digo: "Vem, tem muita promessa: de taca, de borracha, de *spray* de pimenta e de bala de fuzil". É essa a promessa.

Minha casa foi destruída.

Cheguei aos escombros da minha casa... Quero falar para vocês, Senadores, quero falar para vocês da CPI, porque o povo que conhece aqui tem costume de apanhar e já conhece a minha história...

É uma vergonha. É uma vergonha! Um país como o Brasil, no século em que nós vivemos...

"Vem, minha amiga...", um aparato policial na porta de um cidadão, um pai de família, com um fuzil na mão, de manhã cedo, dizendo: "... sai pra fora. Sai pra fora, porque tu não tem direito a nada e, se falar alguma coisa, vai presa".

Cadê a justiça? Onde mora a justiça neste país? Para que é que nós temos Presidente? Para que o Supremo Tribunal Federal, que diz que faz e corre tanto atrás de justiça?

Onde está? Onde está, meu Brasil, a justiça? Onde mora essa justiça?

A casa do pai de família derrubada, uma mãe com quatro filhos no meio da rua, dormindo sem lençol. Eu tive que amparar.

Cadê a justiça?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vêm as ONGs, lá de fora, e acham que têm direito na nossa bandeira e no nosso país.

Quero parabenizar vocês, que saíram do ar condicionado. Saíram, largaram os gabinetes para vir atrás da justiça conosco.

E hoje eu tenho a esperança de que nós vamos ver isso aqui sendo feito...

(Manifestação da plateia.) (Palmas.)

... para que seja feita a justiça!

Eu quero ver a visão do lado antropológico. Aí eu quero ver a cara da justiça sendo feita, não só por mim, mas por todos que sofrem a opressão que a Funai vem fazendo há muitos anos com esse povo.

E agradeço por minha oportunidade e parabenizo a todos vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Marcilene.

Eu quero convidar aqui o Sr. Antônio Borges Belfort, Presidente da Associação Aparpp – é uma sigla.

Pois não – por favor.

O SR. ANTÔNIO BORGES BELFORT (Para expor.) – Bom dia a todos que aqui se fazem presentes.

Quero aqui, nobre Senador Zequinha Marinho, em sua pessoa, cumprimentar essa mesa de pessoas nobres: Senador Plínio Valério, Senador Marcio Bittar, Senador Hamilton Mourão, outro Senador que não... Styvenson, meu Prefeito João Cleber, o nosso nobre Deputado Toni Cunha, a Deputada Federal Silvia Nobre Waiãpi e o nosso nobre Deputado Caveira, por quem eu tenho uma grande estima.

Sou um dos posseiros lá da Apyterewa, Apyterewa essa que foi acrescida, como todos aqui conhecem a sua história.

Nós chegamos lá e não tinha o acréscimo. Não existiu o acréscimo porque tinha uma portaria nula no mandado de segurança do Município de São Félix do Xingu.

E aí, compramos lá um direito de posse, e lá nós estamos desde o ano 2000, entendeu? Então, lá na minha residência, chegaram, aí agora no mês de outubro, não me recordo o dia, mas eu acredito que foi no dia 9, nove viaturas, da Polícia Federal, do Ibama, da Força Nacional, do Incra – sei lá, gente –, do Ministério do Trabalho e assim por diante. Lá só não conversou comigo o povo do Incra, porque disse que eu era um fazendeiro grande. E as minhas coisas são bem poucas, mas são suadas. Foram adquiridas com o meu suor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu quero aqui convidar minhas filhas, que estão aqui, porque lá nós chegamos, elas eram crianças. Nós temos um laudo feito pela Funai, pelo Incra, por órgãos do Governo do estado, do Governo Federal, e isso nunca foi respeitado. Sabe o que a Funai usou? Usou uma portaria nula para classificar as pessoas de má-fé. Então, quando a pessoa, quando a Justiça usa, quando algum órgão governamental usa uma portaria nula pelo STJ, por unanimidade, um acordo transitado em julgado, quem é de má-fé? No meu entendimento, é o órgão federal, juntamente com o Governo Federal, não é? Entendeu? Porque lá deu o apoio. Publicou em *Diário Oficial* e tudo mais.

Então eu quero aqui pedir à equipe da CPI das ONGs – porque nós já trouxemos outra CPI *in loco*, da Funai e do Incra, através do nosso Senador Zequinha, através dos Deputados, que hoje não detêm mandato, mas trouxemos lá *in loco*; foi visitada a base, lá no Distrito da Taboca –, só quero aqui pedir que vocês ouçam o nosso apelo. Nós só queremos justiça, nós só queremos nossos direitos. Nós não queremos mais do que isso. Nós não queremos expulsar os nossos amigos, os nossos irmãos índios. Lá eles têm o lugar deles.

Então, por isso, quero aqui me despedir, dizendo que a Terra Indígena Apyterewa foi criada em 1987, no dia 6 de novembro, através de uma portaria. A outra parte é um acréscimo.

Queremos justiça, queremos respeito pelas nossas coisas. Quebraram casas e mais casas. Graças a Deus, salvaram-se algumas, inclusive a minha. E eu acredito que nós vamos contribuir com os companheiros que ali derribaram suas casas, para nós reconstruirmos tudo.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bom, Belfort.

Quero chamar agora o Horácio Ferreira do Val, Presidente da Associação dos Agricultores Familiares da Trans-Iriri. Por favor.

Enquanto o Horácio chega, eu quero apresentar aqui o Maurílio Maguila, ex-Prefeito de Ourilândia, que está por aqui conosco – muito obrigado, Maguila –; o Francival Cassiano do Rêgo, também ex-Prefeito de Ourilândia. E quero cumprimentar toda a turma de Tucumã, aqui representada pelo Júnior Vieira, toda a galera que veio da Vereadora Maely. Muito obrigado.

Horácio, é de Cachoeira Seca? Não é daqui? (*Pausa.*)

É, vamos lá.

O SR. HORÁCIO FERREIRA DO VAL (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui essa mesa de autoridades, na pessoa do nosso ilustre Senador Zequinha Marinho, que vem batalhando. Ah, se tivesse pelo menos 50% de Senadores do país com a dimensão do trabalho desse Senador, não menosprezando nenhum dos outros Senadores!

Quero aqui pedir à CPI das ONGs, na pessoa do nosso Presidente, que, retornando a Brasília, peçam aos outros Senadores da República que se unam em prol das nossas necessidades, que se unam em prol do que nós vimos batalhando e do que vimos sofrendo.

Eu aqui sou um posseiro, como falou o Presidente, que me antecedeu, sou um posseiro e Presidente de uma associação lá da Trans-Iriri, no Município de Uruará, Altamira e Placas, representando aqui mais de 3 mil famílias que moram e vivem naquela região e que precisam, Senador Mourão, da atenção dos Senadores, que precisam, Senador Zequinha Marinho, que sejamos vistos pelo país, que nós tenhamos o direito de trabalhar e viver em comum acordo, não sofrendo tribulações com ações truculentas de todas as autoridades, em termos de Ibama e demais.

Nós pedimos socorro em nome da comunidade, em nome de toda aquela gente que vive naquela região. Viemos aqui pedir socorro para que não aconteça com a gente o que vem acontecendo com os vizinhos da Apyterewa, que não merecem isso, que precisam ser vistos pelo país, que precisam produzir para viver tratando o dia a dia da sua família. Nós vivemos fazendo isso, Senadores. Lá nós plantamos o arroz e o feijão para dar o sustento das nossas famílias. Já pensou a dificuldade que iremos enfrentar – a humilhação que vocês estão passando aqui na Apyterewa – lá, com mais de 3 mil famílias sendo obrigadas a saírem daquela terra, sendo obrigadas a serem reconduzidas para a cidade? Iremos fazer o que lá? Lá nós não sabemos fazer nada, porque nós vivemos com a mão calejada e a pele queimada do sol é de trabalhar para tirar o sustento da nossa família.

Então, por isso, em nome da Cachoeira Seca, em nome de todas as famílias que lá moram, viemos pedir esse apelo, viemos fazer esse apelo. Aqui nós estamos numa comissão, Senador Zequinha, que veio lá de Uruará: é o Pedro, que foi criado junto com V. Exa., que o senhor conhece desde criança; o Ronaldo, que veio também aqui e que faz parte da associação com a sua família, lá da Cachoeira Seca.

Então, eu quero pedir humildemente pela necessidade, pelo direito de viver lá, de morar e de usufruir dos nossos trabalhos, para que não seja preciso, antes de plantar, de colher o arroz, de colher a laranja que plantamos, a gente ir embora. Lá a terra dá para todos, dá para nós e dá para os nossos irmãos índios. Nós vivemos em comum acordo, nós não temos nenhuma tribulação entre as suas classes. E por isso precisamos do apoio de cada um de vocês.

Um abraço. Ao voltar a Brasília, levem o nosso recado, levem o recado do povo.

Valeu, gente. Vamos trabalhar pela nossa necessidade.

Obrigado. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Horácio. Obrigado, pessoal de Uruará. Rodaram muito para chegar aqui.

Quero chamar agora, Presidente, o Vicente Paulo Terêncio Lima, Presidente da Associação Vale do Cedro. E gostaria também que ficasse pronto o Cacique Karê Parakanã, se estiver conosco. Está inscrito aqui.

Cadê o Paulo? Vicente Paulo Terêncio Lima. Está aqui? Está aqui? Eu o vi lá fora ainda agora... *(Pausa.)*

Chegou o Paulinho!

Está bom. Chega para frente aqui. *(Pausa.)*

Ah, é?

Então, vamos lá.

Arruma um lugarzinho aí para o depoente.

A televisão está precisando...

O SR. VICENTE PAULO TERÊNCIO LIMA (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Eu quero, primeiramente, agradecer a Deus por essa oportunidade de nós estarmos aqui todos reunidos numa Comissão tão importante como esta Comissão de Senadores que veio aqui na CPI das ONGs.

Eu quero agradecer a todos os Senadores que aqui se fizeram presentes, em nome do nosso Prefeito João Cleber, e dizer para vocês, Senadores, que é um prazer imenso receber vocês aqui para estar dando voz a esse povo.

E eu quero fazer uma fala bem rápida. Nós estamos aqui, Presidente, Presidente Plínio, nós estamos aqui representando mais de 2,5 mil famílias.

Aqui nós temos um laudo antropológico de Carlos Fausto, que é público e notório para todo mundo, que foi um laudo comprado pela Funai – esse laudo de Carlos Fausto. Nós estamos fazendo essa denúncia aqui. E aqui nós temos um laudo antropológico das associações por um antropólogo, PhD em Antropologia, que o fez, contestando o laudo antropológico de Carlos Fausto.

Aqui nós temos um relatório da historiadora, contando todas as histórias dos índios e dos colonos como ali chegaram.

Aqui nós temos um parecer favorável da Funai em fazer a perícia no laudo antropológico, porque a própria Funai entende que houve erros e vícios no laudo antropológico feito pela Funai – tá?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu deixo aqui. Eu quero protocolar isso aqui na CPI da Funai e pedimos a vocês, encarecidamente, que façam, façam valer a nossa voz. Aqui está e nós estamos acreditando que essa perícia vai sair nesse laudo antropológico.

Nós só queremos... *(Palmas.)*

Nós só queremos a verdade. Nós não estamos aqui, hora nenhuma, pedindo redução de terras indígenas. Nós não estamos pedindo que retirem os índios das suas terras.

Nós estamos pedindo justiça e nós acreditamos nessa CPI, nós acreditamos no Brasil.

E eu agradeço a cada um.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Falou, Paulinho. Obrigado.

O Cacique Karê Parakanã está presente? *(Pausa.)*

Está aqui. Ótimo! Está ali.

Por favor, microfone ao cacique.

Em seguida, eu gostaria de chamar aqui também, por ordem do nosso Presidente, o Sr. Osias Albernaz da Silveira, Presidente da Associação Vale do São José.

Vamos lá, cacique!

O SR. KARÊ PARAKANÃ (Para expor.) – Bom dia!

Meu nome é Karê. Eu sou liderança da Aldeia Nova recente.

Eu vim aqui para falar da nossa realidade, nosso sofrimento. Está acontecendo lá na nossa aldeia. A Abuna ONG fica usando o nome do povo indígena. *(Palmas.)*

Eu estou aqui para falar para todos vocês me ouvirem. O sofrimento nosso não está fácil, entendeu? A gente usa essa água para beber. Cadê o responsável do povo indígena? *(Pausa.)*

Olha aí! Você tá vendo? Todo mundo tá vendo aí? *(Palmas.)*

Aí a Funai fala que indígena está passando é bem. Eles é que estão passando bem. Nós sofremos com essa situação! *(Palmas.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também eles ficam usando o nosso nome, pedindo recurso para outro estado: "Não, nós precisamos que vocês nos ajudem para nós ajudarmos povo indígena". É mentira! Eles pegam é para eles, e nós passamos necessidade. (*Palmas.*)

Nós precisamos de um projeto que pode ajudar minha comunidade, onde eu estou. Eu estou aqui para representar minha comunidade.

A gente precisa muito que aconteça um sonho que a gente está pensando: ter um projeto bom que possa ajudar a gente, mas não está acontecendo, porque é a Funai que tranca tudo e as ONGs. Por isso que eu estou fora de atendimento desse povo, porque só fica usando o nome do povo indígena – entenderam?

Nós precisamos de estrutura dentro da nossa comunidade. Nós precisamos de água potável onde a gente mora. Nós precisamos de escola para nossas crianças estudarem. Nós precisamos de saúde boa para nós todos. Essa água está contaminando vários indígenas, cheia de verme. Estou velho e doente; é falta de água. Cadê o responsável? Para onde que está indo o recurso?

Por isso que eu estou aqui para falar a nossa realidade, nosso sofrimento. Nós sofremos, e não é pouco não!

Eu não estava sabendo que essa reunião ia acontecer. Quem foi que me convidou? Meu primo, Awaeté, que está aí e que sempre ficou do meu lado, me ajudando. Aí, eu estou aqui pedindo ajuda para vocês. Ajude a gente! Ajude minha comunidade! Passou o tempo ruim do povo indígena. Nós somos gente; nós não somos bichos. (*Palmas.*)

É essa a verdade!

Muito obrigado. *Katu eté!* (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado Cacique Karê Parakanã.

Quero saber se o Osias Albernaz...

Pronto!

Sr. Osias, muito obrigado! Eu quero deixá-lo engatado aqui logo.

O José Silveira Abreu, da Aprimiba, uma associação aqui da região.

Por favor.

O SR. JOSÉ SILVEIRA ABREU (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu quero falar aqui debaixo, porque eu quero que vocês olhem no meu olho, que eu quero olhar no olho de cada um de vocês.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a mesa aqui, em nome do meu Prefeito João Cleber, que, incansavelmente, tem trabalhado nessa causa em defesa do povo da Apyterewa; o Senador Zequinha, da mesma forma; o Deputado Caveira. As minhas homenagens ao esforço que vocês têm feito, até porque vocês são aqui do Pará.

Pessoal, eu também sou Presidente de uma das associações – são três associações da Apyterewa –, eu represento a Associação do Vale do São José, e, logicamente, representamos aqui mais de 2,5 mil famílias. Eu estou falando em nome dessas famílias. Eu nem vou precisar relatar o sofrimento, porque eu sei que vocês já têm conhecimento disso. Nós vamos ganhar tempo.

Eu quero apelar aqui é para vocês mesmos da CPI: tenham compaixão desse povo que é sofrido, que é chamado de invasor. Isso é o que mais me incomoda, porque eu não sou invasor de terra nenhuma.

Eu cheguei aqui em 1998, não tinha nada de decreto presidencial, que foi ocorrido só em 2007, e agora me chamam de invasor, me tratam como bandido. Na altura da minha vida – estou com 66 anos – o legado que eu vou ter é a minha casa destruída, são os meus bens desfeitos por interesses que eu tenho certeza que são escusos, não são dos brasileiros, são interesses internacionais, são interesses dessas ONGs que estão aqui para destruir.

Eu quero aqui falar com o Senador Mourão, que é general. Eu também servi ao Exército Brasileiro em 1976, e meu apelo é que o senhor hoje, como Senador, medeie essa causa apyterewa para que realmente a Amazônia seja para os brasileiros, e não que a Amazônia sirva para interesses internacionais, porque hoje é isso que está acontecendo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOSÉ SILVEIRA ABREU – As ONGs, os países aí de fora estão engessando o povo da Amazônia para que nós não nos desenvolvamos. Como nós vamos sobreviver aqui com 80% de reserva e esses 20% nós ainda não podemos nem usar? É um absurdo! Eu morei também em Goiás, lá são 80% que o produtor pode usar e 20% que ele preserva. Aqui foi relatado para o Prefeito, 73% do município já estão envolvidos com reservas ambientais e com aldeia indígena, com o povo indígena.

Nós não temos nada contra os índios, nós convivemos muito bem aqui com os índios, mas nós precisamos sobreviver. Eu quero deixar meu apelo aqui: para o filho do índio viver, o meu não tem que morrer. Eu também preciso tratar do meu filho e da minha família...

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOSÉ SILVEIRA ABREU – ... e aqui tem espaço para todos. Como foi já dito pelos que me antecederam, o Brasil é muito grande e a Apyterewa é muito grande também para uma aldeia que foi trazida para cá, não são nem tradicionais aqui da nossa região. Que fique bem claro isso, nós não temos nada contra



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os irmãos indígenas, mas que eles convivam no espaço deles e que deixem nós vivermos em paz no nosso espaço.

Então, o único apelo, o único meio que nós vemos aqui para resolver essa causa é isso aqui, é a perícia nesse laudo antropológico, a própria Funai já reconheceu vício no laudo do Carlos Fausto. É simplesmente isso que nós queremos, nós queremos o nosso direito, e essa perícia vai dar o direito para quem tem direito, e eu tenho certeza de que o direito é nosso e nós vamos perder esse título de invasor e seremos tratados como brasileiros, como trabalhadores, como pais de família, como gente que produz alimento para a mesa dos brasileiros.

Fica aqui o meu apelo para essa CPI.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigadão, amigo!

O seu Silveirinha, José Silveira Abreu, não vai poder falar, mas tem uma substituta aqui à altura, que é a Marcelly, da Canopus. Cadê a Marcelinha? Vamos!

A SRA. FRANCISCA MARCELY DUARTE PEREIRA – Olá pessoal, muito bom dia!

Sei que aqui muitos me conhecem, dos Senadores alguns também. Meu nome é Marcelly Duarte e hoje eu estou Presidente da Associação Agropecuária dos Produtores Rurais das Terras do Meio.

Muitos aqui... quem é da Xinguri aqui que está presente? (*Pausa.*)

Então, nós temos alguns associados e também tem pessoas aqui que são moradores da Estação Ecológica Terra do Meio.

A Associação Xinguri abrange três unidades de conservação: o Parque Nacional da Serra do Pardo – uma unidade de conservação federal; a Estação Ecológica Terra do Meio, que é uma unidade de conservação também federal; e a APA Triunfo do Xingu, que é uma área de proteção ambiental de uso sustentável do Estado.

Nós temos aqui dois problemas, e também queremos a perícia do laudo antropológico da Apyterewa, porque a gente acredita, Paulinho, que, fazendo a perícia de um laudo, nós vamos conseguir a perícia do nosso laudo também, porque a Estação Ecológica Terra do Meio foi também feita com laudos antropológicos fraudulentos. A ONG e o ISA... Eu coloquei um manifesto aqui explicando todo o histórico, é muito extenso, mas a Estação Ecológica pega da BR-163 – certo? –, até o rio Xingu. Então, é uma área muito grande, em que ela foi feita, por conta da morte da irmã Dorothy, certo? Em 2000... Acho que foi 2005, se eu não me engano. E, por conta disso, já para dar resposta para as ONGs, para dar resposta para o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo, nós tivemos que ser penalizados. Só que muita gente ainda morre, passa fome e é desabrigado por conta desses laudos antropológicos feitos de maneira equivocada.

E a gente pede, sim, o laudo da Apyterewa, que é urgente, porque já estão lá destruindo a vida das pessoas, mas também a gente pede o laudo da nossa terra, da nossa Terra do Meio, principalmente da Estação Ecológica.

Eu não sei se alguns sabem, já tem, acredito que seis – não é, Salete? – meses, que tem uma operação chamada Mata-Burro. Sei que muitos aqui sabem o que é mata-burro, não é? Aquilo que impede o gado de passar. Nós estamos sendo impedidos de passar para a nossa própria propriedade. A gente ouviu um relato antes de ontem de um ribeirinho que não pôde entrar com os seus animais, porque dizem que são exóticos os cachorros; são exóticos, os gatos... E eles não podem ir para a sua casa mais, passando na ponte do rio, não é Zefa? Está aí uma ribeirinha de 53 anos, moradora da Estação Ecológica Terra do Meio, que criou seus filhos e seus netos lá. E eu, todos os anos, levo o café dela, porque ela é viciada em café e lá não chega o café dela se não for com várias horas de barco.

E os nossos alunos também são levados de barco, porque as comunidades ajudam; porque o poder público lá não chega. Agora, eu queria saber como é que o poder público tem braço para chegar tanta polícia? Como que tem braço para chegar ICMBio, Força Nacional, Ibama... (*Palmas.*)

Por que eles têm braço para trazer quatro helicópteros para punir um cidadão? Quatro helicópteros para descer e invadir a casa das pessoas e dizer que elas estão erradas? Por que elas não relocaram? Por que elas não indenizaram? Por que elas não cumpriram o papel delas e fizeram um termo de compromisso com essas pessoas? Já que invadiram a vida deles, porque eles caíram de paraquedas numa terra que já era ocupada...

A dona Zefa está lá há 53 anos. Enterrou vários netos dela naquela terra, já. E elas precisam, sim, ser ouvidas.

Nós trouxemos aqui três ribeirinhos, três moradores, que estão sofrendo na pele essa perseguição.

E outra coisa, gostaria de pedir para os senhores. Já pedimos, a Sílvia acho que já sabe, o Zequinha, o próprio Presidente Plínio, que o ICMBio fez uma portaria agora autorizando a saída de apenas dez cabeças de gado, por morador, durante seis meses.

Como é que essas pessoas vão cuidar da sua terra e comer? Porque eles têm filhos que estudam e lá não tem escola não, eles têm que vir para cá para estudar. Como que eles vão, com dez cabeças de gado, viver seis meses?

Precisam ser refeitos esses laudos, e essa injustiça precisa, sim, ser revista, e a gente pede socorro para vocês. O manifesto está aí, eu entreguei. E essas pessoas que estão aqui, elas sofrem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa, só mais um minutinho, nós estamos na APA Triunfo do Xingu, e vai acontecer algo inédito criado, eu acho que é um programa, algo que vai ser feito pelo Governador, pelo Governo do estado, que são as concessões para reflorestamento.

Quero dizer que todas essas áreas têm dono, são ocupadas, certo? E esse reflorestamento a gente pede até ao Prefeito João Cleber que divulgue, vá na rádio, converse com as pessoas. Tem muita gente que veio de fora aqui que está com medo de perder as suas terras, também em gleba estadual, porque a APA Triunfo do Xingu é uma área do estado, e aqui tem muita gente com o coração na mão. Inclusive, aqui tem um fazendeiro que já está perdendo as suas terras, já está dando entrada aí, já foi na justiça, e a gente precisa rever, o.k.?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

Eu vou interromper só um instantinho, porque o cacique Karê Parakanã... Eu tenho uma pergunta para fazer a ele, que, no discurso, não disse.

Cacique, vocês índios têm alguma coisa a se opor à ocupação, ao trabalho dessa gente que foi expulsa de sua terra?

O SR. KARÊ PARAKANÃ – Não. (*Palmas.*)

Nunca aconteceu.

Bom dia, mais uma vez. Quero falar para vocês que estão aqui, porque eu, completamente, favor de vocês, eu quero que vocês continuem permanecendo no setor onde vocês estão, entendeu? (*Palmas.*)

Porque não é só a gente que precisa terra. Todos que moram aqui precisam terra. Eu estou falando para vocês. Eu estou aqui para representar a minha comunidade. Estou falando para todos vocês retornar para o setor de vocês e recuperar o sonho que você estava sonhando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Cacique!

Vamos ouvir, agora, Arnaldo Pereira dos Santos. Em seguida, mais um cacique. Eu admiro muito esse cacique. É o Awaeté Parakanã.

Então, Arnaldo, rapidinho, aqui na frente. Já está aqui? Tem que ficar ali em cima para a televisão pegar melhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARNALDO PEREIRA DOS SANTOS – Bom dia, meus irmãos! Meu nome é Arnaldo Pereira dos Santos.

Bom dia, meus irmãos!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ARNALDO PEREIRA DOS SANTOS – Aqui é o Arnaldo Pereira dos Santos. Eu moro aqui em uma área, eu cheguei aqui em 2002, cheguei para arrumar uma terra perto de São Félix e não encontrei. Aí, com muita luta, eu fui encontrar uma terra, aqui muito em baixo, no Município de Altamira. Eu estou lá, com 22 anos, morando lá dentro.

Agora, chegou uma Força Nacional, as ONG lá do ICMBio, estão nos proibindo. Nós fizemos uma ponte lá, fizemos estrada, fizemos tudo. E hoje em dia, meus irmãos, não estamos podendo passar com o que é nosso, nós estamos presos lá. Estão nos proibindo. Nós temos o direito de passar com dez cabeças de gado. Um dia desse, eu fui lá para que eu conseguisse levar um sal para lá, para dar para o meu gado; meu gadinho é pouco, ia precisar de levar esse sal pra lá.

Eles falavam pra mim que eu tenho o direito de levar dez cabeças de gado, mas que, pra eu passar essas dez cabeças de gado, eu tinha que ter o GTA. Como é que eu tenho GTA? O primeiro GTA que eles funcionaram foi o meu. O segundo foi dos Paraná. Tiraram o GTA de todo mundo lá.

E nós estamos lá presos, humilhados por este povo, este povo dessas ONGs aí, tudo... Eu não sei nem quem é esse povo, só sei que eles estão lá pra atrapalhar a nossa situação. Eles não estão fazendo nada de bom pra nós. Nós estamos humilhados lá por esse povo. Eu estou pedindo justiça para vocês.

Esse daí eu conheço, de Conceição do Araguaia: Zequinha Marinho.

Zequinha Marinho, luta por nós... Está bem, Zequinha Marinho? Eu te conheço, eu sou de Conceição também. Eu fico nervoso. Obrigado.

Eu estou nervoso já, porque...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu, valeu.

Eu gostaria de registrar a presença do ex-Prefeito de Canaã dos Carajás, a terra bonita ali perto de Parauapebas: Jeová.

Levanta a mão, Jeová, aí. *(Palmas.)*

Vamos aplaudir o Jeová. Grande liderança, amigo e irmão.

Vamos avançar? Cadê o Awaeté? *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cacique Awaeté.

Fica num lugarzinho lá, Cacique. Traga o seu depoimento.

E, em seguida, eu gostaria de já deixar aqui prontinha pra falar a Sra. Abadia Aparecida Lima de Mendonça, que é produtora agrícola, também da região da Apyterewa.

O SR. AWAETÉ PARAKANÃ (Para expor.) – Bom dia a todos. Agora são 11h48. Me chamo Awaeté Parakanã. Sou da terra indígena Apyterewa, filho do... Parakanã, e sou da Aldeia Tekatava.

Olha, gente, eu queria trazer uma palavra de conforto, até mesmo de desculpa pelo que está acontecendo. A princípio, a gente, nós os Parakanã, os caciques, ano passado, a gente trabalhou muito duro pra gente poder resolver a questão do problema da terra indígena Apyterewa, com autorização do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, junto com o Desembargador Federal da Funai, pra gente fazer uma conciliação. A gente avançou, infelizmente não conseguimos implementar, devido... Muita gente trabalha por trás disso, e todos os caciques trabalharam pra poder a gente conseguir resolver a questão da terra indígena Apyterewa.

E, por fim, chegamos aqui. Muita gente, as autoridades, cumprimentos à Mesa, Senadores, Deputados, à Deputada, muito importante, querida. Todos os povos indígenas podem ter certeza que vamos sair da presa, do cativeiro das ONGs, da Funai. (*Palmas.*)

Queremos liberdade pra gente trabalhar na nossa própria terra. As terras são demarcadas, homologadas no nome dos povos indígenas, mas, ao mesmo tempo, eles não têm o direito de poder desenvolver. Não entra projeto, não entra estrada, a gente precisa de atendimento médico, a gente precisa de otorrino, médicos, a gente precisa atender as pessoas que precisam. Tem muitas idosas lá, na comunidade, que precisam do atendimento especial, que têm catarata; a minha mãe tem, e eu não posso oferecer, porque eu não tenho condições. A Funai movimenta milhões em dinheiro no nome dos povos indígenas – milhões –, e esse dinheiro não chega para poder atender a necessidade dos povos indígenas. Não chega. (*Palmas.*)

Então, o que a gente precisa é a questão dos povos indígenas aqui de Altamira, desculpem, de São Félix. Nós, os paracanã, precisamos do desenvolvimento e nunca tivemos um conflito sequer para a gente poder resolver esta questão. A gente sentou – tem vídeo publicado – junto com os colonos para a gente poder discutir este assunto, para a gente ficar em paz, trabalhar e se desenvolver junto. E a questão do nosso país, gente... O pessoal está em Dubai, neste exato momento, bebendo água gelada, comendo do bom e do melhor, lá em Dubai! Quantos dos povos indígenas estão precisando de cesta básica, projeto, produção... (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... para poder levar qualidade de água, qualidade de vida, desenvolvimento para esses povos indígenas? Não só no Pará, mas na Amazônia inteira. Europa, Dubai... Chega de usar, de mandar dinheiro para a Funai, para ONG, mande dinheiro para nós nos desenvolvermos. *(Palmas.)*

Queremos a nossa autonomia para a gente produzir, para levar qualidade de vida, água potável, moradia para nossas comunidades. E chega! É isso que eu tenho a falar. Tem que acabar com essa ideia de dizer que o índio é contra os colonos, e a sociedade contra os indígenas. Nós somos brasileiros, nós somos donos do Brasil. *(Palmas.)*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Awaeté. Obrigado mesmo. O Awaeté tem uma cabeça extraordinária, à frente do seu tempo, e ele defende isso não é de hoje.

Quero chamar a Abadia. Está por aqui a Abadia? Vamos lá? Não veio?

Então, vou chamar outra mulher que é a nossa Presidente da Câmara Municipal de São Félix do Xingu, a Vereadora Adriana Torres.

Por favor, Vereadora. *(Palmas.)*

Está aqui a Vereadora? *(Pausa.)*

Vou aproveitar aqui para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está aí? Está bem. Só um minutinho, Vereadora.

Aqui de São Félix do Xingu, Antônio da Silva Rêgo, Vereadora Adriana que está ali e vai falar agora, Vereador Bibiano Barbosa, Vereador Gonçalo, nosso amigo, Vereadora Gersica, Vereador Jose Alex Vilela Neto, Vereador José Coelho de Carvalho Filho... *(Pausa.)*

Repetindo, Mario Borges Teixeira, o Mario da saúde; Oderléia Rodrigues dos Santos; Vereador Renildo Januário da Silva; Vereador Sebastião Goudinho, que esteve lá comigo agora, junto com Oderléia e outros mais; Vereador Sercino Evangelista; Vereador Valdir Gonçalves Nascimento, lá da Vila Lindoeste.

Saudações a vocês todos.

Muito obrigado por tudo.

Ouçamos, então, a vossa Presidente, representando todos os demais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA TORRES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero aqui cumprimentar todos os Senadores, toda a comitiva, em nome do Senador Zequinha Marinho, e cumprimentar aqui, em nome do nosso Prefeito João Cleber, toda essa população, todo esse povo trabalhador que veio aqui, nessa reunião, que é muito importante para todos que estão aqui.

Senadores e demais que estão aqui, na Comissão, eu tenho certeza que vocês sairão daqui munidos, munidos de informações para que vocês briguem por esse povo que, lá em cima, o pessoal chama de invasores, que são produtores, trabalhadores que estão lutando para ter a sua casa, criar sua família com dignidade. Vocês sairão daqui munidos com isso. Chega! O nosso povo aqui pede socorro! Olha só: tem gente aqui que saiu de mais de mil quilômetros de distância e veio aqui apreciar porque acreditam em vocês, e nós acreditamos em vocês. E levem esse grito de socorro. Vocês ouviram aqui atentamente todos os relatos, relatos emocionantes.

Gente, se a Funai é tão preocupada com os índios, pra que eles oferecem essa água aqui pros indígenas? Pra quê? Será que a preocupação deles é os índios mesmo? Será? Vocês viram relatos aqui de que os índios aprovam que vocês também fiquem com eles. Dá pra todo mundo ficar: dá pra ficar o povo indígena, dá para ficar o não indígena. Ninguém aqui é contra. Ninguém aqui está querendo tirar o índio da sua terra; a gente só quer provar que cabem as pessoas indígenas e cabem os que não são indígenas, porque os indígenas também são seres humanos e merecem ser tratados também com respeito e com dignidade. Eles precisam de estrada pela Funai, precisam de água potável, precisam de escola, e a Funai não oferece isso pra eles. Eu vejo muito relato de gente falando: "Ah, os índios recebem milhões de dinheiro aí". Gente, visitem as aldeias pra vocês verem a miséria que eles vivem lá. Visitem. Sintam na pele.

E quero dizer pra vocês aqui: sintam-se abraçados pela Câmara Municipal de São Félix do Xingu. E me coloco à disposição sempre. E um forte abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Vereadora Adriana Torres.

A D. Abadia chegou. Ela está aqui por perto? Por favor, D. Abadia.

Em seguida, eu quero convidar o Dr. Vinicius Borba, advogado, ambientalista, que conhece profundamente essa causa. E eu tenho certeza que nosso Relator vai gostar muito de ouvi-lo, em termos de profundidade da questão jurídica nessa área.

D. Abadia, por favor.

A SRA. ABADIA APARECIDA LIMA DE MENDONÇA (Para expor.) – Bom dia a todos.

É com bastante satisfação que hoje nós estamos aqui, recebendo essa Comissão da CPI das ONGs. É um motivo de muita alegria, porque nós e os apyterewas vivemos ali há quase 30 anos e somos tratados



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como bandidos por essas forças, pela Funai. Então, eles fazem uma lavagem cerebral que a gente começa até a acreditar. Quando a gente chega aqui e encontra essas pessoas que estão dispostas a nos ouvir, nós ficamos muito felizes.

Eu quero agradecer, de já, a presença de todos aqui e quero dizer pra vocês que eu sou secretária da associação de produtores rurais dentro da Terra Indígena Apyterewa. E tenho passado por uma pressão psicológica muito grande, porque eu me sinto um pouco mãe, responsável por aquele povo, porque conheço há muitos anos. E ali, por ser Secretária, eu tenho sido vítima de busca e apreensão na minha casa, pela Polícia Federal. Só não fui presa porque, graças a Deus, na minha casa não tem nada de ilícito, mas eles fazem de tudo para quebrar os pés e as mãos de quem está na frente, lutando por um povo, porque ali não tem liderança, ali cada um está defendendo o seu.

E eu quero pedir ao Presidente, à Comissão da CPI que olhe por nós e faça uma perícia no laudo antropológico, porque os duzentos e sessenta e poucos mil hectares dos índios estão lá. Se tiver alguém dentro, que saia. Nós estamos lutando é pelo nosso que eles pegaram em 2007. E nós não somos invasores. Quem é invasor ali é a Funai, porque quando a Funai chegou ali, a gente já estava.

E aí, eu só agradeço a todos e volto a repetir: nós queremos a perícia no laudo antropológico. Muito obrigada a todos. Um bom dia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, D. Abadia.

Vamos ouvir agora o Dr. Vinicius Borba, advogado da questão ambiental.

Mas antes do Vinicius, tem alguns amigos aí. Água Azul do Norte, cadê o Renan? Ex-Prefeito de Água Azul. Epa! Cadê o Netinho? Ex-Vice. Ali o Netinho. Quem mais vem de lá? *(Pausa.)*

Adonias. Outra turma. Um abraço para todo mundo de Água Azul. Aplausos. *(Palmas.)*

Vamos lá.

Dr. Vinicius, depois do senhor, nós queremos chamar o Sr. Gesmone Godoy, que trará a sua contribuição de informações, não só dessas, mas de outras regiões em que ele já também viveu.

O SR. VINICIUS BORBA (Para expor.) – Bom dia, meus amigos, bom dia, Senadores. Senador Zequinha Marinho, em nome do senhor, cumprimento a todos.

Senadores, sejam bem-vindos à terra sem lei. Sejam bem-vindos à maior desintrusão a céu aberto do mundo, Deputada.

Na questão indígena e ambiental, nós vivemos numa terra sem lei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada, a senhora, como representante dos indígenas, eu gostaria de fazer uma proposta para a senhora. Vamos nós, o Brasil todo, devolver as terras para os indígenas. Só que não só a gente, os hipócritas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Brasília, que nos chamam de... *(Palmas.)*

O SR. VINICIUS BORBA – Que nos chamam de mentirosos. Também devolvam as suas terras, porque quando vocês chegaram lá, lá também não tinha título, não tinha documento. Então, não venham falar em invasão de terra, porque em 1500, o Brasil não tinha título. Se hoje tem, talvez teve um Governo que ajudou, Governo esse que não chegou aqui.

Eu gostaria de falar algo que talvez deva sofrer até um processo sobre isso, devo sofrer, talvez até ser preso, mas eu gostaria de falar do Ministério Público Federal. Pouca gente, eu acho que vai falar aqui. O Ministério Público Federal, Senadores, tem prestado um desserviço para a Região Amazônica. Vou repetir: o Ministério Público Federal tem prestado um desserviço para nós, amazônidas, ao passo de pedir o afastamento de um Prefeito por conta de um vídeo de WhatsApp. *(Palmas.)*

Ao passo, Deputado Toni Cunha, o senhor esteve, ao passo, Deputado Caveira também, Zequinha, de pedir, Senador Marcio, quando teve, no dia 17, uma reunião da Comissão Parlamentar da Alepa, lá na Apyterewa, cinco Deputados Estaduais, o Ministério Público Federal teve a ousadia de ir ao processo pedir para o juiz proibir os Deputados de visitar vocês. Então, que desserviço é esse?

As petições são todas tendenciosas. Não tenho medo de falar isso. O Ministério Público elaborou um relatório de pecuária pirata na Apyterewa, enumerando ali mais de 300 propriedades que criaram gado nos últimos dez anos, Deputado Toni Cunha, e mais de 200 propriedades, fora da Apyterewa, que compraram gado, Senador Marcio, dessas áreas da Apyterewa, nos últimos dez anos. E encaminhou as famosas recomendações para os frigoríficos. E hoje, a economia dessa região se encontra violada, porque os frigoríficos não compram mais esse gado, nem das terras da Apyterewa e nem dos produtores.

Ora, mas o Governo não está mandando tirar o gado? Eu vou vender para onde? Então, o Ministério Público Federal, juntamente com as ONGs, aqui eu falo a APA Triunfo do Xingu, Estação Ecológica Terra do Meio, mais de 10 milhões de hectares; todas foram ocasionadas por movimentos escusos, criminosos, clandestinos, de ONGs e apadrinhados, muitas vezes, infelizmente – me dói, como advogado, falar isso –, pelo Ministério Público Federal, que aqui, na região, não é parcial. O Ministério Público Federal aqui tem lado, e a gente sabe muito bem quem é.

(Manifestação da plateia.)

O SR. VINICIUS BORBA – Por que é que o Ministério Público Federal não vai investigar essa água? Por que é que o Ministério Público Federal não vai investigar essa água? Quantas vezes o Ministério Público Federal visitou uma aldeia indígena para fazer uma recomendação? Não, não faz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Senadores, eu finalizo da seguinte forma: puxem, como a gente gosta de falar, puxem a capivara de cada unidade de conservação ambiental e cada terra indígena aqui, que os senhores vão ver os tentáculos dessas ONGs.

E aqui o meu recado para a Noruega, para a Alemanha, para a Europa: façam a sua parte ambiental e ganhem o direito de falar mal de mim quanto à Amazônia.

(Manifestação da plateia.)

O SR. VINICIUS BORBA – Enquanto você, enquanto a Noruega não parar de queimar carvão, a Alemanha não parar de explorar petróleo, vocês não têm moral de falar de mim quanto à Amazônia e dos meus irmãos.

Então, o Governo Federal, as ONGs e a União Europeia, no mínimo, Senadores, devem um pedido de desculpa para esse povo. No mínimo, um pedido de desculpa para esse povo.

E obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, doutor.

Chamo agora o Gesmone Godoy. Depois do Gesmone, aqui inscrito José Coelho de Carvalho Filho, que é Vereador em São Félix.

O SR. GESMONE GODOY (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Apyterewa. Boa tarde. Boa tarde a todos. É uma satisfação estar aqui, Deputado Caveira, General Nilton, satisfação vê-lo.

Senhores, eu vim para a Amazônia, fui preparado para vir aqui, a primeira vez, 40 anos atrás, em 1983. Eu ainda era um garoto de 13 anos, e os meus pais atuavam na região de Tucumã. E depois disso, em 1990, meu pai me colocou para fazer curso de aviação, para pilotar em Roraima. Eu conheço a Amazônia há mais de 30 anos aqui.

Quando estávamos em Roraima, na época, em 1990, no então mandato do Fernando Collor de Mello, nós fomos meio que surpreendidos por interesses de ONGs internacionais que lá já estavam.

E, misteriosamente – misteriosamente –, houve uma mudança total, por parte do Governo de então, Fernando Collor de Mello, que veio inclusive a bombardear todas as pistas, impedindo a atividade que já lá se relacionava.

Nós viemos pra Amazônia, no começo dos anos 80, por influência e por pedido das Forças Armadas, de que nós tínhamos que "ocupar para não entregar", porque, se não ocupássemos, nós certamente teríamos entregado isso aqui. Eu ainda vi restos de pistas clandestinas de ingleses e americanos, na região do Alto Tapajós, que pousavam lá e extraíam óleo do pau-rosa, que é a base para vários perfumes na Europa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso se passou. Chegamos nos anos 80. Eu vim para São Félix do Xingu, a primeira vez, em 1994. E, quando aqui cheguei, conheci muitos dos antigos aqui, e eu pude ver e conhecer, ver com este olho o senhor cujo nome está escrito nas cartas do IBGE, às margens do Rio Xingu, pra onde foi trazido o primeiro grupo de índios, pelo Sr. Benício, de Altamira, quando eles trouxeram os índios paracanãs, na inundação do Lago de Tucuruí. Se os senhores, generais, e o senhor, Senador, pegarem uma carta do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que está lá, onde hoje é a primeira aldeia dos índios paracanãs, está lá escrito "Sítio do Sr. Anastácio". Tem algum parente do Sr. Anastácio aqui?

(Manifestação da plateia.)

O SR. GESMONE GODOY – Quem é "beradeiro" antigo aqui, que conheceu o Sr. Anastácio?

(Manifestação da plateia.)

O SR. GESMONE GODOY – Olhe lá! Os índios foram colocados, Senador, ao lado do barraco dele, onde ele tinha abertura. Lá hoje virou a primeira aldeia aqui dos índios paracanãs. Não existiam.

Então, essa informação de que, para que haja uma área indígena, ela tem que ser tradicional e imemorial indígena, ela cai por terra, porque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que é o único competente pra descrever limites e localizações, nas cartas que eles expediam e estão por aí, nos escritórios de agronomia e agrimensura, no nome de onde está a aldeia hoje, está lá escrito "Sítio do Sr. Anastácio". E foi lesado e nunca foi indenizado, e os herdeiros dele – aquela senhora do cabelo branco – nunca foram indenizados. E hoje lá foi a primeira aldeia que foi instalada. Então, isso é fato.

Agora, nós estamos em 2023. O mundo está questionando a questão energética. Está todo mundo preocupado com a questão energética, e, no Brasil, nós ainda estamos discutindo o uso do solo! Como assim? Como assim? A transição energética está batendo na porta, e nós ainda estamos numa agenda pela ocupação do solo? De onde vem isso? A quem interessa? Quem está por trás? Aí, eu pergunto aos senhores, Senadores: a Open Society, que manda o dinheiro pras outras ONGs, por que não investigá-la? Por que não puxar... Sigam o dinheiro. É só seguir o dinheiro, de onde vem para essas ONGs.

Então, senhores, isso nós acompanhamos, eu vi. Na minha área de identificação mineral, nós sabemos o porquê de a Raposa Serra do Sol ter sido demarcada. É porque lá, senhores, fala-se muito em nióbio, mas o nióbio é pífió. Lá é uma das maiores reservas de tântalo do mundo, onde os então garimpeiros na época tinham dificuldade de separar o concentrado de ouro final, porque o teor de outros elementos densos e raros era muito alto. E a mesma coisa é aqui.

Então, na verdade, isso é só um pano de fundo. O objetivo deles é que permaneçamos como estamos, para que, quando houver de fato e chegarem de lá pra cá, tudo que aí está seja deles. Nós apenas... Nós que estamos aqui estamos sendo apenas objetos de manipulação ou interesse.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço aos senhores: sigam o dinheiro, vejam de onde o dinheiro da ONG está vindo. Essa é minha dica.

Muito obrigado e satisfação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Godoy.

Por favor, Vereador José Coelho de Carvalho Filho, com a palavra.

Logo em seguida, Dr. Alex, lá da Apyterewa.

O SR. IRMÃO ZEZE (Para expor.) – Quero, neste momento, cumprimentar todo o pessoal que está aqui, em nome do nosso ilustre Prefeito João Cleber. Quero, neste momento, cumprimentar aqui, em nome do nosso Senador Zequinha Marinho, todos os Senadores que estão aqui e também os Deputados Federais e Deputados Estaduais.

Eu estava ali ouvindo os depoimentos e estou muito emocionado, porque isso vai ficar na história de São Félix do Xingu e região. Em todos que vieram pra esta reunião, nós podemos ver a mão de Deus, as orações que as pessoas têm feito.

Sou Vereador ali do Distrito de Taboca, Vereador de São Félix do Xingu, da qual faz parte... Moro bem na beira do barranco ali do Rio São Sebastião, do qual nossos irmãos saíram corridos, engalopados, com seus animais ficando pra trás, morrendo. Eles pedindo ajuda, gritos de socorro.

Neste momento, eu vejo aqui o Presidente desta mesa. Eu quero dizer pra o senhor, em nome dos Senadores e autoridades que vieram até a nós... Isto eu disse pra esta população: que pode contar com vocês, porque esses povos são sofridos.

E quero também agradecer aos nossos irmãos indígenas, que sempre nos apoiaram, e a qual... Nós já estamos aqui em São Félix do Xingu. Vocês podem ver que nós estamos sofrendo amargamente, porque as pessoas estão deixando os seus lares, as suas casas estão sendo queimadas. E, muitas vezes, eles estão correndo atrás.

O nosso Prefeito também foi até condenado pra ser cassado o seu mandato, porque ele está caçando porta, não sabe nem o que fazer.

Mas hoje o Senado Federal está em São Félix do Xingu. Eu quero parabenizar vocês que vêm nos trazer essa honra de ouvir os nossos irmãos que estão sofrendo ali.

As suas crianças... Gente, as nossas crianças vão crescer. Como é que eles vão estudar vendo as pessoas que vêm lá de cima, as ONGs? Os policiais chegam, começam a matar as criações, derrubam as casas. Como é que nós vamos ter uma nação? Onde está a justiça?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui... Essas são minhas palavras de indignação e também de alegria de nós os recebermos em São Félix do Xingu.

Eu quero uma salva de palmas aqui, como Vereador deste município, para o nosso Senado, que aqui está hoje.

Eu chorei de ver aquele avião chegar ali e ver as pessoas que estão sendo aplaudidas e bem recebidas através das nossas autoridades maiores.

E meu muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Vereador José Coelho. Obrigado mesmo.

Dr. Alex, cadê o senhor? Por favor, Dr. Alex, e depois vamos ouvir o Juscelino. Ainda agora, eu pensei que era um Juscelino e era outro. Agora está um Juscelino aqui da Apyterewa.

Vamos lá, o produtor.

O SR. ALEX (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento a mesa aqui em nome do Presidente, o Senador Plínio.

Meu amigo, Deputado Caveira, obrigado pela presença e por todas as portas que o senhor já abriu para chegarmos até aqui.

Bem, primeiramente eu quero dizer aqui que me corta o coração ver um pai – eu sou filho do Osias, Presidente da associação – dizer aqui que é invasor. Quero dizer que, da terra em que ele reside, possui até escritura, título do Governador da época de 1962, e ela foi escriturada no ano de 1999.

Srs. Senadores, puxem lá atrás e descubram a verdade sobre a Apyterewa. O laudo que foi feito, que detectou uma área de 266 mil hectares, que depois foi ampliada para 980 e reduzida para 773 mil hectares, foi para atender as necessidades e condicionantes da Belo Monte. Ninguém citou isso aqui ainda. Lá, quando se foi fazer a Usina Hidroelétrica de Belo Monte, aquele elefante branco que em época do ano funciona só meia turbina, que ia alagar o mundo e ia ter que desalojar várias aldeias indígenas lá, então houve a ampliação, a extensão da Apyterewa, para que trouxesse esses indígenas de lá para essa região. Posteriormente, não houve a necessidade, a usina foi construída de uma forma que não necessitou desalojar os índios, e aí quem pagou o pato foram os produtores que estavam ali alojados há mais de 40, 50, 60 anos. Porque, se existe um título de um Governador assinado, e reconhecida a firma em cartório, de 1962, e a reserva foi homologada em 2007, tem alguma coisa errada aí.

Então é por isso que nós temos aqui todas as pessoas que estão aqui e fazem um apelo para que se refaça, que haja a perícia no laudo antropológico. E será a prova cabal para demonstrar que a terra desses



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores e não invasores... Porque vocês não são invasores, são pessoas de bem, que criam seus filhos. Eu mesmo fui criado, fui formado, sou hoje advogado, com meu pai laborando naquela terra. Então, se nós buscarmos e refizermos a perícia no laudo antropológico, nós vamos constatar que lá não existem invasores, que não existem grileiros, mas, sim, pessoas de bem, trabalhadoras, que criam suas famílias, seus filhos e sustentam esse município aqui, que vai perder muito, milhões de pés de cacau, mais de 100 mil – mais de 100 mil – cabeças de gado dentro dessa área.

E, para concluir, eu quero dizer ainda que, durante essa desintração, milhares de animais foram mortos, porque foi feita no atropelo, de uma forma abrupta, e não apareceu aqui nenhuma ONG – nenhuma ONG! – defensora de animais, preocupadas com essa desintração. Uma tremenda covardia.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ALEX – Por favor, Senadores e Deputados, continuem defendendo esse povo trabalhador de mão calejada, porque eles são pessoas de bem que carregam esse país nas costas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dr. Alex.

Com a palavra, agora, o Juscelino, produtor lá de Apyterewa.

O SR. JUSCELINO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu quero comunicar à mesa...

Todos da Apyterewa, fiquem em pé, por gentileza. Todos da Apyterewa, fiquem em pé por gentileza. Apyterewa não é só... Apyterewa tem pai de família!

Está aqui... Admiro muito o Senador Coronel Mourão. Quantos anos o senhor tem? É pra ficar em segredo, que todo mundo tem vergonha de contar a idade. Mas faz de conta que o senhor mora na Apyterewa e que chegam a polícia nacional, a Força Nacional, o Exército, a Polícia Rodoviária Federal, a PF. Chega tudo à sua casa, e se acabou tudo que tem. Você agora é obrigado a começar do zero. Aconteceu isso na minha casa e na casa de vários cidadãos que estão aí. Começar a vida do zero não é fácil! É muito dolorido! Eu acordei várias vezes pensando: "O que será de mim?". Além disso, lá tem sete suicídios, que não aguentou a pressão. Sete suicídios! Não foi que matou, não; ele se matou. A pressão por cima, a pressão por baixo. Por baixo, é a polícia nos carros; por cima, os helicópteros. Não tem homem no mundo que resiste! Não tem abalo... É um furúnculo que não vem a furo. Graças ao meu bom Deus, aos Senadores, a todos que participaram desse desenvolvimento pra ajudar a suspender essa operação... Eu não sei o que será de mim. Eu falei de oito que se mataram, sem falar nos doidos, ouviu? Sem falar nos doidos que tem,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão por Goiânia, que estão em Redenção, em Conceição, que não aguentaram sobreviver – endoidou, perdeu a mente.

Sem falar nas escolas... Este aqui é meu filho – tenho dois filhos formados dentro da área Apyterewa –; formou do meu suor, trabalhando ali. Cheguei ali em 1992. O que é que acontece? Em 1992... Formei minha filha e meu filho. Agora, querem tirar o sonho desse pequeno e de vários pequenos que estão ali.

Além disso, Senador Zequinha, Presidente da CPI, no dia que veio a desintrusão, aconteceu que suspendeu as aulas no tempo de prova. As provas... A primeira coisa que aconteceu na desintrusão foi suspender a escola. Tem mais de 200 alunos que não estão estudando, no período final da escola. Você pensou numa criança perder o ano? Pode caçar meu estudo, eu nunca tive a oportunidade de estudar. Fui obrigado a sustentar minha mãe, minhas irmãs, irmãos. A indenização da minha mãe não dá pra vir nem de moto lá de casa aqui: é de R\$962. Não dá pra pagar nem sequer o aluguel. Isso é justo?

Eu quero perguntar a vocês, ao Coronel, ao Senador Mourão, quantas polícias tem neste país, porque chegou lá em casa uma polícia, da cor da blusa dessa senhora aqui, dizendo que é a Polícia da Amazônia, me empurrando de fuzil. Tem um amigo meu que está aqui... Chegaram empurrando e falando: "Eu sou Polícia da Amazônia, você tem que sair daqui". Coitado, ele ficou lá e falou: "Não, o dono da casa é esse aqui". Humilhando até meus amigos que vão à minha casa!

Eu agradeço a vocês. E levem essa notícia, porque, se lá já morreram oito, vão morrer dezoito se vocês não tomarem as dores desse pessoal que está aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Juscelino.

Sr. Erismar. O Erismar estava aqui em cima. Ele precisa só de dois minutinhos lá. Vai lá, Erismar. Aí, está ali.

Em seguida, eu quero chamar o Seu Vilmar Baldini. Nós estamos encerrando para que os Senadores e Deputados possam trazer sua palavra, seu comprometimento com essa causa. Por favor.

O SR. ERISMAR LOBO (Para expor.) – Primeiro eu vou falar do Incra. Conheci o Incra habitando e não destruindo as casas. Lá na casa e não destruindo as casas. É o que está acontecendo. Tinha invasor. Foi o Incra que invadiu o Apyterewa. Eu moro no loteamento com 242 lotes. E nesse loteamento dos 242 lotes, a Funai foi lá e marcou bem no meio. Cortou lá no meio o loteamento. Está lá. Não acredita não, vai lá e pergunta lá se é verdade ou se não é. Então, é isso que acontece: Índio... índio, muitos aqui odeiam índio, repudiam índio, mas nunca "foi" na aldeia do índio, para ver a desgraça que o índio "veve" lá. Índio, ele come carne de porco, ele bebe leite, ele quer carne de gado, mas não pode criar. Lá ele não pode criar,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele é sempre preso lá dentro da mata. Coitado, é vítima mais do que nós. Vocês podem ter a maior certeza do mundo.

Agora, direito. O que é direito que se existe na vida? O que é direito que se existe na vida? Trabalha para mim quase 30 anos, rapaz. E sai com três botinas: duas no pé e uma na bunda! É o que fazem comigo. Ei, você construiu uma casa com "teia" e tudo lá. E aí você acordar 3h da madrugada, rapaz, e ver quatro filhos, um no canto, num plástico, o outro no outro, esperando a ventania passar debaixo de chuva para não molhar a rede de dormir. Isso é autoridade? Polícia Federal. Quem é a Polícia Federal hoje? Todo crédito que eu tinha pela Polícia Federal... Conheci a Polícia Federal andando em fazenda, em trabalho escravo e pistolagem.

Agora, hoje, eu... só eu e minha filha lá. "Chega" lá 15 carros, "cheio" de homem armado. Para que aquilo? Cada vez que vai na minha casa, rouba uma coisa de lá de dentro. Rouba anel da mulher, rouba chave do carro...

(Manifestação da plateia.)

O SR. ERISMAR LOBO – ... rouba a "mota". Pois é, rouba a "mota". "Está" lá minhas duas "motas" lá roubadas e eu andando de pé. Aí, eu paguei tudo legalmente. Eu pago todos os impostos. Agora, não tenho o direito de andar. Não tenho, não tenho audácia – estou te falando...

Era essa que é minha história.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado. Sr. Erismar Lobo.

Vamos ouvir o Sr. Vilmar Baldini, por favor? Está por aqui? Vilmar parece que não está, ou está? Está chegando um ali. Isso.

Em seguida – Vilmar chegou. Só um minutinho, Vilmar.

O SR. VILMAR BALDINI – Boa tarde, pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só um minutinho. Espera dois segundos.

Nós temos amigos aqui de várias regiões do estado. E lá em Vitória do Xingu, o problema da área, chama -se Paquiçamba. Está aqui o Fernando Freitas, da Pro Paz, Presidente dessa associação lá. Eu gostaria que ele viesse rapidamente, depois do Vilmar, trazer a sua preocupação à CPI.

Vamos lá.

O SR. VILMAR BALDINI (Para expor.) – Boa tarde, pessoal. Eu sou o Vilmar. Sou o Secretário da Associação Aprimiba, na Vicinal do Leão, Terra do Meio, Resex lá no Município de Altamira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quer dizer, eu sinto muito prazer porque no mês de junho nós tivemos o prazer de estar no gabinete do Senador Zequinha Marinho, do Plínio Valério e mais numa Comissão, em que nós estivemos lá em Brasília. E o que acontece? Nós passamos lá três dias em reuniões, fizemos todo nosso apelo ao pessoal do ICMBio, tudo lá, e nenhuma solução para nós eles deram. O que acontece? Então, nenhum papel riscado, nenhum risco de lapiseira eles deram para a gente lá, com a garantia de alguma visita que nós tivemos deles lá.

E ali, na região que nós estamos vivendo, nós estamos vivendo um tempo muito crítico. Esse pessoal esteve na minha casa na Sexta-feira da Paixão, Sábado de Aleluia. Eles chegaram lá em casa... O que é que acontece? Eu pensei até que eles iriam trazer um ovo de Páscoa para mim, porque era Domingo de Páscoa, né? Mas, não, eles desceram lá em casa e trouxeram foi uma bomba, entendeu? Eles me multaram 222 mil porque eu tinha feito uma roça, sendo que eu tenho o direito, tenho um documento feito por um rapaz que esteve lá na primeira vez, o Maurício Torres. E eles falaram que não tenho o direito mais e me deram 20 dias para tirar o meu pouquinho de coisa que eu tinha lá dentro.

Inclusive, isso eu até falei lá na Vicinal, em Altamira. E o que acontece? Hoje lá nós estamos vivendo uma vida lá muito presa. O pessoal da Apyterewa... Eu estou sentindo na minha alma, que nem vocês estão sentindo, mas vocês têm um lado... Porque o que eu vi nos vídeos que vocês passaram, eu estava acompanhando, vocês ainda têm o direito de tirar o que vocês têm, e nós lá nem o direito tirar nós temos – nem o direito tirar nós temos, entendeu?

Manda ele tirar uma galinha, manda ele tirar um gato para entregar para... Me dê esse gato para botar lá em casa. Eu não posso passar com ele lá, porque ele não me deixa passar – um gato! Um gato! Eu não vou botá-lo na rua, não. É para levar para o vizinho; ele não deixa, "não". E é porque eu estou tirando, eu não estou entrando com nada lá pra dentro. Eu estou tirando, entendeu?

Uma galinha não passa. Um rapaz está lá com as galinhas lá que não têm ninguém para zelar. Ele quer trazer para perto dele, para ele cuidar. Ele não deixa. O gado também, mesma coisa: não deixa tirar, entendeu?

Minha mulher doente, minha mulher é hipertensa, entendeu? Ela toma remédio controlado. Eu não posso tirar nada de lá de dentro. O custo é pouco. Eu estou aqui representando todo mundo da Vicinal do Leão, o Quico, todo mundo que ficou lá e me ajudou a vir aqui. Nós somos muitos lá. Hoje só tem três, porque não tem condições de estar todo mundo aqui, entendeu?

Então, eu peço a ajuda do Senador Plínio Valério. É um prazer estar aqui perto do Delegado Caveira. Então, o que acontece? Eu quero, eu peço, eu reivindico a vocês: pelo amor de Deus que vocês têm, olhem por todo mundo, porque tem aquele ditado do mais velho, quando você vê a barba do vizinho arder, você coloca a sua de molho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso esperar... O que aconteceu na Apyterewa ontem, eu posso esperar amanhã na minha casa, eu posso esperar. Eu não quero é que isso aconteça com ninguém que mora lá dentro, entendeu? Então, eu peço à autoridade mais forte do que nós que tomem de conta, que façam alguma coisa por nós, porque eu tenho a mão calejada não é de pegar na lei, não, é de trabalhar. O que eu tenho é suado. Se chegar alguém lá em casa e perguntar: "Qual é o preço disso aqui?", entendeu? Eu sei o preço daquilo. (*Palmas.*)

Se tinha alguma coisa que me deram, é porque eu tinha o merecimento de alguém me dar e fazer um presente, mas de tudo que eu tenho lá em casa eu tenho o valor. E eles chegaram e falar comigo que eu tenho 20 dias para tirar o que eu tenho na minha casa. Vou botar onde o que eu tenho? Por que eu tenho? Vou colocar aqui no chapéu? Eu não dou conta de...

Minha mulher está doente. Minha mulher acorda meia-noite, toca em mim, "rapaz, o que nós vamos fazer das nossas vidas? Eu preciso disso, preciso daquilo, mas nós vamos fazer aqui o quê?". Amanhã esse pessoal pode vir aqui tocar todo mundo, mas a gente está fazendo...

Então, esse é o recado que eu deixo para todos vocês da autoridade maior. Entendeu? E eu estou na Estação Ecológica Terra do Meio. Depois eu estou entre o Rio Iriri e o Rio Bala, e lá é onde está a base, foi uma ponte que nós fizemos com custo do suor, não foi com ajuda de Governo, não, para nós termos por onde passar, e eles estão lá e não deixam passar nada na região nossa. Então, nós estamos vivendo... Nós estamos presos, nós estamos presos. Entendeu?

Então, o que eu peço para vocês é que ajudem nós, façam alguma coisa por nós, porque nós estamos precisando. Não é só eu; todo mundo que está lá, todo mundo. O irmão Arnaldo, aquele senhor falou que é meu vizinho, o Quico Paraná é meu vizinho, a D. Zefa é minha vizinha. Entendeu? Todo mundo é meu vizinho, eu conheço todo mundo lá; o Ronaldo que está ali. Entendeu? Todo mundo é meu vizinho. E todo mundo precisa de alguma solução. Então, peço a Deus, a vocês e a Deus, encarecidamente, que deem a solução. Eu pedi tanto a Deus: "Senhor, me acende uma luz no final do túnel". E acendeu: vocês estão aqui, todo mundo presente aqui, a autoridade maior, para que possam dar um resultado melhor para a gente.

Essa é a minha palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Vilmar.

Fernando da Pro Paz, está por aqui? Chegou o Fernando ali.

Vamos lá, Fernando, por favor.

Aí vamos fechar aqui agora, meu Presidente, com o Elione Gonçalves, logo depois do Fernando, o Fernando da Pro Paz. E aqui vamos pegar um da região, que é da Associação Ribeirinho do Porto São Pedro do Rio Iriri.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

O SR. FERNANDO FREITAS (Para expor.) – Bom dia a todos!

Em nome do Deputado Caveira, gostaria de cumprimentar a Mesa.

Quero dizer para vocês que o nosso dilema lá na Paquiçamba não é muito diferente do de vocês aqui. Lá na Paquiçamba, que é Município de Xingu, foi implantada a Usina Belo Monte. E, para criação dessa Usina Belo Monte, a Belo Monte fez um estudo, um levantamento, e prometeu aos índios que iria dar uma porção de terra a eles para que a implantação da barragem acontecesse de forma pacífica, digamos assim. E as ONGs vieram para os índios dizendo que eles iam inundar toda a área deles e que eles tinham que pedir mais, tinham que pedir mais de qualquer jeito, e essas ONGs hoje estão lá pressionando. E o fato é que da nossa aldeia... Existem duas Paquiçambas: existe a aldeia da terra Paquiçamba e existe a gleba Paquiçamba do Incra, registrada, homologada, tudo direitinho no Incra. O Incra homologou tudo. Ali não é uma área de invasão com possível assentamento. É um assentamento do Incra. Tem pessoas que têm título, tem pessoas que só têm protocolo até hoje porque o Incra nunca conseguiu entregar o restante da titulação para o pessoal.

Enfim, esse povo hoje está sofrendo porque as ONGs estão dando pressão. Os índios... Como os índios daqui também não querem... Nós temos índios lá que são donos, proprietários da terra deles, e a Funai está querendo que eles façam a cobertura da terra e que o restante seja coberto também, e eles não querem. Há divergência também. Nós sempre convivemos sem nenhum tipo de problema e hoje esse problema está sendo criado conosco lá.

Eu vim aqui e eu trouxe um documento para cada um dos senhores para que os senhores pudessem assinar para a gente pedindo a extensão dessa CPI das ONGs aqui de Apyterewa também lá para o nosso Município de Vitória do Xingu, porque as ONGs que estão trabalhando lá, a princípio eram 27 famílias a serem retiradas; das 27 famílias, se estendeu, e hoje está na área de mais de 43 mil hectares. Vai sair praticamente todo mundo da Volta Grande do Xingu para virar uma pseudoterra indígena, porque na verdade não é para favorecer índio, é para favorecer as ONGs, é para favorecer empresas de fora que têm interesse na mineração lá daquelas áreas.

Então, assim, eu vou deixar com cada um de vocês essa solicitação para que seja feita também a extensão dessa CPI das ONGs lá, no Município de Vitória do Xingu. A gente as vezes fala assim: "Olha, é só agricultor, só agricultor". Nós não somos peso para nenhuma esfera de política, nem federal, nem estadual, nem municipal; muito pelo contrário, a gente ajuda na economia. Agora nós vamos passar a ser peso se nós sairmos de lá, porque nós vamos ter que ir para dentro de um município que vai perder 30% da sua área, 30% da sua arrecadação, vai ser diminuído o FPN e provavelmente ele vai perder os *royalties* da barragem, porque a barragem não vai estar mais no município, vai estar numa área federal. E vai ter toda a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população lá dentro precisando de polícia pública sem ter, porque o Prefeito do município vai viver com o pires na mão pedindo para o Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Fernando.

Eu convido agora o Elione Gonçalves, da Associação Ribeirinho do Porto São Pedro do Rio Iriri.

O SR. ELIONE GONÇALVES (Para expor.) – Uma boa tarde a todos que estão aqui presentes, Deputados e Senadores que estão aqui. Eu estou lá representando a Associação Ribeirinho do Porto São Pedro do Iriri, às margens do Rio Iriri. Então, nós vivemos ali. Há muito tempo a gente vive ali. A gente produz o cacau, a farinha e a castanha-do-pará. Tudo produzido ali, o óleo de copaíba pelos ribeirinhos. E hoje nós estamos impedidos por uma base que tem ali no Rio Bala que proíbe a extração. É que nós trabalhamos com extrativismo, e eles proíbem a gente de tirar o nosso material dali para poder se beneficiar daquilo. Porque a gente vive disso. Já foi proibida a pesca, a gente não pode pescar, inclusive nem para comer.

Então, assim, nós estamos passando por uma situação difícil. Eles não conseguem autorização para a gente arrumar aquela estrada lá. O colégio lá está deteriorado, não tem saúde. Então, estamos passando por uma situação muito difícil, porque nós moramos na estação, o ribeirinho, mas ficou dentro da estação ecológica. Então, eles estão impedindo a gente de transitar ali. Então, a gente precisa que vocês nos apoiem, que deem um apoio para a gente, para a gente poder ter aquela estrada, para levar o material para a escola, para a saúde, vacina para os ribeirinhos.

Então, a gente está enfrentando um problema sério. E a gente sabe que o interesse daquilo ali é o número do minério que tem por ali, que a gente sabe. Então, ali só tem gente trabalhadora. Por exemplo, onde eu moro ali era da D. Perúgia, morreu com 109 anos. Tem a D. Zefa também, que foi criada ali com setenta e tantos anos. Tem netos, filhos ali, tudo dali. Então, são coisas que têm prova, não são simplesmente invenção nossa.

Então, a gente precisa desse apoio de vocês. Precisamos da saúde, da educação, igual tem já falado ali. E sem estrada nós não conseguimos. Então, a gente vive num lugar isolado. Então, eu peço o apoio de vocês por nós ali, pelos ribeirinhos ali.

Então, agradeço a todos. E muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Falou Elione Gonçalves.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos encerrar agora com o Dr. Delson Júnior, advogado, que ajuda também na causa da Apyterewa.

Delson, só um minutinho.

Eu quero só registrar aqui a presença do Jaó Osvaldo Gonçalves. Está ali. Ele é da Ilha Grande do Xingu. Muito problemático, muita dificuldade. Ele não vai falar, mas ele quer deixar aqui registrada a sua luta e a do seu povo daquela região para conseguir sobreviver.

Dr. Delson, por favor.

O SR. DELSON JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senador. Boa tarde a todos!

Serei bem rápido, só quero complementar o assunto dos pontos de grande relevância e importância que foram tratados aqui. Só queria expressar o grau de importância que esta Comissão vem exercendo, Senador Zequinha, nesse trabalho junto à CPI das ONGs, porque o que esse povo da Apyterewa está sofrendo, na verdade, é um forte ativismo por parte dessas instituições que são financiadas por esse desgoverno. As pessoas são multadas; são fiscalizadas; são multadas por dano ambiental, pela cria, engorda, venda do gado; são multadas por estarem na área. Isso tudo só acontece por conta de algumas fiscalizações dessas próprias entidades que são financiadas pelo Fundo Amazônia.

Então, esta CPI tem um trabalho de grande importância no reconhecimento dessa fraude, dessa dissimulação, desse financiamento desse Governo, que tenta atingir esse povo. E tudo só acontece em razão disso, essas pessoas sofrem por conta desse forte ativismo dessas instituições, que são sem fins lucrativos, mas que, no final das contas, tentam beneficiar certas pessoas da esquerda.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Doutor.

Meu Presidente, missão cumprida – cumprida e cumprida, não é? Uma com um, outra com outro. Conseguimos atender e ouvir todo mundo, mas, antes mesmo de lhe entregar o microfone, quero registrar a presença de um camarada que é meu primo. Está aqui o Deusdete Marinho, um lutador danado. Ele é paraplégico. Quando ele era novinho, tinha moto, fazia uns negócios, umas piruetas danadas e terminou ficando assim. É um lutador, um bravo lutador nessa região! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, aqui. Isso só mostra que somos prova do quanto estamos certos. Eu só quero aqui fazer uma observação: nós não viemos aqui tomar as dores de vocês; nós viemos aqui sentir a dor de vocês, que nós sentimos no coração e na alma. (*Palmas.*)

Nosso Senador, Relator da CPI, Senador Marcio Bittar. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Alô, bom dia a todos. Eu sou filho de produtor rural, meu pai saiu do interior do Estado de São Paulo com seis filhos e foi subindo, passando pelo Mato Grosso até chegar lá no Acre.

Eu quero cumprimentar toda a mesa na figura do proponente dessa audiência pública, o colega Senador Zequinha Marinho. *(Palmas.)*

Muito obrigado. Na sua pessoa, cumprimento a mesa toda.

Mas eu preciso mais uma vez fazer um reconhecimento a esse amazonense que, depois de quase quatro anos e meio de peregrinação, de insistência, de perseverança, conseguiu instalar essa CPI. Eu estou falando do Senador Plínio Valério, o nosso Presidente. *(Palmas.)*

E é pelo trabalho dele que agora nós estamos podendo mostrar ao Brasil um pouco da verdade e da realidade que pouquíssimos brasileiros conhecem.

Meus irmãos, eu dificilmente choro em público. Hoje eu já enchi meus olhos de lágrimas aqui duas vezes, no Hino Nacional e no relato de uma das moradoras, quando ela estava dizendo da casa dela, que já perdeu. Ela agora está ali, abraçando com... Criaram uma mentira e, em nome dessa mentira, estão acabando com a soberania nacional em mais de 60% do território nacional. A mentira que criaram é que o homem muda o clima do planeta, e não muda. O Senador Zequinha Marinho, no primeiro ano no Senado, compôs uma Comissão que era para estudar as razões das mudanças climáticas no mundo. E eu fiz uma brincadeira séria, dizendo a ele que o primeiro que ele teria que ouvir era Deus; se estivesse muito ocupado, chamasse São Pedro, porque a mudança climática do planeta existe desde que existe a Terra. E não é o homem que tem a capacidade de fazer as placas tectônicas se moverem, não é o homem que consegue aquecer o planeta ou não, é o Sol. E a preocupação deles nunca foi com o meio ambiente, porque, se fosse, o inimigo não era a Amazônia, o inimigo era a China, que sozinha joga um terço do CO₂ no planeta. Eles são mentirosos, mas com essa mentira e com muito dinheiro no bolso saíram lacrando a Amazônia. Eu não sei aonde isso vai parar.

Se alguém não sabe, em 81% da Amazônia, do bioma amazônico, nós já não mandamos mais, já não nos pertencem mais. Foram criando reservas e mais reservas. Hoje, praticamente são milhares de brasileiros que se sentem perseguidos, abandonados, escravizados. Eu escutei aqui palavras que devem ofender muito mesmo um pai de família, uma mãe de família. Quem é que, trabalhando duro para sustentar sua família, aceita ser chamado de invasor? Quem é que pode dormir sossegado sendo chamado de intruso na sua própria terra?

Eles criaram tudo isso e nos abandonaram. Hoje os seringueiros se sentem escravizados, os índios se sentem escravizados também. *(Palmas.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão pensando que os índios mandam nas terras deles? Não mandam, não, senhor! Se quiserem tirar petróleo, gás, minério, são proibidos, não pegam licença, assim como as áreas de assentamento, que dependem do Governo Federal, Ibama, ICMBio.

Lá no Acre, eu costumo dizer, Deputado, que, se você for à casa de um colono na madrugada e gritar Ibama ou ICMBio, quem tiver problema no coração não acorda, porque tem pavor desses órgãos.

Aqui, São Félix é um exemplo. Essas pessoas, muitas delas, se dizem cristãs, mas eu não sei que cristianismo é esse. Como é que coloca pobre brigando com pobre? Eu ouvi aqui, e é a pura verdade: o índio não é nosso inimigo, o índio não é nosso adversário, o índio é outra vítima.

Cercaram todo o território nacional e não nos permitem fazer estradas, não nos permitem fazer ponte, não nos permitem fazer hidrelétrica.

Qual é a região mais pobre, hoje, do Brasil inteiro? É a Região Amazônica. Esse é o troco? Essa é a nossa recompensa? Onde é que tem mais estupro? Na Região Amazônica. Onde é que tem mais fome? Na Região Amazônica. Onde é que tem mais desemprego? Na Região Amazônica. Vinte e oito milhões de brasileiros, mais da metade, para chegarem ao final do mês, têm que ter o Bolsa Família. Homem não quer isso, não! Mãe de família não quer isso, não! Isso é o que sobrou da política que eles fizeram.

E, agora, sabe onde estão essas pessoas? Todas elas pegaram avião, com muito dinheiro no bolso, e estão hoje lá em Dubai, nos Emirados Árabes. Será que eles vão ter coragem de dizer lá que aquela riqueza toda, que tem um dono, que é a família real, eles vão ter coragem de dizer lá, vão ter topete para criticar aquele país, que vive de explorar petróleo? Duvido muito. Lá naquela região, onde a mulher é tratada oficialmente como objeto, eles vão ter coragem de levar os movimentos feministas para criticarem o país? Não vão, não!

Eu ouvi aqui dizer, e sei como é que é, Governadores... Cadê o Governador daqui? Deve estar lá em Dubai. Vai ele e vão quase todos...

(Manifestação da plateia.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... fazer sabem o quê? Fazer sabem o quê? Fazer o papel de vassalo, de puxa-saco lá em Dubai. Vai ter grupos e mais grupos de Governadores, de Senadores, de Deputados, Governo Federal inteiro, liderado pela Ministra Marina Silva, prestando conta. E para prestar conta lá, para receber mais dinheiro das ONGs, vão dizer que estão criando mais reserva indígena, mais reserva extrativista, lacrando mais ainda a Amazônia.

Isso é uma vergonha! Como brasileiro, como brasileiro filho de produtor rural, eu tenho vergonha. Já disse isto várias vezes: quando o assunto é a Amazônia, eu tenho vergonha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O único país do mundo que aceitou ser lacrado, amarrado, pisoteado, perdendo soberania nacional, é o nosso país!

E hoje, ao chegar aqui, eu comentava com o Senador Plínio que o Ministro Marques Nunes, numa decisão, nos trouxe um sopro de alívio, de esperança: suspendeu o processo. O próximo passo, o próximo passo é fazer aquilo que todo mundo está pedindo: faça uma reavaliação, faça um outro laudo porque vai saber aquilo que nós já sabemos: que essa área não existia. E aí eu comentei aqui, no ouvido do Plínio: eu me senti orgulhoso porque votei nele, eu me senti honrado porque esse Ministro teve o meu voto.

Com isso, eu quero dizer – não é nada pessoal –, mas o candidato que o Governo do Lula indicou pode até mesmo ser Ministro, mas nunca com o meu voto. Jamais! (*Palmas.*)

Eu não desejo o mal pra ninguém, mas aquele homem – eu estava dizendo aqui agora com o Plínio –, numa disputa nossa aqui contra o grupo da Marina, ele vai ficar do lado de quem? Vai ficar do lado da Marina. Entre nós amazônidas e o interesse da Alemanha, da Noruega, dos Estados Unidos, do Reino Unido, ele vai ficar do lado de quem? Então, nós aqui, que somos da Amazônia, inclusive o Styvenson, porque é do Rio Grande do Norte, Prefeito, mas nasceu no Acre – por isso que eu lhe perguntei quando disse contrerrâneo se o Prefeito também era do Acre... Não há como. Eu não vou correr o risco de carregar na minha vida o pecado de ter ajudado a colocar no Supremo Tribunal Federal uma outra pessoa pra ser contra os nossos interesses. (*Palmas.*)

Por isso, eu quero me despedir de vocês por onde comecei: parabéns, Plínio! Como ele diz: "Nós viemos aqui pra dizer que vocês não estão sós".

Nós estamos terminando a CPI, no começo do mês que vem. Eu acredito que nós conseguimos alguns objetivos, um deles é revelar para o Brasil uma verdade escondida, falseada, porque, na grande mídia, mancomunada com as ONGs, cinco delas, que passaram pela CPI, já receberam mais de R\$3 bilhões. Enquanto a Amazônia fica mais pobre, eles ficam mais ricos ainda, e têm parceria com a grande mídia nacional. Então, a CPI cumpre o papel de mostrar para uma parte do Brasil uma verdade que nós conhecemos e sabemos que muitos dos brasileiros desconhecem.

Um abraço!

Fiquem com Deus! Deus nos proteja! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Marcio.

Eu só tenho uma coisa acrescentar ao que o Marcio falou: não é só ele que repudia o Dino; General Mourão, Marcio, eu, Zequinha, Jaime, Styvenson e todos nós; todos nós o repudiamos. E, quando perguntam...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E, quando me perguntam por que é que eu não voto nele, eu digo que é porque eu tenho por ele o mesmo sentimento que ele tem por nós. É o suficiente para não votar nele, para desprezá-lo.

Com a palavra o nosso Senador, nosso General em comando, General Mourão. *(Palmas.)*

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discursar.) – Senhoras e senhores, bom dia!

(Manifestação da plateia.)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu sou Senador pelo Rio Grande do Sul, mas trago aqui a solidariedade de todo o povo daquela terra e tenho certeza de que, entre as senhoras e os senhores, deve existir algum gaúcho ou gaúcha ou descendente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Já teve gente que levantou o braço aqui.

Mas eu sou filho de amazonense. E, durante cinco anos da minha vida militar, eu enfrentei tempestades, chavascais, charcos e espinhos, andei pelas sombras e caminhos, aprendendo o quê? A ser um guerreiro de selva eficaz, porque é isso que todos nós temos que ser.

A Amazônia tem mais de 5 milhões de quilômetros quadrados. Cabe a Europa inteira aqui e tem espaço para tudo: tem espaço para a gente preservar, tem espaço para a gente proteger, mas, principalmente, tem espaço para o que está escrito numa faixa ali atrás: para viver, produzir e trabalhar muito. E é isso que as senhoras e os senhores fazem.

(Manifestação da plateia.)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Esse Governo, há 20 anos, quando assumiu pela primeira vez, para atender às imposições dos seus senhores europeus, traçou a seguinte estratégia: para dizer que estamos preservando, vamos criar terra indígena e vamos criar unidades de conservação. Fizeram isso olhando o quê? O mapa, sem ir ao lugar, sem ir ao terreno, sem entenderem que, em cada um daqueles locais, já tinha gente, como foi falado aqui por vários dos representantes que aqui estão há 50, 40, 30 anos, 20 anos, trabalhando e desenvolvendo, gerando emprego e gerando renda. Não têm a coragem moral de admitir esse erro, porque a solução, senhoras e senhores, é simples: é um reordenamento territorial. Vamos chegar aqui e: qual é a verdadeira dimensão que Apyterewa tem que ter? É essa? A quem está estabelecido, título de terra e tranquilidade e justiça para trabalhar. Assim tem que ser feito no restante da Amazônia!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Manifestação da plateia.)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Usam a questão indígena, a questão ambiental como um escudo e, como o Marcio falou muito bem, para querer entregar o país. Vamos lembrar, minha gente, que nós, os nossos antecedentes daqui expulsaram ingleses, franceses, holandeses para que a gente tivesse direito a essas terras. E agora querem nos tirar a terra de novo? Não podemos aceitar isso em hipótese alguma.

Quero ser breve pra dar mais espaço aos meus companheiros, mas deixo aqui um desafio que tem que ser lançado. Estamos aqui nós Parlamentares, políticos da região, mas eu desafio pra vir aqui o cidadão que está lá em Dubai, o Presidente da República. *(Palmas.)*

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva tem que vir aqui e ouvir tudo que nós ouvimos, porque ele é o responsável por isso. Ele tem que vir aqui.

(Manifestação da plateia.)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Contem com o meu apoio total e contem com o povo do Rio Grande do Sul.

Grande abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra agora o nosso convidado, acompanhante... O nome é sugestivo, viu, Delegado? Delegado Caveira, com vocês.

(Manifestação da plateia.)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Para discursar.) – Queridos amigos, produtores rurais, pais de família, guerreiros da minha São Félix do Xingu, muito orgulhosamente retorno a esta cidade, e hoje trazendo as boas novas de que, se não fosse um ministro nomeado na época do ouro do Brasil, na época do chumbo, como queiram entender, talvez hoje o povo aqui não estaria feliz com a decisão que ocorreu ontem do nosso Ministro Nunes Marques, que conseguiu, em uma só canetada, fazer com que o povo da Apyterewa voltasse a respirar.

(Manifestação da plateia.)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) – Porém, grandes desafios estão por vir. Sabemos que essa batalha foi vencida, mas a guerra ainda está por acontecer. E, a partir do momento em que vocês produtores rurais, pessoas dignas, honradas, trabalhadoras, que estão labutando, há dezenas de anos, ali naquela região da Vila Renascer, da Vila Apyterewa, largarem as mãos uns dos outros, o sonho pode ir por água abaixo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já sabemos agora, pra quem ainda não sabia, o que é o comunismo, já sabemos o que é a ditadura. Humilharam as pessoas, queimaram casas, mataram animais, destruíram escolas.

Deixo a minha solidariedade ao Erli ou Oderli, que serviu vários comunistas ali, várias vezes, inclusive com almoços e jantares. E eu lamento muito por ter visto a casa dele sendo destruída por demônios, não tem outro nome. *(Palmas.)*

O Brasil está de cabeça pra baixo desde o dia 1º de janeiro. Pra quem não sabe também, o responsável por tudo de ruim que está acontecendo no Brasil é o ex-presidiário e "descondenado" Lula. Esse ladrão demônio que jamais poderia ter saído da cadeia. Fora Lula! Fora Lula! Fora Lula! Fora Lula! *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) – Então, desde o dia 1º de janeiro, Bolsonaro falava que o Brasil não era um transatlântico e que não fazia uma curva igual a um carro. Isso demoraria muito, mas esse miserável e "descondenado" virou o transatlântico. E o Brasil está naufragando na economia, no emprego e nos braços do comunismo. Está alcançando vocês aqui na cidade de São Félix do Xingu, porque vários políticos tão vagabundos quanto ele o ajudaram a levar ele pra lá. *(Palmas.)*

É inadmissível, em pleno século XXI, alguém ter a capacidade plena e moral de levantar a bandeira de um ladrão e falar que é seu candidato. Ele está condenado em várias instâncias – várias instâncias –, em todas as instâncias inclusive.

E aí me chega em São Félix do Xingu a CPI das ONGs para dar um afago, querendo trazer a liberdade ao nosso povo. Parabenizo muito o Senador Marcio Bittar, que declarou publicamente que não vota em comunismo pro STF. *(Palmas.)*

Eu gostaria muito que todos os Senadores da República, aqueles honrados que acreditam em Deus, pátria, família e liberdade, assim também o fizessem. Sabemos que o voto é secreto, mas, se declararem mais de 41 Senadores, eu não acredito que vão fraudar as urnas. Ou vocês acreditam?

(Manifestação da plateia.)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) – Então, nós aguardamos, e peço a todos que engrossem o caldo. Se hoje o comunismo está batendo na porta de vocês, amanhã, com o comunista declarado que segue Lenin no STF, as coisas poderão piorar muito.

Dentro do projeto de poder do "descondenado", um deles sempre foi dominar a Justiça. E colocando um ministro debochado, demagogo, hipócrita *(Palmas.)* naquela cadeira, com toda certeza, é mais uma barreira de proteção para que vocês e todos os brasileiros amanhã possam sofrer represália.

Estamos lutando no Congresso Nacional. Não decepcionarei nenhum de vocês. Sou muito grato a vocês que me confiaram estar representando cada um no Congresso Nacional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E reafirmo, para concluir, que a nossa bandeira jamais será vermelha! E contem comigo! Estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, agora, o nosso Vice-Presidente, o Vice-Presidente da CPI das ONGs, Senador de Rondônia, que conhece a Amazônia como ninguém. Ao seu jeito e ao seu modo, ali quieto, sabe muito bem falar sobre o que representam essas ONGs pra todos nós. Com a palavra, o Senador Jaime Bagattoli. (*Palmas.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar aqui, em nome do Prefeito João Cleber, a todos os Deputados e Senadores que estão aqui, meus colegas, que estão aqui lutando por esta CPI das ONGs.

Eu quero dizer pra vocês o seguinte. Eu fui uma pessoa eleita Senador da República sem nunca ter disputado um cargo público e eu fui eleito no Estado de Rondônia por pessoas iguais a vocês, porque eu venho do setor produtivo e conheço o estado e a Amazônia há 50 anos. Então, eu sei como que foi feita a reforma agrária no governo militar na década de 70.

Eu quero dizer pra vocês que eu fiquei muito triste esta semana em ouvir a Marina Silva, a nossa excelentíssima Ministra do Meio Ambiente, dizer que o maior erro que aconteceu na Amazônia foi a reforma agrária, foi o que os militares fizeram na década de 70, quando eu já estava lá em Rondônia, dizendo que o programa "integrar para não entregar" foi errado. Mentira, vergonha! O que nós fizemos... O que o povo tem sofrido na Amazônia e em todos os estados da Amazônia, nos sete estados... Todos tiveram integração de colonização. Quando foi feita a reforma agrária, principalmente no Estado de Rondônia, que eu conheço, lá existia uma negativa, uma negativa da Funai dizendo o seguinte: aqui não existe nenhum indício de indígenas, nada de antropólogo. E aí o que aconteceu? Passou-se, este ano, o mesmo problema que tem aqui em Xingu lá; tem em Rondônia, tem em todos os estados da Amazônia.

Eu vou dizer pra vocês, sinceramente, olha o que as ONGs, o que esse ICMBio fez. Nós estivemos há poucos dias lá no Acre com o nosso Relator Marcio Bittar, vendo o que aconteceu naquela Reserva Chico Mendes, é uma reserva de quase 1 milhão de hectares. E o que aconteceu na maneira que aquelas pessoas vivem, em um sistema praticamente de escravidão? Porque aquela reserva, se não fosse administrada por eles, por esse ICMBio, pelas ONGs... E isso só causou o mal, não só para o Norte do Brasil, mas também até lá no sul eles se infiltraram. Porque – viu, Mourão? – quando o Judiciário votou agora o marco temporal, eles votaram onde eu nasci, lá em Santa Catarina, levando uma reserva de 14 mil hectares para 38 mil hectares, tirando 860 famílias do campo, tudo da agricultura familiar – tudo da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura familiar. E com escrituras centenárias, de mais de cem anos. Aonde nós vamos chegar com essas ONGs e com o ICMBio?

Eu vi aqui a Marcilene... Ela se encontra aqui ainda, a Marcilene? Ela implorando por justiça, a Marcilene implorando por justiça. Quem que nós temos que sabatinar agora? Flávio Dino! Flávio Dino é quem que nós temos que sabatinar. Sabatinar pelos Senadores é dar um aval, dizendo que esse caboclo pode ser Ministro do STF. Eu digo para vocês, cobrem os seus Senadores, pelo amor de Deus!

(Manifestação da plateia.)

O Brasil inteiro precisa entender que todos os estados... No Senado da República, são três Senadores por estado. Então a força maior é a do Senado da República. O Senado tem a obrigação de rejeitar o Flávio Dino.

(Manifestação da plateia.)

Eu quero dizer para vocês aqui em São Félix do Xingu, vocês já têm mais de 50% que já são áreas indígenas. Os nossos indígenas, nós respeitamos demais os povos originários. Respeitamos os nossos indígenas e eles merecem, sim, o nosso respeito. Agora o nosso povo indígena, eles não querem mais terra. Ele já tem quase 15%, 14,5% do território nacional. O que os nossos indígenas querem é ter direito daquilo que é deles: 125 milhões de hectares já são hoje as reservas homologadas. Por que os países ricos lá fora não pagam pela preservação da floresta dos indígenas?

(Manifestação da plateia.)

Qualquer produtor de soja do médio e do grande – que eu conheço no Brasil –, qualquer produtor que faltasse reserva, pagaria para ter uma reserva dessa dentro dos indígenas, 8, 10 sacos por hectare, que daria em torno de mil reais por hectare, quase 800 hectares/ano. Os indígenas têm que exigir, sim, que os povos lá fora, que os países ricos, que os Estados Unidos e a Europa, eles têm que pagar.

Agora, ir para uma COP, da forma que eles foram lá, em Dubai, passear, gastar o dinheiro público, é muito simples. Por que é que eles não convidam o pessoal para vir aqui na Amazônia, em Manaus, em Belém, em Porto Velho, em qualquer cidade, qualquer capital em que tem avião – todas as capitais –, lá no Rio Branco, onde tem condição, para eles entenderem o que é que é a Amazônia? Mas, não, todo mundo com comitivas, indo embora passear não sei quantos dias nessa COP aí, enquanto que nós, produtores rurais, principalmente... Eu sou do médio para o grande produtor, mas eu conheço todas as dificuldades da agricultura familiar, do mini e do pequeno produtor. Estão de joelhos nos sete estados do Norte. Não é só aqui no Pará, não é só aqui em São Félix do Xingu.

Agora você imagine, Prefeito, mais de 50% de reserva. Temos... só tem 22%, que eu vi aqui, que é da produção. Agora vocês imaginem ainda ter que preservar, dos 22%, 80%. E digo mais, está aqui, nós, Senadores... O que os frigoríficos fizeram – eu sei porque eu sou do segmento, não de frigorífico, mas de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

boi... O que os frigoríficos fizeram, o que as *trades* fizeram... Sabem o que é que eles fizeram? Se os senhores têm mil hectares, têm direito a derrubar 20ha, porque é um direito; já têm de preservar 80. Nem dos 20% eles vão comprar mais. Isso é uma covardia! Isso é para dizer para o povo: "Vocês não podem mais nada, vocês não têm direito de mais nada".

Então, quer dizer, tiraram o direito nosso, tiraram da Rondônia o da mata, que era 50%. No campo onde eu estou, na Chapada dos Parecis, era 20% de reserva nas décadas de 70 e 80. E agora, depois que fizeram... da Constituição para cá, de 1990 para cá, nos fizeram preservar os 80%. Compramos reserva, fizemos de tudo já. E digo para vocês: pelo amor de Deus, nós precisamos fazer algo para ajudar! Nós, Senadores, o Congresso Nacional, o Executivo, os Prefeitos do Brasil inteiro, nós precisamos fazer algo para ajudar a nossa produção, porque não adianta nós dizermos por aí que somos o celeiro.

Fico só para terminar minhas palavras, porque a Marina Silva falou algo que eu conheço. O Brasil importa mais de 90% do potássio, que é o fertilizante mais usado na agricultura no Brasil. Aí ela vem dizer que o Brasil pode dobrar sem desmatar nada. Como que nós vamos corrigir nossas terras? Como que nós vamos corrigir para aumentar a produção, se lá em Autazes nós temos uma reserva que alimentaria o Brasil... que ajudaria o Brasil pelos próximos cem anos, em potássio? Está lá a Potássio do Brasil, com pesquisa, tentando com prospecção, mas cadê a assistência ambiental? Falei com o Presidente do Ibama: "Cadê a assistência ambiental?".

O problema todo desse Brasil é: tudo tem que travar, e nós não vamos nos calar. O povo brasileiro não pode se calar. E nós, produtores, precisamos da resposta. Cobrem das suas autoridades.

Um grande abraço e fiquem com Deus. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra agora o nosso amazônida, acriano, o Senador Styvenson, que foi para o Rio Grande do Norte e se tornou Senador da República, mas nunca perdeu suas raízes. O Styvenson também é amazônida como nós. (*Palmas.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discursar.) – Obrigado, Senador Plínio. Boa tarde a todos.

Eu tenho que dar um grito igual ao General, não? Boa tarde a todos! Só porque eu sou Capitão.

Gente, os Senadores aqui presentes, todos que estão nessa mesa, que estão assistindo pela TV Senado, já ouviram o suficiente, já sentiram. Desde o momento em que eu pisei aqui que eu vejo na mão dos senhores e das senhoras, sem perder o foco do que é a CPI das ONGs, o que vocês estão empunhando.

Eu sou de uma região do Nordeste, nosso Prefeito aqui veio, do estado pelo qual eu sou Senador da República, que as pessoas deixam de trabalhar ou saem de suas terras por motivos alheios a elas, que são climáticos. E aqui eu estou vendo que tem uma massa de pessoas que vão ficar desempregadas, sem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustento, pelo que vocês estão empunhando. Então este é o propósito, o objetivo: que essa ONG venha até aqui.

Então, durante vários questionamentos, durante a nossa CPI, eu fiz esse levantamento sobre quem construiu esses laudos, quem realizou esse tipo de estudo. E quem se diz preocupado... Mirem, viu gente? Vejam, porque vocês ouviram, vocês sentem isso, e agora vocês veem no centro dessa mesa uma garrafa PET com água amarelada, que representa e demonstra a preocupação desses órgãos não governamentais com o povo indígena. Está aí, está no centro dessa mesa. Essa é a preocupação que ele tem com as pessoas que eles defendem, tirando você da terra, deixando você de produzir. Eles querem vocês o quê? O MST? Eles querem vocês o quê? Dependentes do CadÚnico? Bolsa Família? Sem poder produzir? Querem dominar vocês assim também?

Então esse é o propósito por que nós viemos até aqui, Senador Plínio, sem perder o foco, que o problema que está se instalando, foi instalado aqui, diferente de outras regiões, é porque tem, sim, como o nosso Relator diz, como todos os outros Senadores já falaram, o interesse, o interesse particular na região de vocês.

Então, Senador Plínio, eu fiz umas anotações, recebi o manifesto da minha conterrânea de Currais Novos aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Exatamente. E a terra de vocês como é que fica? E os animais como é que ficam? Para onde estão indo os animais de vocês? Quem está apreendendo? E toda essa truculência? Toda essa truculência? São esses questionamentos que a gente vai introduzir na CPI para se ter resposta. Então fique aí curioso, são quase 250 famílias hoje que estão perdendo suas propriedades. Vocês vão fazer o quê? De um município, de um estado que tem praticamente cinco mil... Duas mil famílias. Corrigindo aqui o número: duas mil famílias que estão perdendo suas propriedades, seus animais, o seu custo, isso custou para vocês.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E o suor de vocês fica onde? Então é esse o motivo, é esse o propósito, é esse o motivo por que nós estamos aqui, sem perder a direção, sem perder o foco. Por quê?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Exatamente. Então é isso. Então, agradeço em nome do Prefeito e de todos vocês, primeiro pela recepção, e dizer pra vocês que não só o Senador Styvenson, do Rio Grande do Norte, o Zequinha, que é da região, que é da terra de vocês, que a defende tanto lá no Senado Federal, o Jaime que fez um discurso agora que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fiquei preocupado com o coração dele, discurso inflamado, o Bittar, a nossa Deputada, o Mourão, todos nós, como um só, como uma unidade, temos essa preocupação com vocês. E nós viemos aqui justamente esclarecer que laudo foi esse, como eu já havia perguntado, como é que é construído algo que prejudica vocês, tá bom?

Então, obrigado, Senador Plínio. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Styvenson, nosso grande Senador Styvenson. Obrigado pela companhia sempre. O Styvenson nos acompanha em todas as diligências.

Com a palavra, a nossa amiga, Deputada Federal, quase Senadora, porque ela participa da CPI também, Deputada Silvia. *(Palmas.)*

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para discursar.) –

(Pronunciamento em língua indígena.)

Eu não me sinto bem em vir à terra de vocês sem que existam outros representantes indígenas assim como eu.

Eu ouvi algo muito emocionante aqui diante de tudo aquilo que foi falado. Meu irmão... Meu irmão, ele falou uma coisa... me desculpe. A história foi cruel nesse momento. De repente, na história, eram vocês que deveriam vir pedir desculpas pra nós. Mas a história nos encurralou e, como ele mesmo disse hoje, somos nós que pedimos desculpas a vocês. *(Palmas.)*

Todos estão em Dubai para discutir o que é o melhor para o mundo. Nós estamos aqui para discutir o que é melhor para o norte brasileiro, para os filhos do norte, para os herdeiros da Amazônia brasileira.

Eu ouvi dizer, de tantas e tantas pessoas em meio a essa vida de andar por aí, que a Amazônia é importante para o mundo. Se ela é importante para o mundo, que os seus filhos sejam importantes também. *(Palmas.)*

Seria muito fácil aqui eu falar uma porção de coisas contra o ISA, contra qualquer outra organização não governamental apenas para acusá-los. Mas, em 1981, em Genebra, um grupo se reuniu para decidir que a Amazônia não deveria mais pertencer aos países na América do Sul. E eles traçaram um plano, e esse plano que nasceu em 1981 foi bem claro: arregimentar líderes indígenas, arregimentar parte da sociedade, convencê-los, fragmentar partes do país para que, assim, eles pudessem controlá-los.

Também em 1981, eles decidiram que deveriam interferir, inclusive com emendas constitucionais. Estranhamente esse documento foi traduzido em São Paulo, em 1987; estranhamente, em 1988, a Constituição foi promulgada oferecendo o art. 231 para nós, reconhecendo-nos – um fato histórico, e nós agradecemos –; mas estranhamente um desses autores hoje é o Presidente do ISA. Então, quando nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analisamos também esses fatos históricos, homens, organizações que estão lucrando com a miséria do norte, perdoem-nos, parte de nós, lamento, parte de nós, do nosso povo não tem sequer a dignidade que vocês tinham; nós também não temos. Muitos de nós, sem entendimento, estão sendo usados contra o seu próprio país, contra a sua própria nação. Nós todos somos um só povo e não há quem possa tirar isso de nós. *(Palmas.)*

Contem com essa mulher da terra, contem com essa mulher do norte, com uma brasileira que ouviu o clamor e que também já sentiu a mesma dor que todos vocês. Orem por mim, orem por nós, homens e mulheres do Parlamento! Que nós sejamos dignos de sermos filhos do norte e que a nossa missão seja plena!

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Meus amigos, agora vamos chamar o autor do requerimento aprovado por todos nós, que é o responsável por esta quinta e última sessão da CPI externa, fora do Congresso Nacional, vamos chamar o Senador Zequinha Marinho. *(Palmas.)*

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discursar.) – Mourão, Senador Mourão, como o senhor era General, como é? Boa tarde!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A gente usa aqueles vídeos do Mourão aqui, para brincar uns com os outros. Levanta o cara cedo, gritando: "Bom dia!".

Boa tarde!

(Manifestação da plateia.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Queridos, é uma alegria muito grande, em que pese a circunstância, mas uma felicidade grande.

Saudação a Uruará, ali Pedrinho, Horácio e todo mundo que veio de tão longe. De todos os municípios que vieram nossas lideranças, Jeová, Água Azul, com Renan, Netinho, enfim, Tucumã, toda a turma que veio. E o grossão aqui, que é de São Félix do Xingu, que é a população diretamente interessada nesse processo.

Eu não vou fazer discurso, porque senão vou repetir o que os colegas falaram aqui.

Eu quero aqui aproveitar o momento para saudar a Mesa toda e fazer alguns agradecimentos.

Tem umas notícias boas, outras complicadas. Essa aqui é uma notícia difícil, mas eu tenho que dar. É nossa obrigação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aos meios de comunicação que estão transmitindo esse evento para o Brasil e para o mundo; à TV Senado – gentilmente seus servidores nos acompanham aqui. Muito obrigado.

Quero agradecer aqui ao Edson Vieira, amigo de tanto tempo, faz tempo que eu não o vejo, mas ele está transmitindo através da sua rádio, a Xingu FM – muito obrigado, Edson – e também pelas redes sociais.

Quero agradecer à Correio FM, liderada aqui pelo Junior Bezerra, amigo e irmão de muito tempo. Muito obrigado, Junior.

Quero agradecer também, de uma forma muito especial, ao Fábio Valadão. Cadê o Fabinho, está por aqui? Fábio, vem cá, Fábio. Deus tem abençoado o Fábio. Ele vai montando sua rádio, devagar, devagar, hoje tem uma rede poderosa, e ele é parceiro de primeira hora e mobilizou esse estado todo.

Vamos aplaudir nossos comunicadores Edson, Junior e Fabinho. *(Pausa.)*

Obrigado. Deus abençoe vocês. Continuem servindo à sociedade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quem mais? Ah, o Juscelino Show. Esse vai lá para dentro da encrenca e manda de lá. A Léa também. Wesley, do Fato Regional. A todo mundo que tem trabalhado, o trabalho de vocês sensibilizou todo mundo Brasil afora e o Senado também, a Câmara também. Então, parabéns pela comunicação que vocês fazem todo dia.

Eu quero agradecer aqui, pessoal – paciência, é rapidinho, meu Presidente –, à equipe que organizou tudo isso. Nós chegamos aqui, está tudo muito bonito. Até uma faixa enorme, não é, Presidente? CPI das ONGs. Isso não aconteceu por acaso.

Quero cumprimentar e agradecer a meu amigo Ezequiel Cazuza, agradecer ao Ademarção, agradecer ao Sr. Lázaro Basílio, agradecer à D. Minervina, agradecer ao Fabrício, agradecer ao Silvío, agradecer ao Alemão, agradecer ao Zé Wilson, agradecer ao Antônio Maciel, agradecer à Ivanilza, agradecer ao Welman, agradecer ao Laércio, agradecer ao Jaó, agradecer a Léo, agradecer a Wanessa Basílio, Gisele Coutinho, Cristiane Rocha, Poliana Carlos da Silva, Gleise, Selma Basílio. D. Selma, até a senhora na luta aqui também. Agradecer a Camiles Ester, Pedro Francisco da Silva. Mas não é você não, Pedro, é? Também? Chegou cedo aqui.

Prefeito João Cleber, quero agradecer ao senhor e a todo o secretariado por todo o apoio de estrutura, água, mesa, cadeira, enfim, tudo aqui, e descartáveis. Deus o abençoe e recompense pela parceria. Isso aqui é um trabalho do povo, de todo mundo e do Brasil, porque o Brasil precisa que a gente ajude nessa situação.

Quero agradecer à nossa Presidente da Câmara, Adriana Torres. Muito, muito mesmo, obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui também agradecer aos meus companheiros de Senado Federal, agradecer ao Senador Hamilton Mourão. Hamilton é um amigo e um camarada forte, que apoia. Quando ele não vem, ele dá uma palavra e diz: "Eu estou junto com vocês".

Muito obrigado, meu Senador. Está lá comendo churrasco, tchê, mas o senhor é daqui. Churrasco. Churrasco com chimarrão! Mas não esquece que é nascido no Amazonas.

Obrigado, de coração, meu querido Senador Styvenson. Olhem eu, com essa altura, perto do Styvenson. Eu vou ser o segurança dele. Qualquer camarada que quiser chegar nele, eu e o Bagattoli aqui, o Jaime... Muito obrigado, irmãozão. Obrigado, de coração.

Senador Jaime Bagattoli, um catarinense que virou rondonense. Pensem num homem trabalhador, correto e, graças a Deus, bem rico!

Agradeço aqui, de coração, também, ao Senador Marcio Bittar, irmão. Você é um irmãozão aqui, vizinho da região. Deus continue te abençoando poderosamente!

O Bittar, Marcio Bittar, o partido dele nem sempre concorda com ele. E ele chega à espora, chega à espora. Muito obrigado! Não é o partido, mas você, que faz o seu trabalho e honra todos nós.

Quero agradecer à Senadora Damares. A Damares está aqui? Não! A Damares, em cima da hora, teve que ficar em função de dois problemas que aconteceram: um, de saúde; e outro, da comissão lá... Como é que é? Da CAS, da ação social. É um projeto perigoso. E ela disse: "Se eu for para lá, eu descubro aqui e esse projeto avança". Mas mandou o Ezequiel – o Dr. Ezequiel está ali –, que foi Secretário-Executivo dela no ministério lá atrás. Obrigado, Ezequiel, pelo apoio, por estar junto com a gente.

Quero agradecer aqui ao meu querido amigo Caveira. Caveirão, você é da hora! Obrigado por ter vindo também. (*Palmas.*)

E quero agradecer a essa mulher guerreira que saiu da aldeia, se formou, estudou, se preparou, mas não fugiu. Tem gente que fez tudo aqui, ganhou tudo, agora, é Deputado por São Paulo. Não é assim que se faz, não é? Parabéns! O meu reconhecimento. Obrigado pela amizade, obrigado por ter atendido o nosso chamado. (*Palmas.*)

Eu lhe chamei não só porque gostaria de tê-la; porque daqui saiu a reivindicação para que a senhora viesse, e a senhora veio. Obrigado mesmo. (*Palmas.*)

Quero agradecer ao meu querido amigo – e agora fique em pé... Pensem num amazonense valente, persistente, trabalhador! Conseguiu abrir uma agenda para a gente vir aqui. Esta é a última audiência. O Relator precisa fechar seu relatório – não é, Bittar? –, para entregar, mas ele disse: "Nós vamos lá, vamos ouvir essa gente que está sofrendo". (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meu aplauso ao nosso querido Presidente Plínio Valério, honrado Senador do vizinho Amazonas. Que Deus continue te abençoando!

Ainda quero aqui agradecer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Deputado Toni Cunha, você foi o que abriu aqui a reunião. Eu não convidei muita gente para cá, porque, lá na assembleia, nem todo mundo fala a nossa língua; eles preferem falar a língua das ONGs, preferem se esconder atrás, têm medo. Obrigado, porque você é valente. *(Palmas.)*

Obrigado, porque você pensa diferente. Obrigado, porque você está sempre junto. Naquele tempo em que o Governo do estado estava massacrando com aquela operação idiota, acabando com todo mundo aqui, chamei o Toni, e foi o primeiro a se colocar à disposição e aqui veio conosco, uma turma grande, o Caveira, etc.

Agora, eu tenho um desafio para vocês: 15 de dezembro, nós precisamos fazer a defesa da Ferrogrão, porque senão as ONGs não vão deixar a Ferrogrão acontecer, mas pensa na quantidade de gente que vai para esse encontro em defesa da Ferrogrão, lá em Novo Progresso, na BR-163. Nós vamos para cima! E a Ferrogrão é nossa, vai acontecer, sim! *(Palmas.)*

Vamos pressionar todo mundo, inclusive o Alexandre – como é que é o nome do cara? – de Moraes. Que bom que eu esqueci até o nome dele! Ele está segurando, passou por um comitê de conflitos. Eu não sei onde é que está o conflito, porque não tem um ponto negativo na Ferrogrão, absolutamente! Tudo é positivo. Tudo! Que pena! Que pena que esses homens tão grandes que deveriam ajudar o Brasil são os primeiros a atrapalhar o Brasil.

Finalizando, eu quero agradecer à equipe que veio.

Como é que é aqui, rapaz? *(Pausa.)*

Ah, sim, foi a Silvia que mandou – não é, Silvia? –, foi você que mandou. A Silvia vai estar, no dia 1º, em Parauapebas. A nossa Deputada vai lá ver o seu povo e as lideranças, dia 1º de dezembro; dia 2 de dezembro, a Silvia vai estar em Santarém, a capital do oeste do Pará; e, dia 16, vai estar em Uruará, na Transamazônica. Ela se mexe. O Amapá é pequeno, dá para ela fazer. *(Palmas.)*

Queridos, antes de agradecer a vocês, eu quero disponibilizar para as lideranças... Aqui não tem muitas, mas parece que tem umas cem apostilas dessas. Que que é isso aqui? Isso aqui é o começo, é o avanço de terras indígenas em nosso estado. Isso aqui é uma relação de 37 terras que estão sendo requeridas. Trinta e sete! Prestem atenção! Trinta e sete novas terras indígenas em processo de requerimento. Eu vi ali ainda agora um bocado de gente grande. Nós vamos ter que conversar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou reunir com vocês em Tucumã, levar as lideranças do Xingu e juntar as lideranças de lá. Está certo? Ou a gente barra, ou nós estamos todos ferrados. Tem 37 aqui, mas tem mais 10 processos de terras indígenas – estão os nomes aqui, eu vou dar para vocês. Então, são 37, mais 10, dá quanto?

(Manifestação da plateia.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é. Inclusive, viu, Jeová...

(Manifestação da plateia.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é. Temos que conversar, levar nossos advogados, construir a estratégia para fazer igual a Israel com os mísseis lá: detona um negócio aqui e estoura um míssil antes de ele cair. É o jeito. Senão, estamos todos ferrados.

Pegue aqui, pessoal. Dá para a liderança aí.

Jeová... Vem cá, Jeová – você, que gosta de trabalhar. Só quero que me devolvam minha bolsinha. Aqui, olha: um, dois, três... Distribui com os outros. Pega um pouco aí também.

Ah, pegaram aqui. Pega ali com eles. *(Pausa.)*

Vamos lá!

Pessoal, podem dividir aqui as apostilas. Já acabou aqui, mas pega ali. *(Pausa.)*

Obrigado. Pode sentar.

Vou terminar agora. O último discurso é do nosso Presidente. Eu estou só passando orientações.

Meu Presidente, fique em pé também de novo – agora é a última vez que eu peço.

Pessoal, este aqui é um documento – prestem atenção – que é a raiz de todo o mal que tem acontecido na nossa região e nas demais regiões do Estado do Pará. Prestem atenção aqui! Este aqui é um documento feito pela ONG ISA (Instituto Socioambiental), que o Governo Federal contrata – o Governo Federal contrata – para fazer o que está fazendo.

Presidente, quando o médico quer curar uma doença, ele procura a origem da doença, fecha o diagnóstico para poder medicar. E aqui está dizendo: "Projeto realização de estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de unidades de conservação no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Médio Xingu" – está tudo aqui. O ISA fez, o Governo Federal pagou, e nós estamos obedecendo aqui ao Governo Federal. E todos nós estamos de...

(Interrupção do som.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... aqui três advogados que são meus parceiros nessa luta – rapidinho aqui, os três. Vamos lá! Vamos lá! Vamos lá!

É um minutinho, Presidente, para acabar agora.

Dr. Lusitano Garcia, Dr. Ivo Franco e Dr. Diogo Franco – vocês conhecem?

(Manifestação da plateia.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Nesses últimos 60 dias, a gente tem se dedicado a essa causa, de coração, com paixão. Não tem ninguém neste país que tem alguma coisa a ver com a questão da Apyterewa que nós não já visitamos e conversamos e pedimos.

E esses três caras, os três advogados, talentosos, que respeitam o nome de advogado porque abraçam a causa e correm para cima, foram sempre nossos grandes timoneiros. E, graças a Deus, quando tudo parecia que não ter mais jeito, na ação impetrada por eles, lá no Supremo, questionando o laudo antropológico, que é uma porcaria, Deus acendeu essa luz e nos deu um fôlego.

O segundo passo agora é a gente correr atrás da Justiça, de novo, para que ela determine que seja feito um novo laudo antropológico. *(Palmas.)*

E aí eu faço minhas as palavras de um produtor, que eu esqueço o nome, me perdoe, que diz: "Nós não queremos terra do índio. Nós só vamos ficar lá se for nossa. O laudo antropológico é que vai dizer a verdade, vai dizer se a terra é de índio ou não é de índio. Nós queremos um laudo correto, sério". Essa é a nossa nova etapa.

Mas eu preciso de um minuto da atenção dos senhores para dar esse microfone ao Dr. Diogo, só para dar uma palavrinha, mandar um abraço para vocês, porque eles merecem nosso respeito pelo trabalho e competência com que têm nos ajudado na condução deste processo.

Diogão. *(Palmas.)*

O SR. DIOGO FRANCO (Para expor.) – Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Senador Zequinha. Muito obrigado, Presidente Senador Plínio, a quem eu cumprimento toda a mesa, a nossa ilustre e querida Deputada, de quem eu sou fã de carteirinha, Silvia Waiãpi. Sou seu fã, viu, Silvia? Você é uma mulher exemplo, que deveria ser para todas as mulheres brasileiras. Parabéns! Você é um exemplo para o nosso país. Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como bem disse o Senador, nós temos militado nessa causa, angustiosamente, há anos, sofrendo a injustiça de não poder demonstrar a verdade, asfixiados em não poder demonstrar a verdade.

Nós protocolamos, no Governo passado, um estudo dentro da Funai, um pedido de estudo. E a Funai, em 2021, no Governo passado, fez vários apontamentos a respeito dessa fraude que é ampliação da Apyterewa, que todo mundo sabe que é uma fraude, um engano, uma mentira. O que a Funai disse? Vou dizer palavras da Funai: "Com base nos argumentos e elementos de provas delineados, a Funai reitera que a realização de um novo laudo antropológico é imprescindível para aplicação do direito". (*Palmas.*)

A Funai disse isso. E disse mais, que verifica-se, no presente caso, que as alterações realizadas na portaria de declaração do tamanho da área equivalente não obedeceram ao princípio do contraditório e da ampla defesa, bem como a ausência de critério político capaz de justificar a operação da referida limitação. Encontra-se destituída de motivação, deixando de constar por qual motivo a administração pública ampliou a área. Então, nós temos o reconhecimento do próprio órgão demarcatório que a Apyterewa, a sua ampliação é uma fraude, é um engano.

E nós estamos, Senadores, aqui. Nós agradecemos a presença de vocês aqui, porque nós temos as oportunidades de demonstrar o que todo mundo sabe: que lá não tem índio. Estão aqui conosco nossos irmãos indígenas, que caminham conosco, já estiveram em Brasília conosco, já estiveram na minha chácara, são nossos irmãos. Eu também sou descendente de índio, assim como a maioria de vocês aqui são. Então, eu quero pedir para vocês...

Fique de pé meu Prefeito João Cleber, porque sem esses dois homens aqui... Dê honra a quem tem honra: Prefeito João Cleber e Senador Zequinha superaram todas as diferenças políticas que os dois têm, mas, se não fossem esses dois homens aqui, vocês não estariam mais com nenhuma esperança em Apyterewa. (*Palmas.*)

Honra a quem tem honra! Prefeito João Cleber, você tem minha eterna admiração e gratidão pelo que você fez. Eu acompanho e falo com o Prefeito todos os dias, assim como eu falo com o Senador, que são os dois baluartes políticos dessa causa.

Então, meus irmãos, eu quero pedir para vocês, meus Senadores que estão aqui, qual que é o segredo que a esquerda faz, Senador Plínio? Eles são unidos, o ministro deferiu agora, ontem, Senador Marcio... Estão lá os infernos das ONGs, tudo lá já no gabinete do ministro, tudo unido, Senadores de esquerda, essas carniças preconceituosas, porque a esquerda, se você não for um deles, eles querem que você morra, querem que você definhe, querem que você desapareça do mapa, porque a esquerda odeia, tem ódio visceral de quem não é um deles. E nós não somos e não compactuamos com essa fraude, um prejuízo de 2.500 famílias que ali residem há décadas. Na Apyterewa tem pé de manga que tem mais de 50 anos de idade.

Os covardes, os policiais foram lá e estão vendo e estão filmando. Muito antes dos indígenas que querem para lá levar, porque eles vieram para a terra limítrofe, que se chama Terra Indígena Parakanã, e a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Funai comprou uma área para abrigar um grupo de índios, e nem essa área originária eles pagaram, porque são pilantras, são ladrões, são invasores e invadiram o direito de 2.500 famílias que não sabem fazer outra coisa a não ser retirarem da terra o seu sustento e sustentarem suas famílias. Covardia!

Então, eu agradeço imensamente, Senador Zequinha, Prefeito João Cleber, e todos que estão aqui, Deputado Caveira, meu conterrâneo, e também um baluarte disso, um exemplo para mim, meu irmão. Tive a honra de nascer no mesmo hospital que o Delegado Caveira. Todos aqui superam todos os desentendimentos políticos para poderem defender uma só causa, que é a verdade da fraude da demarcação, da ampliação da Apyterewa.

Muito obrigado a todos vocês.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu, Dr. Diogo!

Presidente, a Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Igarapé Bahia encaminha este manifesto à CPI.

E eu agora agradeço a todos e passo... Vamos receber, com uma salva de palmas, o Presidente da CPI, o Senador Plínio Valério! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tenho também em mãos o manifesto da associação... É da Bahia este. E tem também outro, que eu recebi, um outro documento, assinado por Morgana Martins, que é procuradora da associação. Vamos levar e fazer parte do documento.

Eu falava... Desde que eu coloquei essa garrafa aqui, quase que eu não tirei o olho dela. Eu coloquei essa outra garrafa do lado. Eu fiquei imaginando, Silvia, Mourão, Marcio, Zequinha, Styvenson, Jaime, Prefeito, imaginando quanto nós fizemos acertado, quanto acertamos em convidados para ir nessa comitiva a Dubai, que não fomos. A água que tomamos – e não falta água pra eu tomar – custa entre R\$5 e R\$10. Lá em Dubai, se servirem a Perrier, que custa R\$56, o garçom vai ser esculhambado. Existe água que custa mais de R\$300. E os índios têm que tomar essa água. E essas ONGs têm que tomar vergonha na cara. (*Palmas.*)

Eu falava aqui com o Marcio, quando eu olhava pra garrafa, pedindo a Deus que me desse metade... Não, 10% da paciência que eu tive com a Marina. Tivemos que ter paciência com ela durante seis horas, mas eu peço desculpa a vocês se tiver que gritar, se tiver que falar...

Há um refrão da música do Geraldo Vandré que diz:

Quanto mais eu ando,
mais vejo estrada



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E se não caminho
Não sou nada.

E assim é conosco. Na terra, de carro; na água, de barco; no ar, de avião – temos andado em todas as regiões. E o que vimos em todo lugar – a vida não muda, a não ser mudando de lugar – é humilhação, desprezo, sacanagem, que gera a revolta de vocês, que é a nossa revolta! É por isso que eu disse que nós não viemos tomar as dores de vocês, nós viemos aqui, porque sentimos as dores que vocês sentem na pele, na carne, na alma! A dor que vocês sentem nós sentimos! Nós não estamos aqui, porque somos bonzinhos; nós não estamos aqui, porque somos parceiros; nós estamos aqui, porque sofremos a mesma humilhação! A humilhação que te humilha, mulher, é a mesma humilhação que humilha minha mulher! Quando botam um fuzil na cabeça de uma mulher, é como se tivessem colocado um fuzil na cabeça da minha mãe também!

E me perdoem, TV Senado está ao vivo, palavrão é proibido, mas, se palavrão fosse permitido, é como eu trataria essa gente!

O preço que nos exigem para cuidar da Amazônia é a nossa pobreza e a nossa miséria! E nós pagamos! A gente paga esse preço, porque as ONGs dominaram a Amazônia. As ONGs dominam a Amazônia, porque dominam os maus brasileiros. Marina pensa que manda. Quem manda é quem manda na Marina, quem manda no Ibama, quem manda na Funai, quem manda no ICMBio! Covardes! Em nome de um mandado da Justiça, praticam injustiça o tempo todo!

E a nós compete, e a todos nós compete a missão de estar ao lado de vocês. *(Palmas.)*

Sou do Amazonas, sou de beira de rio. Eu falava isso pra Marina e eu disse que eu não... E eu falava pra Marina e dizia pra ela que eu nunca cortei seringa, mas que eu sabia o que era cortar a seringa. E ela brincou, a Silvia registrou. Ela falou: "Vê pela sua mão, Senador". Porque minha mão é delicada. E eu falei: "Esta mão aqui, Ministra, é mão de escritor. É mão que oferta, é mão que dá, não é mão que pune como vocês do ICMBio e da Funai". Eu quero doar; eu não quero punir. E é contra essa punição que nós estamos aqui.

As ONGs aparelharam a Amazônia há mais de 40 anos. Forjaram líderes. Esse promotor federal e essa promotora que está ao lado das ONGs foi estimulada, bancada pra estudar por ONGs. Aí fazem um concurso, passam. Enquanto eles estudam com o dinheiro internacional, você tem que trabalhar, a senhora tem que trabalhar. E eles estudam pra passar nesse concurso, pra ficar a serviço do capital internacional.

Prometendo não ser indelicado, cumprindo não ser indelicado, eu não posso me furtar de hostilizar esse pessoal. São hipócritas – hipócritas! Nós estamos aqui com vocês. Esses hipócritas estão em Dubai falando em nosso nome. São mais de 200 jatos a poluir a atmosfera. E nós somos os culpados, Apyterewa é culpada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Reserva Chico Mendes não se pode criar uma única vaca. A família não tem direito a criar uma vaca. Os filhos não têm direito a estudar. Quando alguém é picado por cobra, tem que sair em redes, carregado em rede, porque não tem direito ao transporte.

Portanto, eu vim aqui dizer a vocês, eu vim aqui falar em vocês – e falo em nome de todos nós que já falamos e de todos nós que ainda iremos falar mundo afora –: nós estamos com vocês, o recado é: vocês não estão sós. Nós estamos com vocês. *(Palmas.)*

Senadores da República estamos com vocês para o que der e para o que vier. E não é balela, e não é bravata, e não é comício, e não é campanha de eleição, mas é uma campanha Brasil afora, pra mostrar que vocês não estão sós.

Nós, Senadores, não podemos ter medo, temos privilégios. O processo demora, o ministro conta até dez, mas com vocês não: chegam, massacram, humilham, sacaneiam. Ora, falou-se aqui que veio uma comitiva de mil quilômetros de distância – lá em Pari-Cachoeira, os curipacos –, levaram 14 dias para falar com a gente. Como é que eu posso fraquejar ao lembrar da coragem de vocês? Eu não tenho o direito, como Senador, de ter medo desse pessoal do Supremo. Eu não respeito o Barroso, Alexandre de Moraes e Gilmar. Sabe por quê? *(Palmas.)*

Sabem por quê? Porque eles não respeitam vocês. Eu não respeito quem não respeita o meu povo. Eu não tenho o menor apreço, sentimento bom por quem tem sentimento ruim pela população. Humilhar vocês é humilhar a todos nós; é humilhar o General, é humilhar o Marcio. Humilhar vocês é humilhar o Zequinha, o Jaime, o Styvenson, o Prefeito de vocês. Portanto, nós estamos juntos pro que der e pro que vier.

Eu só quero... para que depois... e como sinal de consciência mesmo... Sei que vocês depositam muita esperança em nós, mas uma CPI apura, pede providências, pede indiciamento, se for caso, até prisão, depende da Procuradoria-Geral da República e dos órgãos.

Mas aqui fica o recado: se a procuradoria, se a Polícia Federal – polícia que for, a porra que for – não levarem adiante, nós vamos levar adiante a dor e o grito de vocês, que é o nosso grito. *(Palmas.)*

Obrigado a todos vocês pela presença. Vocês só nos encorajam. Vocês nos dão o recado, nos empurram sempre pra frente. Nós vamos nessa luta com vocês até o fim. Obrigado, fiquem em paz. A paz do Senhor. *(Palmas.)*

Nada mais a discutir, declaro encerrada esta sessão da CPI das ONGs, pedindo a proteção de todos.

(Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 05 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes, Wilder Moraes, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Lucas Barreto e Beto Faro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Apresentação do Relatório Final. Finalidade:** Apresentação do Relatório Final. **Resultado:** Após a leitura, foi concedida vista coletiva do Relatório, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/05>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia, bom dia a todos. Obrigado pela presença. E a quem nos acompanha, como sempre tem acompanhado pela TV Senado, muito obrigado por essa ajuda, esse apoio que foi dado durante a realização da CPI, que não acaba hoje.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Marcio Bittar vai ler o relatório, vamos abrir vista – o Senador Confúcio já adiantou, e a gente ia fazer de ofício –, abrir vista aos Senadores e o prazo de cinco dias, para que nós possamos, então, ter o final e o Senador Marcio possa finalizar.

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião, conforme convocação, é destinada à apresentação do relatório final.

Antes de passar a palavra ao Senador Marcio Bittar, eu queria prestar um pouco de conta a vocês que estão aqui no plenário e a quem está nos vendo sobre a nossa ida a São Félix do Xingu.

A TV Senado transmitiu direto. E nosso agradecimento aqui à TV Senado, aos repórteres, aos homens e às mulheres que estiveram conosco, e à direção da TV Senado, pela grande ajuda que nos deram.

Lá nós ouvimos o lado frágil, como sempre temos escutado, aquele lado dos agricultores, das agricultoras humilhadas, expulsas, casas incendiadas, casas derrubadas, Guarda Nacional usando toda a sua força contra esses brasileiros. Nós já sabíamos, mas vimos, fotografamos, filmamos, ouvimos, e eu queria mostrar pelo menos dois vídeos aqui pra vocês. Um deles é de dois caciques paracanãs, um é o Cacique Karé Parakanã. Eles foram lá nesse encontro, e eu perguntei se os indígenas têm algum problema com os agricultores, se os indígenas estão querendo mais terra, e ele nos respondeu. Ele nos respondeu do seu ponto de vista, dizendo que não tem nada, que eles não querem mais terra e que não têm problema com os agricultores. É para que você brasileiro saiba. Eu sei que isso aqui não vai interessar muito à Justiça Federal, ao Ministério Público Federal, porque eles não estão ouvindo esse outro lado, mas é missão nossa mostrar aos brasileiros e brasileiras.

Eu queria mostrar o vídeo número 2, depois eu mostro mais um ou dois vídeos, no máximo três.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Em nome desses indígenas é que eles estão atuando, e olha os indígenas que eles usam como desculpa. Cacique, indígena, que está dizendo. Como ele não falou o que a gente estava querendo ouvir, eu perguntei. É o vídeo número 3, é o vídeo 3. Eu fiz a pergunta a ele.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está aí, são dois líderes paracanãs dizendo o que eles querem e pensam e não o que as ONGs estão dizendo, o que as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades estão dizendo. Vocês podem perceber a tremenda injustiça e manipulação que está acontecendo lá na terra do nosso amigo Zequinha, nosso Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Como nós temos muita gente aqui, incluindo a imprensa, que, de repente, não conhece a realidade de lá, essa situação não corresponde à terra original. A Terra Indígena Apyterewa original está lá intacta, sendo utilizada pelos indígenas, que, mesmo não sendo de lá, são indígenas, foram pra lá colocados e estão lá muito bem.

Esse problema é em cima de uma expansão de área indígena. A terra indígena original são 260 mil hectares e a expansão são 507 mil hectares. Nessa expansão de 507 é que se atingiram esses moradores que já estavam lá. É por isso que o índio está falando: "Não. Não queremos que ninguém saia. Continue aí". Porque eles já estavam lá quando... E aí é aquele problema, não é? A imprensa aqui diz: "Invadiram terras indígenas". É o contrário. Foi a expansão da terra indígena que invadiu a área dos coitados produtores que estão lá.

Outra informação só pra deixar todo mundo bem com relação àquilo. Houve dois marcos temporais lá: um que ia até 2001 pra dar aquela cobertura do posseiro de boa-fé... Nessa primeira etapa até 2001, nós temos mais de 400 famílias e só algumas foram indenizadas. Ponto. Na Justiça, as associações conseguiram pegar esse marco temporal de 2001 e puxar pra 2004. Quando se estende até 2004, Senador Marcio, entram mais 793 famílias. Quer dizer, você tem, digamos, dessas 400, umas 300 que não foram indenizadas; mais 793, você tem mil e tantas famílias que sequer foram identificadas, avaliados os seus bens e as suas benfeitorias lá na terra pra poder obedecer à lei e a algumas decisões judiciais que o Governo precisa, a Funai precisa indenizar. Por mais que seja pouco, o cara tem uma casa, o cara plantou cacau, porque é uma região muito boa de cacau e todo mundo produz, o cara tem um pouco de pasto que cria algum gado, o cara tem cerca, tem curral, tem benfeitorias de um modo geral, vive ali e se mantém daquilo. Ao que nós assistimos lá hoje são essas mil e tantas famílias que estão sendo expulsas, expropriadas sem nem sequer se avaliar o que eles fizeram e construíram ao longo de suas vidas nesse pedaço de terra. Isso é muito chato e injusto, e acho que as pessoas têm o prazer de duas coisas: primeiro, fazer a coisa errada; segundo, pisar no seu semelhante que é menor, que é pequeno, que não tem força.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Uma forma de agradecimento a todas as mulheres, as mulheres brasileiras... Por onde a gente passa, as mulheres



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assumem a defesa e assumem mesmo essa revolta, e, como homenagem a essa mulher, a Marcilene Frutuoso, que mulher, que mulher...

A gente não está aqui pra se vitimizar, lamentar. Ninguém tem nada a ver... Mas a barra pesa. E todas as vezes que a barra pesa, a gente lembra dos kuripako, lá do alto Rio Negro, que levaram 14 dias para nos ver; lembra da dona Solange, lá da Reserva Chico Mendes; e agora dessa mulher. Em nome das mulheres brasileiras... Olha só o que a Marcilene Frutuoso nos disse lá em São Félix do Xingu – aí a gente vai para o relatório.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eis aí o outro lado da narrativa, esse mundo, essa realidade brasileira, não aquele mundo do ICMBio, do Ibama, da Marina, aquele mundo em que eles vivem de forma nababesca, à custa disso aí, de expulsar as pessoas, de jogar as pessoas na rua, na miséria.

Quando ela falava de ver uma amiga é porque a gente editou uma amiga dela que foi para a rua com quatro crianças dormindo, sem lençol e sem cobertor, não teve direito de levar um cobertor.

Eis aí, brasileiro e brasileira, para você saber o que é. Isso é realidade. É aquilo que eu disse à Ministra: não venha dizer que não existe, porque nós fomos lá e vimos isso aí.

A CPI dia 19 encerra, mas a nossa luta vai continuar sempre – sempre.

O Dr. Hiran sempre participando; o Zequinha; a Damares, que teve seu motivo para não ir; o meu amigo Marcio Bittar, Relator; o Jaime, Vice-Presidente.

Até o Jaime, que normalmente é calmo, fez um discurso bem exaltado lá na hora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quase que espoca a operação.

Então é isso aí o que a gente vê. Você não sabe o sofrimento da gente.

A pessoa olha para a gente com uma esperança tão grande como se nós fossemos resolver, e a gente não pode assumir essa responsabilidade de que vai resolver. Isso aqui é o começo de uma luta que tem que ser dos brasileiros que não querem uma nação colonizada mais. O nosso trabalho não encerra aqui.

O Marcio vai ler agora o relatório.

Mas eu estou vendo aqui, Jaime. Não tem como, cara! Até omissão de socorro, até omissão de socorro! Não tem como cumprir minha palavra que eu falei que ia passar para vocês agora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mostra o vídeo nº 1 para a gente já ficar horrorizado.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu quero fazer uso...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É isso aí.

Quanto a mim, nem todos os palavrões que eu aprendi na vida traduziriam o que eu sinto agora.

Com a palavra – o Vice-Presidente Jaime pede a palavra antes do relatório –, Jaime.

E citando a nossa quase Senadora Sílvia Waiãpi, que participa de todas as nossas diligências.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar aqui os Senadores Jaques Wagner, o Hiran, o Zequinha Marinho, o Senador Confúcio, a Sílvia, a Senadora Damares, o nosso Relator e o nosso Presidente.

Eu quero dizer uma coisa para vocês: eu nunca tinha ido lá a São Félix do Xingu. Eu não conhecia, só via.

Senador Confúcio, eu sei que o senhor tem um apreço muito grande à preservação, às áreas indígenas. Todos nós sabemos que nós devemos respeitar os nossos povos originários, mas eu quero uma coisa que, assim... Eu fiquei, assim, bem atento àquilo tudo que aconteceu lá em São Félix do Xingu, vendo aqueles produtores chorando, aqueles produtores com 40, 30, 40, 45 anos dentro de uma propriedade serem expulsos.

Senador Confúcio, aquele Município do Rio de Janeiro, para quem estiver nos acompanhando, são 43 mil quilômetros quadrados, 44 mil – não chega bem a 44. São Félix do Xingu passa de 80 mil quilômetros quadrados. A reserva indígena já homologada, sacramentada, o que tem de reserva indígena é 53% do território daquele município. Então, nós estamos falando que só as reservas já são do tamanho do Estado do Rio de Janeiro. Aí, 25% já é área de conservação, área de preservação. Foi para 78; sobraram 22%. Dos 22%, vamos considerar, Senador Confúcio, que o produtor, se ele não tem a reserva, e estavam averbados lá atrás os 50%, ele vai ter... Se ele derrubou a mais, ele tem que comprar reserva para chegar aos 50%.

Será que é injusto um estado, com a cidade, com toda a... E o produtor rural ter 11% só para ele poder desfrutar no município, e, ainda assim, querer aumentar mais reservas indígenas? Aonde nós vamos chegar com isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o debate que foi sempre feito sobre o marco temporal. Por isso, isso tem que chegar a um denominador final. Tem que acabar com isso.

E nós sabemos que os nossos indígenas não querem mais terra; os nossos indígenas... Nós já debatemos aqui diversas vezes sobre esse assunto. Os nossos indígenas só querem ter aquilo que é direito deles, e aquilo é direito: 14,5% do território nacional são das reservas indígenas.

Eu vejo que, lá na COP, está todo mundo discutindo isso aí. Por que não pagar por nossos indígenas, por essa preservação de mais de 100 milhões de hectares que eles estão preservando? Para que deixar... Porque o mundo quer deixar os nossos índios viverem à míngua, morrerem na miséria ou à custa de impostos. Nós somos obrigados a ajudar os povos indígenas, somos obrigados, sim, é de nossa obrigação, do povo brasileiro. Agora, os países ricos devastaram tudo e querem colocar só nas costas do povo brasileiro, só à custa do Brasil.

Por que é que essa COP não foi feita aqui? Eu queria que ela tivesse sido feita em Porto Velho. Por quê? No interior, não tem condição de fazer, no interior do Norte do Brasil. Por que não é feita em Manaus, em Belém, em Porto Velho, Boa Vista, em qualquer capital que fosse de qualquer estado do Norte? Agora, não; tem que ser feito lá.

Nós temos que terminar com isso, temos que acabar. Nós temos que chegar... Nós somos Senadores e temos a responsabilidade, os Senadores, o Congresso Nacional têm a responsabilidade sobre essa demanda.

E nós não podemos mais deixar que o nosso produtor rural entre em conflito com os nossos indígenas.

Muito obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaime.

Com a palavra o nosso Relator, Senador Jaime Bittar, para... Marcio – estou falando Jaime. Marcio Bittar, para a leitura do relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Presidente, antes da leitura do relatório...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Pela ordem.) – Eu já havia falado com V. Exa. no corredor que eu pediria vista. Como o relatório deve ser longo e bem detalhado, fica registrado o meu pedido de vista.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Será concedido vista coletiva por cinco dias.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos. Líder Jaques Wagner, bom dia.

Eu acho que o Governo percebeu, através de V. Exa., que, quando nós dizíamos o motivo da CPI, a gente não fugiu em nada daquilo que nós anunciávamos. Eu acho que esses meses provaram a nossa intenção. E dizíamos desde o começo: aqui não era para demonizar ONG nem fazer uma guerra entre governo atual e governo passado. É um tema que, acima de tudo, é de interesse nacional. Então, eu acho que, se alguém tinha receio de que ela pudesse... Embora o Plínio falasse e eu também, mas se alguém tinha receio, achava que isso aqui era uma armadilha para o Governo, não é.

O que nós queríamos mesmo, e conseguimos, foi conversar com dezenas, milhares de pessoas, através das redes sociais, através das audiências públicas e, ao final, Líder, mostrar que alguma coisa não está batendo, alguma coisa não está fechando. Não é possível... Eu só vou falar isso para começar a ler o relatório: não é possível que a gente tenha uma região tão rica, tão fantasticamente milionária, tendo o povo mais pobre do Brasil. Isso não bate. E como isso já tem 50 anos... Você não vai virar para o amazônida, que está passando fome – é incrível, numa região milionária, gente passando fome, morrendo à míngua –, não vai dizer a ele o seguinte: "Espere mais 50 anos". Então, eu acho que alguma coisa precisa ser feita.

Eu acho que a possibilidade de convergência para algumas propostas legislativas que devolvam ao país parte da soberania perdida sobre o território amazônico é de interesse de todo mundo: do Governo atual, dos governos que ainda virão.

Então, é só fazer esse registro.

Eu acho que a gente mostrou que o interesse da CPI era este que nós fizemos: mostrar uma realidade que não bate com o mundo em que algumas pessoas vivem.

De fato, a COP é um mundo que não existe na Amazônia. O mundo real é aquele do Macron, é quando ele chega lá e diz assim: "Eu não quero o acordo do Mercosul e União Europeia".

E por que ele não quer? Será que ele está errado? Ele não quer porque ele defende o produtor francês. Ele sabe que, se o Brasil tiver o acordo com o Mercosul, a nossa produção entra e é muito mais competitiva do que o produto francês. Então, está defendendo o mercado local. E acena com uma promessa – eles são pródigos em prometer – de 3 bilhões ao longo de três anos, que, se talvez chegar, porque precisa ver se vai chegar ou não, se for do jeito que está acontecendo, ela para quase tudo em mão de algumas ONGs.

É claro que, na questão ambiental, indígena, deve ter, irmão Confúcio, várias ONGs sérias, bem-intencionadas, eu só não conheci nenhuma até agora – desculpe-me a franqueza. As que eu conheci, as que passaram por aqui, colocam no bolso milhões, bilhões, e a Amazônia a cada dia mais pobre, as pessoas a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada dia mais se sentindo abandonadas. E elas se unem, todas elas, na hora de proibir qualquer obra de infraestrutura para a Amazônia. Disso, tem casos na Amazônia inteira. E eu não consigo compreender. Se o interesse brasileiro é de combater a pobreza da Amazônia, como é que você vai combater a pobreza se não pode fazer as obras de infraestrutura que a Amazônia precisa fazer? As estradas, as pontes, os portos, as hidrelétricas – e não se pode acessar os recursos naturais. Quer dizer... Então, só esperando por um milagre.

Então, eu queria deixar isso registrado.

Eu acho que a gente mostrou que o interesse não era fazer disso aqui um *bunker* contra o Governo atual. Não. O interesse nosso era e é o de aprofundar um debate, porque, a nosso ver, existe uma contradição imensa, que é esta: como pode uma região tão rica ter a população mais pobre do Brasil? – que já passou a do Nordeste, infelizmente. Não é um dado que nós gostaríamos de ostentar.

Dito isso, nós vamos tomar a liberdade de ler um resumo... (*Pausa.*)

Fique à vontade.

O relatório inteiro está já à disposição dos Senadores, dos gabinetes, e eu vou aqui, então, fazer a leitura de um resumo.

Sr. Presidente, em razão do grande número de páginas do relatório, o qual todos terão a oportunidade de ler com calma e com a atenção devida, peço vênica para ler um pequeno resumo, para que possamos, então, passar à discussão.

Primeiro, Sr. Presidente, tenho de fazer mais uma vez o devido reconhecimento a V. Exa. Fiz isso várias vezes, faço de novo na leitura do relatório. Se nós temos... Eu, particularmente, tenho uma gratidão e um reconhecimento pela persistência do Senador Plínio Valério, sem o qual nós não teríamos tido essa oportunidade.

V. Exa. batalhou durante quase quatro anos e meio para conseguir que esta Comissão fosse finalmente instalada. Foi a sua persistência que possibilitou que milhares de brasileiros indígenas, ribeirinhos, amazônidas, tivessem voz e pudessem mostrar para os nossos compatriotas a triste realidade em que vivem, bem como a responsabilidade que essas organizações não governamentais possuem no atual cenário de miséria que se verifica na Amazônia.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada por meio de Requerimento do Senado Federal 292/2023, com o objetivo de investigar – abro aspas –, "no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior" – fecho aspas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram realizadas mais de 30 reuniões, depoimentos de dezenas de pessoas, milhares de páginas de documentos analisados e quatro diligências externas, realizadas pessoalmente em vários estados amazônicos, e, ao longo de seis meses, a CPI conclui seus trabalhos. Desde o início, ficou claro que o maior objetivo desta Comissão não era perseguir ONGs, e muito menos fomentar conflitos político-partidários. Afinal, “a questão da Amazônia tampouco é de esquerda ou de direita; é de soberania de todos os brasileiros”.

O que sempre se buscou aqui foi investigar as irregularidades cometidas por certas entidades na Amazônia brasileira, assinalar a forma como atuam, e chamar a atenção dos 210 milhões de brasileiros (e, por que não, do mundo) para a realidade da atuação das ONGs em nosso país. Quis-se dar voz a quem nunca foi ouvido, e mostrar que há milhões de brasileiros que se encontram na invisibilidade, cobertos por um manto de discursos ambientalistas, discursos esses marcados pela inverdade, pela cobiça e pela subordinação a interesses que não são os de nossa gente.

Pôde-se constatar a nefasta situação de dependência e submissão, que coloca em condição humilhante uma parcela de nosso povo. Impressiona como uma narrativa de, entre aspas, “preservação e sustentabilidade” mantém milhões de homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, em estado de subdesenvolvimento e atraso.

Os amazônidas não podem viver com dignidade, com os recursos da tecnologia da sociedade moderna, ganhando seu pão pelo trabalho digno, nas terras de seus antepassados, produzindo a partir das riquezas naturais do solo e do subsolo, pois, abrem-se aspas, “isso pode ameaçar o planeta como um todo”, fecham-se aspas. Enquanto isso, os defensores e propagadores dessa tese vivem em países desenvolvidos, ou em grandes cidades brasileiras, aproveitando tudo o que a sociedade contemporânea tem a oferecer em termos de conforto e de comodidade.

Essa falácia, dita e repetida há décadas, é propagada nos grandes centros de todo o planeta, dominando a opinião pública de países desenvolvidos. Nos países ricos, as pessoas são inundadas por uma torrente de ideias fantasiosas de que “a Amazônia está em chamas”, a “floresta tem sido sistematicamente destruída pelo desmatamento” e que “o clima do planeta caminha para o colapso graças àqueles que não têm cuidado desse continente tropical em que vivem”.

Com base no mito do “bom selvagem”, os povos da Amazônia são coagidos a viver no atraso e no subdesenvolvimento, como se estivessem em um grande zoológico humano para agradar aos olhos de estrangeiros que acham exótico o modo de vida dos amazônidas.

O que se tem, na verdade, são profundos interesses econômicos em jogo. Afinal, os riscos de se ter uma Amazônia desenvolvida e próspera, de que os “selvagens” sejam “civilizados”, entre aspas, são significativos para muita gente nos países desenvolvidos (esses mesmos que já destruíram seus recursos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturais). Não é exagero afirmar que há aqueles que querem ver a Amazônia e o Brasil como “reservas estratégicas” (de recursos naturais, por exemplo) para um governo mundial.

No centro desse nefasto jogo de perfídia e de interesses escusos, estão organizações não-governamentais, que subjagam o Brasil há décadas. Obviamente que nem todas essas instituições são responsáveis por semelhante condição, mas o que se buscou nesta CPI foi separar o joio do trigo. E se descobriu que, se há trigo entre as ONGs que atuam no Brasil, prestando serviços à população onde falta a presença do Estado, há também muito joio, com uma rede de organizações que recebem bilhões para atuar contra o progresso do país. Evidenciam-se marcantes relações de promiscuidade, envolvendo recursos oriundos de muito além de nossas fronteiras, os quais são destinados não a projetos em benefício da sociedade, mas para a preservação do atraso e a promoção do retrocesso. É para essas organizações que a CPI voltou sua atenção.

Promiscuidade talvez seja a palavra que melhor defina as relações entre as ONGs investigadas pela CPI e seus parceiros e financiadores. Promiscuidade que capta recursos fora, para projetos sem fiscalização nem prestação de contas. Promiscuidade em que dirigentes e consultores de ONGs recebem a maior parte do dinheiro que deveria ser destinado às comunidades a serem beneficiadas pelos projetos. Promiscuidade nas relações com os entes e agentes do Estado, que celebram acordos questionáveis, permitem que entes privados conduzam atividades obrigatoriamente públicas (algumas vezes mesmo dentro das repartições federais, estaduais ou municipais) e perfidamente criam verdadeiras teses para sustentar os argumentos falaciosos em campos tão distintos quanto o Direito, a Antropologia, a Biologia e a Meteorologia.

No que diz respeito a questões climáticas, por exemplo, ao contrário do que defendem ONGs, esta CPI entende que não é papel do Brasil vestir a máscara de responsável pelas mudanças climáticas.

É interessante, tem uma série na televisão que estou vendo agora, do Spielberg, mostrando as mudanças que a Terra já passou. Períodos de congelamento quase total, extinção... Hoje, para você tem uma ideia, as espécies animais que habitam o planeta são 1%, 1 % de tudo aquilo que já tivemos. E nas grandes catástrofes que o nosso planeta sofreu, não tinha atividade humana nenhuma, mas alguém acha que somos nós que fazemos chover e fazemos parar a chuva.

Diante das críticas à responsabilidade brasileira por emissões globais de gases que seriam causadores do efeito estufa, observou-se que ao Brasil corresponderia apenas a 2,9% dessas emissões (ou 1,45% relacionadas a desmatamento, agricultura e outras atividades não urbanas). Já 30% das emissões ficam a cargo da China, 18% dos Estados Unidos da América, 17% da União Europeia, 7% da Índia e 5% da Rússia.

Os europeus, por exemplo, tentam impor ao Brasil responsabilidades que são, efetivamente, deles e não dos brasileiros. Esse discurso de condenação do Brasil, entretanto, é amplamente difundido por ONGs brasileiras financiadas por entes estrangeiros. E assim, “os civilizados terceirizam o remorso e suas culpas para nós”.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mecanismos de financiamento, com recursos nacionais e estrangeiros, foram também objeto de atenção desta CPI. Nesse contexto, percebeu-se que havia instituições privadas e públicas com interesses muito peculiares na Amazônia brasileira, e que esses entes faziam uso de ONGs estabelecidas no Brasil para fazer valer tais interesses.

Bilhões têm sido transferido do exterior para ONGs que atuam na Amazônia, seja diretamente, seja por meio do Fundo Amazônia (fundo que também deve ser revisto, como exposto adiante). Apesar dessas quantias significativas, os resultados, ao menos para quem deveria efetivamente se beneficiar desse dinheiro, são pífios. Isso levou os membros desta CPI a se questionarem sobre a destinação dos citados recursos.

Ainda sobre os recursos que chegam do exterior, também foi assinalado nesta CPI que, abre aspas, “qualquer ONG que recebe dinheiro de estrangeiro é uma organização estrangeira... quem coloca dinheiro, manda”, fecha aspas. Essa é afirmação difícil de ser contestada, e foi constantemente repetida pelos convidados que participaram das sucessivas audiências.

Uma prova pequena é perguntar: será que alguma delas fez alguma crítica em Dubai – zero – aos países que, neste ano, abriram mais poços de petróleo? Zero. Quem paga, manda. Eles não vão se posicionar lá contra aqueles que os financiam.

Os financiadores estrangeiros “dão dinheiro, mas não abrem mão de dizer como esse dinheiro será usado e para onde será mandado”. Apenas percepções mais ingênuas poderiam discordar dessas observações.

Muito do dinheiro que vem do exterior para ONGs na Amazônia com o pretenso objetivo de “preservar o meio ambiente” tem, de fato, empobrecido a população amazônida. Serve também para atrasar o desenvolvimento. Afinal, ações judiciais promovidas por agentes públicos (instigados ou patrocinados por ONGs) encarecem o custo das obras, como é o caso de estradas, linhas de energia e hidrelétricas. Tais processos, associados a discursos de defesa de populações indígenas (que, para muitos membros de ONGs, devem ser confinadas em estágios pré-colombianos de desenvolvimento), entram ou mesmo impedem grandes empreendimentos na Amazônia, negando acesso a benefícios fundamentais como a eletricidade e as comunicações modernas às populações locais.

Assim foi que esta CPI pôde identificar mesmo como operavam algumas dessas organizações que tentam dominar a Amazônia. Recebendo recursos até de Estados estrangeiros, sob a égide de, abre aspas, “programas de cooperação”, e muitas vezes sem devido conhecimento das autoridades brasileiras, ONGs apresentam projetos (peças bem construídas e fundamentadas em dispositivos normativos instituídos por elas mesmas ou por parceiros no poder público), “vencem”, entre aspas, competições internacionais e recebem suntuosos valores. Uma vez que os mecanismos de controle são frágeis ou inexistentes, os recursos são distribuídos ao bel prazer dos dirigentes das organizações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à destinação dos recursos, causou estranheza como em muitas ONGs a maior parte dos recursos milionários vão para atividades administrativas, salários e diárias de diretores e funcionários... Aliás, nenhum daqueles que ficou de mandar pra cá o seu vencimento cumpriu. Nenhum deles. Nenhum deles. Nenhum deles cumpriu a promessa feita aqui de mandar para a CPI o valor que eles receberam. É porque, eu imagino, que devam receber quantias que seriam vergonhosas, comparadas ao povo da Amazônia. Tudo isso sob um manto de legalidade – insuficiente, porém, para esconder a imoralidade dos processos.

Não foram poucos os programas sociais e projetos de certas ONGs que nunca chegaram aos reais destinatários, as comunidades locais carentes. Ocorre também de, quando chegam, não terem efetividade, ou mesmo servirem apenas para justificar imensas quantidades de recursos desviados.

Houve depoimentos, constatados com as diligências e com a investigação, que registraram a atuação das ONGs impondo aos locais uma forma específica de produção, baseada, por exemplo, no extrativismo e no artesanato...

Eu perguntei aqui para a Ministra Marina se se criou a reserva extrativista por determinação daqueles que moram lá, e, se aqueles que moram lá hoje assinassem um documento, um plebiscito dizendo que querem mudar... Ela ficou calada, porque não é para mudar, é para ficar do jeito que está, em detrimento de alternativas mais produtivas, como o uso de tecnologia para lavouras.

Outra prática identificada foi a de absoluto e incontestável controle sobre as lideranças das comunidades locais. Assim, ao se estabelecerem junto a determinado grupo ou comunidade, fossem indígenas ou caboclos, logo essas ONGs assinalam aquelas pessoas que lhes são simpáticas, brindam-nas com benefícios pela fidelidade canina e começam a perseguir aqueles que as contestam.

Foram relatados casos de "deslegitimação" do discurso que lhes fosse contrário e ataques a membros da comunidade que não lhes fossem submissos por meio de "notas de repúdio" e outras declarações, supostamente emitidas em nome de todo o grupo. Houve relatos das práticas citadas tanto junto a comunidades locais de caboclos e ribeirinhos quanto em grupos indígenas.

Note-se que o Brasil tem áreas indígenas em tamanho equivalente ao território da Europa Ocidental. Nesse sentido, surpreendeu o aumento da população indígena brasileira de quase 100% com relação ao Censo de 2010, segundo o Censo de 2020. A esse respeito, os representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não conseguiram explicar a variação expressiva em pouco mais de uma década. O próprio Presidente da Comissão e outros membros evidenciaram o mecanismo de manipulação desses dados e atribuição de condição de indígena a caboclos e outros grupos por orientação e influência de ONGs.

Autoridades e agentes públicos, bem como acadêmicos e outros profissionais, também parecem ter sido cooptados por determinadas ONGs. Seja por meio de troca de favores, seja com homenagens e premiações, seja ainda em razão de convites para participar de conselhos ou de consultorias ricamente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remuneradas por organizações, milhares de brasileiros acabam aderindo a discursos falaciosos e atuam em detrimento do país e de seu povo. Mesmo as políticas públicas são determinadas por essas organizações por meio de suas relações com os agentes públicos.

Dito isso, Sr. Presidente, passo a me dedicar às conclusões às quais conseguimos chegar depois do árduo trabalho que empreendemos nessa CPI.

É sabido que o território amazônico é riquíssimo em depósitos de minérios como ferro, manganês, cobre, alumínio, zinco, níquel, cromo, titânio, nióbio, fosfato, ouro, prata, platina e paládio. De forma mais contundente, nas palavras de um geólogo de uma grande companhia que atua na Amazônia, relatadas pelo ex-Ministro Aldo Rebelo, abro aspas: "O senhor conhece a tabela periódica? Está toda na Amazônia. Tudo o que o senhor imaginar que tem na tabela periódica tem na Amazônia", fecho aspas.

Em cima dessa riqueza, contudo, vivem ou sobrevivem as populações mais pobres do Brasil. Dos 27 estados brasileiros, nove têm a maior parte da população composta por pessoas em situação de pobreza. O Maranhão – e isso aqui não é uma pegadinha com a indicação do Flávio Dino, ex-Governador, não, tá? – é o que tem o maior índice de pobreza do Brasil, o Estado do Maranhão, com quase 60% da população em situação de pobreza; seguido pelo Amazonas, que tem 92% do território preservado, com 56,7% de pobreza; Alagoas, com 56%; Paraíba, com 54%; Ceará, com 53%; Pernambuco, com 53%; o Acre, minha terra, terra que eu adotei, terra que lançou a Marina, Ministra hoje de novo, 52,9%, quase 53% da população na linha da pobreza; Bahia, com 51,6% e Piauí, 50,3%.

Três desses estados – Maranhão, Amazonas e Acre – fazem parte da Amazônia Legal. Outros seis estados computaram taxas de pobreza acima da média nacional, que é de 33%, dentre os quais o Amapá, também na Amazônia, com 49,4%, praticamente metade da população; o Pará, também com 49,1%, quase metade da população; Roraima – todos aqui da Amazônia Legal – com 46,8%; e Tocantins, um pouco menos, com 35,8%. Todos também localizados na Amazônia Legal.

E por qual razão... O seu estado não está, porque é o estado que tem o melhor índice desses estados que nós mencionamos. E por qual razão essa pobreza persiste?

Após mais de seis meses de tomadas de depoimento no Senado, realização de diligências *in loco* em diversas partes da Amazônia, oitivas de indígenas e de populações locais e análise documental, essa pergunta pôde ser respondida de forma cabal por esta CPI.

Existe uma complexa rede de interesses, especialmente estrangeiros, mas também nacionais, concretizados pela atuação de ONGs, auxiliados por membros do Ministério Público, que impõem obstáculos insuperáveis ao desenvolvimento nacional e à vida das populações indígenas e de outras comunidades da Região Amazônica. Repito: insuperáveis, obstáculos insuperáveis.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma resumida, essa atuação ocorre da seguinte forma: países estrangeiros – dentre os quais grandes emissores de CO₂ – financiam ONGs no Brasil, diretamente ou por meio das suas próprias ONGs, para difundir e implementar uma visão “santuarista”, uma concepção de intocabilidade da Amazônia.

Esses financiamentos...

Aliás, isso aqui se expressa bem na COP, quando o Presidente da República atual apresenta a Ministra Marina dizendo que ela é a voz da floresta. Eu fiz uma postagem perguntando: "Então, quem fala em nome das pessoas da Amazônia?"

Esses financiamentos ocorrem por meio de envio de dinheiro para projetos apresentados pelas ONGs – diretamente ou através do Fundo Amazônia. Recebidas as vultosas quantias de recursos, as ONGs não aplicam os valores em real benefício das populações indígenas e amazônicas; pelo contrário, gastam o dinheiro em altos salários a seus próprios diretores – tanto que não quiseram mandar para cá os seus salários –, no pagamento de consultorias e parcerias ou na realização de estudos sem qualquer serventia prática.

Se, entretanto, as ONGs apenas – olhem só este parágrafo – se locupletassem com o dinheiro estrangeiro e deixassem de realizar qualquer projeto útil para a população brasileira, ou seja, se eles só recebessem o dinheiro e não fizessem nada, os danos não seriam tão graves. O problema é que, além disso, elas impedem a realização e o andamento de obras e projetos que, esses, sim, poderiam alavancar o desenvolvimento nacional e a qualidade de vida da população amazônica.

Isso é feito de diversas formas. Em primeiro lugar, as ONGs provocam ou atuam em conjunto com o Ministério Público e outros órgãos públicos para barrar toda e qualquer atividade econômica e de interesse público e social que o Estado brasileiro ou as comunidades pretendam desenvolver. Essa atuação foi identificada em várias oportunidades como demonstrado pela CPI.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senador Marcio, desculpe, sem ter o condão de interrompê-lo, mas houve solicitação de quebra de sigilo de alguma dessas ONGs, já que elas não lhe apresentaram documentos que elas se prontificaram a apresentar durante o transcorrer da nossa Comissão?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O entendimento da assessoria é de que não caberia o pedido de quebra de sigilo.

Além disso, o Ibama e o ICMBio atrasam indefinidamente a análise dos pedidos de licenciamento ambiental. Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, onde nós estivemos, relataram que aguardam por anos para a construção de uma escola! Depois de a gente dar visão a isso, a Ministra veio a dizer que agora o ICMBio deu a licença para a construção da tal escola. Fazia quatro anos que o pedido estava no ICMBio. O ICMBio chegou ao cúmulo de destruir uma ponte, construída por moradores, que dava às crianças acesso à escola.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também houve diversos relatos de atuação truculenta de agentes públicos, em verdadeiro abuso de autoridade, nas operações de expulsão de pessoas em cumprimento a ordens judiciais.

Em segundo lugar, como constatou esta CPI, existe uma verdadeira “porta giratória” entre pessoas ligadas a ONGs e integrantes dos Governos Federal e estaduais. Quando tais pessoas perdem seus cargos no Governo, são alocadas em ONGs, e vice-versa. Quando estão no Governo, elas angariam recursos que serão destinados às ONGs para as quais posteriormente atuarão.

Mais do que isso: há casos em que autoridades públicas exercem suas funções enquanto mantêm concomitantemente cargos nas ONGs. A própria Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, é um exemplo disso: mesmo no exercício de tão elevado cargo, ela é Conselheira Honorária do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), que também recebeu recursos do Fundo Amazônia.

O caso da Ministra não é o único em que sequer houve a transição: cargos públicos e empregos em ONGs são descaradamente ocupados de modo concomitante. A CPI identificou diversas situações em que representantes de ONGs exercem ao mesmo tempo. Ana Toni, Secretária Nacional de Mudanças do Clima, por exemplo, cumulou, por um período, esse cargo com o de Conselheira do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Descobriu-se até mesmo um Procurador da República (Ubiratan Cazetta) que ocupa o cargo de conselheiro fiscal de uma ONG (Imazon).

Atestou-se, em primeiro lugar, que ONGs têm peso incomum na própria escolha de diretores de relevantes órgãos ambientais. A Portaria GM/MMA nº 378, do Ministério do Meio Ambiente, de 17 de fevereiro de 2023, instituiu comitê de busca específico para, mediante a elaboração de lista tríplice, subsidiar a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima na escolha do Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Dentre os membros do referido Conselho, constam Adriana Ramos, assessora política do Instituto Socioambiental (ISA), que recebe mais de 80% de recursos externos, e Claudio Carrera Maretti, ex-dirigente do WWF no Brasil – participaram da escolha do Presidente do ICMBio.

O escolhido para a Presidência do ICMBio foi o Sr. Mauro Oliveira Pires. Ouvido na CPI, na reunião do dia 31/10/23, ao ser questionado pelo Relator, informou que tirou licença não remunerada do ICMBio por um período de três anos, no qual foi sócio, nesses três anos, de uma empresa chamada Canumã, na qual prestava serviços, abro aspas, “na área de licenciamento ambiental”, fecho aspas.

Embora a competência para conceder a licença ambiental, na esfera federal, seja do Ibama, o Instituto Chico Mendes também participa do procedimento.

Significa dizer que um servidor público pertencente a um órgão que participa dos processos de licenciamento ambiental passou a prestar serviços para empresas privadas exatamente nessa área. Depois, ultrapassado o prazo da licença, ele retorna ao seu cargo para continuar se manifestando sobre pedidos de licença ambiental nos quais ele, eventualmente, pode ter atuado. Ao receber valores, a título de consultoria,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para atuar em favor de particulares em razão do conhecimento e da influência próprios de sua função pública, há indícios de que o Sr. Mauro tenha cometido o crime de corrupção passiva, que pode se consumar em caso de atuação do agente público, abro aspas, "ainda que fora da função", fecho aspas. Além disso, o art. 9º, VII, da Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 1992, tipifica como ato de improbidade, abro aspas, "“aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade”".

No caso descrito, o Sr. Mauro Oliveira Pires exerceu atividade de consultoria, conforme ele mesmo reconheceu aqui, para pessoa jurídica que tem interesse a ser atingido ou amparado por ação decorrente das suas atribuições.

Vale destacar que o crime de corrupção passiva pode ser cometido, abro aspas, "ainda que fora da atuação", fecho aspas, art. 317. Já o art. 9º, §8º, da Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 1992, tipifica como ato de improbidade, abro aspas, "“aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade”".

Diante disso e sob pena de incorrer em omissão indevida, ou até mesmo crime de prevaricação, é dever desta Comissão realizar o indiciamento de tal agente público. Ressalte-se que se trata, em verdade, de indiciamento em sua acepção atécnica, ou seja, manifestação que não se confunde com o ato privativo do delegado de polícia, previsto no art. 2º, § 6º, da Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013, por meio do qual, fundamentalmente, mediante análise técnico-jurídica do fato, o delegado indica a autoria, a materialidade e a circunstância do delito investigado. O indiciamento realizado por esta CPI, portanto, manifesta-se como consequência inevitável e obrigatória da identificação de circunstâncias indiciárias de cometimento de determinado delito.

De tal modo, o indiciamento realizado pela CPI, assim como o realizado por ato privativo do delegado de polícia, exige um *standard* comprobatório inferior àquele exigido para o recebimento de denúncia criminal para a decretação de medidas cautelares diversas da prisão e, por óbvio, para a prolação de sentença condenatória. O *standard* probatório é progressivamente mais alto conforme se passa de um indiciamento para uma sentença condenatória do seguinte modo: a) indiciamento menos exigente; b) recebimento da denúncia criminal; c) decretação de medida cautelar gravosa; d) prolação de sentença condenatória mais exigente. Portanto, para o indiciamento, são suficientes indícios razoáveis de materialidade e de autoria.

Diante do exposto, esta CPI indicia o Sr. Mauro Oliveira Pires pelo crime de corrupção passiva, art. 317, *caput*, e por ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminha-se o presente relatório, juntamente com as notas taquigráficas, ao depoimento do Sr. Mauro Oliveira Pires à Procuradoria da República do Distrito Federal para a responsabilização do indiciado, nos termos do art. 6º-A da Lei nº 1.579, de 1952.

Dado o diagnóstico, é hora de propor soluções para, superando os empecilhos colocados por ONGs e determinados órgãos públicos, buscar meios de desenvolver a Amazônia ou, ao menos, atenuar a situação de extrema pobreza em que se encontram as populações amazônicas.

Em primeiro lugar, é preciso regulamentar a pesquisa e a lavra dos recursos minerais em terras indígenas, conforme previsto nos arts. 176, §1º, e 231, §3º, da Constituição. Não é possível que, por um lado, os indígenas tenham, abro aspas “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” – fecho aspas – e, por outro, eles sejam condenados a não poder efetivamente utilizar tais terras, extraindo delas todo seu potencial econômico.

A propósito, vale citar o voto do Ministro Gilmar Mendes sobre esse assunto, proferido no dia 21/09/2023, em que se discutia a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas – inclusive o nosso Presidente Plínio passou esse vídeo aqui.

Abro aspas:

Nós estamos cansados de ver, mundo afora, que se faz exploração de riquezas sem danos, ou com contenção de danos, ao meio ambiente. A mim me parece que há uma concepção segundo a qual os índios ficam com o direito a bastante terra e ao direito, também, de viverem empobrecidos. Neste país rico! Mas isto é opção deles? [pergunta o Ministro no voto] Ou é a opção desses que se arvoraram em tutores? [Fecho aspas.]

Em segundo lugar, impõe-se uma regulamentação mais rigorosa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). A criação de unidades de conservação torna extremamente difícil...

Já falamos de um, que é questão da possibilidade de os índios terem direito, e esse é um projeto, de ter o direito de acessar a sua terra.

O segundo projeto: em segundo lugar, impõe-se uma regulamentação mais rigorosa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). A criação de unidades de conservação torna extremamente difícil a exploração econômica do território, colocando empecilhos às comunidades que vivem nessas regiões. É preciso, portanto, que haja mais cuidado na criação dessas áreas, sob pena de inviabilização da atividade econômica e do desenvolvimento nacional.

Para tanto, sugere-se uma alteração no art. 225, §1º, inciso III, da Constituição, de modo que a criação de novas unidades de conservação somente possa ser feita por lei, propiciando uma participação efetiva da sociedade brasileira nessas discussões, por meio de seus representantes democraticamente eleitos. Deixa-se, porém, de apresentar no presente relatório minuta de proposta de emenda constitucional, pela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falta de cumprimento do quórum mínimo exigido pelo art. 60, I, da Constituição. E nós vamos apresentar e coletar assinaturas – eu e o Senador Plínio.

É preciso, em terceiro lugar, rever a regulamentação legal do licenciamento ambiental. Em verdade, é preciso que o licenciamento de obras deixe de ser examinado somente sob a perspectiva ambiental, passando a considerar, também, os seus impactos sociais e econômicos. Qualquer obra terá sempre algum impacto ambiental. A questão, portanto, não deve se restringir a essa análise, mas deve contrapor os eventuais impactos ao meio ambiente aos ganhos sociais e econômicos para a comunidade atingida e para a sociedade brasileira como um todo.

Atualmente tramita no Senado o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, oriundo da Câmara Federal (PL nº 3.729, de 2004), que estabelece normas gerais para o licenciamento ambiental, procurando dar maior racionalidade ao procedimento, inclusive estabelecendo prazos máximos de análise para emissão da licença. É fundamental que todos os Senadores tenham conhecimento das conclusões desta CPI, que servirão de subsídio para a discussão e votação do referido PL.

De todo modo, também é imperioso que se impeça que a omissão dos órgãos responsáveis pela concessão da licença equivalha à negação do direito do requerente. Com isso, será proposta medida legislativa de acordo com a qual a demora na apreciação do pedido implicará emissão tácita da licença e autorizará a prática de ato que dela dependa ou decorra.

Em quarto lugar, não se pode mais admitir a atuação abusiva do Ministério Público e de ONGs no bloqueio do desenvolvimento das regiões amazônicas. Decisões monocráticas concedidas liminarmente por milhares de juízes pelo país paralisam indefinidamente obras públicas relevantes ao desenvolvimento nacional, regional e local, sem qualquer consideração sobre seus impactos econômicos e sociais, sobretudo nos locais mais distantes do eixo econômico central do país.

É imperioso, nesse sentido, coibir o uso abusivo de ações civis públicas que se tem constatado frequentemente em nosso país. Para isso, propomos um projeto de lei voltado a garantir maior cuidado na análise dessas ações, mediante: a) atribuição de competência para o processamento e julgamento de ações que tenham por objeto obras estruturantes aos órgãos colegiados dos respectivos tribunais; b) estabelecimento de prazo máximo para o término de inquéritos civis; c) condicionamento da concessão de medida liminar à análise das consequências práticas da decisão e à avaliação do seu impacto sobre a população afetada e o interesse público; d) imposição de reexame periódico da manutenção da medida liminar, sob pena de perda da eficácia.

Além disso, sugerimos – e aí tem que ser uma PEC, além dessa proposta – que esta Casa reflita – e já está preparada essa PEC para assinarmos, Senador Plínio e colegas – sobre uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que atribua ao Procurador-Geral da República (PGR) a legitimidade e ao Supremo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal (STF) a competência para processar e julgar ações relacionadas a obras de grande interesse público ou nacional. A aprovação de uma PEC como essa seria, a nosso juízo, o ideal.

Em quinto lugar, impõe-se uma regulamentação mais rigorosa das ONGs, visando impedir a continuidade da promiscuidade identificada por esta CPI, em que pessoas transitam continuamente entre ONGs e órgãos públicos, perpetuando um claro conflito de interesses em detrimento dos interesses nacionais.

Assim, propomos o aperfeiçoamento de regras de transparência e governança que devem ser observadas pelas ONGs, com a publicação de todas as receitas oriundas do exterior, bem como dos salários e outros benefícios pagos aos seus diretores. Além disso, defendemos a vedação da participação, e o recebimento da respectiva remuneração, de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria dessas entidades, além da imposição de um período vedado (quarentena) de atuação nessas funções.

Para garantir a eficácia dessas proibições, propomos que a violação dessas regras caracterize atos de improbidade administrativa, seja por violação a princípios da administração pública, seja por enriquecimento ilícito.

Ainda nesse contexto, serão encaminhados os achados desta CPI ao Ministério Público, no que diz respeito às relações entre agentes públicos e ONGs, para que sejam realizadas apurações específicas e tomadas as providências cabíveis nas esferas cível, administrativa e penal.

Em sexto lugar, entendemos ser importantíssimo que haja um espaço destinado a discutir a Amazônia dentro do Senado Federal. Estamos falando de mais de 60% do território nacional, com todas as suas necessidades e complexidades. Por isso, estamos propondo a criação de uma Comissão Permanente da Amazônia, a exemplo da Câmara Federal, na qual serão debatidos os temas que impactam a região, as necessidades e as dificuldades, bem como será o espaço apropriado para que se avalie a efetividade das políticas públicas impostas à maior parte do território brasileiro.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu entendo que a ideia de se criar uma Comissão Permanente da Amazônia é a consequência talvez mais prática, Presidente, da continuidade do trabalho que esta CPI fez ao país e à Amazônia, em particular.

Para encerrar, Sr. Presidente, não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que se empenharam enormemente para o sucesso desta Comissão. Eu gostaria de agradecer ao Reinilson Prado, à Renata Felix e à Camila Bittar... Uai, tem uma também Bittar aqui também? Quem é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... servidores da Secretaria da Comunicação; membros da Consultoria Legislativa que acompanharam todos os trabalhos:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Joanisval Gonçalves, Eurico Cursino e Marcelo Cavalli; e também aos servidores do meu gabinete: Felipe Oliveira, Carlos Henrique Araújo, Izabela Bruzaca e Antonio Silva Neto, que se empenharam nessa missão.

Não poderia deixar de agradecer a Isabela Dutra, Carlos Eduardo Machado, Fabio Geraldo de Melo Júnior e Jair Brito da Silva, da TV Senado, que acompanharam todas as diligências da CPI, inclusive fazendo história ao transmitir pela primeira vez uma reunião de uma Comissão do Senado realizada no meio da Floresta Amazônica, na cidade de Pari-Cachoeira, na Terra Indígena do Alto Rio Negro.

Meus agradecimentos de igual modo à Vania Mercia de Lima, perita da Polícia Federal, e ao Leo de Freitas Fontes, auditor de controle externo do Tribunal de Contas da União, que muito contribuíram para o sucesso desta CPI.

Ao meu colega e Presidente eu fiz os agradecimentos de reconhecimento legítimo no começo da leitura.

É essa a conclusão do relatório, Sr. Presidente e colegas da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio Bittar, pelo brilhante relatório.

A gente vai abrir pedido de vista por cinco dias, porque a gente pode ter alguma observação, mas o relatório está excelente, viu? E me permita assinar embaixo desses agradecimentos que o senhor acaba de fazer, que sejam de todos nós da CPI, dos Presidentes e dos seus membros.

Eu estou aqui com dois. A Senadora Damares quer a palavra e o Senador Hiran...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Primeiro as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – O Senador Hiran é demais, não é?

Relator, eu preciso cumprimentá-lo pelo relatório.

E, pra quem está nos acompanhando, ele fez um resumo do resumo do resumo. O relatório que está aqui comigo já tem 274 páginas. E, agora com o pedido de vista, é possível que uma sugestão ou outra ainda venha para o Relator.

Aqui eu faço coro ao que o senhor disse sobre o trabalho técnico desta Comissão. Eu já conhecia esses meninos da Comissão, já tive oportunidade, inclusive com o Secretário, de trabalhar diretamente com ele em outras CPIs. E o trabalho deles é incrível. E são os heróis anônimos que o Brasil não conhece, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil não sabe que existem: essa equipe técnica de top, top, top que o Senado Federal tem. Parabéns às assessorias de gabinete também, todos os gabinetes, todos os membros, parabéns!

Relator, eu acho que a CPI, conforme o senhor disse, trouxe à luz o que estava escondido por muitos anos. Não é numa única CPI que a gente vai resolver esses problemas que nos assolam, que é esse império das ONGs no Brasil. Quanto a esta CPI, foram anos o Senador Plínio Valério gritando por ela! E essa nova composição dessa atual Legislatura ajudou muito no sentido de que isso aqui fosse de verdade, acontecesse; e eu me sinto honrada em já no finalzinho ser indicada membro, no finalzinho. Bom para as ONGs, porque se eu estivesse lá desde o primeiro dia, eu ia insistir na quebra do sigilo; mas ia. Ia até o Supremo Tribunal falar sobre isso, porque já tem decisões nesse sentido.

Na CPI que a Casa teve, recente aqui, a CPI dos atos de 8 de janeiro, quebraram o sigilo de esposa de pessoas que não tinham nada a ver. Eu tive que ler, com a minha assessoria, conversas íntimas entre marido e mulher. A quebra de sigilo que a CPMI passada fez foi assim absurda. Os requerimentos tinham 30 nomes de uma única vez; 40 de quebra de sigilo. Muita gente. Muito comerciante, pessoal do agro. Inclusive quebra de sigilo que colocava os negócios deles em risco também; segurança pessoal da família. Eu teria insistido. Mas não é uma única CPI, Relator, que vai resolver esse problema.

O Brasil precisa saber quão sério é o problema. E o seu relatório traz, Senador Hiran, esse espelho. Eu acho que a gente começa uma jornada de enfrentamento a esse império. A gente não acaba nesta CPI. As recomendações que o senhor traz... Inclusive, eu ainda vou trazer como uma sugestão, porque eu li o relatório... Eu não vi a recomendação da revisão do laudo antropológico lá em Apyterewa. Essa sugestão eu acho que ainda vou trazer para o relatório, porque aquele laudo tem que ser revisto. E que seja uma recomendação da CPI.

É muito sério o que acontece. Aqui a gente não conseguiu expressar 10%. E eu quero fazer dois comentários. Quando a nossa Ministra do Meio Ambiente, semana passada, mostrava aqui o relatório do TCU abonando a conduta, do ISA, de ONGs, é claro, é até possível que o relatório esteja dizendo que a conduta deles é extraordinária no que diz respeito ao recurso público. TCU não faz auditoria do recurso privado, Senador Plínio. E o forte dessas ONGs não são os recursos públicos, que elas recebem, a gente sabe que recebem, apresentam o relatório, executam o objeto, mas o que vem da iniciativa privada, o que vem lá de fora, o TCU não pode auditar. É iniciativa privada.

Então, que aqueles relatórios do TCU não sejam o salvo conduto delas o resto da vida, porque não é isso. Elas não fazem os movimentos que fazem no Brasil só com verba pública. Não! É muito além disso.

E aí, Senador, quando eu vejo a ADPF 709... A Silvia participou do Governo anterior e eu participei. ADPF 709. Quem entrou com a ADPF? A Apib. Quem é a Apib? Qual é a personalidade jurídica que ela tinha na época para entrar? Ah, é uma articulação. Uma articulação entra com uma ADPF que queria impor ao Governo anterior políticas públicas. E o Supremo Tribunal recepciona a ADPF. Eu não sei se a Apib



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje tem personalidade jurídica, não sei. Aí os dois articuladores da Apib, que entra contra a União – são eles que entram contra a União –, um é a Ministra e o outro é assessor especial da Ministra. Olha o tamanho da influência das ONGs no meu país.

E mais gente da Apib está aí em altos cargos do Governo. É como o senhor disse: ora são ONGs, ora é Governo, e aí a Apib, por ser autora da ADPF, tem informações do processo, e as informações do processo... São eles que estão executando a política pública hoje. Então é uma confusão que a gente precisa realmente dizer: esta CPI trouxe uma contribuição para a nação, e eu acho que só os nossos netos vão entender o trabalho que foi feito aqui.

E aí eu encerro dizendo assim: eu não vim para cá por vingança, eu não vim para cá para lavar a alma. Mas são 20 anos que eu sou perseguida pelas ONGs, 20 anos perseguida. Eu já fui acusada de sequestro, já tentaram tirar a minha filha de mim, eles articulavam movimentos no exterior para dizer que eu era louca quando eu dizia que nós precisávamos enfrentar o infanticídio em áreas indígenas. O que essas ONGs fizeram com a minha vida? Assassinato de reputação... O senhor não tem ideia.

E, quando Ministra, Senador, a política indígena não estava no nosso ministério, lá no Ministério dos Direitos Humanos, porque as ONGs trabalharam aqui nos bastidores do Congresso para tirar a Funai do Ministério dos Direitos Humanos. O Congresso foi influenciado. Sabe por quê? Porque a Damares ia evangelizar índios. Olha os argumentos para tirar a Funai do ministério, na composição da nossa medida provisória. Eu fiquei com a Funai por dois meses, porque o Congresso Nacional decidiu que a Funai não podia ficar, tinha que voltar lá para o Ministério da Justiça, porque eu era louca e eu ia evangelizar índios. Mas, mesmo como Ministra, por conta das crianças... Eu tinha a secretaria das crianças, eu tentei na área ianomâmi. E sabe quais foram os recados que eu recebi? "A senhora não entra. A senhora não vai entrar em área porque as ONGs vão fomentar os índios para lhe machucar, para lhe agredir." Eu fui recomendada pelos serviços de segurança: "Ministro de Direitos Humanos não poder entrar." E não fui só eu. A Secretária Nacional de Saúde também. A gente não poder entrar em área, um agente público, porque a ONG ia incitar índios a nos machucar? Esquecendo que os indígenas nos amavam. Então, assim, Senador... E não fui. Em 2019, eu não consegui ir. Em 20, 21, gente teve aí a pandemia e realmente não poderia estar entrando... Todo mundo não podia entrar em área por causa da contaminação. Em 22, eu deixei de ser Ministra. Eu não fui ver o povo ianomâmi, porque as ONGs disseram que iam colocar os índios para me agredir. O Brasil não sabe destas coisas: ministros não poderem ir em área indígena do Brasil; militares serem questionados por que estão em área indígena.

Então, assim, esta CPI trouxe... E o seu relatório – eu estou aqui lendo-o e quero chegar ao gabinete e me debruçar no seu relatório – é um documento histórico, um documento histórico.

E aí, Presidente, parabéns pela iniciativa e pela coragem, mas isso aqui, que fique claro para as ONGs, é só o começo – é só o começo!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns ao Relator; parabéns ao Presidente; a todos os membros; à Silvia, não membro, que esteve aqui o tempo todo.

E, como os discursos de Sílvia deram voz, deram visibilidade ao trabalho desta CPI! Nós temos... As passagens da Silvia aqui na Comissão têm milhões de acessos. Quando ela fala como indígena...

Parabéns a todos os membros, a todo mundo que esteve envolvido.

Parabéns pelo seu relatório. É um marco histórico o seu relatório. Eu acho que eu vejo, daqui para frente, as academias estudando o seu relatório, as universidades... Eu vejo teses de mestrado e doutorado a partir desse relatório.

Parabéns, Relator, pela dedicação.

Parabéns, Presidente. "Vambora!". Nós só estamos começando.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E parabéns, Senadora Damares, por esse depoimento, que está registrado.

Aí atrás tem o Beto e a Luciene, dois indígenas que foram dos primeiros a virem aqui. Obrigado a eles – Beto e Luciene –, de duas etnias diferentes, que aqui estiveram, até então fazendo parte daquela comunidade indígena invisível, que a gente fez com que o Brasil visse.

Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Dois comentários super-rápidos.

Primeiro, quero agradecer. Eu me sinto muito honrado com as suas palavras e estendo o seu reconhecimento a toda a equipe que participou. Um relatório desse não é feito por uma mão, mas por várias mãos, então eu estendo o seu reconhecimento a todos que eu mencionei naquele momento.

E, para mim – os dois comentários breves –, o maior de todos os exemplos da promiscuidade é o da Ministra Marina Silva: ela vai para o ministério em 2003, vira Ministra do Meio Ambiente; lá ela engendra a criação do Fundo Amazônia, ela articula a doação para o Fundo Amazônia; e, ao mesmo tempo, as ONGs ligadas a ela e ao Capobianco, que já estava com ela lá, recebem doação desse fundo. Quer dizer, isso, para mim... Ela é a Ministra. Então, nós aqui passamos vários casos, inclusive lá do seu estado, a FAS, em eles jogaram 60 milhões do Governo e de influência do Governo para criar a FAS, e depois o Virgílio – ele disse aqui – sai para ir comandar... Mas, para mim, o maior de todos é o da Ministra: ela cria o fundo, ela capta o recurso e recebe! Quer dizer, é o maior exemplo de promiscuidade.

E o outro comentário é que, de fato, da iniciativa do Senador Plínio, um dos reflexos importantes foi ajudar a dar maior visibilidade ainda a uma líder como a Silvia. Quer dizer, eu acho que este também é um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganho da CPI: dar maior visibilidade e dar a ela a possibilidade de, ao se mostrar mais ainda para o Brasil, poder ocupar mais espaço onde a voz daqueles que nunca foram ouvidos passa a ser ouvida.

Muito obrigado.

Eram só esses dois comentários.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Caro Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ilustre Relator, Silvia, que aqui é a nossa membro remida – parabéns pela sua participação...

Eu também quero, primeiro, Presidente, parabenizar V. Exa. pela tenacidade, pela luta que foi V. Exa. conseguir instalar esta CPI. Não havia muito interesse de que se instalasse a CPI porque iam ser mostradas essas coisas que foram mostradas aqui, e são coisas incontestes: todos os que vieram aqui não contestaram nada do que nós falamos aqui, não é? E eu vou dar um exemplo muito claro disso. Eu até falei para a Ministra Marina que ela iria para um lugar onde se produz e se queima muito petróleo e se exporta petróleo, não se respeitam direitos humanos nem o meio ambiente, e eu queria ver se ela ia contestar isso lá. E ela disse: "Não; vou contestar sim". Não contestou nada – não contestou nada. Não tem...

Veja bem, a gente não consegue nem compreender quando os países mais poderosos do mundo estão falando em combustível verde e estão brigando por petróleo no mundo todo, inclusive lá na fronteira do meu Estado de Roraima, onde a Venezuela e a Guiana travam essa disputa pelo Essequibo, que tem influência da China, dos Estados Unidos, da Rússia nessa questão da exploração de petróleo, porque nós estamos vivendo duas crises importantes tanto no Cáucaso quanto lá no Mediterrâneo, no Hamas e lá na Rússia, e os países precisam de petróleo.

O petróleo vai ficar aí por muito tempo, e as pessoas, os países estão lutando por isso, e querem nos manter aliados desse desenvolvimento, dessa exploração, como vimos aí na questão da exploração no Amapá, da exploração que nós estamos tentando fazer, inclusive lá em Bonfim, na fronteira com o Essequibo, no Rio Tacutu, em que nós temos prospecção e pesquisas que dizem que ali nós temos também um potencial grande de petróleo e gás.

Eu estava vendo aqui também a importância do trabalho da nossa assessoria. A nossa assessoria aqui é muito competente. Não fosse pelo trabalho deles, a gente não apresentaria um relatório tão bem feito por V. Exa., Senador Marcio Bittar. Quero parabenizá-lo e parabenizar a todos os membros desta Comissão, que, com seu conhecimento...

Esta Comissão é uma comissão muito vocacionada, porque as pessoas que estão aqui, todas vivenciaram todo esse drama, toda essa política nefasta que é feita pelas organizações não governamentais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra o desenvolvimento de quem mais precisa no nosso país, que são os nossos amazônidas. Então, vocês estão de parabéns, todos aqui.

Eu não quero me estender muito, mas quero finalizar dando um exemplo do que é o atraso. Já dei vários, mas, lá no nosso Estado de Roraima, nós temos... Fala-se muito na Reserva Yanomami, mas a Raposa Serra do Sol também é muito importante e é muito grande, 1,7 milhão de hectares.

Senadora Damares, no Governo anterior, nós levamos o Presidente Bolsonaro, numa das suas visitas, para conhecer uma área lá, que é a área mais adequada do mundo, segundo os técnicos, para se fazer uma hidrelétrica, a hidrelétrica de Cotingo. Essa hidrelétrica seria construída na Cachoeira do Tamanduá, que é uma cachoeira que fica numa região chamada Flexal, perto do Uiramutã. Nós temos todos os estudos de viabilidade técnica.

É um vertedouro natural, Presidente, Sr. Relator, que vai ser o contrário do que foi Balbina, porque Balbina é um grande desastre. Balbina produz 50 megas e devastou muito a natureza no Amazonas, o senhor conhece muito bem. Lá não; nós temos um vertedouro natural, onde a gente poderia fazer uma hidrelétrica com o mínimo de impacto ambiental.

E olhe só, nós descemos lá num helicóptero, e a segurança toda do Presidente disse: "Não, o senhor não vai descer aí, porque o senhor vai ser mal recebido pela comunidade indígena". Não! Tinha lá embaixo, no chão, assim gravado: "Pode pousar, Presidente". Lá nós pousamos, e as pessoas, os indígenas receberam o Presidente com uma festa e disseram: "Nós todos somos a favor de se construir essa hidrelétrica". Mas o CIR (Conselho Indigenista de Roraima), ligado ao Cimi, cuja maior representante aqui é a nossa Joenia Wapichana, Presidente da Funai, o CIR é que é contra, mas a população é absolutamente a favor. E, a partir dessa política dissociada da aspiração dos indígenas é que nós vivemos no nosso estado e que lá nós temos 33 reservas demarcadas, ampliação de florestas e áreas de conservação que geraram um espaço para que nós pudéssemos explorar agricultura familiar e agronegócio, que é a nossa vocação histórica, de 8% do nosso território. Isso é um crime, esse é um crime que eu acho que esta CPI nos ajudou a desvendar.

E eu quero aqui sugerir, Presidente Plínio, que, já que o Relator falou que todos esses que passaram aqui prometeram nos apresentar declarações de suas movimentações nessas ONGs, a gente pudesse, sim, quebrar o sigilo dessas ONGs, para a gente provar para o Ministério Público Federal e para os órgãos competentes que há alguma coisa de errado na gestão desses recursos, porque principalmente eles têm o condão de prejudicar o país. Isso é um crime de lesa-pátria, um crime que, para mim, é algo extremamente grave, e esta CPI tem essa responsabilidade.

Parabéns a todos aqui que ajudaram direta e indiretamente na construção desse relatório! Parabéns, Senador Marcio, parabéns mais uma vez Presidente Plínio e a todos! Quero agradecer.

E que nós possamos, ainda ao longo desses cinco dias de pedido de vista, dar algumas sugestões que possam enriquecer ainda mais esse belíssimo relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns a todos! Que Deus os abençoe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Dr. Hiran.

Imagine! Sinceramente, com toda a humildade, eu não aceito essa coisa de que eu sou responsável pela CPI. Imaginem eu aqui sozinho, sem vocês, sem os membros, cada um com o seu conhecimento e com a sua coragem... Todos nós, desde o primeiro depoente aqui... Até mesmo aqueles que nos mentiram aqui também ajudaram – porque mentiram. Então nos ajudaram, a gente pôde, muitas vezes...

E, antes que eu passe para a Deputada Silvia, eu queria dizer que a gente ainda vai apresentar alguns projetos. Eu estou vendo, do que o Marcio leu: nós temos seis projetos já... *(Pausa.)*

Obrigado, Hiran. Obrigado mesmo! Você só engrandeceu esta CPI, irmão.

O que o Dr. Hiran estava falando, o caso do potássio, são 34 aldeias lá dos muras: 30 aldeias fizeram acordo com a exploração do potássio. Não foram ouvidos. Trinta líderes com mais alguns membros indígenas foram às portas do Ministério Público Federal protestar e dizer que queriam ser ouvidos. O procurador não os ouviu e fez uma *live* com quatro. Olha só, trinta querem, e quatro não, e ele está dando ouvido para os quatro. Isso mostra aquele relacionamento de que o Marcio tanto fala e que nós falamos desde o começo aqui.

Hoje – ainda hoje –, em meu gabinete, eu recebi denúncias contra o ICMBio – Marcio, não deu o tempo nem de passar para ninguém, que foi quando eu estava vindo para cá –, e é fora da Amazônia; no caso, o representante de pequenos produtores rurais, pescadores, agentes de turismo e proprietário de pequenas glebas na Bahia.

O relato foi trazido pelo chefe da associação de produtores rurais, agricultores e pequenos pecuaristas, o Ednaldo Menezes – conversei bastante com ele –, que mostra que o ICMBio, no decreto de criação da reserva de Canavieiras, ouçam só, incluiu, em cerca de 100 mil hectares, três cidades – três cidades. É uma reserva extrativista, e eles deixaram lá três cidades dentro do... Que são Una, Belmonte e Canavieiras.

Na região limite já tem a Reserva Indígena Tupinambá, com 60 mil hectares, e o refúgio de vida silvestre, com 28 mil hectares. Além disso, 22 milhas mar adentro o pescador já não pode mais pescar camarão, já não pode mais pescar, já não pode viver.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já não estão mais conseguindo nem sobreviver.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ICMBio.

Então, você fez muito bem – muito bem – em pedir o indiciamento do ICMBio, que é responsável por aquele regime de escravidão na Reserva Chico Mendes.

Eu ouço... Foi tão usada a palavra "honorária" aqui, né? Conselheira honorária ela não é; ela é nosso membro honorário, a Deputada Silvia.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, obrigada pelo espaço, pela deferência, pela credibilidade, mas, sim, eu vou concordar com a Senadora Damares, nossa eterna Ministra de Direitos Humanos, da Mulher, da Família.

Existem organizações que podem até ter nascido com um bom propósito, mas, ao longo do caminho, se desviaram daquilo que era legal. Eu acompanhei a Senadora Damares, na época Ministra, sendo ameaçada por várias articulações, principalmente pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).

Eu nunca fiz parte de nenhum movimento da Apib, e eu sempre fui cobrada por outros indígenas: por que eu não apoiava? Primeiro, porque eu já tinha o entendimento único e suficiente de que concentrar em Brasília para invadir prédios públicos não seria adequado, mas eu também fui vítima deles. Impressionante, eu nunca quis falar sobre isso, mas de tudo aquilo que nós falamos nós temos que ter provas, e eu tenho vídeos que eu nunca tornei públicos, mas eles estão públicos.

Todas as vezes que eu digo que eu sofri uma tentativa de assassinato... É gravíssimo o que eu vou falar: ele foi articulado, e eu tenho o vídeo da Ministra Sonia Bone Guajajara, na época apenas a líder da Articulação, convocando outros indígenas para me bater, para fazer aquilo que quisessem comigo.

Mas eu nunca tornei isso público, falando, porque eu não queria que a sociedade olhasse para nós e desvirtuasse aquilo que realmente nós precisamos fazer, e eu tenho o vídeo dela, convocando as pessoas, e também tenho vídeo... Antes não era, era apenas uma estudante, uma professora; hoje, atual Deputada Federal Célia Xakriabá, invadindo prédio, gritando "fora, Silvia!", com outras mulheres que varriam o prédio tentando me matar.

Oito de janeiro... Oito de... O 8 de agosto de 2019, eu tive que fugir, sim, fugir do prédio, dentro do porta-malas de um carro, para não ser assassinada. Por quê? Porque eu não queria fazer acordos escusos. Essa mesma articulação que, juntamente com o ISA, tenta fazer expansão de terras. A senhora pode me dar aquilo?

Existem documentos de uma reunião que foi realizada em Genebra, em 1981, e, nessa reunião em Genebra, com planos de fragmentação da Amazônia. E nesse documento de uma reunião realizada em Genebra eles deixam claro: criar líderes nacionais para isso, criar emendas constitucionais, impedir estradas, quartéis, tudo aquilo que conotasse desenvolvimento econômico ou qualquer tipo de desenvolvimento na Amazônia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este documento foi traduzido por um cartório em São Paulo, em 1987. Pasmem! Em 1988, eles conseguiram realizar, finalmente, por meio da nossa Constituição, fazer o art. 231, que eu sou completamente grata por reconhecer os povos indígenas brasileiros, mas com uma determinada vírgula que diz que se deve impedir a alteração da cultura por um vulgo respeito a ela, o que hoje é utilizado ainda, até hoje, para garantir o infanticídio, o estupro coletivo com a desculpa de que faz parte da cultura. Mas quem ajudou e atuou plenamente em 1988 para a construção desse artigo? Nada mais, nada menos que o Marcio Santilli, o atual Presidente do ISA. Hoje nós sabemos que o ISA atua plenamente nessas áreas para impedir o desenvolvimento econômico no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aquele, aquele Marcio Santilli que esteve aqui, que presta serviço pro ISA?

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que ganha dinheiro do ISA? É esse?

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Esse mesmo, esse.

E neste documento, na p. 2, neste documento que foi traduzido do alemão para o português, num cartório em São Paulo, ele diz, no seu item b, na p. 2, palavras que são importantes sobre o que deveria ser feito aqui no Brasil: impedir e convencer. No item c, eles ainda garantem: impedir construção de estradas e obras na fronteira, civis e militares. No item d: manter os povos indígenas como em 1500. Na p. 3, no item f, eles dizem: definir o que deve e o que não deve ser terras indígenas, inclusive com a palavra "expandir" – e o principal – acima da soberania de um país. No item g: formar líderes nacionais, identificá-los e usá-los. No item h: fazer forte pressão em cima das autoridades.

Tudo aquilo que está nesse documento de 1981 tem acontecido no Brasil: a fragmentação de um país, a utilização inapropriada da questão indígena contra a sua própria nação e mantê-los escravos, sob a ideologia da preservação de uma identidade, mantê-los em 1500, enquanto toda a sociedade avança, para que eles pudessem depois usufruir desse território.

Obrigada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Deixe-me fazer um comentário, Presidente. (*Fora do microfone.*) É por essas e outras que eu me convenci. No começo não passava essa ideia pela cabeça. Hoje eu estou absolutamente convencido de que o Senado deve criar a Comissão Permanente da Amazônia. É uma coisa muito específica. Não dá pra misturar isso com a Comissão de Meio Ambiente. A Comissão de Meio Ambiente se ocupa de outras tantas coisas, também muito importantes. E aí essa questão que é a Amazônia, que é o palco da cobiça internacional, conforme a senhora acaba de relatar e eu também li livros, inclusive doados pelo Senador do Plínio, dizendo da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulação que fizeram forças estrangeiras com o Deputado Fábio Feldmann, à época, na Constituinte, para pressionar...

Por isso que a gente diz o seguinte: hoje, quando eles fazem as operações, muitas vezes... "É a lei". A lei que eles criaram. A lei que os *lobbys* deles fizeram criar no Brasil em 88, e depois outras que vieram sendo construídas e tal.

Então hoje, Plínio, eu entendo, como consequência mais do que natural da CPI, a proposta nossa da criação da Comissão, eu sempre sou a favor. Como me considero um liberal clássico, acho que o Estado tem que ter o mínimo de tamanho possível – fui Primeiro-Secretário da Câmara Federal e até hoje sou espantado com o tamanho do gasto que ela tem e, muitas vezes, não produz de acordo com o gasto –, mas eu acho que tudo que nós falamos e vimos, estudamos e ouvimos nesta CPI aponta a necessidade de esse trabalho continuar. E eu não vejo outra maneira mais eficiente de esse trabalho continuar do que o Senado, Presidente Plínio, se comprometer de criar a Comissão Permanente da Amazônia. O interesse internacional é ali. Quando a Ministra vai para COP, ela não vai falar do que está acontecendo lá em Alagoas, ela não vai falar dos rios, dos grandes centros urbanos que estão assoreados, que é onde vive a maior parte da... não, é a Amazônia, é a Floresta Amazônica, é a Amazônia e tal. Então, é lá.

Se é uma coisa específica, de interesse mundial, eu acho que nós também temos que ter uma comissão específica para continuar o trabalho da CPI, não mais com tempo determinado para fazer esse... Por exemplo, eu gostaria de, pela CPI, ter ido a todos, e nós não fomos... Eu fico... Termina o prazo e eu ainda fico com o gosto de que eu queria ir para Roraima, lá onde foram criadas essas coisas todas, como eu falo, mesmo com o relatório de um esquerdista contra.

O Lindbergh Farias, que hoje voltou a ser Deputado Federal... criou-se uma comissão externa para analisar lá a criação da reserva que foi feita, e ele foi contra. Eu li o relatório inteiro. Inclusive, quem me orientou lá na sua sala foi o Aldo Rebelo. Ele disse, "olha, pega o relatório do Lindbergh. Ele era o Relator e ele era contra a criação da Yanomâmi nos moldes que foi criada", e foi criada por cima de todo mundo.

Então, eu gostaria de ter ido lá com a Comissão. Eu gostaria de ter ido lá para ver o que a senhora não pôde ver nem como Ministra. E isso pode ser feito e deve ser feito com a Comissão Permanente da Amazônia. Então eu acho fundamental e, de antemão, já digo que nós temos pessoas aqui mais do que... São nove estados vezes três, são 27 Senadores, é um terço.

Enfim, era só isso.

Muito obrigado.

Parabéns, Silvia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu não sei se vocês lembram, mas no primeiro depoimento aqui do fundador da FAS, eu falei para ele, dizendo boas-



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vindas, que aqui não era inquisição, tribunal do júri, mas que ele observasse que só tinha Senador que conhece a Amazônia. Era um aviso para dizer, "não mente, porque a gente vai saber que está mentindo", mas nenhum deles me ouviu e me atendeu.

Deputada Silvia, qual foi o ano de Genebra?

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. *Fora do microfone.*) – 1981.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é, olha só, de 81 essa organização, mas, antes de 81, as missões os cientistas disfarçados, pesquisadores disfarçados geraram isso aí, essa intromissão desse pessoal. Eu lembro, e vale a pena, Damares, que eu gostava de fazer letras de música, a gente ganhou um festival em 81. E em uma das passagens eu dizia assim: "Dói ver essa 'estranjada' enfiada na mata roubando a gente". Em 81. Faz parte da letra de música que eu fiz e que ganhou o festival.

Estão vasculhando minha vida toda. Já encontraram algumas coisas sobre a minha vida, mas estão relacionadas sempre à Amazônia. Agorinha, acabaram de descobrir que eu tenho um chalé numa reserva de desenvolvimento sustentável, há 30 anos – desenvolvimento sustentável. A pessoa não sabe nem o que é, na ânsia de... Eu sempre disse à minha família, à minha mulher, minhas filhas, que não tem perigo de me agredirem, de sequestrarem, de baterem, não tem, porque onde a gente anda... Mas tentar denegrir a imagem tem.

Agora, imagina só, caboclo de beira de rio ter medo de injúria, calúnia, difamação? De forma alguma. Homem público não pode se dar a esse luxo de ter receio. Mas estão vasculhando as nossas vidas, Damares. Por isso que eu digo: não sou só eu, não. Eu recuso o que vocês jogam pra mim, essa responsabilidade. Isso foi um compromisso que eu assumi com o eleitor do Amazonas e da Amazônia. Sanei esse compromisso de jogar luz nessa escuridão. E, como a senhora bem disse, Senadora, é o começo, é o início, é o início. Onde a gente passa, qualquer lugar, as pessoas elogiam por isso, mas é só o início. O relatório do Marcio, que está muito bom, vai depender das autoridades competentes para dar andamento. E eu sempre disse que, se eles não derem, não tem problema, nós vamos dar esse andamento.

E aqui dou uma satisfação ao líder indígena Karé, porque a gente foi lá em São Félix do Xingu e ele foi ameaçado de morte. Aí é pelos índios mesmo, as ONGs não botam a cara nisso. Imagina o cara acostumado com tudo do bom e do melhor, vai se meter na aldeia pra ameaçar alguém, vai se rebaixar? Eles só conduzem, manipulam. E o Karé foi ameaçado, sim, e nós pedimos providência. A Senadora Damares é que deu o caminho correto de onde deveríamos fazer. A gente já enviou um ofício ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania: proteção aos depoentes da CPI das ONGs. A gente está pedindo proteção ao Karé, porque ele precisa mesmo.

A gente teve também outro que esteve aqui, do Pará, o Samuel...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente está lidando é com isso, mas isso aqui é só começo, só as coisinhas que vocês podem saber. Pesa sobre os nossos ombros, sim, a responsabilidade alta, coragem. Isso não é coragem, isso é compromisso que a gente tem com o nosso povo, todos nós, as filhas da Damares, do Marcio. É um compromisso que a gente tem com a nossa população.

Lá na Bahia, olha só, é a mesma coisa: embargam terra, cortam energia, apreendem... Na Bahia. Então acontece no Brasil inteiro esse tipo de coisa.

Quinta-feira, não pela CPI, mas enfrentando as ONGs, eu vou a Autazes reunir com as 30 comunidades indígenas, os 30 que querem o potássio; os quatro que não querem não sei se eles vão. Eu vou lá para ver se a gente encontra a solução, e depois vou lá com o procurador. Aí já não é a CPI, a CPI está em vigor, mas eu irei lá, sim, como interessado e sem nenhum medo, nenhum receio. Eu vou estar entre amigos lá, eu não vejo problema nisso. A gente tem que cumprir com a nossa missão.

O Senador Beto já não está mais, o Senador Styvenson parece que não conseguiu esperar, e eu não os critico por isso. Marcio, eu vou apresentar alguns projetos de lei, como...

Eu estava ouvindo você falar aí da quarentena, já tem transparência e a gente vai poder dar a nossa contribuição.

Eu estou esquecendo de algo, Senadora Damares, alguma coisa? Silvia, Marcio?

Então, deixa a gente fazer um resumo: a CPI não acaba hoje, é só dia 19, não acaba hoje.

A gente tem requerimento aprovado da Funai, tem requerimento aprovado da Foirn, lá de São Gabriel da Cachoeira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Da Guajajara também tem... tem requerimento aprovado da Guajajara também, então a gente decidiu isso e a gente quer ouvi-los.

A intenção era a Ministra Marina ser a última, mas, como aqui não tem bobo, a gente convidou primeiro, sabendo que ela recusaria, para então convocá-la.

Eu acho engraçado, eles chegam aqui ao meu lado, olham para a gente com desdém, se achando melhores do que a gente, e aí está a razão de a CPI ter conseguido ser instalada: subestimaram. Subestimaram.

E vocês – Damares –, dessa nova legislatura, colaboraram demais. A gente conseguiu 28 assinaturas, pedindo. Aí caducou. Com a nova safra, foram 41 assinaturas para pedir a prorrogação – 41 –, ou seja,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metade mais um. Então, aqueles que assinaram a prorrogação têm igual participação no sucesso, no objetivo desta CPI.

Desde o começo, peguem a primeira sessão que vocês vão ouvir eu falando do mesmo jeito: isto aqui não é para demonizar ONGs, não vamos ter a ousadia de demonizar ONGs. Isto aqui é para separar o joio do trigo. Não é uma questão de Bolsonaro e Lula, Lula e Bolsonaro, não é uma questão de direita e esquerda. Ela transcende essa questão. É uma questão desses colonizados que pensam e querem agir como colonizadores, que brigam, que pugnam pela nação colonizada, contra a gente, porque nós queremos uma nação liberta, soberana.

Esta é a questão: a soberba contra a humildade, a simplicidade. Mas na guerra daquela senhora, é isso aí, aquela senhora, a outra mulher, quem depôs aqui o tempo todo, só não tiveram coragem de dizer que a gente está certo e seguiram adiante.

Não temos o direito de fraquejar, não temos esse direito de fraquejar. Que vasculhem nossas vidas, depois da CPI, ou respondam qualquer coisa, mas até lá não tirem a nossa atenção. Vasculhem, vejam, trabalhem, façam o que acham que tem que fazer, e nós cumprimos com o nosso papel, com a nossa missão, que é mostrar ao Brasil isto, que é abrir a caixa-preta, porque a caixa-preta existe nos aviões, e a caixa-preta existe nessas ONGs, e a caixa-preta existe nos ministérios, e a caixa-preta existe no Ibama, na Funai e no ICMBio, e haja caixa-preta.

Nada mais, não é? Nada mais, deixa eu ler aqui. Eu não aprendi até hoje. Deixa eu ver aqui.

Antes, coloco em votação as atas das 29ª e 30ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Haverá pelo menos mais uma.

Agradecendo a todos, desejando a paz de Cristo sempre, muito obrigado pela força de vocês.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Eu que agradeço.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Mecias de Jesus, Wilder Moraes, Augusta Brito, Izalci Lucas, Paulo Paim e Esperidião Amin, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Apreciação do Relatório Final. ITEM 1 - Relatório Legislativo: "Relatório Final"** **Autoria:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Resultado:** Aprovado, com as sugestões acatadas pelo relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/12/12>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2022 até a data de 1º de janeiro de 2023.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na presente reunião, daremos início à deliberação do relatório final apresentado pelo Senador Marcio Bittar. Antes, porém, saudamos o Senador Beto, o Senador Mourão, o Senador Jaime e os outros Senadores que estão chegando.

Principalmente para as pessoas que nos assistem pela TV Senado, vamos apresentar só o resumo da nossa diligência, são três minutos ou três minutos e meio de um vídeo que tem da TV Senado, agradecendo mais uma vez a participação da TV Senado, que foi fundamental para a divulgação das nossas atividades.

A gente tem aquele vídeo só da nossa diligência? Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por que nós mostramos esse vídeo com a diligência? Porque a nós cabia não só estar certos, mas mostrar... parecer que está certo e mostrar que estávamos certos.

Algumas críticas, Senador Mourão, têm sido do pessoal da base do Governo de que a gente não encontrou erros para punir ONGs. Nunca foi punir, porque a legislação é que diz se pode ou não. Encontramos muitos erros, muita coisa errada e estamos mostrando aí. Agora, se a legislação brasileira não criminaliza esse tipo de prática das ONGs, cabe a nós, como legisladores, preencher essa lacuna. Esse é o lado propositivo da CPI das ONGs.

Antes de passar ao Relator... *(Pausa.)*

Está bom, aqui tem um resumo da nossa atividade e como foi instalada.

A Comissão foi instalada em 14 de junho de 2023, com o prazo de funcionamento de 130 dias. Por volta do terceiro mês de funcionamento, vislumbramos que os 130 dias não seriam suficientes para concluirmos o trabalho. Protocolizamos, no mês de outubro de 2023, requerimento de prorrogação, solicitando mais 57 dias. Essa solicitação foi assinada por 41 Senadores e Senadoras. Em 17 de outubro de 2023, o Presidente do Senado Federal encaminhou à publicação o requerimento de prorrogação apresentado por esta Comissão, contendo, claro, as assinaturas de 41 Senadores.

Foram realizadas 32 reuniões, contando com esta. A Comissão aprovou um total de 140 requerimentos. Realizamos 24 oitivas, ouvimos dezenas de pessoas nas diligências realizadas nos Estados do Amazonas, Acre, Mato Grosso e Pará. Foram expedidos 280 ofícios e recebemos centenas de documentos, entre ostensivos e sigilosos.

São os dados colhidos pela nossa Secretaria.

Por que muitos requerimentos e poucas audiências? Muitos requerimentos para não deixar o leque aberto daquilo que nós achássemos que seria conveniente, que seria bom para ouvir na CPI. Achamos por bem ouvir seis ONGs. É bom que o brasileiro, que a brasileira saiba e a gente reitere e reafirme: dessas seis



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONGs ouvidas, elas, juntas, já arrecadaram mais de R\$3 bilhões – isso é um dado para colocar sempre para os brasileiros –: uma, 400; outra, 800; milhões desde que foram fundadas. Esse dinheiro a gente pôde comprovar, sim, que é gasto, a maior parte, entre eles mesmos. Como eu digo, se a legislação brasileira não criminaliza isso, nós não podíamos, no relatório, criminalizá-los.

Senador Beto, o senhor apresentou um voto em separado. Pelo rito, o senhor não poderia falar, já apresentou, mas aqui, desde o começo, isso aqui é livre e aberto. Então, a gente abre para o senhor pelo menos dez minutos para que o senhor possa resumir. Eu peço que seja – está aberto – em dez minutos, porque, com o voto que você apresentou, já estaria feito o seu trabalho, mas aqui nós estamos entre companheiros que buscam a verdade e fazer o que é de melhor.

Dez minutos, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Tá.

Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da CPI, eu fiquei até, agora, indeciso, porque eu imaginei que eu tivesse direito de falar mesmo, mas quero dizer o seguinte: primeiro, eu procurei, nesse período da constituição da CPI, fazer uma... ter uma postura aqui, Sr. Presidente, de que a gente pudesse estar sempre dialogando. Procurei Presidente, Relator, para que a gente pudesse sempre dialogar e pudesse chegar a um bom termo no final dessas ações.

Acho... E uma das preocupações minha desde o início foi de que a gente não saísse num processo de criminalização já de antemão das ONGs no Brasil.

Nós temos 8%, na Região Norte, da população do país e 7% das ONGs constituídas no país estão na Região Norte. Portanto, não há, primeiro, esse debate de que lá na Amazônia é que tem as ONGs, que tem tudo e no restante do Brasil... E nós só fizemos... Nós temos um pouco menos, inclusive, no percentual nacional, de ONGs do que nós temos de população na região.

Segundo, tem muita gente que fez muita coisa importante e boa. Eu nunca participei de nenhuma ONG, nunca compus nenhuma ONG, mas fui, ao longo da minha vida, representante dos trabalhadores – federação de trabalhadores na agricultura, sindicatos de trabalhadores rurais –, e, de vez em quando, alguma dessas prestava algum tipo de assessoria, alguma consulta a dados que essas ONGs... Portanto, muita gente fez, e as mais diversas ONGs, ligadas às igrejas, ligadas aos movimentos sociais.

Enfim, nós temos um conjunto de ONGs, e nós não podíamos sair já com uma narrativa de que as ONGs é que são o mal do Brasil.

Nós temos a ausência do Estado na Amazônia durante muito tempo, a falta de programas sociais, o que levou à pobreza... Não reputo que a pobreza das comunidades indígenas, que é um fato, das comunidades ribeirinhas, das comunidades quilombolas seja um fruto do trabalho das ONGs. Acho que nós temos um problema sério de ausência do Estado na região e de ausência de políticas públicas na região.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Órgãos que poderiam estar fazendo muito para essas comunidades são desestruturados. Eu participei muito ativamente das ações do Incra no meu estado. O Estado do Pará tem cerca de 30% dos assentados da reforma agrária do Brasil; é o único estado que tem três superintendências do Incra no Brasil – é o único estado que tem três superintendências do Incra. Quando eu fui Superintendente do Incra, eu tinha 450 servidores. Isso há pouco tempo, não é tão longe – 450 servidores. Voltamos agora ao Governo, e tem 150 servidores; não dão conta de prestar o serviço. Eu estou colocando emenda lá, Deputado Marcio, e não tem engenheiro agrônomo para poder ir fazer o projeto, para elaborar, mesmo a gente estabelecendo emenda parlamentar, até porque eu tenho compromisso com essa base.

Então, a ausência do Estado, a falta de política para aquela região foi o que determinou esses índices de pobreza que nós temos. Não é, aqui, na minha avaliação, responsabilidade das ONGs. Pode ter uma ou outra que tenha algum tipo de responsabilidade por uma determinada comunidade.

Fiquei preocupado em alguns momentos. Eu não fui à Apyterewa, por exemplo. Eu não fui à Apyterewa, que é do meu estado. E eu conheço ali, tem uma decisão judicial. Nós temos defendido – eu, o Governador do estado... Já foi feita a desintrusão da reserva indígena dos índios tembés no nordeste paraense, e agora tem umas duas ou três reservas em que precisa ser feita a desintrusão já por determinação judicial. E nós temos feito um debate... Aqui está um Parlamentar que acha que tem que se fazer o processo correto de indenização de todos aqueles que estão ali dentro e que entraram de boa-fé. Aqui tem um Parlamentar que acha que se tem que assentar os que são clientes da reforma agrária em áreas decentes, não nessas áreas distantes, e dar condição para poder fazer infraestrutura. Não dá para poder chegar lá, fazer a desintrusão e jogar as pessoas fora, como se nada tivesse acontecido. Aqui tem um Parlamentar desse nível. Mas eu fiquei preocupado com as falas que eu ouvi. Eu não fui, mas a gente acompanha, tem o relato, está certo? Eu fiquei preocupado com as falas que eu ouvi.

Tem um Deputado, por exemplo, do meu estado, o Caveira – conheço, respeito e tal –, que, pela posição política, o discurso é: "Não se pode admitir um Presidente ladrão que chegou ao poder, um ministro que vai para o Supremo para poder... um comunista que vai para o Supremo". Essa aqui é a retórica da campanha política passada, não era o objetivo da CPI. Isso aqui é claro, e em determinado momento foi essa a questão da campanha, todo o discurso que foi feito na campanha passada, em uma tentativa de fazer com que a CPI reproduzisse aqui essa narrativa. Foi esse o debate.

Nós chegamos ao final da CPI, na minha avaliação, sem uma... Vou pegar uma ONG aqui. O que foi efetivamente que ela cometeu de erro – que não está estabelecido na legislação e que não está estabelecido na relação com quem ela se conveniou? Porque aí eu posso pedir indiciamento, eu posso fazer... Nós temos um discurso, na minha avaliação, mais genérico, que é uma coisa que já vem sendo feita e falada há muito tempo: "A responsabilidade é das ONGs, essa questão toda da mudança, de que não existe mudança climática, é isso que faz a pobreza na região...". Então, eu avalio que esse não era o bom caminho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, fiz um requerimento na CPI pra pedir informações do TCU. Depois o Senador Plínio fez um requerimento para convocar – convocar, não, convidar, porque nós usamos esse termo –, para convidar o TCU pra vir à CPI, mas não foi trabalhada a vinda do TCU na CPI. Não foi... Essa não foi a prioridade. E o TCU foi um dos órgãos que avaliou essa questão de como se aplicavam os recursos do Fundo Amazônia, de como se trabalhava na aplicação desses recursos. Ora, eu entendia que aquilo podia nos dar elementos claros de como se fazia o processo de investigação. Então, por todos esses motivos, eu estou apresentando um relatório em separado.

Nessa questão do indiciamento do Presidente do ICMBio, servidor de carreira, que trabalhou no ICMBio e saiu em 2012 a pedido, a legislação permite que as pessoas façam isso. Saiu, voltou em 2015 pro Governo de novo. Não voltou pro ICMBio, voltou pro MDA. Em 2019 é que voltou ao ICMBio. Não vejo nenhuma ação que possa dizer: "Ele saiu daqui, foi lá, trabalhou pra alguém e voltou pro estado ou trabalhou lá no estado pra dar uma coisa, pra que pudesse ganhar alguma coisa do ponto de vista pessoal, do ponto de vista...". Não existe isso. Não tem nada que possa apontar isso aqui. Aí fazer o indiciamento destrói a reputação de uma pessoa, de um servidor público que está há um tempo... Eu sei que, daqui a pouco, pode dar em pouca coisa isso, porque nós estamos aqui apresentando uma questão que o Ministério Público vai avaliar se toca. Mas imagine só o estrago que faz na vida da pessoa aqui do ponto de vista da sociedade, muita gente reclamando, o estrago que faz na vida desse servidor, ao dizer: "Não, saí da CPI indiciado como se tivesse cometido um grave erro, fui pra ali, prestei serviço a uma madeireira, voltei, fiz licenciamento". O ICMBio nem licenciamento faz. Não é atribuição e o ICMBio não faz licenciamento. O licenciamento é do Ibama, e é parte do licenciamento. Hoje a maioria dos licenciamentos são feitos pelas secretarias estaduais de meio ambiente, e não pelo Ibama. O Ibama é 5%, 10% do que é o licenciamento nacional. Então, não há nenhuma questão, na minha avaliação, que possa indicar que nós estamos pedindo indiciamento... E esse pra mim é o fato mais grave que tem no relatório. Por isso, estou apresentando... Essa pra mim é a questão mais grave que nós temos no relatório.

(Soa a campainha.)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – No restante, tem questões com que eu concordo, inclusive concordo em muito com o relatório ao criar uma Comissão, por exemplo, da Amazônia no Senado Federal, sou defensor. Acho que nós temos que ter uma Comissão da Amazônia. É tão importante isso que nós temos que debater. São propostas que estão estabelecidas. Como fazer na legislação pra chegarem mais recursos à mão das pessoas e não ficar muito só na parte gerencial e administrativa das ONGs, tem a minha concordância pra que a gente possa fazer isso, mas não posso votar num relatório – por isso, apresentei... – que indicia uma pessoa sem ter uma prova de que ela cometeu um crime. Ele fez isso e a legislação permite. Então, primeiro mude-se a lei. Primeiro a gente tem que – e é papel, inclusive, do Senado – poder mudar a lei para dizer: "Olha, se tu foi de uma ONG, tu não pode ser do Governo; ou, então, se tu foi do Governo, tu não pode voltar para uma ONG". Mude-se isso. Mude-se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o empresário não pode ser empresário e depois vir para o Governo, porque também vai ser beneficiado. Nós temos... Está na nossa...

(Soa a campanha.)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu preciso... É muito difícil, Presidente, porque primeiro, eu estou dizendo, eu facilitei a vida inteira. Me dê mais cinco minutos, Presidente, pra mim, por favor, que eu evitei todo esse tempo, eu preciso fazer...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas com a promessa de que depois não tenha aparte, porque senão pode... Depois que ele falar eu vou deixar.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Imagina só se eu pedisse aqui para ler, eu tinha direito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, claro...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eram cento e poucas páginas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, o que eu estou dizendo, Senador, é que o senhor vai poder participar depois. O que eu estou dizendo, Beto...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu sei, mas eu estou apresentando os argumentos para constituir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. Quantos minutos mais? Mais três?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu acho que levo mais cinco minutos. Me permita fazer isso aqui. Eu acho que é bom, inclusive, para...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, é porque a gente... Como eu falei, a gente está aqui entre amigos e civilizados. Na verdade, dez minutos seriam do relatório. Mas tudo bem, tudo bem. Vamos lá, vamos lá!

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim, mas como seriam dez minutos o relatório? Se eu fosse ler aqui era um dia inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos lá, vamos lá! Mais cinco, vamos lá.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Fazendo isso, então...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Dava tempo de eu ir na COP e voltar.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu acho que... Eu acho que a gente não podia... E eu peço, inclusive, aqui aos pares da Comissão: eu posso, inclusive, acordar na questão do relatório, mas não fazer esse indiciamento. Está certo? Se for fazer indiciamento, vamos fazer a votação dos relatórios aqui – está certo? –, porque aí eu não concordo e voto. Peço, inclusive, para que a gente possa retirar isso ao Relator. Procurei-o para poder fazer isso. As pessoas não têm minha indicação, não têm... Não sei nem se é filiado a algum partido o Presidente de ICMBio, mas é preciso...

Nós temos um momento importante que é esta questão dos recursos do Fundo Amazônia. Eu tenho conversado muito, tive a oportunidade de conversar muito com o Presidente Aloizio Mercadante, que gerencia o BNDES – a preocupação que esse recurso chegue efetivamente na ponta. Nunca vi tantas reuniões do BNDES na nossa Região Amazônica ouvindo segmentos, ouvindo empresários, ouvindo o Governo dos estados, ouvindo prefeituras como nós estamos realizando agora. Há uma política de fazer investimento não só do Fundo Amazônia, mas de captar outros recursos, e de busca do dinheiro do próprio BNDES para aplicar na Amazônia, coisa que não se fazia no período passado, mesmo em governo nosso do PT. Mesmo no nosso governo, não se fez tanto como nós estamos fazendo, o montante de recursos que estão sendo aplicados, num momento como este, em que nós estamos buscando recursos, captando recursos, fazendo discursos para fora de que é preciso se bancar essa questão do reflorestamento. É preciso ir buscar recursos externos, inclusive, para ajudar na defesa do meio ambiente, na busca do meio ambiente.

A gente sair aqui fazendo ilação de que o fundo não serve a esse propósito não acho correto. Não acho corretas as falas, e eu ouvi muito isso, fiquei ouvindo, procurei não rebater, mas tem uma posição política. Não é verdadeira esta questão: "Ah, a ONG manda no Supremo, a ONG manda em tudo quanto é órgão do Governo Federal". Nós tivemos agora, um ano atrás, um governo diferenciado, de que muitos dos senhores aqui participavam, que não era da mesma linha, e tinha Governo Federal, tinha governos dos estados, a influência grande no Brasil. Se for verdadeiro isto de que as ONGs mandaram nesse período do Brasil, mostra, inclusive, a incompetência do Governo passado de aceitar. Está certo? Porque não é assim, não é essa a realidade, na minha avaliação.

Peço... Eu, inclusive, quero agradecer muito aqui à Secretaria da Comissão, que, sempre que eu pedi, me prestou as informações necessárias à relatoria; à minha assessoria, à assessoria da minha bancada.

Quero dizer aqui da minha companheira, que é suplente, inclusive, aqui na Comissão, Teresa Leitão, que está aqui, que assina o relatório junto comigo; do Senador Confúcio. Eu não conhecia o Confúcio – já ouvia falar, mas não o conhecia –, mas tenho visto uma postura de um homem muito equilibrado, inclusive nas suas posições políticas, no Congresso Nacional. Não só nesse tema, mas que, em outros temas, tem sido



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma postura muito equilibrada, buscando dialogar. Reafirma a posição... Amanhã, por exemplo, tem debate sobre essa questão do licenciamento ambiental, e a posição do Senador Confúcio nessa questão, em muitos aspectos, é diferente da minha – é diferente da minha nessa questão ambiental –, mas tem sido uma pessoa do diálogo e tudo. E, nessa Comissão, prestou, na minha avaliação, também uma grande contribuição. Assina junto comigo esse relatório em separado.

Agradeço aqui aos assessores do nosso mandato e da minha Bancada do Partido dos Trabalhadores, enfim, pessoas que contribuíram, que acompanharam. Eu não tinha como acompanhar...

(Soa a campanha.)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... tudo, a todo momento, aqui na CPI, mas foram pessoas que acompanharam esse trabalho e que nos permitiram fazer esse relatório em separado, esse voto ser separado, que está na mão de todos os Senadores.

Portanto, acho que o mais grave – quero afirmar isso aqui – é o indiciamento de uma pessoa que não pode ser indiciada, até porque não tem motivo, na minha avaliação, para poder ser indiciada. E que a gente pudesse estar dialogando sobre esse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Beto.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu assisti aqui, acompanhei atentamente, à manifestação do Senador Beto Faro, que, obviamente, pela posição partidária, pela posição de convicções pessoais, inclusive, obviamente, pareceu até que, no seu discurso, era um confronto com a Comissão, com o Presidente e com o Relator principalmente, em que, na verdade, não acredito.

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Não acredito que... Pelo contrário, nós, conversando com alguns outros colegas, membros da Comissão, que, diga-se de passagem, até por uma questão de justiça, foi tão bem, mas tão bem conduzida pelo Senador Plínio Valério, como Presidente, e V. Exa., como Relator, que se houveram muito bem, inclusive, nas etapas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que se dirigiram a pontos críticos, nos quais poderiam ter mais informações sobre a atuação das ONGs *in loco*... Inclusive, eu tive a oportunidade de acompanhar uma dessas audiências.

E o que a gente percebe aqui, nitidamente, é que esse indiciamento, como eu disse pessoalmente a V. Exa. e ao Presidente Plínio, se fosse para indiciar, indiciaria quatro, cinco, dez, etc. Mas é até desconfortável, para nós que entendemos a profundidade do relatório e a clareza do relatório, aceitar o indiciamento apenas do Mauro de Oliveira Pires, do ICMBio, porque seria até um descompasso em relação a todos que aqui foram ouvidos – e de muitos deles nós discordamos, inclusive, na condução de algumas ONGs, etc. –. Mas acredito que, até por uma questão de justiça, seria interessante, pela paciência, pelo equilíbrio e, acima de tudo, pela condução desses trabalhos, como já disse, tão bem tratados por V. Exa... E a prova é tanta que a maioria dos membros que foram indicados para a Comissão sempre estavam presentes. Aqui está hoje um exemplo. Se V. Exa. pudesse encontrar um caminho, um acordo, um acordo com o Senador Beto Faro, ele não apresentaria esse relatório. E, obviamente, como V. Exa. poderia conduzir, como já falamos, nós votaríamos aqui apenas do relatório, apenas e tão somente, a retirada do nome do Mauro Oliveira Dias, do ICMBio, e o relatório seria votado por unanimidade por todos os nossos pares. Eu acho que esse seria um ponto de entendimento. E é assim, ninguém pode ganhar tudo, até por uma questão de composição.

Então, é uma sugestão que eu deixo aqui a V. Exa., ao Relator, que se debruçou de uma forma muito dedicada a esse tema. E acho que a retirada do nome do Mauro de Oliveira Dias não iria interferir em absolutamente nada no relatório.

Então, é essa a sugestão que eu deixo aqui a V. Exa. e que espero que seja acatada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A Senadora Teresa Leitão pede a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sra. Senadora Damares, eu sou suplente desta Comissão, vim à instalação, acompanhei algumas reuniões *online*, mas estava sempre a par dos encaminhamentos, a partir da presença do nosso titular, o Senador Beto Faro, e assinei também o relatório.

A minha intervenção é facilitada demais pela intervenção do Senador Chico Rodrigues. Eu acho que essa Comissão começou a funcionar no nível de tensão que não ocorreu no seu desenrolar, de forma nenhuma. Eu me lembro muito bem da instalação em que a gente perguntava: "Tem ONGs e tem ONGs". A gente sabe disso, não dá para a gente botar tudo em um mesmo contexto e depreciar um tipo de organização da sociedade que tem serviços prestados, evidentemente, que tem interlocução com o Poder Legislativo, que tem interlocução com o Poder Executivo. Tudo isso eu acho que está nos conformes do nosso encaminhamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu negocieei muito tempo na minha vida, Senador Plínio Valério, porque eu fui liderança sindical. Eu fui presidente do maior sindicato de servidores públicos do meu estado, o Sindicato da Educação. E a gente às vezes chegava em um momento da negociação que eu acho que é o que a gente está vivendo agora. Não vamos jogar fora o menino com a água do banho. Vejam que resposta, Senador Chico Rodrigues, a gente pode dar à sociedade se o relatório do eminente Relator Marcio Bittar for aprovado por unanimidade, ressalvada essa questão que o senhor reforça e já apresentada pelo Senador Beto Faro. O melhor processo de negociação é a negociação em que as partes abrem mão de algo em valor do todo. Tem partes do relatório de V. Exa. com que a gente também não concorda, mas a gente reconhece a maioria, a gente reconhece a maioria, reconhece o esforço, reconhece o processo.

E, na condição de servidora pública também que sou – hoje professora aposentada da rede estadual de Pernambuco –, a vida e a trajetória de um servidor público, seja ele quem for, são coisas também por construir, porque durante muito tempo a gente não teve concurso no país, durante muito tempo a gente não teve plano de carreira nesse país. Tudo isso é construção e conquista da sociedade e do serviço público.

Então, indiciar um servidor público, como disse o Senador, o escolhido entre tantos que poderiam ter sido e não foram, eu acho que pode diminuir a abrangência do relatório. Eu, evidentemente, não voto, porque sou suplente, mas também endosso as palavras do Senador Chico Rodrigues e, como subscrevente do relatório e do voto em separado do Senador Beto Faro, eu também faço esse apelo.

A gente está com tanto nível de polarização, Senador Plínio Valério, a gente está com tantos embates por outras coisas que talvez esse gesto da nossa CPI pudesse até servir de exemplo de que é possível a negociação – mesmo nos momentos de mais acirramento, é possível a negociação –, e a gente salva, com unanimidade, o relatório oficial.

A gente sabe que vocês têm votos suficientes para aprová-lo, mas é um gesto que a gente pede, porque a gente também está fazendo um gesto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se for retirado o indiciamento, nós votaremos com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela sua participação, Senadora Teresa.

Antes do relatório, eu pergunto se algum dos Senadores, Mourão, Styvenson, Damares, Zequinha, quer falar um pouco antes do relatório, porque o relatório demora um pouco. Alguém tem alguma sugestão? Alguém quer falar? (*Pausa.*)

Então, nós vamos ao relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai, então, ao relatório e, no decorrer, vê como é que se faz, o que vai acontecer, o que for melhor. Eu estou aqui para concordar com o que a maioria decidir.

A gente... Desde o começo, isso aqui não foi feito para demonizar ONGs. Quando o Beto fala... Beto, é tanta a nossa preocupação que nós só investigamos seis ONGs. Milhares, milhares e milhares não foram, porque são boas. Essa a gente não considera boa do ponto de vista ambientalista. Agora, se promiscuidade entre instituições não for crime, a culpa não é nossa; não está no código, não está no processo criminal do Brasil, no contexto. Se ficar com parte do dinheiro que arrecada também não é crime, a gente não pode criminalizar. Incentivar indígenas a hostilizar ribeirinhos, se não for crime, a gente não pode criminalizar. E aí que entra a gente, Senadora, com projetos legislativos para aperfeiçoar, para preencher essas lacunas.

Podemos, então, ir ao relatório? (*Pausa.*)

A gente vai, então, ao relatório.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Pessoal, bom dia a todos.

Primeiro, eu quero fazer aqui agradecimentos a todos que participaram da CPI, nas caravanas, nas audiências.

Quero fazer aqui um reconhecimento público ao Senador Beto. O seu comportamento na CPI foi mais do que civilizado, foi democrático. Em nenhum momento... Teria condições de causar mais atraso, mais demora, com requerimentos, enfim, mas se comportou o tempo inteiro com o espírito de colega, de parceiro, admitindo, inclusive, que em muitos casos há o que se estudar, há o que se pesquisar, há o que se investigar mesmo. Quando se fala de Amazônia, é mais da metade do Brasil. Então não é uma questão do Pará, do Acre, é uma questão do Brasil. Você está falando de uma área que é maior do que a metade do Brasil. Portanto, não é um tema local.

Então, quero fazer aqui esse reconhecimento, mas, ao mesmo tempo, quero dizer que... Veja, eu sei que o Senador Beto, a Senadora, o nosso Chico Rodrigues têm toda a razão, fazem parte de partidos que compõem a base, mas vamos fazer uma avaliação. Eu fui da esquerda, quando jovem; fui do PCB, de morar em Moscou. Gente, se aqui fosse uma Comissão majoritariamente da esquerda, o relatório estaria indiciando um mundo de gente. Eu sei, eu conheço isso que nem a palma da minha mão. Vou repetir, Chico Rodrigues: se a maioria aqui fosse da esquerda, o relatório estaria indiciando um monte de gente. Eu sei, eu conheço isso. E respeito. É a maneira de cada um. Mas, se esse relatório fosse escrito por alguém da base do Governo, a Ministra Marina estava indiciada, o Capobianco estava indiciado, muitos estariam indiciados.

Agora, nós agimos pelo instinto próprio e por respeito ao criador da CPI. Por quê? Porque o criador da CPI, aquele que reconhecidamente foi quem construiu durante quatro anos e meio o clima para que ela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existisse, disse desde o começo: "Isso aqui não é uma CPI pra demonizar". E nós não demonizamos ninguém. Isso aqui não é uma CPI da esquerda contra a direita. Isso aqui é uma CPI pra averiguar o que está acontecendo na Amazônia. E eu, concordando, disciplinadamente segui essa orientação.

Então, de fato, essa CPI não demonizou ninguém, ela não se pautou ideologicamente. Agora, ela foi pesquisar. E está mais do que na cara, como dizia meu antigo pai, meu saudoso pai: está mais na cara do que nariz. E, claro, que aí a gente pega o seguinte: "Não são todas as ONGs", mas, irmãos, as que passaram por aqui receberam mais de R\$3 bilhões – mais de R\$3 bilhões. E você olha pra Amazônia, o que resolveu pra Amazônia? E elas têm uma atuação em conjunta contra o interesse nacional. Elas se unem todas quando é pra proibir linhão, quando é pra atrasar uma estrada, quando é pra não fazer uma hidrelétrica. Elas estão todas unidas. E a indagação que eu deixo ao país: nós somos a região hoje, infelizmente, mais pobre – do ponto de vista potencial, a mais rica; do ponto de vista real, a mais pobre do Brasil –, e, se nós não pudermos construir as obras de infraestrutura que fazem falta na Amazônia, se não pudermos acessar recursos naturais, como nós vamos tirar aquela região imensa da pobreza, da miséria? Não tem jeito. Essa conta não fecha.

Então, eu quero cumprimentar a todos que participaram, reconhecer que o Senador Beto Faro, representante legítimo do Governo e do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, se comportou de forma mais do que civilizada, democrática, parceira. Aquela questão, às vezes, de convocação, convida, reunião, nós apresentamos alguns requerimentos que seriam inicialmente já convocação... Entramos num acordo, retiramos para fazer apenas um convite. A única convocação que existiu foi a da Ministra Marina, porque ou era convocada pra vir naquele dia ou não vinha mais, porque ela ia pra COP, como não voltou até hoje da COP, nós não teríamos o depoimento da pessoa mais importante, do ponto de vista do Estado brasileiro, que é a Ministra do Meio Ambiente.

Por que o indiciamento de uma pessoa? Por que não o indiciamento de muitas? Porque nós somos responsáveis. Porque, se a gente quisesse causar – que é uma palavra da moda hoje –, teria no meu relatório indiciado muito mais gente do que o Presidente do ICMBio. Eu sei o que são narrativas, o que são posições de partidos e tal, mas veja, eu não vejo indignação de alguns colegas do Congresso Nacional com pessoas que estão sendo condenadas a 17 anos de cadeia, servidor público... Todo mundo merece ter cuidado, não manchar sua ficha, nós temos uma pessoa que já morreu.

Eu gravei um vídeo agora dizendo que o Supremo Tribunal Federal tem mais de 15 pedidos da PGR de liberdade condicional, e não acatou, e para um deles não adianta mais, não tem mais tempo, porque ele morreu, a mãe e as filhas nunca mais o terão. Tem outro que tentou suicídio ontem, e eu não vejo essa indignação, nós não estamos condenando ninguém.

Agora, o Presidente do ICMBio, e o que o ICMBio provoca na Amazônia é caso de cadeia. O Jaime Bagattoli fala uma coisa, e é a pura verdade: se você tirasse o ICMBio, colocasse uma empresa privada que tivesse ganho uma licitação para administrar as reservas extrativistas, eles estariam sendo condenados por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho escravo, mas, como é um órgão do Estado, não acontece nada. Mas o que ele faz nas reservas? Ele tem poder de polícia nas reservas. Para se fazer qualquer obra lá dentro, tem que ter autorização deles, é a licença. Então, ele tem a ver com licença, sim; na reserva extrativista, quem manda com o poder de polícia, inclusive, é o ICMBio. Então, ele pode destruir ponte, ele pode autorizar ou não autorizar uma escola, que às vezes demora quatro anos, como foi o caso da reserva em Xapuri. E ele foi o único que aqui, de viva-voz, admitiu que saiu do Governo, foi para uma ONG, trabalhou numa ONG de licenciamento ambiental, volta para o Governo, na mesma área, é a mesma área meio ambiental que também trabalha com licença.

Então, acho que nós fizemos um relatório e a CPI, de acordo com o que foi dito desde o começo, e não tampemos o sol com a peneira... Ah, tem ONG bacana? Tem, mas as seis que passaram por aqui pegaram bilhões de reais, quase 80% ficam com eles mesmos, está aqui provado. Disseram que iam mandar os seus recebimentos mensais, nenhuma delas mandou para cá, não revelou, não quis revelar. E está claro que nas ONGs tem milhares de jovens bem-intencionados, mas o dinheiro estrangeiro que financia essas ONGs tem interesse econômico, e isso teria que nos unir a todos. É o Canadá bancando ONG no Brasil contra que nós exploremos potássio.

Eu não acredito que o Presidente da República, hoje o Lula, do PT, não queira minimizar a dependência do Brasil com potássio, mas o Canadá paga ONG no Brasil que trabalha contra. Ora, o interesse do Canadá não é meio ambiente, é uma guerra econômica. Os Estados Unidos pagam ONG aqui para criar embaraço para o agronegócio brasileiro, não é preocupação com o meio ambiente, é preocupação com o agronegócio deles, como a França.

O que que disse o Presidente francês, o Macron? Eu confesso que eu tenho a maior antipatia por ele, se mete onde ninguém pediu para ser chamado. O que ele fez? Disse ao Presidente da República: "Eu não quero o Mercosul no acordo com a União Europeia". Quer dizer, então, por quê? Porque ele subsidia o mercado dele, porque, se você não subsidiar, se for no mano a mano, a gente ganha deles.

Então, está claro que o financiamento... É claro que não são todas as ONGs do Brasil, mas essas ONGs que têm um poder muito grande na Amazônia, é por interesse econômico, e isso deveria nos unir a todos.

Eu vou passar aqui a...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Marcio...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Estão me orientando aqui que as sugestões dos Senadores têm que ser antes da leitura do relatório. Eu tenho duas sugestões, a Senadora Damares parece que tem sugestão. A sugestão para que o Relator incluía...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Já foi incluída a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho aqui, Senador Marcio, a da Foirn já foi também, mas tenho aqui do instituto chamado Arpa.

Eu tive isso aqui desde... Desde o começo, não, já na reta final. Eu tive dados sobre esse Instituto Arpa. Ele é tão grande, ele é tão pernicioso, ele é tão mal digerido quanto o Fundo Amazônia. Então, eu estou registrando aqui, pedindo alguma providência, e depois, como Senador da Amazônia, eu vou, então, saber esmiuçar o Arpa.

Eu estou incluindo, chama-se Programa Áreas Protegidas da Amazônia, que adota a sigla Arpa. Essa entidade propôs, em sua origem, a preservação de 600 mil quilômetros quadrados em unidade de conservação do bioma Amazônia. Estão conduzindo isso, vão fazer isso, vão imobilizar o petróleo, vão imobilizar as outras atividades. E o Arpa, para minha... Não digo surpresa, eu não tinha conhecimento do quanto ele é grande e quanto mal ele faz, sendo que o Arpa tem uma vantagem: descaradamente, o objetivo lá, criar novas áreas de proteção ambiental. Aí pega 50 milhões do estrangeiro e 30 daqui, mas isso é história, para depois eu, como Senador da Amazônia e do Amazonas, me preocupar com esse Arpa. Só peço a inclusão para que fique citado.

Obrigado por aceitar, Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Já está incorporado no nosso relatório. Eu vou passar a ler, Sr. Presidente, a complementação ao relatório final da CPI das ONGs.

Sr. Presidente, após a apresentação do relatório final da semana passada e com a abertura do prazo de vista, recebemos valiosas contribuições dos membros desta Comissão. Essas contribuições, conforme expostas aqui, tanto por V. Exa. quanto pela Senadora Damares Alves, seguramente muito contribuirão para a obtenção de bons resultados após o encerramento da CPI. Apenas para que fique tudo devidamente registrado, vou recapitular abreviadamente as contribuições feitas.

A Senadora Damares Alves apresentou três importantes sugestões. A primeira delas sugere a inserção do texto que apresenta, na p. 34 do relatório. De acordo com a proponente, a inserção do texto é importante em razão da violação de direitos humanos sofrida pelos pequenos agricultores que possuem imóveis na região de Apyterewa. Não poderíamos concordar mais com a proposição da Senadora Damares, de modo que acatamos integralmente. Faço apenas o registro de que o texto proposto pela Senadora está inserido ao final do tópico 1.2, das atividades desenvolvidas pela CPI, que na versão apresentada e disponível para consulta, termina na p. 33. Apenas o registro, para que fique claro onde está feita a inserção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda e pertinente sugestão da Senadora Damares é de inclusão, no Anexo I, de propostas legislativas do relatório de projeto de recomendação, que se aprovado, deve enviar ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal recomendação de que seja realizada uma perícia no laudo antropológico do território indígena Apyterewa, em São Félix do Xingu, Pará.

Desse modo, concordando integralmente com a proposição, inclusive com a justificação apresentada, acatamos a sugestão. Novamente, para que fique registrada a sugestão da Senadora Damares, serão incluídas no Anexo I propostas legislativas do relatório com o seguinte título – abro aspas – "Recomendação ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal para realização de perícia no laudo antropológico do território indígena Apyterewa, em São Félix do Xingu, Pará", fecho aspas. O texto e a justificação da recomendação são integralmente os apresentados pela proponente.

A terceira e última sugestão da Senadora Damares Alves é de inclusão de uma indicação ao Poder Executivo, para que os gastos com mão de obra própria ou de terceiros, e que consultorias em projetos executados por organizações da sociedade civil e financiados com recursos do Fundo Amazônia sejam limitados a 20% do valor total do projeto. Entendemos ser extremamente meritória a proposição, faremos apenas um reparo de ordem meramente redacional, uma vez que a sugestão encaminhada indica a inserção do texto na p. 261 do relatório. Entendemos, no entanto, que o melhor seria incluir a indicação no Anexo I – Propostas Legislativas, em consonância inclusive com o art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal. Sendo assim, incluiremos essa terceira sugestão, da Senadora Damares Alves, no Anexo I – Propostas Legislativas do relatório com o título, abro aspas, "8. Indicação ao Poder Executivo para implementação de regra para os gastos de recursos do Fundo Amazônia em projetos executados por organizações da sociedade civil: organizações da sociedade civil de interesse público e fundações privadas", fecho aspas. O texto e a justificação da indicação são os mesmos apresentados pela proponente.

O nosso Presidente, Senador Plínio Valério, também nos trouxe importantes sugestões. O Senador Plínio sugere que sejam acrescidos ao relatório quatro proposições legislativas que julgamos importantes. Já adiantamos que as quatro proposições serão acatadas e acrescidas ao relatório. Todas elas constarão do Anexo I – Propostas Legislativas na ordem em que serão expostas a seguir.

A primeira proposição é um projeto de lei que altera a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, para incluir restrições ao exercício de cargo, emprego ou função pública em face de situações profissionais ou funcionais anteriores. Apesar de já termos apresentado proposição com o mesmo espírito no relatório, entendemos que o Senador Plínio traz novos e importantes elementos que engrandecem o relatório, de modo que o PL em comento será incluído com o título, abro aspas, "Restrições ao exercício de cargo, emprego ou função pública em face de situações profissionais ou funcionais anteriores", fecho aspas.

A segunda proposição é um projeto de lei que acresce um novo artigo à Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para exigir publicidade de doações estrangeiras feitas a organizações da sociedade civil que atuem em questões relevantes à soberania nacional. Novamente, apesar de já termos apresentado proposta no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo sentido, entendemos ser importante contribuição, pois amplia a proteção que se pretende dar aos interesses nacionais e à soberania nacional. O PL entrará no Anexo I com o título, abro aspas, "Publicidade de doações estrangeiras feitas a organizações da sociedade civil que atuem em questões relevantes à soberania nacional", fecho aspas.

A terceira proposição é um projeto de lei que altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, para garantir a observância de aspectos técnicos e dos princípios da publicidade e do contraditório na elaboração de laudos técnicos em procedimento de demarcação de terras indígenas. Como não poderia deixar de ser, a sugestão do Senador Plínio é importantíssima e, sem dúvida, deve constar do relatório final. Portanto, será incluída no item, abro aspas, "11. Observância de aspectos técnicos e dos princípios da publicidade e do contraditório na elaboração de laudos técnicos em procedimentos de demarcação de terras indígenas", fecho aspas.

A quarta e última proposição é um projeto de lei que aprimora a configuração de conflito de interesse entre organizações do terceiro setor e a administração pública federal. Entendemos que a proposição traz elementos importantes de melhoria da regulamentação do assunto, devendo, pois, integrar o Anexo I do relatório, com o título, abro aspas, "12. Aprimoramento da configuração de conflito de interesse entre organizações do terceiro setor e a administração pública federal", fecho aspas.

Além das proposições acima elencadas, houve a sugestão de inclusão de um trecho ao final do tópico, abro aspas, "4.42. O ISA e seus financiadores", fecho aspas. O trecho sugerido tem por objetivo explicitar a necessidade de encaminhamento ao Ministério Público Federal dos achados da CPI acerca da necessidade de uma maior e melhor fiscalização das despesas feitas por ONGs e a quem essas despesas beneficiam.

Sendo assim, Presidente, estas, além daquelas que foram ditas aqui por V. Exa., agora há pouco, essas, as sugestões feitas pelos membros, e eu, como Relator, as acato, conforme acima explicitado.

Eram essas as contribuições ao relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos abrir. Alguma palavra de Senadores? Senão a gente... Para depois poder colocar em votação.

Alguma sugestão final, Senador Beto?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – O senhor mantém essa questão do indiciamento; então, não tendo jeito, é o voto em separado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá.

O Senador Jaime, nosso Vice-Presidente, quer se manifestar.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Bom dia a todos. Cumprimento o Beto Faro, o Senador Beto Faro, o Chico Rodrigues, o Mourão, o Styvenson, a Senadora Damares, o Presidente Plínio Valério e o Relator aqui Marcio Bittar.

Eu quero dizer para você, Beto Faro, que você falou muito sobre a situação, inclusive do Senador Confúcio Moura. O Senador Confúcio Moura, no apagar das luzes, quando ele foi ser candidato em 2018, ele criou 11 reservas, prejudicando Minas Novas, Nova Dimensão, Nova Mamoré, Monte Negro, Buritis, União Bandeirantes, Guajará-Mirim – criou mais 11 reservas. Essas reservas, Senador Mourão, foram criadas. Lá tem famílias. Hoje, dia 8, agora, o Ministério Público Federal, o Ministério Público deu uma decisão, justamente com a Justiça do Estado de Rondônia, para desocupar – para vocês entenderem – 1,5 mil famílias, 100 mil cabeças de gado – tem mais de 100 mil cabeças de gado. Está acontecendo o que aconteceu lá em São Félix do Xingu, só que aqui, ao invés de ser área indígena, são reservas. E proibiu o Frigorífico Irmãos Gonçalves e também o Distriboi – o Distriboi não é o Friboi; é Distriboi, é um outro frigorífico pequeno, menor, de menor porte – de comprar o gado dessas pessoas. São mais de 100 mil cabeças, e deu cinco dias para que as pessoas tirassem o gado.

Vão fazer o que com o gado? Fala para mim. Falem para mim o que essas pessoas vão fazer. Essas pessoas que estão lá... Tem pessoas lá há mais de 40 anos. E digo mais: foi feita uma proposta, isso lá em 2018. O próprio Governo do Estado de Rondônia, que o Vice assumiu, Daniel Pereira, juntamente com a Assembleia Legislativa, fez uma proposta, Senador Mourão, para que... Existiam terras da União para que essas pessoas continuassem assentadas lá, que são a maioria da agricultura familiar.

E o que aconteceu agora? Essas pessoas vão ser jogadas, vão ser tiradas de suas propriedades, entendeu? E eu digo para vocês: como que um Governo que defende tanto essas ONGs, que defende o ICMBio... Eu vejo vocês, o tanto que vocês defendem, que não querem, inclusive, o indiciamento do Mauro Oliveira Pires, não querem o indiciamento dele.

Eu acho o seguinte, qualquer empresário neste país, quando ele faz algo de errado, ele é punido, sim – ele é punido, sim. Então, aqui ele vai ter todo o direito de defesa. Se ele não fez nada de errado, ele não tem nada a temer. Agora, ele vai ter que esclarecer sobre essa situação.

Essa é a minha opinião, na condição de Senador da República, Vice-Presidente desta CPI das ONGs. E quero dizer para vocês o seguinte: o que as ONGs e o ICMBio fizeram com a Amazônia é o maior estrago e o maior sistema que eles criaram para prejudicar o setor produtivo, e eles nunca pensaram só na questão de preservar a Amazônia, eles pensaram mais para eles mesmos do que em preservar a Amazônia.

Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Jaime, tenho que colocar em votação para a gente... Como vota...? Querem nominal, que eu chame pelo nome ou simbólico? Porque o Marcio Bittar... claro o voto dele.

Como vota o Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com o relatório.

Eu só se empatar. O Nelsinho não está aqui.

Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Voto em separado, contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Certo. A Senadora Teresa Leitão tem direito... ah não, não tem – não é? – porque não faltou ninguém. A Senadora Teresa vota? (*Pausa.*)

A Senadora Teresa vota.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu voto com o voto em separado do Senador Beto Faro, ao qual eu subscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Chico Rodrigues?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu fico entre a cruz e a espada, Sr. Presidente, porque pedi a V. Exa. que fosse colocado em votação...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas, tecnicamente, não pode; o rito não permite. Se permitisse, eu teria colocado a votação em separado da questão do...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Só se o Relator tirasse.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só se o Relator tirasse. A Presidência não pôde fazer nada nesse caso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu, na verdade, acho que o relatório está perfeito, nobre Senador Marcio Bittar, mas acho que, na verdade, é de um radicalismo extremo manter apenas um.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, o Sr. vota com o voto em separado do Senador Beto?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Voto com o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

Senador Jaime?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Eduardo não está aqui.

Senador Mourão?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – São 4 a 3, então, com o Relator. *(Pausa.)*

A Damares, desculpa, logo a primeira, mas a Damares já foi, não?

Eu já tinha pedido para votar com...

Então, desculpa, Damares.

Cinco pela aprovação do projeto do relatório do Senador Marcio Bittar.

Qual é o procedimento? *(Pausa.)*

Não, Relator vota. Está aqui. Já chegou a cinco.

Então, o relatório do Senador Marcio Bittar está aprovado pela maioria do nosso Plenário, da nossa Comissão. *(Palmas.)*

Parabéns, Marcio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*)
– Concluído?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Terminou, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*)
– Então deixe-me ir ali fazer outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Teresa, obrigado pela presença, e Senador Beto.

Eu vou... eu coloco em votação... Não, não, votação da ata.

As Atas da 301ª, 302ª das reuniões solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Então, a gente tem que pedir e querer alguém... eu acho difícil a gente ter ainda – Beto, um abraço, meu irmão –, Senador Mourão, alguma reunião tão concorrida quanto essa. Se alguém quiser falar agora, antes de a gente encerrar, a gente, então, abriria a palavra para que a gente pudesse falar. A próxima reunião não será tão concorrida. A gente ainda tem muito para falar por aí.

Mas o objetivo principal, vou repetir mil vezes em nome de todos os Senadores: não foi questão de Governo, direita, esquerda, Bolsonaro ou Lula, longe disso. Aqueles que tentaram fazer, desistiram no começo por perceberem que não foi esse o objetivo. Seis ONGs investigadas. Como é que é demonizar ONGs? As seis investigadas... até não saberiam porque estavam batendo tanto, mas elas saberiam que estavam apanhando, Senador, porque fizeram um mal maluco. Eu estive em Autazes agora – a questão do potássio. A ONG lá, com o conluio do Ministério Público Federal e da Justiça Federal, está ouvindo quatro aldeias que não querem o potássio contra 30 que querem o potássio. Eles ignoram as 30. Por aí, Marcio, é exatamente aquilo que você colocou no relatório. As ONGs sempre estão no meio, prejudicando... Há muito a se dizer. Essa CPI não é final, é um início, apenas um início. Abrimos a caixa preta, a narrativa do "império do bem" foi contestada. O brasileiro e a brasileira estão sabendo do mal que eles fazem na floresta.

Eu só tenho a agradecer, mas não é final da CPI ainda, ainda temos outra reunião. Eu só tenho a agradecer a todos aqui que vieram, os Senadores que apoiaram. Quarenta e um Senadores pediram a prorrogação, Marcio – quarenta e um! –; ou seja, aprova até...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Maioria absoluta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... maioria absoluta. Então, era um desejo da maioria dos Senadores. E a gente foi em frente, vai conseguir. Estamos iniciando um caminho a trilhar. A Senadora Damares já disse isso. Há muitas coisas a se fazer, e essa CPI abriu essa estrada, esse caminho que nós vamos trilhar.

Claro que no caminho tem espinhos. Lógico que tem. O homem público que teme a injúria, a calúnia e a difamação não merece esse título de homem e de mulher pública. Portanto, o nosso dever foi cumprido e continuará sendo cumprido.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs e OSCIPs.

Obrigado a todos.

Fiquem em paz.

A paz de Cristo.

(Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)